



Diocleide Lima Ferreira

**A (RE)INVENÇÃO DE UMA CIDADE: *Cid*
Marketing e a requalificação urbana em Sobral-
CE**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diocleide Lima Ferreira

**A (RE)INVENÇÃO DE UMA CIDADE: *Cid Marketing* e a
requalificação urbana em Sobral-CE**

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título de
Doutora em Ciências Sociais.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA DIOCLEIDE LIMA FERREIRA, E ORIENTADA PELA PROF^a. DR^a.
SILVANA BARBOSA RUBINO.
CPG, 05/11/2013**

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

F413r Ferreira, Diocleide Lima, 1974-
A (re)invenção de uma cidade : *Cid marketing* e a requalificação urbana em Sobral-Ce / Diocleide Lima Ferreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Silvana Barbosa Rubino.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cidade e vilas - Sobral (CE). 2. Renovação urbana - Sobral (CE). 3. Modernização. 4. Cultura Política. I. Rubino, Silvana, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The (re)invention of a city : *Cid marketing* and the urban requalification in Sobral-Ce.

Palavras-chave em inglês:

Cities and towns - Sobral (CE)

Urban redevelopment - Sobral (CE)

Modernization

Political culture

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Silvana Barbosa Rubino [Orientador]

Rogério Proença de Sousa Leite

Irllys Alencar Firmo Barreira

Maria Tereza Duarte Paes

Maria Filomena Gregori

Data de defesa: 05-11-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



Tese de Doutorado

Diocleide Lima Ferreira

A (RE)INVENÇÃO DE UMA CIDADE: *Cid Marketing* e a requalificação urbana em Sobral-CE

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação do Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 05 / 11 / 2013.

Comissão Julgadora:

Titulares

Profª. Drª. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)

Profª. Drª. Maria Filomena Gregori

Profª. Drª. Maria Tereza Duarte Paes

Prof. Dr. Rogério Proença Leite

Profª. Drª. Irllys Alencar Firmo Barreira

Suplentes:

Profª. Drª. Cristina Meneguello

Profª. Drª. Fraya Frehse

Prof. Dr. Heitor Frugoli Júnior

Campinas
Novembro de 2013

Dedico este trabalho a tio Aroldo e tio Gonzaga,
in memorian...

AGRADECIMENTOS

O Doutorado foi um momento especial na minha vida. Não foi momento só de aprendizado racional científico, e para ser bem sincera, esse processo nem seria possível sem as vivências afetivas construídas paralelamente, que possibilitaram a minha permanência na cidade de Campinas. Por isto, sou muito grata a pessoas especiais por serem parte responsável pelo trabalho que ora é apresentado. Então meus sinceros agradecimentos:

Aos meus pais pelo carinho, preocupação, respeito, confiança e partilha de todas as sensações e complexidades da vida acadêmica sempre. Sem eles eu nada consigo. Às minhas irmãs, Dione e Dioclécia pela sinceridade, compreensão, cumplicidade e apoio. Ao meu Sobrinho João Lucas por ter chegado em momento mais que oportuno nas nossas vidas e me encher de alegria com seu sorriso e energia pueris.

A Luis Neto, “amor meu grande amor”, por quem tenho imensa admiração e respeito. Agradeço pela paciência, compreensão e cuidados a mim dedicados, em todo o processo de escrita do trabalho. Pelo companheirismo que cresce dia após dia, construído em atos de cumplicidade embalados por sentimentos tão bons, que são indescritíveis. Enfim, agradeço pelo amor. A ele também agradeço por ter colocado na minha vida sua filha Marina, menina doce, que aprendi a amar e querer bem.

A Rosamaria Carneiro e Carolina Branco - Rosinha e Carol - pela dádiva que são para mim. A grande amizade construída é para sempre e amo as duas que são especiais demais...nem cabe em palavras o que sinto pelas duas! Para sempre: irmãs de vida.

A Isaurora Martins e Pedrita Vianna, pelo companheirismo de todas as horas; pelo carinho que as duas sempre dispõem. Pela escuta e apoio. Por tudo!

A Iara D’Andrea – Iaiá – mulher de fibra que me apresentou a Campinas fora do eixo acadêmico e abriu as portas de sua casa para que tantas vezes eu curtisse tardes de frio com muita alegria e calor de histórias de sua vida por ela contada, com as quais muito aprendi.

A João Batista Bittencourt e Marina Rebeca, que me deram abrigo desde a primeira vez em que estive em Campinas e permaneceram ao meu lado do início ao fim da estadia nesta cidade. Casal que vi crescer e amadurecer na vida mediando amor e razão de forma sublime e transcendente. É bonito demais o amor de vocês e é bom demais saber que tenho os dois sempre perto, bem pertinho. Cafuçu de bem e Bibotinha: vocês dois existem em exagero na minha existência. Contem sempre comigo, o terceiro vértice!(Risos!)

A Elizabeth Molinari, Nina Klimpel e Adam Coble pela diversidade cultural dentro de casa. Pelas conversas, afinidades, delírios e doçuras. O mundo é pequeno para nós, por isso sempre nos encontraremos no Brasil, Alemanha, EUA, Inglaterra por que não temos fronteiras.

A Lindomar Albuquerque, conterrâneo querido que encontrou a nossa “casa amarela”, espaço onde morei e fui muito feliz com tanta gente, em Barão Geraldo. Lindomar, sem você a casa mais legal do mundo não teria sido achada. A casa que tinha a mesa azul na cozinha e que muito de muitas vidas foi discutido, bebido, deglutido, festejado, rememorado, indesejado. A “casa amarela” é lugar sagrado nas memórias de quem lá morou ou esteve de passagem.

Aos colegas de Doutorado Marilande Abreu, Eduardo Viglio, Marcos Piccin, Josmar Brandão, Rafael Silva pela convivência e intensidade nas trocas acadêmicas. E nem de longe vou esquecer as nossas “quartas-sem-lei”, momentos deliciosos nos quais celebramos tudo o que quisemos.

À Zoraide Pessoa e Vanda Souto, mulheres revolucionárias com trajetórias marcadas pelas ausências de pessoas queridas, mas que souberam superar as intempéries da vida e transformaram as durezas em delicadezas compartilhando saberes e afetos comigo.

À Daniela Pistorello, amiga e irmã de vida, que não apareceu por acaso na minha vida. Entre a História e a espiritualidade fortalecemos uma parceria infinita. Axé, muito axé!

A Jose Leon (Zé), Eglânio Pessoa, Arthur Domingues, Fernando Boiúna, Gersinho, James Lazou pelos debates, força e alegria da companhia.

À Jania Perla Diógenes, Telma Vespa, Estela Bugarelli, Veridiana Police, Ana Meira, Flávia Sousa pelos diálogos femininos, amizade e respeito de todas, obrigada!

À professora Cristina Meneguello (Departamento de História da UNICAMP), Marco Zambelo, Denise Geribelo, Wagner Astan, Flávio Carnielli e Caion Natal, colegas que faziam parte do “grupo da Silvana”, pelos diálogos impertinentes e importantes discussões que serviram para deslocamentos necessários na pesquisa. Além disso, pela cumplicidade que construímos.

A Kiko e Nenê: surpresas da vida. Pessoas amáveis por quem tenho imensa admiração e paixão. Obrigada pelo aconchego e mimo que me dedicam nos nossos encontros. Que a vida nunca nos separe!

A Joannes Paulus Silva Forte, pelo empenho e apoio que me deste na escrita do projeto de pesquisa. Sem sua ajuda inicial eu não teria me estimulado a transpor as fronteiras do Ceará.

Aos colegas professores do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA por terem sido tão generosos me cedendo total liberação das atividades docentes para cursar o Doutorado. Em especial agradeço a Nilson Almino, Isaurora Martins, Francisco Alencar Mota e Werber Moreno pelo incondicional apoio.

À Wellington Frota do LABOME e Verinha do NEDHIS pela paciência e disponibilidade em me atender, responder às minhas dúvidas e facilitar a lida com o material de pesquisa.

A Cleuton Ponte pelas trocas de ideias e companhia às idas a campo. Sua disponibilidade, sinceridade e amizade foram fundamentais para que esse trabalho fosse realizado. Meus diários de campo não seriam os mesmos sem você!

A Gracys Kelly Monteiro e George Paulino pela doçura, alegria e acolhimento. As observações e paixão pela Margem Esquerda do rio Acaraú foram bastante influenciadas por vocês dois, que ajudaram a mudar o rumo da pesquisa naquele lugar.

A Maria Rita Gandara, pela solicitude e presteza em nos atender na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

A Silvana Rubino pela disponibilidade em me orientar. Por acreditar na concretização deste trabalho; por todas as trocas e pela amizade construída ao longo desse processo de aprendizagem.

Aos professores Heitor Frúgoli (USP) e Bibia Gregori (UNICAMP) pelas ricas contribuições na banca de qualificação.

Aos professores Rogério Proença Leite, Irllys Alencar Firmo Barreira, Teresa Paes e Bibia Gregori (mais uma vez) por aceitarem participar da banca de defesa e por suas valiosas contribuições.

Finalmente, a todos os meus interlocutores, sem os quais seria impossível falar deste tema e construir esta Tese.

RESUMO

A (RE)INVENÇÃO DE UMA CIDADE: *Cid marketing* e requalificação urbana e Sobral – CE

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada na cidade de Sobral-CE. Distante 230 km da capital, Fortaleza, e conhecida como “Princesa do Norte”, Sobral desde o século XVIII tem destaque na política e economia do estado. Sua fase primeva de destaque foi privilegiada pela atividade criatória de gado vacum, que juntamente com Aracati, formavam os maiores núcleos de produção locais. No século XIX a atividade criatória ganhou o reforço do cultivo do algodão para exportação, se fortalecendo com a criação das indústrias de beneficiamento deste produto, enaltecendo o papel que a cidade construía na região norte do Ceará. Esses fatos promoveram a organização política e urbana da cidade. No campo da política oligarquias se formaram e colaboraram com o poder coronelista que dominou o estado por todo o século XIX e início do XX, deixando resquícios em práticas políticas nos dias atuais. No espaço urbano, congregou uma arquitetura que simboliza o poder dos tempos históricos referidos. Na segunda metade dos anos 1990, a insígnia da modernidade política instaurada no Ceará por Tasso Jereissati, um grupo político liderado por “filhos da terra”, conclama os sobralenses a romperem com o “atraso” político que assolava a cidade com consequências que colocavam em risco o seu reconhecimento de cidade potência. Então, apropriados do discurso modernizador os Ferreira Gomes, representados por Cid Ferreira Gomes, conseguem chegar ao poder executivo da cidade, executando um processo de transformação que se iniciou com a política de ajustes financeiros e perpassou por todos os setores que congregam e afirmam a gestão moderna. Dentre as transformações grandes investimentos foram dedicados ao espaço urbano iniciados com a monumentalização do sítio histórico pelo IPHAN. Por consequência, o poder público planejou e executou a requalificação de espaços para proteção do patrimônio e valorização de lugares não enaltecidos no centro da cidade, onde se concentra o sítio histórico. Ações que construiu a percepção de que Sobral é uma “outra cidade” após a administração de Cid Gomes, o que analiticamente nomeio por “Cid marketing”.

O objetivo desta pesquisa é compreender os sentidos que os moradores da cidade constroem, a partir de suas práticas, apropriações e experiências nos lugares requalificados na gestão de Cid Gomes, que perdurou por dois mandatos (1997-2000/2001-2004). A pesquisa enfoca valores e sentidos evocados pelo poder público e os técnicos responsáveis pelos projetos calculados para a cidade, mas enfatiza sobremaneira, os sentidos construídos pelos usuários dos lugares. Com isto, identifica-se uma ressignificação de espaço urbano, cidade, patrimônio, desenvolvimento etc, a partir dos que constroem cotidianamente os lugares e nem sempre estão presentes nos “desejos”, previstos pelos projetos do poder público de sobral.

PALAVRAS CHAVE: CIDADE, REQUALIFICAÇÃO URBANA, MODERNIZAÇÃO, CULTURA POLÍTICA .

ABSTRACT

THE (RE) INVENTION OF A CITY: *Cid marketing* and the urban requalification in Sobral – CE

This work is the result of a research conducted in the city of Sobral-Ce. Located 230 km away from the capital city, Fortaleza, it is known as "Princess of the North" and since the eighteenth century has been standing out in the politics and economy of the state. Its primary outstanding phase was privileged by raising *vacum* cattle and together with Aracati it formed the major nuclei of local production. In the nineteenth century, the cattle-raising activity was strengthened by the cultivation of cotton for export, getting even stronger with the establishment of processing industries of this product, enhancing the city's importance in northern Ceará. These facts promoted the political and urban organization of the city. In the political field, oligarchies were formed and cooperated with the so-called "colonel power" which dominated the state throughout the nineteenth century and the beginning of XX, leaving its traces in the political practices of current days. In the urban space, it gathered an architecture that symbolizes the power of the historical times referred to. In the second half of 1990, the insignia of the political modernity introduced in Ceará by Tasso Jereissati, a political group headed by "sons of the land", which convokes the sobralians to break with the political "backwardness" that devastated the city with consequences that put at risk its recognition as a powerful city. Then, appropriated by a modernizing discourse, the Ferreira Gomes, represented by Cid Ferreira Gomes, manage to get to the executive power of the city, performing a process of transformation that started with the policy of financial adjustments and prevailed in all sectors that bring together and affirm modern management. Among the changes, big investments were dedicated to the urban space, which started with the IPHAN monumentalizing the historic sites. As a result, the public power planned and executed the reclassification of the spaces for asset protection and recovery of the sites not exalted in the city center, where the historic site is. Actions that built the perception that Sobral is "another city" after the administration of Cid Gomes, which I analytically name "Cid marketing". The aim of this research is to understand the meanings that the residents of the city build from their practices, appropriations and experiences in the re-qualified sites in Cid Gomes' administration, which lasted for two terms (1997-2000/ 2001-2004). The research focuses on values and feelings evoked by the public power and the technicians responsible for the projects calculated for the city. However, it mainly emphasizes the meanings constructed by the users of these sites. With this, there is a re-signification of urban space, city, heritage, development and so on, by those that daily build the sites and are not always present in the "desires" predicted in the projects of the public power of Sobral.

KEY WORDS: CITY, URBAN REQUALIFICATION, MODERNIZATION, POLITICAL CULTURE.

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional
AUMEF – Autarquia da região Metropolitana de Fortaleza
BANDECE - Banco de Desenvolvimento do Ceará
BEC - Banco do Estado do Ceará
BNB - Banco do Nordeste Brasileiro
BNDES – Banco nacional de Desenvolvimento
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CENTEC - Centro Tecnológico do Ceará
CIC - Centro Industrial Cearense
CODITUR - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará
COELCE - Companhia de Energia Elétrica do Ceará
COHAB – Companhia de Habitação do Ceará
CRAJUBAR - Polo industrial formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
CSUs - Centro Sociais Urbanos
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ECCOA - Escola de Comunicação e Artes
EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo
FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FINOR - Fundo Industrial do Nordeste
FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GEPECE - Grupo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Região Norte do Ceará
IABCE – Instituto de Arquitetos do Brasil - Seção Ceará
IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desempenho da Educação Básica
IFECE - Instituto Federal de Tecnologia do Ceará
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANCE - Instituto Planejamento Estado do Ceará

LASSA - Laticínios Sobral S.A
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MADI – Movimento, Abstração, Dimensão e Invenção
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PAIC - Plano de Avaliação na Idade Certa
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDMs - Planos Diretores Municipais
PDP - Plano Diretor Participativo
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMI - Projeto Municipal Integrado
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
POEAOS - Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios
PPS – Partido Popular Socialista
PRC - Partido Republicano Conservador
PRODETUR – Programa de desenvolvimento do Turismo
PRODETURIS - Programa de Desenvolvimento de Turismo e Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará
PROURB - Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia do Brasil
PSF - Programa Saúde da Família
PSP - Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
RMF - Região Metropolitana de Fortaleza
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDUMA - Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOVI CE - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado do Ceará
SENAI - Serviço Nacional da Indústria
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SEPROCE - Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará
SETUR - Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SOIT - Secretaria de Obras, Infra-estrutura e Transportes
SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS - Sistema Único de Saúde
SEINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura
UDN - União Democrática Nacional
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância
UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú
VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

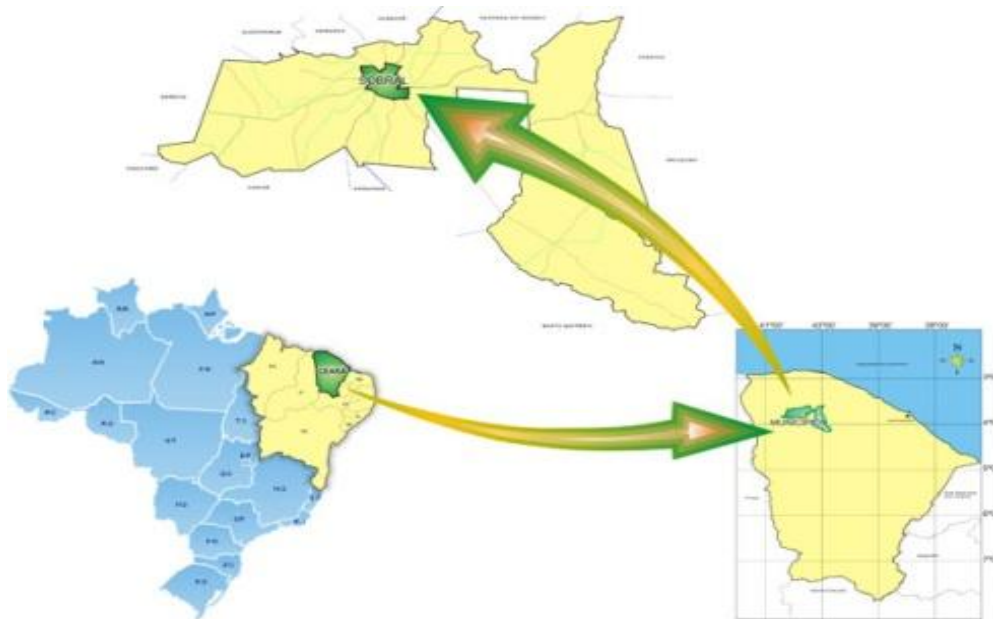
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - CEARÁ: Contextualização histórica na diversidade do nordeste não-açucareiro	11
1.1 Ceará: séculos XVII, XVIII e XIX	11
1.1.1 A pecuária e a ocupação do interior do Ceará	14
1.2 O Ceará do século XIX	20
1.3 As estradas de ferro e o primeiro ensaio da modernização do Ceará	27
1.4 As oligarquias do século XIX: negócio político que inaugura o Coronelismo no século XX	31
1.5 A entrada no século XX: a República, o coronelismo e o atraso econômico	38
CAPÍTULO II - A MODERNIZAÇÃO DO CEARÁ: o legado da Era Jereissati e os conflitos de interesses	51
2.1 Modernidade e desenvolvimento no Ceará	51
2.2 O Ceará Moderno: os frutos da Era Jereissati e a corrida pelo desenvolvimento no interior do estado a partir dos anos 1990	62
2.2.1 O Governo das mudanças	64
2.3. A industrialização e as cidades cearenses no desenvolvimento competitivo da Era Jereissati	72
CAPÍTULO III - SOBRAL MODERNA E A CONSTRUÇÃO DO CID MARKETING: o que há de novo na região Norte do Ceará?	85
3.1 Cid marketing e a modernização política em Sobral	86
3.2 As ações de Cid Gomes na “Sobral no Rumo Certo”	93
3.3 A HISTÓRIA DE SOBRAL: da Fazenda Caiçara à moderna “Princesa do Norte”, uma breve contextualização	105
3.3.1 O Processo civilizador de Sobral nos séculos XVIII e XIX	111

3.3.2	A segunda metade do século XIX, o algodão e o século XX	120
3.3.3	A Igreja Católica: o poder paralelo de D. José Tupinambá da Frota	132
3.4	O <i>Cid marketing</i> e a monumentalização de Sobral	138
CAPÍTULO IV - OS SENTIDOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SOBRAL		149
4.1	Modernização e requalificação do espaço urbano em Sobral	149
4.2	Ações modernizantes enquanto Políticas Públicas para Sobral: o Planejamento e o Plano Diretor Participativo	156
4.2.1	PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: um instrumento para a gestão democrática das cidades brasileiras	161
4.2.2	Plano Diretor Participativo, a que veio?	162
4.2.3	Apresentação da proposta do PDDU Participativo de Sobral	167
4.2.4	Tecendo a análise para interpretar o processo político da democratização e constituição da esfera pública em Sobral-CE	171
4.3	Requalificação Urbana: palavras que movimentam Sobral	178
4.3.1	Os lugares e seus efeitos: requalificação e espaços de lazer inaugurados em Sobral	190
4.3.2	As dinâmicas de sociabilidades e os efeitos dos novos lugares	191
4.3.3	O Parque da Cidade e seus usos	197
4.3.4	A inauguração/ o projeto/ a concepção do parque	200
CAPÍTULO V - A MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ, SEUS MONUMENTOS E SEUS PRATICANTES: tensões e desejos num lugar em Sobral-CE		211
5.1	Práticas e experiências que tecem a dinâmica do lugar: moradores e usuários no cotidiano da Margem Esquerda	245
5.2	Os canoeiros e as lavadeiras de roupas: “artífices” do rio	261
5.3	O lugar e a experiência no lugar	277
CONSIDERAÇÕES FINAIS		281
BIBLIOGRAFIA		285

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida nesta Tese descreve a requalificação do espaço urbano de Sobral-CE, cidade que dista 230 km de Fortaleza, a capital do estado, e congrega uma população estimada em 188.233 habitantes¹. Considerada a terceira cidade em Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), no ano de 2008, sétima no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2000, terceira em Índice de Desenvolvimento Regional de Resultado em 2007², desde o início da década de 1990, vem promovendo uma política de desenvolvimento e modernização do espaço urbano que se verifica enquanto a mais diversificada do interior do Ceará, fazendo com que seu reconhecimento seja veiculado em várias mídias em nível nacional e até mesmo internacional (*Veja, New York Times*).

Isso não seria um fato passível de evidenciação se se tratasse de uma capital, metrópole ou destino turístico litorâneo no nordeste brasileiro, mas é uma cidade do sertão cearense, que, desde sua origem, tem um destaque no estado voltado para a concorrência econômica, com incidência no mercado local e até mesmo mundial.



¹ Ver: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 14 de junho de 2012.

² Ver: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2010/Sobral.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2010.



Localização de Sobral

Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Nos tempos recentes, a cidade vem dando ares de uma modernização fincada em quatro pilares: 1) na industrialização, congregando indústria calçadista, fábrica de cimento, indústria de refrigerante, indústria de vestuário e móveis; 2) na polarização comercial da região noroeste do estado; 3) na aglomeração de universidades públicas e privadas; 4) na transformação do espaço urbano com construção de obras de “impacto”, cujos fins requalificam os usos da cidade, bem como erguem espaços de proteção do seu patrimônio arquitetônico, que tenta resguardar a história da cidade como um marco de diferenciação na sua própria colonização, engendrando o que alguns memorialistas sobralenses e Freitas (1999) nomeiam como “sobralidade triunfante”.

A “sobralidade triunfante” se eleva sobre as insígnias “Modernidade” e “Tradição”. Essas duas palavras são constantemente usadas em diferentes momentos e frentes para traduzir Sobral nos tempos recentes em relação ao passado opulento demarcador da diferença entre ela e outras cidades do interior cearense. Historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, politólogos, arquitetos, administradores, políticos curiosos em investigar a cidade sempre partem dos conceitos acima e delineiam análises diversas sobre ela.

Os espaços públicos da cidade tornaram-se alvo de constante remodelação e intensificação da ideia de modernização objetivando investimentos, que transformam Sobral em imagem e modelo de progresso e desenvolvimento no estado, destacando-se de outras cidades do interior do Ceará. Levantamento realizado pela revista inglesa *fDI*, do grupo *Financial Times*, indica Sobral

como uma das 10 pequenas cidades das Américas com a melhor relação custo-benefício para investidores estrangeiros:

De acordo com o relatório publicado juntamente com a pesquisa, mais de 400 cidades foram avaliadas e tiveram suas informações divididas em seis categorias: Potencial Econômico, Recursos Humanos, Relação Custo-Benefício, Qualidade de Vida, Infraestrutura e Facilidade para Negócios. Cada uma dessas categorias tinha critérios específicos a serem analisados pela comissão julgadora. Na categoria em que Sobral obteve a sexta colocação, por exemplo, os critérios analisados foram: Salário médio anual de um trabalhador não-qualificado; Salário médio anual de um trabalhador semiquualificado; Salário médio anual de um trabalhador qualificado; Média anual de aluguel do escritório de uma localização privilegiada no Centro da cidade; Média da renda anual para uma fábrica/unidade industrial, em uma localização privilegiada; Preço médio de uma casa de três quartos; Custo da eletricidade; preço do quarto do hotel 3 estrelas/4 estrelas; Preço da gasolina; Salário mínimo; Custo de registro de propriedade; Custo para exportar; Custo para importar; Custo da criação de uma empresa; Impostos estaduais; e Impostos federais.³

Esses elementos empoderaram Sobral de uma representação eufórica de crescimento, manipulando uma sobreposição da ordem do desenvolvimento econômico sobre a vida dos seus habitantes. As transformações ocorridas na cidade fazem parte das estratégias adotadas pelos interesses e disputas do grupo político liderado por um “filho da terra” e pertencente a uma família tradicional local, Cid Ferreira Gomes. O referido político construiu para si e seu grupo o discurso do rompimento com o atraso do passado da cidade, prolongado pelos anos de coronelismo, seguindo a orientação da modernização das estratégias políticas introduzidas por Tasso Jereissati no estado do Ceará nos anos 1980.

A cidade de Sobral entra nos novos tempos animada por estratégias de modernização na gestão pública; de reorganização das finanças públicas; de reorientação do processo de industrialização, iniciada no século XIX; de renovação do espaço urbano; e de reafirmação do seu potencial econômico na região norte do estado.

As práticas modernizantes de gestão política da cidade correspondem de imediato a dois preceitos: a nova política de gestão das cidades prevista na Constituição de 1988, impetrando os processos de participação nas decisões políticas da e sobre a cidade. E a busca de afirmação de competência dos novos administradores na gestão da cidade. Ou seja, o grupo responsável pela política da cidade, mesmo pertencendo a uma família tradicional, pela primeira vez, mostra uma competência racional-científica no modo de administrar a urbe. Trata-se de um líder político com

³ Ver: <http://www.cearaemrede.com.br/2011/04/sobral-esta-entre-as-10-pequenas.html>. Acesso em 07 de maio de 2012.

formação em nível de Ensino Superior, tendo a estratégia da especialidade técnica para o cargo executivo, bem como para seus assessores e secretários de gestão, insere como princípio legitimador o novo “saber-fazer” política na cidade e na região baseado na competência do Administrador.

Como fio condutor da pesquisa, levanto as questões como ponto de partida para o trabalho de investigação: quais interesses movem os processos de modernização em Sobral? Por que a cidade se apresenta enquanto representação especial dos efeitos de modernidade em diversos e longos espaços de tempo? Por que o espaço urbano é privilégio nas ações estratégicas que demarcam o rompimento com o passado? Por que tais efeitos perduram?

Seguindo os rastros dessas questões – que apelidei por “geradoras” –, defino como “objeto” de investigação específico a requalificação do espaço urbano de Sobral, ação desencadeada pela modernização proposta por Cid Ferreira Gomes desde a sua primeira gestão (1997-2000), e intensificada com a construção e requalificação de espaços na sede da cidade em sua segunda gestão (2001-2004).

A requalificação trouxe novos usos e atribuições aos mesmos, transformando-os em lugares de disputas, tensões e desejos. Isto posto, me proponho a entender como moradores, usuários e o poder público estão dando sentido a esse fenômeno, como eles convivem e dão vida social a estes espaços, que, desde os finais dos anos 1990, engendram na cidade a perspectiva da modernização de espaços públicos e inauguram uma nova forma de vivê-la, não somente com as práticas traduzidas nas apropriações, acresce-se a isto um novo contexto de cidade com todos os imponderáveis.

A política de requalificação do espaço urbano em Sobral estabeleceu práticas de remodelação do espaço público com ampliação do mercado público municipal; construção de um complexo constituído por biblioteca, museu, escola de artes e ofícios e restaurante popular municipal; construção de avenidas; reformas de praças e obras voltadas para o lazer com apelativo uso de símbolos e recursos de engenharia que destoam de uma imagem comum a outras cidades do interior do Ceará, mais especificamente a região norte do estado, onde se situa o referido município.

Os espaços sobre os quais pretendo desenvolver esta investigação simbolizam a modernização da cidade na forma de “obras de impacto” (GONDIM, 2001, p. 09), assim como representaram o desfecho da administração de Cid Gomes em Sobral e serviram como *standart* de

campanha do ex-prefeito para o cargo de governador do Ceará, nas eleições de 2006, o que lhe garantiu êxito.

A partir dessas considerações, é possível construir relações entre o que se pode chamar de “(re)invenção” de uma cidade (SANCHEZ, 2003) “moderna”, “desenvolvida” com construções espaciais impactantes, e o enaltecimento da figura política do administrador público. Com isso, interpreto a cidade de Sobral como um campo simbólico que agrega desejos e tensões, formando uma teia de relações onde homens “ordinários” (agentes usuários – *astutos* – *táticos*) e estrategistas (agentes técnicos) (CERTEAU, 1996) engendram uma ressignificação dinâmica do espaço urbano.

Podem-se traduzir as estratégias na busca de uma qualidade de cidade que resguardou o passado histórico dos grandes louvores à considerada “Princesa do Norte” com a política de Monumentalização. Ao mesmo tempo, iniciou-se a empreitada da modernização do espaço urbano criando condições para a renovação deste em busca do tão almejado desenvolvimento econômico por diversas classes sociais e grupos políticos, que, desde os anos 1960, se fazia “ordem do dia” em todo o nordeste brasileiro em decorrência da constante situação de pobreza sempre justificada pelas condições climáticas características da região, gerando, como consequência, os fluxos migratórios para o sudeste e sul do Brasil.

Neste ponto, o desenvolvimento, a julgar pelos seus processos de idealização e uma relativa concretização, possui diversas facetas que alimentam discursos das mais variadas vertentes argumentativas sobre o que isto seria ou deixou de ser; a quem beneficiou e/ou quem foi prejudicado; o que criou e no que se transformou, de acordo com a lógica de mercado e competitividade, as quais inserem as cidades em padrões de inclusão e/ou exclusão, caso estejam aptas a serem consumidas ou não.

Cabe evidenciar que o sentido de crescimento competitivo, estratégias de *marketing* sobre a cidade etc., são influenciados pelo discurso das elites políticas locais que, segundo Sánchez (2003), “dizem muito mais sobre elas e muito pouco sobre o cidadão comum”. Há uma forte referência àquele(s) que elabora(m) ou criam a necessidade do processo de modificação do espaço na cidade. Sánchez (2003, p. 86) nos adverte que

a transformação urbana por meio dos chamados “projetos de cidade” implica a produção de discursos por parte dos atores urbanos dominantes, especialmente os governos locais e as coalizões pró-crescimento. Os discursos acerca da cidade, veiculados pelos meios de comunicação notadamente publicitária, têm o objetivo

de modificar a imagem da cidade e construir novas “imagens de marca” das cidades “re-inventadas”.

No caso de Sobral, a afirmação da autora me ajudou a perceber que dois movimentos se criavam: o *city marketing* e o *Cid marketing*. O primeiro está posto claramente na citação. O segundo, transformei-o em categoria de análise para definição, mesmo que irônica, da significação da política assumindo o protagonismo das relações imbricadas nos interesses pela cidade paralelamente às ações econômicas, orientando, de forma sutil, a permanência, ou melhor, reavivando resquícios do tradicionalismo político cearense nos novos tempos, com a força do oligarquismo. Relações que foram transpostas das fronteiras da região norte para o governo do estado do Ceará.

Trabalho em Sobral desde 2001⁴ e por oito anos estabeleci residência na cidade, tais referenciais me fizeram construir uma relação não somente funcional com a cidade, mas aprendi a gostar do lugar. E junto com essa relação afetiva nasceu a vontade de pesquisar os processos de transformação que assolava a urbe. O interesse aumentou quando comecei a conhecer a cidade mais de “perto e de dentro”, sobretudo quando assumi um cargo de assessoria na Fundação de Ação Social da prefeitura municipal, o qual me revelou a outra Sobral, que não aparecia nas paredes do patrimônio histórico e nem na História contada nos livros dos memorialistas. Acho que passei a fazer o que Paulo Freire chama de “Leitura do Mundo” quando me aproximei dos bairros da periferia em visitas às famílias de adolescentes em conflito com a Lei⁵. Passei a me relacionar com outra história da cidade e ver como existem cidades e não somente uma. Enfim, foi a partir da vivência de mobilidade em Sobral que me interessei por compreender os sentidos diversos dados pelos seus moradores à cidade.

Inicialmente, trabalhei de forma especulativa, sem construir projeto de pesquisa formalmente. Somente em 2006 é que iniciei, com dois bolsistas de Iniciação Científica, a mapear as apropriações dos três espaços que aqui analiso. A pesquisa tomou corpo e acabou sendo renovada por não conseguirmos dar conta do mapeamento em um ano somente, visto que as práticas nos chamavam muito a atenção e acabávamos por privilegiar explorar a fundo

⁴ Sou Professora do quadro efetivo da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

⁵ Esse era o “objeto” de estudo da minha Dissertação de Mestrado, defendida em 2000 na Universidade Federal do Ceará, intitulada: ***O DIA É DA RUA, A NOITE É DO ALBERGUE***: condições e contradições de um abrigo de regime aberto para adolescentes em situação de rua na cidade de Fortaleza. Tal pesquisa me tornou uma “especialista” no assunto e, por tanto, fui convidada a assessorar a Fundação de Ação Social de Sobral e depois assumir a coordenação SOS Criança de Sobral, instituição que fazia intervenções mediadoras entre famílias e Justiça para com adolescentes em situação de conflito com a Lei, bem como tratava de assuntos como abandono, negligência familiar, exploração sexual de crianças e adolescentes.

algumas delas, como é o caso das práticas dos jovens no *Boulevard* do Arco, suas relações e os códigos que se estabeleciam nas sociabilidades no lugar, bem com a prática de skate no Parque da Cidade, que criou todo um movimento organizado dos skatistas, fazendo daquele um lugar singular e demarcado por conflitos e disputas entre os protagonistas, e colocando Sobral na arena internacional do referido esporte.

Todos esses elementos me fizeram despertar para analisar não a representação social dos espaços que foram construídos nas duas gestões do ex-prefeito Cid Ferreira Gomes, mas o conjunto de sentidos que os usuários desses espaços davam aos mesmos, fazendo revelar ações que não se faziam evidentes na cidade.

É a requalificação de tais espaços que possibilita, a mim, em especial, perceber o exagero sociológico, no sentido weberiano das apropriações da cidade, dando a ela uma polifonia de sentidos que, por momentos, denuncia o que o poder público esconde nas projeções paisagísticas e arquitetônicas do desenvolvimento e da cidade “boa para investir”. Seguindo este rastro, procurei compreender como os moradores e praticantes dos espaços lhe dão sentido e vida social.

A pesquisa para o Doutorado foi realizada ao longo de três anos. Objetivando compreender os sentidos que os moradores da Sobral davam às práticas de requalificação urbana, decidi continuar investigando os três espaços construídos na segunda gestão de Cid Gomes, quais sejam: o Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima, o Parque da Cidade e a Margem Esquerda do rio Acaraú.

Na realização do trabalho de campo, tomada pelas “descobertas” das dinâmicas cotidianas vivenciadas pelos moradores e praticantes da Margem Esquerda do rio Acaraú, acabei me envolvendo mais com este lugar. Tomando de empréstimo como aporte teórico a conceituação de espaço de Michel de Certeau, como “lugar praticado”, construí a maior parte da pesquisa de campo nas margens do rio Acaraú: lugar referendado historicamente por ser o berço da cidade. E que, em tempos de Cid Gomes, passou a ser alvo de requalificação e embelezamento por conta do patrimônio histórico que congrega. Por conta das suas tantas histórias oficiais, escolhi este lugar. Queria saber o que pensam sobre a requalificação os que o vivenciam cotidianamente. E, entre idas e vindas de Sobral a Campinas, a construção dos sentidos nas narrativas sobre a Margem Esquerda tomou mais tempo e afetividade da pesquisadora que os outros espaços escolhidos, quando do início do Doutorado.

Não obstante, aproveitei as observações e entrevistas entre os praticantes do Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima e do Parque da Cidade para demonstrar os efeitos destes lugares e seus aspectos sociológicos, na análise de hierarquias e diferenciações sociais nas apropriações dos espaços. Inspirada por Pierre Bourdieu, com o texto “Efeitos de Lugar”, faço uso deste material de forma menos exploratória na produção do quarto capítulo da Tese.

Nas idas a campo, consegui um total de dezoito entrevistas com moradores dos espaços, duas entrevistas com ex-Secretários de Desenvolvimento Urbano de Sobral; uma entrevista com um canoeiro e algumas conversas com algumas lavadeiras de roupas (praticantes da margem esquerda do rio Acaraú) e demais usuários dos espaços⁶. E, em momentos diversos, não me eximi de ouvir e anotar palavras ditas sobre os espaços que pesquiso e sobre a cidade e suas tramas em momentos outros, que caracterizam a “pesquisa flutuante”, definida como “a observação direta e contínua se transforma em ‘observação flutuante’, semelhante à ‘escuta flutuante’ do psicanalista: o observador está sempre em situação de pesquisa, sua atenção podendo ser exigida a qualquer instante” (GOLDMAN, 1995, p. 146), pondo em prática a deliciosa lição de Roberto Cardoso de Oliveira, no seu “Olhar, ouvir, escrever” (OLIVEIRA, 2000, p. 18),

marcado por nossa inserção nas ciências sociais – essas ‘faculdades’, ou melhor dizendo, esses *atos cognitivos* delas decorrentes assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos construir nosso saber. Assim, procurarei indicar que enquanto no olhaR e no ouvir ‘disciplinados’ – a saber, disciplinados pela disciplina – realiza-se nossa *percepção*, será no escrever que o nosso *pensamento* exercitar-se-á de forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social.

Como resultado final, consegui obter narrativas que confrontam “saber técnico” – estratégias – e “saber ordinário” – astúcias –, sobre a cidade (CERTEAU, 1996). Em que pese os sentidos técnicos, os ordinários foram mais valorizados, justamente por conterem e evidenciarem a cidade vivida, em muitos casos, pelos indesejados. Este enfoque desmonta simbólica e sutilmente as “paisagens de poder” (ZUKIN, 2000) e revela que, mesmo o espaço sendo estruturador de uma sociedade, ele não é vivenciado de forma homogênea e disciplinada, como desejado pelos saberes que os planejam.

⁶ Os nomes dos interlocutores serão resguardados, me atribuindo do artifício do uso de nomes fictícios para identificá-los. Somente o nome do Secretário de Cultura será o verdadeiro, pois o mesmo me autorizou a tanto.

Muito embora eu tenha encontrado bastante apoio teórico e metodológico em Michel de Certeau, busquei aporte em várias fontes bibliográficas por entender que o caso de Sobral é um “mix” de apropriações (LEITE, 2004); o que permite a percepção de frentes para muitas interpretações, mesmo que minha intenção não tenha sido construir uma análise interpretativista (GEERTZ, 1989) da cidade. Também não intencionei construir uma análise afirmativa de processos de *gentrification* na cidade, muito embora existam elementos que os revelem.

O presente texto foi distribuído em cinco capítulos. Os dois primeiros capítulos dedico à contextualização da história política e econômica do Ceará e à importância de Sobral nesses momentos. O papel de Sobral nos diversos aspectos que consolidam a formação e desenvolvimento do estado do Ceará entre os séculos XVII e XX; a economia (gado, algodão e indústria) e o coronelismo político como marcas referenciais na história que “inventa” o Ceará. No segundo capítulo, o enfoque recai sobre a modernização política do estado do Ceará a partir dos anos 1980 e o legado deixado por Tasso Ribeiro Jereissati para o futuro político do estado com a “Era Jereissati”. Além disso, em como esse legado influencia e dá suporte para o aparecimento dos Ferreira Gomes no cenário político cearense e, posteriormente, nacional. A pesquisa para os dois capítulos foi viabilizada pela leitura de teses e textos produzidos por autores cearenses e a consulta de documentos do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica da UVA – NEDHIS.

O referido grupo familiar, representado por Cid Ferreira Gomes, a partir da segunda metade anos 1990, passa a liderar a política na região norte do estado, centrando forças na cidade de Sobral com práticas de modernização na gestão política da cidade, já enfatizadas nesta introdução. Todas as estratégias articuladas para a legitimação do grupo no poder da cidade, e o desenrolar destes fatos para a ascensão de Cid Gomes ao governo do estado em 2006, compõem o terceiro capítulo da Tese.

No quarto capítulo, enfatizo os sentidos da requalificação urbana em Sobral. Como esse processo dinamiza as políticas públicas sobre o espaço urbano a partir do planejamento estratégico. A concepção do Plano Diretor Participativo legitimando o saber técnico sobre a cidade e seus desdobramentos. As dinâmicas dos espaços planejados e os sentidos que lhes vão conferindo vida social, os efeitos das apropriações que ora se enquadram, ora fogem ao planejamento.

No quinto e último capítulo, apresento uma descrição da Margem Esquerda do rio Acaraú com as tensões criadas pela requalificação desse lugar. A margem esquerda do rio Acaraú ganha *status* a partir da valorização do patrimônio histórico com a monumentalização, processo que alcança destaque por ter referendado o lugar considerado como o berço da cidade.

A margem esquerda do rio era relegada a lugar de moradia de pobres, reduto de aglomeração de antigas fábricas e mesmo, lugar perigoso, muito embora existissem usuários que valorizassem, com suas moradias, práticas de lazer nos períodos em que o rio estava cheio, lavagem de roupas, travessia de canoas. Neste espaço, pude analisar os confrontos entre os sentidos atribuídos a patrimônio: o que é evidenciado como patrimônio histórico tombado (atribuição do poder público) e patrimônio por sentimento de pertença e significação de vida e experiência no lugar (moradores, canoeiros, lavadeiras).

Também tentei compreender os sentidos de cidade que estão em jogo nos usos da margem esquerda, os quais vão, desde uma tentativa de desqualificar a história dos que moram na margem esquerda há muitos anos, ao imperativo da requalificação em nome de uma história da cidade que enaltece um ufanismo e um heroísmo das famílias e das ações que moverão a monumentalização da cidade. Bem como se faz estratégia de poder voltada para uma forma de consumir a cidade a partir de espaços de lazer e estruturas grandiosas para mostrar a marca de um grupo político-familiar que também transforma Sobral numa marca e num marco para galgar outros espaços políticos no estado do Ceará.

Esse último capítulo reuniu os objetivos traçados na pesquisa e me proporcionou o entendimento de que uma cidade não é só uma cidade. Ela está imbricada de relações que a racionalidade do planejamento jamais dará conta de se apoderar completamente dos seus usos.

CAPÍTULO I

CEARÁ: contextualização histórica na diversidade do nordeste não-açucareiro

1.1 Ceará: séculos XVII, XVIII e XIX

Historicamente, o Ceará tem como marco de origem a vinda de Pero Coelho, em 1603, ano que consta nos documentos oficiais como da fundação da capitania denominada Siará Grande. O outro marco histórico remete à ocupação da capitania no século XVII, com a construção de fazendas criadoras de gado vacum às margens de rios para a elevação da vida econômica da própria capitania e manutenção da região açucareira com os derivados do gado.

A vinda de Pero Coelho representa a primeira investida de Portugal no Ceará, e visava defender o território português contra as tentativas de ocupação dos franceses, que conseguiam comercializar com indígenas na Serra da Ibiapaba e Camocim, porção norte da capitania. Demarcando conflitos violentos com os nativos indígenas, Pero Coelho não logrou grandes êxitos, e outra tentativa de aldeamento com a colaboração da Cia. de Jesus em missão catequizadora se fez em 1607. Liderada pelos jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueiras, a expedição foi a primeira a explorar o sertão cearense pelo leito seco do rio Acaracu (atual rio Acaraú). Porém, o primeiro jesuíta foi assassinado pelos índios Tocarijus, habitantes da Serra da Ibiapaba. Para os historiadores Lívio de Sousa Ponte e Raimundo Nonato R. de Souza,

essa morte foi tida como uma morte ritualística destes nativos contra aqueles que julgavam ser mais alguns invasores da sua morada. Utilizando a religião dos missionários e a forma de fazer reverência aos seus santos, fizeram um ato de punição para os homens brancos, o que ocasionou a fuga de seu companheiro de viagem, o padre Luiz Figueiras, revelando-nos a catástrofe da primeira missão na região. (PONTE & SOUZA, 2010, p. 97)

Temos aqui alguns registros dos primeiros momentos de presença mais intensa dos portugueses no Ceará (1603-1691). Para Pinheiro (2007),

os aldeamentos se iniciaram, na capitania do Ceará, após intensos conflitos entre povos nativos e os conquistadores, mas, principalmente, depois da vinda dos paulistas que cometeram atrocidades inimagináveis que foram, em alguns momentos, denunciadas pelos próprios missionários. O fato é que a presença da Igreja e dos aldeamentos foi essencial para consolidar a dominação dos europeus. (PINHEIRO, 2007, p. 40)

É importante deixar claro que os aldeamentos foram essenciais para garantir a expansão da pecuária bem como a segurança dos empreendimentos dos portugueses na capitania.

Em 1611, uma nova expedição adentra o Ceará sob o comando de Martin Soares Moreno, que já havia estado na capitania sob o comando de Pero Coelho. Desta vez, Soares Moreno traçou estratégias de pacificação com os indígenas, logrando êxito ao fundar o forte de São Sebastião. Teve, porém, que bater em retirada para combater os franceses no Maranhão apenas um ano após a sua chegada. Só retornou ao Ceará em 1621, quando recebeu o título de Capitão-Mor. Em 1631, foi para Pernambuco combater os holandeses e não mais retornou ao Ceará, permanecendo a capitania sem apoio de Portugal com investidas constates dos holandeses, sob o comando de Matias Beck. Este foi reconhecido fundador oficial de Fortaleza por conta da construção do forte de *Schoonenborch*, posteriormente Forte de Nossa Senhora da Assunção.

Os holandeses não ousaram povoar o Ceará. Vieram em busca de prata, que nunca foi encontrada. Foram expulsos do Ceará em 1654 e, tal qual os portugueses, travaram conflitos violentos com os nativos da região.

Com a expulsão dos holandeses, o Ceará, que estava sob jurisdição do Maranhão, passou a pertencer a Pernambuco, demarcando um outro aspecto político-administrativo para a capitania voltado para fins econômicos.

A história do Ceará é demarcada oficialmente por vários fatores que o dispõem em diferentes estados como Pernambuco e Bahia, por exemplo. Estes considerados, na região nordeste do Brasil, desde a colonização, como potências econômicas que geraram insumos de sustentação e reconhecimento do país perante a metrópole portuguesa. Ainda nos primeiros tempos do Brasil colônia, Pernambuco e Bahia sobressaíram-se com a cultura canavieira e produção de açúcar, logrando êxitos que os mantiveram fortes e erguidos na economia nacional, ao contrário de outros estados nordestinos como o Rio Grande do Norte, o Ceará e Piauí.

Pautados pela transformação que promoveram na colônia, os dois estados, mais especificamente suas capitais, Salvador e Recife, serviram de reserva econômica da metrópole portuguesa. Mesmo assim, consolidaram-se já no período colonial; como outras cidades, que já se fizeram “grandes” também no mesmo período, como afirma Lemenhe (1991, p. 17)

Os estudos relativos à urbanização brasileira demonstram que as atuais grandes cidades, que tiveram origem no período colonial, já nasceram hegemônicas. Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Manaus, São Luís, Belém, dentre outras,

instituídas ‘vilas’ ou ‘cidades reais’, ao longo do primeiro e segundo séculos da colonização, foram, nas diferentes regiões, pontos exclusivos da nucleação da produção para o mercado externo e sede do aparato burocrático e militar. Na realização destas duas funções originárias, assentou-se a base da dominação daqueles núcleos sobre as áreas dispersas da produção e eventuais aglomerações interioranas.

A capital cearense, Fortaleza, diferente de outras, só ganha destaque após a consolidação e formação de outras vilas no estado. Aqui já é possível apontar o principal diferencial deste estado em relação à Bahia e Pernambuco. Várias regiões do sertão cearense desenvolveram-se antes de Fortaleza. Essas regiões se tornaram produtoras de bens para o mercado do litoral de Pernambuco, no século XVIII. É a partir deste período que o Ceará ganha importância maior na história do Nordeste.

Mesmo havendo registros históricos da ocupação da capitania do Ceará vinda do sertão para o mar no séc. XVIII (Capistrano de Abreu e João Brígido), há controvérsias apontadas por Antônio Bezerra, quando em 1901, apresenta uma versão de documentos que demonstram ter sido esta ocupação iniciada do litoral para o sertão ainda no séc. XVII (PINHEIRO, 2007). Sem mais delongas, o importante aqui é entender que é a partir do séc. XVIII que a distribuição de sesmarias se efetiva e que a ocupação do interior da capitania ganhou expressivo incentivo, objetivando a implementação e intensificação da atividade da pecuária para subsidiar a região açucareira, com maior destaque Pernambuco.

O Ceará, a julgar pelo clima, era visto como o cenário da miséria. Pelo que afirma o historiador Agenor Soares e Silva Júnior (2009), os primeiros escritos sobre o referido estado já retratam um cenário insatisfatório ao povoamento e desenvolvimento do Ceará em relação às demais regiões do Brasil. Citando uma descrição de João Brígido, memorialista cearense do início do século XX, Soares Júnior enfatiza que

O Ceará era a terra da desolação e da miséria, julgado segundo as impressões produzidas pela natureza áspera e, à primeira vista, intratável. A flora e a fauna pareciam paupérrimas, o solo estéril, o clima menos apto para o desenvolvimento da vida.

(BRÍGIDO *apud* SILVA JÚNIOR, 2009, p. 18)

É assim que o Ceará chega aos compêndios da História Oficial, demarcado pela miséria confirmada pelos fenômenos naturais que arrebatavam estas terras até o mais dedicado cristão em missão, e também pelo constante ataque de índios aos missionários, ficando bastante

conhecido o assassinato do jesuíta Francisco Pinto, mandado por ordem de Lisboa para exercer serviços espirituais na capitania do Ceará. Como afirma Silva Júnior (2009, p. 66),

Para o clero dos setecentos, a região era sinônimo de terra temível ou indesejável, principalmente pelo martírio do jesuíta Francisco Pinto (...) ou mesmo pelas constantes estiagens que assolavam a região. O certo é que a maioria do clero mandado por ordem de Lisboa se negava a exercer os serviços espirituais na capitania.

Da mesma forma que o clima colaborou para a tardia ocupação da capitania, foi por justo isso o que lhe trouxe visibilidade e lhe instigou a ordenação política. Esse fato teve uma grande contribuição da Igreja Católica, que, aliada ao Estado Português, foi o principal representante do civilizador europeu no Ceará no século XVII. A Igreja Católica promoveu o adestramento dos nativos e, de certa forma, denunciou as agruras e consequências das fortes secas que assolavam a região. Foi Ela, também, que iniciou o desbravamento de territórios para posterior investida dos criadores de gado.

Registradas desde o século XVII, as secas compreenderam insígnia fundante para a identificação da capitania bem como para delinear a imagem e identidade do sertanejo nordestino, tipo humano forjado como “forte” por sobreviver às estiagens, ser cuidador do gado, dominador da caatinga e criador da marca arquitetônica da região, que

pareciam ser moldadas pelo vento seco da estiagem: casas baixas, alpendres largos, ao redor da praça da capela, à procura de proteção divina; mas também, das chuvas que caíam nos tempos bons, fazendo crer na possibilidade da vida e de sua fixação num espaço sofrível, mas possível. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 25)

A criação do gado *vacum* – para a produção de leite, carne e demais derivados – conferiu ao Ceará a primeira investida econômica portuguesa na capitania. Delineando a ocupação e o povoamento, intentando o desenvolvimento e posterior independência política de Pernambuco, foi esse momento que deflagrou a origem das vilas cearenses sob régia ordenação de suas estruturas políticas para a construção das disputas entre si por poderes e hegemonias políticas no Ceará.

1.1.1 A pecuária e a ocupação do interior do Ceará

O século XVIII é momento de redefinição da capitania do Ceará no quadro de importância econômica do Nordeste brasileiro. Com a cultura criatória, intensifica-se o processo de ocupação e desenvolvimento do Nordeste e, de forma proeminente, do Ceará.

Neste processo, teve grande importância o rio São Francisco enquanto guia condutor das consideradas “bandeiras do sertão”. Através do referido, as terras foram sendo encontradas e as ribeiras que as banhavam foram servindo de aporte para a construção de fazendas.

Seguindo o curso do São Francisco, os portugueses adentraram o interior do Nordeste e consolidaram uma corrente de povoamento nas ribeiras até se fixarem nas margens do rio Jaguaribe (SILVA JÚNIOR, 2009). O rio Jaguaribe, considerado o maior em extensão no Ceará, com 600 km, nasce em Tauá, cidade da região dos Inhamuns, próxima ao estado do Piauí, e seus afluentes banham diversas cidades próximas a fronteiras com os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O rio desemboca no Oceano Atlântico, em Fortim, município que já pertenceu a Aracati, uma das principais cidades da capitania no período do fortalecimento da atividade criatória da capitania.

No entanto, o clima e as fortes secas permaneceram preponderantes para o parco desenvolvimento da capitania no início do século XVIII. O processo de povoamento e formação urbana cearenses ficaram à sorte de constantes deslocamentos dos colonos em busca de lugares mais aprazíveis para se viver e criar o gado. Este fator provocou, entre os primeiros colonos, o que Silva Júnior (2009) qualifica viver “ao sabor do tempo”. Consequentemente, a formação de algumas vilas foi prejudicada em detrimento das que se erguiam em terras mais férteis e rios mais volumosos,

seja em vilas opulentas ou em condições precárias, a seca deixava sua marca no processo de formação urbana cearense, influyendo no aumento ou diminuição de residências assim como na qualidade de suas habitações; a seca surgia como elemento que redefinia o número e o deslocamento dessa população. Algumas vilas recebiam mais moradores enquanto outras se viam quase vazias (...). A busca de comida e a luta pela sobrevivência se revelavam na efemeridade dos domicílios das vilas cearenses. (VIEIRA JÚNIOR *apud* SILVA JÚNIOR, 2009, p. 24)

As características acima apontadas impuseram limites à pecuária no sistema de produção e mercado para impulsionar a capitania, conquanto, somente a partir de meados do século XVIII, com a emergência dos núcleos urbanos, é que a comercialização do gado e seus derivados foi favorecida, e o Ceará entrou efetivamente na história urbana do Brasil; e Aracati, na porção leste do território cearense, se sobressai às outras vilas com o domínio econômico e comercial da capitania.

Por esse tempo, a produção de carne salgada, ao criar um volume maior de excedente e exigir novos canais de comercialização, possibilitou o aparecimento

e a consolidação de Aracati como núcleo urbano dominante. (LEMENHE, 1991, p. 18)

Embora Aracati tenha se sobressaído economicamente, outras vilas, ainda no século XVII, tiveram importância na produção e comercialização do gado vacum, visto que tal atividade tinha a função de suprir o mercado consumidor litorâneo açucareiro, com destaque à zona de produção pernambucana. Por lei, era proibida a execução da atividade pecuarista em área próxima da produção açucareira, e, ainda, a produção do gado demandava longas faixas de terras para o pastoreio, fato que tornou as sesmarias próximas às ribeiras cearenses lugares disputados pelos fazendeiros baianos e pernambucanos. Silva Júnior (2009, p. 27) afirma que

tais solicitações abrangiam mais as principais ribeiras, tornando-se importantes mecanismos de povoamento, dando origem aos chamados ‘currais’ ou fazendas de criar, obedecendo ao desenvolvimento da pecuária que então predominava, juntamente com o combate aos silvícolas. As fazendas, entendidas como unidades produtoras, foram se constituindo nas primeiras formas de povoamento do espaço, atraindo núcleos familiares, fazendo surgir as primeiras povoações.

É comum estudiosos da história do Ceará referirem-se à classificação criada por Capistrano de Abreu na definição de sua ocupação e povoamento (SILVA JÚNIOR, 2009; LEMENHE, 1991; PINHEIRO, 2007; LIMA, 2008). O referido autor explica que a ocupação cearense se deu através de correntes migratórias provindas da Bahia e de Pernambuco como correntes do “sertão de dentro”, dinamizadas pelos baianos, e as do “sertão de fora”, comandadas pelos pernambucanos. Os “sertões de dentro” compreendem o interior da Bahia e as cidades da margem esquerda do rio São Francisco, inclusive as que já pertenciam a Pernambuco, chegando ao Sul do Ceará. Os “sertões de fora” compreendem os litorais da Paraíba e do Rio Grande do Norte e também o interior, chegando ao Ceará pelo curso do rio Jaguaribe. As duas frentes de expansão de povoamento fundiram-se na capitania do Ceará, explorando o restante do sertão.

As sesmarias na capitania do Ceará foram divididas seguindo os cursos das ribeiras. Logo, as primeiras se localizavam nas embocaduras dos rios Pacoti, Choró e Pirangi, mais próximas ao Forte de Nossa Senhora da Assunção, mais tarde Vila que deu origem à capital Fortaleza. Já nos fins do século XVII, a demanda de solicitações de terras se expande para o interior, mais precisamente pelas margens dos rios Jaguaribe, Acaraú, Aracatiaçu, Camocim ou Coreaú.

As fazendas nas ribeiras tornaram-se importantes mecanismos de povoamento, dando origem aos “currais”, mas também promoveram constantes conflitos violentos contra os

indígenas. Desta feita, inicia-se o processo de implantação das primeiras fazendas de gado e atração de núcleos familiares promovendo a fixação dos mesmos na capitania. Formaram-se, então, as primeiras povoações e arraiais especializados no recolhimento do gado, os quais originaram núcleos urbanos ou vilas. Para Silva Júnior (2009, p. 28),

a vila de Icó foi um exemplo; ponto de encontro das duas maiores vias da capitania, ‘estrada geral do Jaguaribe’ e a ‘estrada das boiadas’, estabeleceram-se rapidamente como um dinâmico centro de criação e comercialização de gado.

Lemenhe (1991), em análise sobre a fragilidade da expansão e urbanização das vilas do Ceará, se refere à pobreza vivenciada nestas por conta das dificuldades de manutenção e cuidados com o gado nas épocas de estiagem, bem como à falta de técnicas que conservassem a carne em bom estado para comercialização, o que tornava o comércio do gado vivo a forma viável para a época, ao mesmo tempo em que limitava a capacidade de acumulação de capital na capitania⁷.

Somente com a criação das oficinas de salga da carne ou charqueadas, e o aprendizado do aproveitamento e conservação/curtição do couro para produção de artefatos, é que houve a dinamização do comércio local e a escolha da vila de Aracati para a concentração de atividades envolvidas com a atividade criadora.

Uma nova dinâmica foi introduzida no Ceará a partir das oficinas de salga da carne. Em conformidade com isso, novos arranjos para o trabalho são demandados, mais mão de obra e uso de trabalho escravo. Como afirma Lemenhe (1991, p. 34),

A industrialização da carne, apesar de ser feita com aproveitamento parcial da matéria-prima, veio possibilitar a criação de um excesso maior do que aquele gerado na comercialização do gado vivo e reforçado pela diversificação da produção, pois agora, afora a carne, poderiam ser comercializados couros e peles, que até à época inexistiam como mercadoria, dado o insignificante volume de animais abatidos nos limites da Capitania.

E, ainda com a produção da carne salgada, operou-se a demanda de uma divisão de trabalho com a separação da fazenda de criar das áreas de salga e da comercialização externa nos diferentes espaços. O comércio se intensificou entre essas áreas e originou-se a cultura de importação, distribuição e comercialização de produtos que entravam pelos portos.

⁷ Girão (1984, p. 84) *apud* Lemenhe (1991) afirma que “o gado emagrecido nas longas jornadas de até dezesseis dias era vendido a baixos preços a fazendeiros ou a indivíduos dedicados à engorda dos rebanhos, solução para se evitar o retorno das reses para as fazendas de origem, o que agravariam as perdas”.

Mesmo sendo atribuído destaque a Aracati nesse período, a primeira vila oficial da capitania foi Aquiraz, em 1699. Iniciou-se, assim, a vida político-administrativa da capitania. Esse processo teve suas contendas ligadas a disputas de poder e controle da capitania com Fortaleza, onde algumas povoações se fortaleceram e também onde estava situado o Forte de Nossa Senhora da Assunção. Porém, há registros de violências em outros povoados de expressiva importância e que haviam recebido ordenação de Portugal atribuindo-lhes o *status* de quase vilas. Cabe evidenciar que os conflitos de poder, mesmo àquela época, conseguiram unir fazendeiros, missionários, proprietários de terra, indígenas e comerciantes muitas vezes contra as arbitrariedades dos capitães-mores (LEMENHE, 1991; SILVA JÚNIOR, 2009).

Entretanto, o pedido de ordenação de umas e oficialização de outras vilas, por decreto, no Ceará, teve, muitas vezes, como justificativa, a questão da segurança das propriedades, fazendo-se necessário dar ocupação às pessoas sem trabalho, consideradas vagabundas e perigosas para os empreendimentos; como manifesta a Ordem Régia de 1766, transcrita por Auxiliadora Lemenhe (1991, p. 36):

Sendo-me presentes muitas e repetidas queixas de crimes atrosos nos sertões que nessa capitania tem commettido os vadios facinorosos que neles vivem como fêras separados da sociedade e do commercio humano. Sou servido que todos os homens, que nos ditos sertões se acharem vagabundos ou em sítios volantes, sejam logo obrigados a escolher logares accomodados para viver juntos em povoações cíveis que pelo menos tenham de cincoenta fogos para cima com juizes ordinários, vereadores e procurador do conselho, repartindo-se, entre elles, com justa proporção, as terras adjacentes, e debaixo da pena de que aquelles no tempo competente que lhes assegurem os editaes que se affixarem para este effeito, não apparecerem para se congregarem e reduzir a sociedade nas povoações... serão tractados como salteadores e inimigos comuns, e, como taes, punidos com a severidade das leis.

Assim, surgiram as vilas de Quixeramobim, Sobral, São Bernardo das Russas e São João do Príncipe; que, para além da intenção de evitar o não-pagamento de tributos à Coroa, intentava disciplinar os “vagabundos” e “desocupados”, dando-lhes funções produtivas e cercando-lhes nas áreas de produção; conforme se lê na continuidade da Ordem Régia:

... desterrada esta abominável desordem com a creação da Villa, se attraheria e obrigariam nella viver os homens errantes e inofficiosos de seu districto; que por elles se repartiriam o tráfico e misteres da sociedade, que se civilisariam os povos d'arredor; promover-se-hia a ordem e felicidade pública; a plicar-se-hia o prompto castigo dos facinorosos para excarmento de outros, adiantar-se-hia a despresada e necessarissima agricultura e augmentaria a communicação e commercio interior destes paízes.

Enfim, esses movimentos transformaram a vida da capitania do Ceará e tonificaram a urbanização das vilas, num processo civilizador do espaço e do comportamento dos indivíduos. A formação dos núcleos urbanos, a padronização das casas e das ruas, o ordenamento das relações sociais, a organização política e econômica das vilas e o surgimento de novos costumes passaram a “identificar” o Ceará e sua cultura no nordeste brasileiro.

Com editais e alvarás de fundação, a regulação do espaço de construção foi dando forma às vilas, futuras cidades cearenses.

Aos poucos, foram-se produzindo experiências nas conformações das vilas cearenses, onde os agentes metropolitanos, representados pelas Câmaras, procuravam estabelecer toda uma legislação que garantisse obediência ao reino. Ainda assim, a consolidação da ‘rede urbana’ se processou de forma tardia, se comparado ao restante das demais capitanias. (VIEIRA JÚNIOR *apud* SILVA JÚNIOR, 2009, p. 34)

As vilas que se destacaram potencialmente com a atividade criatória sobressaíram-se às outras que, somente com o aparato da Igreja, sobreviveram às disputas de poder na capitania; fato que demarca opulência para Aracati (1748), Icó (1738), Sobral (1773) e Quixeramobim (1789), em detrimento de outras como Viçosa do Ceará, Baturité, Crato, Caucaia, Messejana e Parangaba⁸, todas criadas em 1758. Estas três últimas, resultaram da ordem de “confisco dos bens acumulados pelos ‘missionários’ seguiram-se ordens para criação de vilas nas aldeias” (LEMENHE, 1991, p. 38). Em transcrição do Edital e Alvará que cria a vila de Baturité, a referida autora esclarece que as intenções de ordenamento são as mesmas dos documentos oficiais que criam as outras vilas:

fixação da população indígena já existente no lugar, congregação de índios dispersos no entorno, casamentos (revelando preocupação com o crescimento da população), prescrição para provimento de uma infra-estrutura de serviços – casa de câmara, cadeia, açougue, igreja e habitações – e física – definindo alinhamento das ruas, tamanho das casas, da praça – detalhes urbanísticos visivelmente contrastantes com as bases econômicas da capitania. (LEMENHE, 1991, p. 38)

Neste momento, inicia-se a experiência da legislação dos agentes metropolitanos através das Câmaras, garantindo obediência ao reino. E o que antes cabia aos colonos e aos religiosos administrarem com o sistema sesmarial, no século XVIII, começa a receber a burocracia de Portugal, levando para os sertões do Ceará o que ficou conhecido como “civilização do couro”,

⁸ Caucaia, atualmente, faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza. Parangaba e Messejana são bairros que compõem as regionais IV e VI, respectivamente, da capital cearense.

que teve forte influência das cidades litorâneas e da Igreja católica. Isso não tira o peso da influência já consolidada dos indígenas da região na linguagem, costumes e crenças, mesmo que algumas etnias tenham sido completamente dizimadas em todo o processo.

O processo civilizador português no Ceará se revela de forma mais contundente no ordenamento urbano, nos fins do século XVIII, promovendo a independência desta capitania em relação a Pernambuco, em 1799, e criando novas sociabilidades nos modos de viver dos que aqui permaneceram e, posteriormente, colaboraram no lento processo de autonomia. Com a criação das vilas distintas e reais, temos a construção do que simboliza atualmente o patrimônio histórico e cultural do estado, somado a isso, a ressignificação constante da cultura com seus símbolos pelos que viveram posteriormente ao período das origens do Ceará.

No próximo tópico, farei uma exposição sobre a capitania autônoma, já vivendo o século XIX, objetivando, com isto, desatacar momentos que permitiram ao Ceará chegar ao patamar de modernidade dos dias atuais.

1.2 O Ceará do século XIX

A história nos revela que o Ceará inicia uma outra forma de experimentar as resoluções das contendas políticas com a criação das vilas distintas, Câmaras e ordenamento do espaço. Entretanto, chegar a esse processo não foi algo que se moldou tão ao gosto da Coroa, visto que já existiam formas já bem consolidadas de resoluções de problemas e acertos de contas presentes no cotidiano dos diversos povoados criadas pelos próprios habitantes.

Legislar, ordenar e enquadrar novos costumes nada tinha de fácil e agradável para quem já tinha seus próprios meios de “resolver as coisas”. A começar pela ideia de unidade entre o povo cearense. Isso era fato inexistente. Não havia o sentimento de pertença a uma capitania. Havia interesses que moviam os indivíduos a defenderem suas fazendas, suas roças, suas famílias. E havia a Igreja, que compactuava com os interesses dos fazendeiros mais poderosos de determinada região da capitania. Alguns historiadores afirmam que a forma como as pessoas se identificavam confirma a apartação: “*eu sou dos Paula Pessoa de Sobral*”, forma que evidencia o sentimento de pertença à vila e, sobretudo, a uma família reconhecida do local.

As querelas entre indivíduos ou grupos, caso existissem, resolviam-se na base da valentia, da violência, “do sangue no olho”... não havia lei escrita ou diálogo, nem Deus no coração, muito

embora já houvesse uma forte religiosidade imperante nos costumes, com padroeiros locais, santos protetores, e a vigilância da Igreja para uns, com salvação para outros. A vingança era alimentada pelo desejo de justiça, que se fazia à revelia da ordem, porque esta se constituía da vontade dos sesmeiros.

A bravura que inventou o homem forte do sertão, que sobreviveu às intempéries das caatingas e fortes estiagens, também foi, e ainda é, em alguns lugares, a bravura que criou as táticas e estratégias de sobrevivência e defesa de propriedades no sertão nordestino, enquanto a Coroa Portuguesa civilizava as terras litorâneas.

“Rústicos” para alguns, “bárbaros” para outros, o povo do sertão da capitania não era “cearense”. Esse processo “identitário”, forjado, sobretudo, com a entrada da Província no capital internacional, veio a se consolidar nos fins do século XIX, quando o espírito de civilização foi incorporado e Fortaleza se tornou política e economicamente importante para a capitania.

Com a criação das câmaras nas vilas, nos fins dos setecentos, o controle sobre os indivíduos e taxações sobre a produção principiam a organização racional da capitania, orientando as ações de concorrência econômica, bem como o aparecimento da elite que proverá a do Ceará na vida econômica internacional, visto que, até então, toda a produção servia como retaguarda para a região açucareira,

Reconheciam-se, no período da colônia, “regiões” dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas: sobretudo no que corresponde hoje aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. A região era reconhecida como lócus da produção açucareira, enquanto os espaços que hoje correspondem ao Ceará e Piauí eram relativamente indiferenciados, desenvolvendo atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial e quase nunca assimilados ao que se poderia chamar de “Nordeste”. (OLIVEIRA, 1983, p. 32)

A capitania tinha importância secundária na formação econômica do Nordeste e a organização das suas vilas seguia de acordo com a intensificação de produção que cada uma criava. Aracati, Icó e Sobral tinham o maior excedente de produção com o gado e a salga de carne, por isso, se destacavam e construíram potências independentes da capital, interrelacionado-se entre si ou diretamente com a Europa, via portos de Aracati, Camocim e Acaráu. Fortaleza e Aquiraz, as primeiras Villas da capitania, não tinham influência sobre as outras, permanecendo isoladas e importantes apenas como estratégia de defesa e ocupação militar.

O século XIX demarca um importante momento da vida econômica da Província do Ceará, referenciado por três fatores: o iniciante declínio da produção advinda do gado, o incentivo à cultura de subsistência e a produção do algodão. A partir de então, estabelece-se outra configuração nas relações entre as vilas do interior e a capital Fortaleza. De acordo com Rufino (2009),

Através do algodão, o Nordeste não-açucareiro passa a estabelecer uma relação direta com o Capital Internacional, que encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados dos fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros (OLIVEIRA, 1983, p. 47). A cultura de subsistência, desenvolvida pelos moradores, meeiros e posseiros dos latifúndios, convive ao lado da produção do algodão e constitui o principal mecanismo de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho.

(RUFINO, 2009, p. 04)

A cultura do algodão – juntamente com o gado – deu ao Ceará não somente o impulso ao desenvolvimento econômico na Província. Essa junção determinou e marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra no estado posteriormente, deflagrando daí a estruturação da elite econômica e política cearense; bem como deu à Fortaleza a importância que não possuía, reorientando a dinâmica da hierarquia urbana na província, a partir da segunda metade do século XIX.

O Nordeste brasileiro se constituiu o maior produtor do Brasil-Colônia. Entretanto, não houve naquele momento proveito cumulativo nem para a colônia nem para a própria região, “ele apenas complementa a acumulação primitiva europeia” (PERRUCCI, 1984, p. 17). Tal fator permitia uma relação estreita das capitanias com o exterior, mas não entre elas na própria colônia. À exceção das capitanias como Ceará e Pernambuco, através de suas vilas produtoras, Rio de Janeiro e os pampas gaúchos, as outras capitanias eram com “ilhas econômicas” (LEMENHE, 1991: 75). Conforme afirma a autora citada, para quem

Inscrita no padrão econômico da exploração colonial, a administração portuguesa, centralizada no Reino e descentralizada na colônia, reforçava a segmentação das diferentes capitanias. Mantidas no Reino-Unido as relações coloniais com o mercado externo, a criação de um centro interno de poder não quebraria a dispersão. Assim, “às vésperas da Independência, eram mais fortes os laços das capitanias com a Europa do que entre si”.

(LEMENHE, 1991, p. 75-76)

Com a Abertura dos Portos (1808) nas colônias portuguesas, a Inglaterra foi a detentora dos direitos de extraterritorialidade e taxações de impostos a preços baixos. Isto limitou a autonomia do Brasil no setor econômico, que antes era todo direcionado para a Coroa Portuguesa, em 1827. Consolidando sua posição no mercado internacional, passa a depender da Inglaterra. As importações de produtos de subsistência colocavam em risco as riquezas dos grandes fazendeiros, visto que tudo o que aqui era consumido vinha de outros países. Fazia-se necessária a produção de itens de subsistência e a quebra da monocultura. Neste caso, os grandes proprietários iniciam um processo de queda de *status* em prol de uma regimentação mais cautelara e burocrática das suas próprias práticas. Uma lógica mais racional de fiscalismo passa a imperar no Brasil, e o Estado inicia seu papel regulador. Para Faoro (1991, p. 245),

sob a pressão da conjuntura adversa, o fazendeiro sentirá o que em outros tempos, nos tempos prósperos, não percebera: o fiscalismo, a tirania, o entrave do governo, a atividade econômica. Mal-estar associado às ideias francesas do liberalismo nascente, únicas ideias então disponíveis para colorir a revolta.

A saída para a retomada do prestígio internacional veio do espírito do Liberalismo político adotado pelos fazendeiros. Nascente no Brasil na primeira metade do século XIX, o Liberalismo serviu como justificativa para diminuir o poder do rei e dos capitães-gerais e aumentar o dos fazendeiros. A partir de então o poder era partilhado entre proprietários rurais e governo, sem que deste participassem as classes pobres (FAORO, 1991).

Outro momento de fortalecimento dos grandes proprietários rurais foi possível com a destituição de poder de D. Pedro I, em 1831. Foi quando a classe de senhores responsáveis pela agricultura de exportação passou a orientar o poder no Brasil independente. Para Celso Furtado (1989, p. 94),

Seria erro, entretanto, supor que aos privilégios concedidos à Inglaterra cabe a principal responsabilidade pelo fato de que o Brasil não seja transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX, a exemplo do ocorrido nos EUA. A diferença fundamental que existe entre pontos de vista do Visconde de Cairu – seguramente o representante mais lúcido da *intelligentzia* da classe agrícola colonial – e o Visconde de Strangford é que, neste último, persistiam ranços mercantilistas, enquanto o brasileiro refletia melhor as ideias que prevaleceriam na Inglaterra nos anos subsequentes. Não existindo na colônia uma classe comerciante de importância – o grande comércio era monopólio da Metrópole – resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. Qualquer que fosse a forma como se processasse a independência, seria essa a classe a que ocuparia o poder, como na verdade ocorreu, particularmente a partir de 1831. A grande agricultura tinha consciência de que Portugal constituía um entreposto oneroso e a voz

dominante na época era que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio.

No Ceará, que se enquadra no chamado Nordeste não-açucareiro, como já evidenciado acima, o gado e o algodão lhe imputaram melhores condições econômicas. Ao lado da criação de gado, já existia a cultura de algodão, café e outros gêneros para consumo interno nas vilas. A cultura do algodão, embora incipiente, já resultava positiva no final do século XVIII, em Uruburetama (LEMENHE, 1991). Com a queda na produção da carne salgada, como consequência das secas no final dos oitocentos, há a desorganização de caracterização do Ceará no ranque de produção de carne salgada. Porém, inicia-se a demanda pela produção do algodão incitada por Portugal. Ao mesmo tempo, Fortaleza disputava com Aracati o controle do comércio e a centralização da exportação direta para Portugal, visto que as demais vilas comercializavam com Pernambuco, encarecendo os preços dos produtos e fazendo a capitania perder com isto.

Com essa estratégia, Fortaleza se fortalece perante Portugal. Mas em função da crise econômica que Portugal enfrentava operada pela Revolução Industrial na Europa, a Inglaterra toma o mercado brasileiro e chega ao Ceará intervindo diretamente na produção agrícola para exportação. Conforme Lemenhe (1991, p. 52),

as áreas que, de início, abasteciam o mercado inglês foram o Oriente e a colônia norte-americana. O Brasil entra no mercado, pelo que se sabe, ainda no século XVIII, com a produção do Maranhão. Região pobre, com o algodão irá experimentar grande prosperidade. Se em 1760 exportava 130 sacas, atingirá, no primeiro ano do século XIX, o total aproximado de 29.000. De fácil trato, a cultura do algodão pôde estender-se por diversas áreas da colônia e dentre elas o Ceará. Mas o estímulo se dá, de fato, ao final do século, pela retração da colônia inglesa, durante o período das guerras da independência. Reduzida a concorrência americana, os altos preços, de início, fazem do cultivo e comercialização do algodão um empreendimento promissor. Segundo Simonsen (1962, p. 167), num curto período, entre fins do século XVIII e começo do seguinte, o valor da exportação total da colônia se aproxima daquele obtido pela comercialização de produtos tradicionais como o açúcar e o couro.

Como afirma Lemenhe, o Ceará foi beneficiado por fatores que lhes eram externos e a conjugação de fatores exógenos aos processos de produção já no Ceará Província, em meados do século XIX, foram fundamentais para a sua entrada no circuito internacional de agroexportação; quais foram: a Guerra da Secessão, que provocou o aumento nos preços das exportações da ex-colônia para a Inglaterra; a abertura dos portos no Brasil, incentivada pela própria Inglaterra para decrescer os dividendos herdados de Portugal; a transformação das províncias brasileiras em mercados consumidores de produtos industrializados; e a capacidade natural do Ceará para a

produção de algodão, matéria-prima para a indústria têxtil inglesa, referência mundial desta produção à época.

No cenário urbano cearense, dominado pela pouca ou nenhuma urbanização de algumas vilas, como já dito anteriormente, Aracati se destacava economicamente, e era a referência em termos de organização espacial; não tão obediente a um padrão de higienização com saneamento, iluminação etc., mas se destacava pela opulência dos casarões-sobrado, avenidas e uma elite dominante bem definida. Icó também já revelava uma arquitetura diferenciada no seu espaço urbano. Sobral estava iniciando o processo de ordenação de seu espaço e em Fortaleza nada existia além de um “centro embrionário com uma população rarefeita organizada em torno do riacho Pajeú sem nenhuma expressão urbana” (ACCIOLY, 2012, p. 109)⁹.



Casario do século XIX, Aracati. Foto disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread>.

⁹ Disponível em: < www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/.../327/303>. Acesso em 07 de julho de 2012.



Sobrados do século XIX, Aracati. Foto disponível em <<http://www.skyscrapercity.com>>

A ascensão de Fortaleza no século XIX conferiu-lhe o estado de capital da Província, por ordem régia de 1816, dando início a uma alteração no seu conteúdo urbano, bem como a emergência de classes sociais inexistentes que orientaram novas demandas de consumo e estilos de vida. Cabe evidenciar que esta classe era composta por estrangeiros, em especial, franceses e ingleses, os quais, juntamente com os proprietários de terras que fixaram residência na capital e o conjunto de novos trabalhadores, deram vida social à então capital da província, Fortaleza.

A produção de algodão provinha dos núcleos de plantio e o beneficiamento e exportação eram feitos na capital. Alguns locais de produção tiveram destaque no Ceará por conta da facilitação da comunicação com Fortaleza, é o caso do Cariri (sul do estado), Sertão Central e o Vale do Jaguaribe. Outras regiões permaneceram sem comunicação terrestre com a capital, e a produção de algodão foi menos intensa, como é o caso de Sobral (norte do estado), mas fez da

referida cidade o polo aglutinador de riquezas da região. Este período é também referenciado por formular a conduta de dominação política de toda a Província, que adota o modelo oligárquico na orientação do poder em todas as vilas transformadas em cidades logo no início da primeira metade do século XIX.

Outro destaque para o século XIX no Ceará, foi o advento das estradas de ferro, que permitiram o escoamento da produção do algodão, bem como anunciam a aceleração dos tempos modernos na Província. Os núcleos urbanos já formados floresceram em escala de hierarquia resignificando as potencialidades do interior da província, colocando cidades que tinham destaque secundário na era do gado, em evidência econômica e política no final do século em tela.

1.3 As estradas de ferro e o primeiro ensaio da modernização do Ceará

A produção de algodão no Ceará proporcionou o desenvolvimento da Província e, conseqüentemente, de várias vilas, que se tornaram cidades ainda no século XIX. A acumulação de riquezas nas cidades-destaque seguiu com a mesma lógica dos criadores gado. A diferença é que Fortaleza passou a pertencer ao rol de cidades desenvolvidas e a ser o centro das decisões políticas no Ceará. Contudo, o crescimento econômico enfrentou meio século sem infraestrutura de transporte mecanizado para o escoamento da produção. Por esses tempos, o item mais valorizado era o algodão, que ficou conhecido como “ouro branco”, mas o couro e itens agrícolas cultivados para subsistência em excedentes, em tempos de boa colheita, eram canalizados para exportação.

Itens como café, farinha de mandioca, cana-de-açúcar para rapadura, feijão, arroz e cera de carnaúba eram produzidos nas proximidades das regiões dos currais e em locais que, por conta das condições do solo e de forma menos sobressaliente, já tinham importância; é o caso de cidades como Crato e Missão Velha (no sul do estado) e Baturité. A cidade do Crato chegou a produzir excedentes que eram comercializados para Pernambuco, Paraíba e Piauí, bem como comprava manufaturados direto do porto de Recife. Essas relações influenciaram sobremaneira a cultura do chamado “povo do Cariri cearense”¹⁰, que se consolidou construindo símbolos e

¹⁰ Essas questões chegaram a levantar movimentos pela emancipação do Cariri no estado do Ceará, e há uma forma de reconhecimento endógeno e exógeno que promove a supremacia cultural do povo do Cariri por conta das manifestações de cultura popular construídas na região, demarcando uma diferenciação entre estes e o restante dos

códigos com forte herança cultural dos pernambucanos, hábitos alimentares e o sotaque, por exemplo. Isto também é percebido em algumas cidades do alto Jaguaribe, como Icó e outras localizadas na chapada do Apodi (sudeste do estado).

Para além das diferenças regionais do povo cearense, na tentativa de construir uma unidade que permitisse o desenvolvimento econômico local, na segunda metade do século XIX, as cidades formavam uma cartografia produtiva bem definida, destacando-se Crato e Missão Velha, no sul da Província, Camocim, Granja e Sobral, na porção norte-oeste, Icó, no centro sudeste, Aracati, no litoral leste, Russas, próxima a Aracati, no sertão leste, e, no sertão central, Quixeramobim.

Contudo, as cidades mantinham ligação direta com Fortaleza por via terrestre – Sobral, Granja e Camocim eram as únicas que mantinham a ligação por via aquática (Portos de Camocim e Acaraú) –, porquanto, toda a produção era escoada nos lombos de animais, o que tornava a chegada em Fortaleza demorada e acarretava alguns prejuízos, no caso dos produtos agrícolas, seu perecimento. Com isto, criava-se a demanda para a aceleração do transporte, bem como a garantia da qualidade e durabilidade dos produtos. Por conta destas demandas, e pelas pressões motivadas pela carência do algodão (matéria-prima) na Inglaterra, inicia-se o processo de construção de ferrovias no Ceará. Entre 1864 e 1877, os projetos de construção das ferrovias foram sendo anunciados. Eram eles: 1) Projeto Fortaleza- Pacatuba-Baturité-Crato (1864); 2) Projeto Mundaú-Itapipoca-Imperatriz (1865); 3) Projeto Aracati-Icó-Crato (1873); 4) Projeto Acaraú-Sobral-Ipu (1873). Somente o primeiro projeto teve início, desenvolvimento e conclusão. Sobral foi beneficiada com estrada de ferro, mas o trecho teve início em Camocim. Os outros projetos sofreram alterações para beneficiar Fortaleza ou não se consolidaram.

Com intentos de modernização de antigos caminhos por onde passava a produção criatória, os caminhos mecanizados abriam espaços para disputas entre as cidades. De acordo com Assis e Sampaio (2012, p. 151)

o grande debate interno é que a classe senhorial de Fortaleza fez de tudo para ter, de um lado, seu projeto ferroviário realizado e, de outro, criar os obstáculos para a aprovação dos restantes dos projetos, principalmente, o Projeto Aracati-Icó-Crato.

cearenses, na afirmação da cultura nordestina com símbolos como o cangaço, a religiosidade popular, as danças típicas, a relação com Padre Cícero etc.

Considerando as disputas entre os nascentes centros urbanos cearenses, tal assunto, por mais que fosse oriundo de fins econômicos, assentou forte discussão política em nível provincial e nacional, como enfoca Diógenes (2002, p. 18)

A primeira ferrovia do Ceará surgiu de um acordo firmado, no dia 5 de março de 1870, entre o Senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil (Senador Pompeu), o bacharel Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), o coronel Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), o negociante inglês Henrique Brocklehurst e o engenheiro civil José Pompeu de Albuquerque Cavalcante. Tal acordo visava a construção de uma ferrovia ligando a Capital do estado até a Vila de Pacatuba, tendo um ramal até Maranguape. Tal empreendimento visava o rápido escoamento da produção serrana para o porto de Fortaleza. A “Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité” foi constituída a 25 de julho de 1870, o contrato assinado para a construção da referida via-férrea foi assinado entre a Companhia e o Governo Provincial do Ceará. Após a assinatura deste contrato passou a denominar-se “Estrada de ferro de Baturité”, pois, agora, tinha como ponto final a cidade de Baturité, a qual era uma produtora de café.

A primeira estrada de ferro faz ligação de Fortaleza com Baturité, região serrana produtora de café e açúcar para exportação. Em relatório manuscrito, elaborado por Ernesto Antônio Lassance Cunha, que foi Engenheiro diretor-chefe por duas vezes da EFB (1882 – 1889 e 1891 – 1893), para a exposição de Chicago (1892), o autor expressa os objetivos da referida estrada:

A Estrada de Ferro de Baturité é a artéria destinada a servir o sul do Estado do Ceará, tendo por ponto inicial a capital, cidade marítima de Fortaleza, e por objectivo o Rio de S. Francisco, que, por seu turno, é a artéria fluvial que em futuro não muito remoto ligará o Norte ao Sul do Brazil.

Esta estrada preenche três fins diversos:

1^o – Ligar o Ceará ao Sul da República por meio do Rio São Francisco.

2^o – Proporcionar o maior desenvolvimento da lavoura e indústria do Estado do Ceará até então atrofiada pela falta de meios fáceis de transportes para a condução dos productos do interior para a Capital.

3^o – É também uma estrada estrangeira, permita-se a expressão, para minorar os efeitos das secas periódicas que assolam este Estado.

(DIÓGENES, 2002, p. 19)

Nesse momento, vêm à tona as disputas pelo poder político na província. As construções das outras estradas deram a tônica do fortalecimento dos proprietários de terras e produtores das regiões que elas alcançavam. A conclusão do trecho da Fortaleza-Baturité acaba servindo como justificativa para a chegada de alimentos para a população interiorana, que sofria com a seca de 1877, bem como empregar os atingidos com o fenômeno na obra de assentamento dos trilhos, já que se tratava de mão de obra barata e a companhia responsável pelo trabalho estava vivenciando

uma crise financeira. O trecho que liga Baturité à cidade do Crato foi construído por etapas, e só concluído em 1927, permitindo que cidades como Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Piquet Carneiro, Iguatu, Missão Velha, Crato, Barbalha fossem contempladas e obtivessem benefícios diretos¹¹. Em 1912, por conta de uma alteração no projeto original, a cidade de Juazeiro do Norte foi incluída nesta Estrada de Ferro, por ocasião das romarias para Padre Cícero. Alguns pesquisadores que visitaram aquela região no século XIX afirmam que, afora a estação e a linha do trem, nada mais existia em algumas cidades daqueles sertões, principalmente os que compunham o sertão central (SILVA JÚNIOR, 2009).

A segunda estrada de ferro construída foi a de Sobral, com justificativas de aproveitar as obras como ocupação para os vitimados das secas que assolavam a região no período. Com a construção desta estrada, bastante conhecida como “ferrovia da seca”, o algodão produzido na região era beneficiado em Sobral, seguia até o porto de Camocim e de lá para Fortaleza. Com isto, Sobral se consolida na região norte do estado enquanto principal cidade do sertão cearense. Ao lado de Fortaleza, tornou-se uma potência econômica, o que lhe garantiu a alcunha de “Princesa do Norte”.

Ainda que de forma incipiente, pois aqui se trata somente de uma contextualização histórica, é interessante perceber como as relações econômicas se resignificam e colocam o Ceará na economia mundial, tornando produtiva uma região naturalmente desfavorável para tanto. É elementar lançar um olhar sobre as questões macrossociais que mobilizam as transformações do lugar. No âmbito microssocial, os efeitos de tais intervenções apontam para a construção da noção de cultura local e de como esta se ordena e reordena em cada vila ou cidade que o trem apitou ou que o “inglês” adentrou com seus costumes, fazendo com que os costumes nativos se modificassem e outros fossem criados a partir desse “encontro”. E assim como os costumes se transformaram, a estrutura capitalista que aqui se reproduziu também foi transformada (SAHLINS, 2008). É neste conjunto de acontecimentos que deram sentido ao capitalismo brasileiro e, conseqüentemente, ao cearense, que contextualizo, a seguir, sua estrutura política potencializadora.

¹¹ “A EFB foi arrendada duas vezes. A primeira, em 1º de maio de 1898, quando as linhas atingiam até a cidade de Quixadá. Tal arrendamento perdurou até 1º de maio de 1910, quando teve o seu contrato rescindido e sendo, na época, arrenda para a firma *South American Railway Constrution Company Limited*. Este novo arrendamento deveu-se ao pensamento de que uma companhia estrangeira, com grande vulto de capital e conhecimento na área ferroviária, faria com que os trilhos da EFB chegassem até o Araripe. Mas o que vimos foi uma administração precária, o que levou a rescisão do contrato com está firma estrangeira, em 25 de agosto de 1915, levando o Governo Federal a assumir o controle desta Ferrovia” (DIÓGENES, 2002, p. 18)

1.4 As oligarquias do século XIX: negócio político que inaugura o coronelismo no século XX

Desde o Brasil colônia, o poder no Ceará é constituído por elites políticas advindas do “habitus” construído no mandonismo presente nas grandes propriedades rurais. No nordeste brasileiro, essa tradição é bem analisada por Gilberto Freyre na formação senhorial de Pernambuco e refletida na orientação política no Brasil, de estilo de vida rural, faltando-lhe a racionalidade empresarial e jurídica tão bem averiguados por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Acrescento a estas a análise direta da formação do patronato político brasileiro de Raymundo Faoro como arremate analítico que elucida bastante o entendimento da constituição da elite política brasileira no iniciante século XIX, e seus resquícios no nordeste ainda nos dias atuais.

A velha armadura política se amolda, sem absorvê-la, à sociedade, que se inquieta, se agita, inconformada, ao abraço sufocante e civilizador da monarquia tradicional. Sobre a sociedade dominada, uma realidade colonizadora, minoritária, conduz o fazendeiro e lhe impede o orgulho caudilhistas, domina o político, domesticando-o à ordem oligárquica. O conservador sem cargos faz-se revolucionário; o liberal no poder esquece a pólvora incendiária. Os dois, desprezados, voltam-se para a república, a república de ameaça e não a de verdade (...). A estrutura colonial, filha da tradição, converte, cunha e disciplina os sertões e o campo, burocratizando o agricultor e o senhor de engenho com o uniforme da guarda nacional, sucessor das ordenanças e milícias, a comenda e o título de barão. Réplica política da dependência do homem da terra ao mercador de escravos, ao fornecedor urbano, ao dispensador do crédito e comprador das safras. O anseio liberal, latente na tensão das camadas superpostas, doura-se de arremedos feudais, de um esquema sonhado de mando com os senhores territoriais donos das urnas e dos capangas. A cor letrada e romântica da doutrina não lhe retira o conteúdo rural, no desejo de um plano político de baixo para cima, não do povo, este excessivamente pobre e desarmado para aspirar ao controle das rédeas do poder. O apelo ao povo será tão falso e demagógico quanto a denúncia da anarquia. A organização política, numa corrente e noutra, nada tem a ver com a maioria: ambas partem, nos seus reclamos, dos degraus intermédios da escada que leva ao governo... (FAORO, 1991, p. 335-336)

A citação de Faoro é uma síntese da formação e consolidação do poder oligárquico que vigorou no século XIX no Brasil e que, no nordeste, especialmente no Ceará, tornou-se prática corrente das elites políticas dominantes, chegando a surtir efeitos nos dias atuais, independente da modernização econômica e das novas dinâmicas culturais.

Na primeira metade do século XIX, o controle exercido pelas câmaras municipais e a recente formação das vilas denotava o processo civilizador pelo qual passavam os senhores de muitas terras. No Ceará, este processo lidava diretamente com os colonizadores que chegaram para dizimar índios e construir riquezas de forma menos controlada pelo governo Português. No entanto, gerou um ímpeto “feudal” inspirado no *pater familias*; relações geradas pelo patriarcalismo herdado da “Casa-Grande” pernambucana, mantida pelo compadrio e dependência econômica não-capitalista, por servidão, gratidão e muitas vezes, manutenção da honra (valor moral) e da segurança da propriedade (BARREIRA, 1992).

Por conta da distância ou ausência do Estado nas vilas, o governo reconhecido pelo povo se centrava nas mãos das famílias proprietárias de terra. Esse governo gerenciava as terras e as vidas dos que dela dependiam, firmando as relações de dependência entre trabalhadores e proprietários e criando códigos de fidelidade e submissão destes para com aqueles.

A rusticidade e incivilidade das relações vão dando lugar à ordenação orientada por Leis. O Estado começa a se fazer presente com uma jurisdição pouco afeita aos interesses dos grandes proprietários, que, de manufatureiros ou criadores em larga escala, passam, aos poucos, a latifundiários e executores de um sistema em que tinham que negociar e dividir espaços com comerciantes de outros artefatos, obedecer a ordens reais e lidar com cobranças de tributos, o que não significou o fim dos governos de famílias. Conforme Araújo (2011, p. 11),

Isso teria feito da justiça e da lei existente nos interiores uma extensão do ego e das vontades das famílias e dos indivíduos “de posição” e de prestígio naquela sociedade. Vem daí a necessidade da família compor “pequenos exércitos” de irmãos, primos, cunhados, sobrinhos, genros, compadres, afilhados e cabras – as denominadas parentelas –, que eram grupos belicosos de valentões, cuja função primordial era promover a defesa dos interesses grupais, da honradez e da respeitabilidade da família parental territorialista.

A ética presente entre os grupos familiares que dominaram os sertões cearenses era baseada na resolução violenta dos conflitos, fossem eles internos ou externos à propriedade. “Rixa de família”, “vingança” individual ou coletiva, “emboscadas nas veredas e caminhos tortuosos” são palavras comuns nas sociedades acostumadas com a “Justiça” dos sertões nordestinos¹².

¹² As relações de conflitos com resoluções violentas são situações recorrentes no nordeste brasileiro. No Ceará, esse tipo de conflito é bem característico da região do baixo Jaguaribe, onde rixas de família e quaisquer traições ou brigas políticas têm conclusão com os chamados crimes de pistolagem. Sobre o assunto, v. BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

Com o fortalecimento do Estado imperial no Brasil, a criação de um corpo burocrático de funcionários na condução das instituições governamentais, somado à criação da Guarda Nacional, causou um impacto de minimização no poder das famílias. Com a submissão das famílias ao controle do Estado, na tentativa de não perder espaços de poder, estas fazem alianças em alguns momentos, rompimento em outros, desenhando os alicerces da política local com seus conflitos, fatores inerentes à organização sócio-política-econômica do Ceará, e definindo a atual “prática política da classe dominante do sertão” (BARREIRA, 1992, p. 17), cujo expoente em tempos mais recentes foi o “coronelismo”, movimento herdeiro mais próximo do passado colonial.

No início do século XIX, as vilas cearenses ainda não prestavam submissão à capital da Província. Neste caso, havia regiões governadas por grupos familiares ou pela solidariedade entre vários grupos no controle de uma região. Este é o início da formação de grupos ou facções oligárquicas responsáveis pela condução política e econômica do interior do Ceará.

A temporalidade que evidencia de forma mais expoente a política de Oligarquias no Ceará tem início na segunda metade do século XIX, quando o Brasil passa a ser independente de Portugal. Este período eleva muitas discussões acerca da consolidação das Províncias no Brasil, em decorrência, primeiro, da vinda do reino para a colônia, em seguida, por conta da Independência, com ideais Liberais. O Liberalismo político no Ceará fortalece a presença de facções oligárquicas no poder das Vilas elevadas a cidades e, posteriormente, à frente da sede da Província. Para Araújo (2011, p. 12),

Em paralelo ao processo de consolidação do poder central e de suas instituições profissionais, teria ocorrido um “amansamento” da “índole guerreira” da população sertaneja de então, quando as pressões exercidas pelas polícias, pelo judiciário profissional e pela burocracia concentrada na capital foram responsáveis pela modelagem de outro padrão de conduta e de sociabilidade para os “bárbaros” e “brutos” moradores dos sertões interioranos. De uma territorialidade fragmentada, com a província do Ceará dividida em diferentes polos de atração inter-regional, teremos, por fim, a vitória da capital sobre as periferias, e das sedes dos municípios sobre as fazendas territorialistas de cada vila ou cidade do sertão.

O modelo liberal burguês se instalou nas Vilas do sertão cearense, mas não conseguiu arrancar-lhes por completo a representação tradicionalista do poder das famílias, que, mesmo com o processo de mestiçagem bastante avançado, impunha a vantagem de carregar a herança portuguesa no “nome da família”, forma arrogante de auto-identificação e reconhecimento social. Com isto, percebe-se a prevalência da presença de Portugal no entendimento de

identidade deste grupo social decorrente ainda da colonização e referenciada na formação do então Estado Nacional, em detrimento do que se intentava chamar “povo cearense”, gerado, nas palavras de Darcy Ribeiro (1995, p. 19), “no caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados com escravos”.

Por aqueles tempos, o Ceará não existia enquanto província, não havia a unificação territorial que forjasse uma identidade local institucionalizada, muito embora houvesse costumes criados pelas necessidades materiais de existência na região, a mestiçagem e a fusão de conhecimentos. Tudo isso era vivenciado nas propriedades privadas, polos de produção, que, pertencendo a grupos familiares herdeiros dos antigos sesmeiros, criavam e recriavam normas sociais convenientes com seus próprios interesses. E, mesmo quando o Estado inicia suas tentativas de controle sobre as vilas, não há uma adaptação ao modelo do Governo. Ao contrário, o Governo teve que se adaptar às normas dos sertanejos, como afirma Araújo (2011, p. 32),

Era legítimo que a família promovesse a vingança privada, e que as diferenças grupais e pessoais fossem resolvidas através do “ajuste de contas”, na faca, no bacamarte e na emboscada. “O Rei, muitas vezes, era (ou se mostrava) impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição”. Como já o dissemos, antes da materialização de uma maior autonomia do poder público, o poder efetivo do Estado nascia muito mais da tradição familiar do que da ação direta de quaisquer autoridades estranhas ao meio social das comunidades interioranas. O juiz de fora, o promotor público, o delegado de polícia, o praça de polícia, ou quaisquer outras autoridades incumbidas da garantia da lei e da ordem nas vilas do Ceará primevo, quando não eram recrutados nas fileiras das parentelas dominantes na localidade, enfrentavam sérios problemas de legitimidade para se afirmarem diante do ambiente solidário e fechado das comunidades interioranas. Se a família era a fonte da autoridade, os agentes do Estado, quando não saíam de dentro da mesma, eram considerados “intrusos”, “invasores”, este universo comunitário. A ordem social nascida da família prestigiosa do sertão não era embasada pela “imparcialidade da Lei”, mas pelos humores e interesses grupais e pelas tradições do senso comum, o que fazia da violência grupal uma forma legítima de afirmação da ordem, da “lei” e do status.

No século XIX, em decorrência da modernização ocidental por razões da economia de mercado, o Governo Imperial inicia uma intensa pressão sobre a capitania do Ceará para criar um centro administrativo de fácil submissão à política interna, não “viciada” com as práticas de comércio como era o caso de Aracati. A proposta mais viável era Fortaleza, onde já havia uma pequena população e estrutura natural para a construção de um porto de grande porte para o

escoamento dos produtos de exportação, reduzindo custos e forçando as vilas produtoras se submeterem ao governo central via Fortaleza, criando entre elas canais de ligação e negociação.

A elevação de Fortaleza à capital da Província, e a reorientação territorial da capitania, criou para a capital uma hierarquia rígida de controle sobre as demais vilas, esgotou o poder da vila de Aracati, porém não fortaleceu o governo central diante do poder de grupos familiares das outras vilas produtoras, obtendo, desses, apoio e filiação ao Partido Liberal. Tais grupos lograram êxitos políticos chegando a ser indicados para a presidência da Província, bem como tiveram predileção na construção das estradas de ferro. As famílias tradicionais do sertão passam a assumir o poder administrativo da Província no litoral, contrariando os intentos do Império de domínio total do Ceará. Reflexo do capital simbólico consolidado com o passar do tempo no exercício do mandonismo e uso das riquezas acumuladas pelas famílias, fato que lhes conferiam títulos comprados no recente Império, bem como a Educação dos membros mais jovens, de sexo masculino, geralmente no Seminário de Olinda ou na Faculdade de Direito do Recife.

Ponto de honra para os produtores rurais, a educação dos filhos foi fator significativo para a ascensão das famílias ao poder da província. Em trecho citado por Celeste Cordeiro (2007), num texto sobre o Ceará na segunda metade do século XIX, podemos confirmar essa tendência:

O título de padre ou de doutor melhor os capacitava e os qualificava para a investidura em posições políticas. Estas posições, assim ocupadas, se constituíam nas trincheiras avançadas dos fazendeiros, contra quaisquer atentados às suas prerrogativas e privilégios.

(CORDEIRO, 2007, p. 137)

Ainda segundo a autora supracitada,

Entre 1832 e 1889, 280 cearenses se formaram na Escola de Direito do Recife, e 20 em São Paulo. Esses, diplomados em cursos superiores, herdeiros dos potentados rurais, ‘constituíam uma parcela significativa da elite que dirigiu e participou ativamente da vida política provincial e, quiçá, nacional’. Para si, os latifundiários compravam títulos nobiliárquicos e patentes da Guarda Nacional, como forma de auferir prestígio.

Os diplomas e o engajamento no partido Liberal levaram muitos produtores e seus clãs a aliar-se ao Império, bem como houve os que se opuseram, compondo o Partido Conservador. Estes dois partidos disputaram o poder administrativo da Província durante o século XIX e início do XX. A primeira facção oligárquica a assumir o poder na capital cearense foi liderada pelo Senador José Martiniano de Alencar, da região do Cariri e presidente do Partido Liberal de 1834 até 1860. Após a morte de José Martiniano de Alencar, o partido fica sob a liderança de Tomaz

Pompeu de Souza Brasil, o futuro Senador Pompeu, influente latifundiário de Santa Quitéria com parentela em Sobral e Granja, a família Paula Pessoa, cujo apoio lhe fortalecia na região.

O Senador Pompeu liderou o partido de 1860 a 1877, e quem lhe substituiu foi seu genro, o advogado Nogueira Accioly, que governou a província com “mãos de ferro”, deixando a marca de Oligarquia mais violenta na administração da província em todos os tempos. Esta característica remetida a Accioly não neutraliza as tantas violências cometidas por ordens e interesses dos que lhe antecederam. Na verdade, crimes eram cometidos por ordens dos dois partidos. As rivalidades oriundas das sagas das famílias e dos interesses de controle da máquina pública levaram à morte por assassinato chefes políticos, líderes de movimentos que contrariavam a ordem imposta, bem como promoviam o chamado “banditismo” no interior, praticado pelos “cabras” dos proprietários rurais.

O partido Conservador foi liderado pelos “boticário-carcará”, Antônio Rodrigues Ferreira (o boticário) e o Senador Miguel Fernandes Vieira, membro da família Fernandes Vieira (os carcará), da região de Icó e sertão centro-Sul da província.

O Ceará teve 43 presidentes nomeados pelo Imperador. Para os fazendeiros, era fundamental eleger os seus candidatos visando o fortalecimento do partido na província e garantir a manutenção do seu poder, não lhe dividindo com quem pudesse contrariar a sua vontade. E com fins de atingir seus objetivos, tudo era válido: emprego de violência, interferência do presidente da província, uso da máquina pública, desvio de recursos para os flagelados das secas, privatização da polícia etc. (CORDEIRO, 2007). Acresce-se ainda a impotência dos sertanejos eleitores e o controle dos cargos públicos da professora ao Juiz de Direito.

Mesmo diante de conflitos violentos e disputas acirradas, em 1860, a cidade de Fortaleza começou a vivenciar a *Belle Époque*, fruição histórica que interveio com o estabelecimento de novos hábitos e estilos de vida, bastante influenciados pela cultura francesa, fato corriqueiro em várias capitais provincianas brasileiras. Os costumes não ficaram sendo exibidos em espaço indigno. A cidade também sofreu uma intensa transformação no espaço urbano, passando por uma remodelação representativa da classe que dominava a cidade e a província como um todo. A ideia de progresso e modernização não cabia na cidade acanhada e tímida (PONTE, 2007). A marca diferencial daquele tempo tinha que estar impressa no espaço com obras de bom gosto, que definisse a ostentação das classes dominantes da Província. Para concretizar tal empreita, foi

contratado o arquiteto Adolfo Herbster, para a criação do novo plano urbanístico inspirado nas transformações de Paris, feitas por Hausmann.

A cidade ganhou praças, jardins, novas avenidas iluminadas a gás carbono e o cemitério São João Batista, o qual fazia parte das medidas de controle médico que avançava por conta do medo de epidemias que pudessem colocar em risco o progresso. A ideia de cosmopolitismo também invadia a capital, e com estas novas ideologias que alimentavam movimentos progressistas e literários, todos de origem francesa (maçonaria, positivismo, darwinismo social, menos o marxismo!). A fundação da Academia Francesa, em 1872, foi elementar para a renovação das ideias da burguesia nascente:

Criada em 1872 por jovens intelectuais cearenses egressos da academia de Direito do Recife, coube o papel de promover o ideário cientificista e evolucionista entre grupos letrados fortalezenses. Noções como ‘progresso’, ‘evolução’ e ‘darwinismo social’ assimiladas do estudo das obras de Comte, Spencer, Darwin e veiculados pela intelectualidade brasileira da época, serviram de base de inspiração para os projetos de redefinição político-social do País, como, por exemplo, o abolicionismo e o republicanismo.

(PONTE, 2007, p. 165)

A imprensa também foi elemento relevante nesse momento, pois os jornais se faziam fundamentais na divulgação das ideias por serem informadores das ações políticas nas pautas daqueles dias. O principal alvo dos jovens idealistas era a Igreja Católica, mas muitos foram perseguidos quando aderiram ao movimento Republicano, nos fins do século.

A remodelação de Fortaleza enfrentou crises e paralisações em virtude das secas e da epidemia de varíola nos fins da década de 1870. As mortes por consequência da doença envidaram esforços do poder público em controlar o problema. Neste período, destaca-se o médico sanitaria Rodolpho Teóphilo, que imprimiu duras regras nos hábitos do “populacho”, sobretudo no controle do consumo de bebidas alcoólicas, que denegriam a imagem e tornava os indivíduos improdutivos. Repressões condizentes com a civilização e disciplinarização dos trabalhadores das indústrias e do comércio.

Em virtude das mortes, as reformas na cidade passaram três anos paralisadas, vindo a ser retomadas em 1880 e com mais atrativos modernos. Desta feita, entram em cena os bondes puxados a cavalo, os quais exigiam pavimentação das ruas e mudavam os hábitos de mobilidade

dos cidadãos fortalezenses. Para adensar a onda de aformoseamento, foram instalados cafés na praça do Ferreira e foi erguido o Passeio Público.¹³

O século XIX finda com um saldo positivo em termos econômicos para o Ceará, porém, em termos políticos, tivemos a montagem de uma máquina de poder oligárquico insuperável, mesmo com toda violência impressa nas ações. Destarte, entramos no século XX e a herança das práticas políticas dominantes no Ceará província prevalecerá sob a consolidação da República no Brasil, instaurada a 15 de novembro de 1889.

As relações políticas iniciam um processo de modernização de algumas práticas com a aprovação da Constituição de 1891, que previa: a instituição de três poderes (Executivo; Legislativo – bicameral; e Judiciário); Voto universal masculino (excluindo-se mulheres, menores de 21 anos, analfabetos, mendigos, padres e soldados); Voto Aberto; Eleições Diretas. A seguir, demonstro brevemente como o Ceará vivenciou e encontrou meios êmicos de adaptação às fases que seguem para a modernização do país e, conseqüentemente, da Província.

1.5 A ENTRADA NO SÉCULO XX: a República, o coronelismo e o atraso econômico

Impulsionada pelas exportações de algodão, a economia cearense, desde as décadas finais do século XIX, fez florescer o comércio, as finanças e a indústria têxtil e de beneficiamento de sementes. Fortaleza, a capital, se firma como pólo dinâmico da economia cearense, atraindo investimentos e melhoramentos urbanos; com sua população atingindo 100 mil pessoas nos anos de 1920. Nessas primeiras décadas do século XX, desenvolveu-se o movimento organizativo dos trabalhadores, com dezenas de associações de caráter beneficente, sindical e organizações partidárias, algumas delas lançando seus jornais como órgãos de propaganda. (SILVA, 2010, p. 04-05)¹⁴

A citação acima resume a vida econômica do Ceará entre os fins do século XIX e início do XX, e nos mostra, ainda que de forma sucinta, algumas transformações evidentes nas questões políticas com o surgimento do movimento de trabalhadores, fortalecimento da imprensa, outras organizações partidárias e, acrescento, o embelezamento de Fortaleza, firmando-a no seu papel de capital. Haverá também o embelezamento de outras cidades, como é o caso de Sobral, na região norte do estado.

¹³ Cidades como Sobral e Aracati também tiveram seus tempos e projetos de remodelação do espaço urbano no século XIX, inspirados na sociedade francesa. No terceiro capítulo, exponho como isso aconteceu em Sobral.

¹⁴ SILVA, Marcos José Diniz. “Questão Social é ‘Problema Moral’”: militância moderno-espiritualista e trabalhadores no ceará das primeiras décadas do século xx. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>>.

Apesar da relevância da agroexportação, o algodão é o grande impulsionador do campo industrial cearense, seguido da indústria de couro, esta, porém, em menor escala. Estes serão os potencializadores do crescimento econômico cearense nos fins do século XIX e início do XX, com concentração em Fortaleza.

Como já assinalado, o algodão matéria-prima era produzido nos sertões e exportado para a Inglaterra desde a abertura dos portos. Em 1882, a primeira fábrica de manufatura de algodão é erguida no Ceará. De propriedade da Família Pompeu, que tinha como expoente o líder oligarca Tomaz Pompeu de Souza Brasil, a fábrica *Pompeu & Irmãos* tinha como sócios Pompeu Filho, seu irmão Antônio Pompeu de Souza Brasil e o cunhado Antônio Pinto Nogueira Accioly. Pompeu Filho também foi sócio da *Companhia Ferro-Carril do Outeiro* (1896), e instalou a fábrica *Progresso*, responsável pela fabricação de redes de dormir para a Amazônia em 1912 (ASSIS, 2012, p. 09)¹⁵. Com isto, tem os a dimensão do quanto a economia capitalista nascente alimentou a máquina oligárquica cujos tentáculos não se sedimentaram somente em decorrência da adaptação aos ditames do Império.

A indústria fortaleceu e cunhou o poder da Oligarquia Pompeu-Accioly no Ceará, permitindo que Antônio Pinto Nogueira Accioly estivesse à frente do governo da província na virada para o Brasil República e que nele permanecesse de 1896 a 1912. Governo considerado dos mais violentos e devastadores da máquina pública no período provincial.

Na Província, a prática Acciolyna era demarcada por alianças para a regulação e controle dos municípios. Na capital, o interesse pairava em embelezar ainda mais a cidade, incentivando a prefeitura de sua nomeação, na construção de obras como o Mercado de ferro, que se localizava próximo à praça do Ferreira e hoje está desmembrado em duas partes, as quais uma está na Aldeota, o conhecido Mercado dos Pinhões, e a outra parte é onde funciona o mercado público do bairro Aerolândia, em estado avançado de degradação.

Outra marca importante impingida pelos Accioly foi, logo no início do XX, a reforma das três principais praças de Fortaleza: a Praça do Ferreira, a Praça Marquês do Herval (atual José de Alencar) e a Praça da Sé. As reformas das praças impressionaram até os oposicionistas, com amplos e vistosos jardins, estátuas de inspiração clássica, coretos, bancos longos (PONTE, 2007). O jardim da Praça Marquês de Herval foi nomeado Jardim Nogueira Accioly,

¹⁵ v. ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *A Produção do Pensamento Geográfico no Brasil na preparação para Exposição Universal de Chicago: um livro sobre o território do Ceará (1891-1893)*. Disponível em: <http://www.3hpg1gh.net/gt_07/GT%207-243-%20ASSIS_RJS.pdf>. Acesso em 17/12/2012.

homenageando o chefe político. O Theatro José de Alencar também foi erguido sob a influência de Nogueira Accioly, considerada, essa, a obra mais importante do seu governo para a cidade (PONTE, 2007, p. 181).

Contudo, a truculência de Accioly e as práticas corruptivas no seu governo provocaram um profundo desagrado entre os fortalezenses, e uma onda de revoltas veio a expulsá-lo do poder, quando, em 1911, lançou um candidato à presidência do Ceará concorrendo com o tenete-coronel Franco Rabelo, nome que ganhou a simpatia do eleitorado. No dia 21 de janeiro de 1912, esta situação tomou corpo mais que acirrado, pois, na realização de uma passeata de crianças, organizada em apoio a Franco Rabelo, o grupo de Accioly infiltrou, entre os manifestantes, dois policiais à paisana, e, tão logo reconhecidos, foram surrados, fato que desencadeou o ataque da polícia armada e montada a cavalo, que aguardava a chegada da passeata na Praça do Ferreira. Com tiros e pisoteando as crianças com cavalos, exerceram mais uma vez a violência característica dos Accioly.

Esse evento desencadeou uma onda de revoltas que partiu de todos os lados da cidade, e o objetivo principal era a destruição das obras erguidas na remodelação da cidade,

Grande parcela da população, tomada de intenso furor, partindo de ‘fortalezas’ erigidas em vários pontos da cidade, foi avançando e ocupando territórios urbanos a cada dia, até o cerco final ao Palácio da Luz, sede do governo, onde o oligarca se resguardara. Trincheiras, barricadas e tiroteios não foram as únicas marcas da rebelião. A massa enfurecida não poupou os signos da remodelação urbana em curso: arrancou postes de iluminação, incendiou bondes, saqueou lojas e depredou o belo Jardim Nogueira Accioly da praça Marquês do Herval, aformoseada pelo intendente aciolino, Guilherme Rocha.

(PONTE, 2007, p. 183)

O movimento revoltoso conseguiu expulsar Nogueira Accioly do poder e seu opositor, Franco Rabelo, foi eleito presidente da Província por dois anos (1912-1914). Porém, a oligarquia Accioly conseguiu retomar o poder com o evento conhecido como a Sedição de Juazeiro, que, como explica Ponte (2007, p. 184)

Deposto Accioly, Franco Rabelo venceu as eleições; mas só permaneceu presidente por dois anos (1912-1914). Coronéis aciologistas juazeirenses encetaram uma reação que redundou na eclosão da chamada Sedição de Juazeiro (1914), conflito armado entre aqueles e as forças rebelistas. Vitoriosos, os rebelados juazeirenses chegaram até Fortaleza, não havendo, entretanto, enfrentamento com a massa disposta a defender Rabelo, pois o governo federal interveio, depôs Rabelo e estabeleceu como interventor o coronel Setembrino de Carvalho até que a política cearense se estabilizasse. Resultado: Accioly não

voltou ao poder; entretanto, um aciolino sem Accioly ainda perdurou por algum tempo, mas sem recuperar a hegemonia política perdida.

Preponderante foi o papel de Pe. Cícero Romão Batista, figura renomada em todo o nordeste por ser considerado milagreiro, acabara de ter conseguido a emancipação do Juazeiro do Norte da cidade do Crato. O referido Padre deu apoio à oligarquia Accioly temendo que findassem Juazeiro como ocorreu com Canudos, por conta do messianismo e aversão de Antônio Conselheiro. Juazeiro à época já era lugar de romaria e peregrinação em busca das bênçãos de Pe. Cícero, cujo apelido de “padim Ciço” deixou de ser o único em referência ao padre. Ele passou a ser chamado também como “padre Coronel”, depois do ocorrido.

Em fase anterior à deposição de Nogueira Accioly, este chefe político, além de conseguir promover a remodelação de Fortaleza, fazendo desta uma capital opulenta, promoveu a intensificação da cultura do algodão nas cidades onde constituía suas bases políticas. A construção das estradas de ferro e o incentivo à implantação de fábricas de beneficiamento do algodão em cidades como Iguatu, Quixeramobim, Crato e Sobral, foram marcas desta administração política e o imperativo da indústria capitalista, ocupando espaço que outrora era representado pela rusticidade da mão de obra escrava ou meeira. Isso não significa o fim da cultura agrária no sertão cearense, mas aponta para o surgimento de uma classe operária assalariada que prescindia de um olhar diversificado dos moradores das terras que viviam de trocas de favores com seus senhores. Simone Souza (2007) afirma que a participação política dos trabalhadores era anulada pelos oligarcas, que os consideravam “inconscientes”, “imaturos” e “bárbaros”.

O Partido Operário Cearense foi fundado em 15 de junho de 1890, e era fruto da organização de trabalhadores de oficinas, fábricas, associações, sindicatos, imprensa, cujo objetivo principal era participar do sistema político formal. Diante disto,

Acreditando nas mudanças na sociedade por via parlamentar, conclama a participação dos trabalhadores no pleito eleitoral que ocorrerá (sic) em 15 de setembro de 1890, para compor o Congresso Constituinte (...). O processo eleitoral é bastante tumultuado. Do confronto, resulta a prisão do chefe do Partido Operário, Anderson Ferro, sob a acusação de conspirar contra o governador. Os dirigentes do Partido Operário, chocados com a violência policial, deliberam abandonar o pleito eleitoral. (SOUZA, 2007, p. 289)

Portanto, a República não era vista com bons olhos pelo operariado cearense, ocorrendo constantemente manifestações e contestações contra o controle oligárquico, que, mesmo em 1919, quando da fundação do Partido Socialista, sempre sofreu investidas contra si, ameaças

pronunciadas por Tomaz Pompeu de Souza Brasil, o maior industrial e líder político da época. O empresário conclamava os demais a não empregarem elementos subversivos em suas fábricas (SOUZA, 2007).

O algodão constituiu uma ruptura-continuidade no sentido de haver desenvolvido as forças produtivas, dinamizando a economia e organizando a criação de um proletariado fabril condicionador da exploração de mais-valia. Interpõe-se, assim, a modernização seletiva do território, mesmo mantendo relações de trabalho seculares, que tão bem caracterizam essa cultura agrícola no Ceará. Fundamental aqui é perceber que os proprietários de terra passam a gerir dois modos de produção centrados em suas mãos: o tradicional, com a forma de parceria que tinham com os colonos, pautada na divisão da produção do algodão; e a moderna-empresarial, pois os mesmos proprietários eram os sócios das fábricas de beneficiamento que se instalavam nas cidades polos da produção, com aval do governo central. E ainda constituíam os grupos políticos que dominavam as regiões aliados ao governo da Província.

Afora os princípios de manifestações contra o governo provincial e a nova caracterização nos processos de exploração do trabalho, no âmbito político, o Governo Federal incitava a discussão que girava em torno da autonomia dos municípios e da reformulação das Constituições Estaduais, as quais acabaram afirmando a centralidade de poder e tutelando os municípios. No Ceará, este vínculo serviu para fortalecer as práticas coronelistas, que, com a instauração do sufrágio universal, o exercício do poder cria o “voto de cabresto”, marca forte do mandonismo local gerado e engrandecido nos pactos políticos da chamada República Velha, que desmantelou totalmente os governos municipais, segundo Leal (2012, p. 94),

deixando-os à mercê da falta de métodos racionais, desorientação administrativa, gestão financeira perdulária, dívidas crescentes, balbúrdia na escrituração, quando havia, exação tributária deficiente e tolhida por critérios partidários, estes e outros defeitos foram encontrados fartamente...

Até os anos 1945, o imperativo categórico do coronelismo vibrou na sociedade política cearense sem demonstrar uma “démarche” simbólica nos processos de mudanças que promulgavam as Leis Federais. Dito por Vítor Nunes Leal (2012, p. 237),

o quadro político da República Velha refreou, quanto pôde, esse ajustamento, e finalmente rompeu-se por falta de flexibilidade. Mas o ajustamento aludido foi incompleto e superficial, por que não atingiu a base de sustentação do ‘coronelismo’, que é a estrutura agrária. Essa estrutura continua em decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma providência política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente, como se vê, de modo

sintomático, na legislação trabalhista, que se detém, com cautela, na porteira das fazendas. O resultado é a subsistência do ‘coronelismo’, que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos.

Com a Era Vargas (1930-45), os estados e municípios perderam muito da sua relativa autonomia. Porém, no Ceará, a decretação do Estado Novo foi mais uma vez a consolidação das práticas políticas conservadoras e autoritárias, visto que o primeiro governo interventor imposto pelo Governo Federal, Fernandes Távora, desaloja do poder os oligarcas tradicionais, mas coloca em seu lugar seus parceiros partidários, persegue os movimentos dos trabalhadores com amplo apoio do movimento católico, sobretudo, dos Círculos Operários Católicos e desmobiliza outros setores trabalhistas apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fernandes Távora é deposto pelos tenentes do exército no ano seguinte, após assumir o governo. Seu substituto, Roberto Carneiro de Mendonça, tenta conciliar os revolucionários de 30 (tenentes) com os tradicionais oligarcas, o que ajuda na fundação do Partido Social Democrático (PSD).

Dos Governos Interventores Federais, Meneses Pimentel (1935-1945) é quem instala no Ceará as políticas centralistas do Estado Novo, que projeta uma nação sem conflitos e lutas de classes, a que se soma a extinção dos partidos políticos e os sindicatos atrelados ao Estado. Com amplo apoio dos tenentes e das oligarquias, permanece por dez anos no poder promovendo intensas perseguições políticas e promovendo pouco crescimento ao estado.

Após 1945, com a redemocratização brasileira, novos acontecimentos marcarão a história cearense nas suas políticas e economias, deflagrando, ao mesmo tempo, a modernização e o atraso como princípios da decadência do Ceará até os anos 1980. Na tentativa de provocar a autonomia dos municípios em relação aos governos estaduais articulados com as oligarquias, os subsequentes governos eram militares de carreira com forte preparo técnico-burocrático. Ligados a famílias que estiveram no esteio da política oligárquica, mas com outros modelos de administração, ao menos no que se refere à tratativa de uma racionalidade como princípios organizativos e constitucionais.

Neste caso, os governos continuaram com a lógica autoritária instaurada desde o início da era Vargas, alimentado pelo apoio dos tradicionais oligarcas e pelas rearticulações dos procedimentos estratégicos dos novos atores que entram em cena no jogo político: os militares oficiais de patentes, empresários sem raízes familiares, dissidentes oligárquicos militares e empresários.

Desta forma, se reorganiza a política cearense na formação dos quadros que imperaram as décadas de 40, 50, 60, 70 e 80 do século XX. Incrementada pela dinâmica partidária, a política foi remodelada, demonstrando uma imensa fragilidade das elites políticas. Na organização dos partidos cearenses, seguiu-se a tendência nacional. A novidade estava na composição: PSD (Partido Social Democrático), com a burocracia do Estado Novo; a UDN (União Democrática Nacional), formada pelas oligarquias; PSP (Partido Social Progressista), com dissidentes do Estado Novo e dissidentes das oligarquias; PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), liderado pelo empresário Carlos Jereissati, ferrenho opositor de Virgílio Távora nos anos 1950 (PARENTE, 2007).

A nova formação política envida esforços para a manutenção do aparato e apoio nos municípios, atolados em dívidas de favores com os tradicionais e quase decadentes oligarcas, que se empoderavam no prestígio que ainda sustentavam, nas relações de compadrio e forte clientelismo, nos quadros administrativos das prefeituras. Essas relações confrontavam, como sempre, o intento modernizador do Estado brasileiro, já fragilizado pelas diversas formas como se imperou a implantação dos ideais tanto do Império como da República, desconsiderando toda e qualquer incorporação das classes não abastadas (escravos, mestiços, crianças, estrangeiros, trabalhadores rurais e operários) e grupos minorizados, como é o caso da participação feminina nos processos políticos.

Em 1945, Fernandes Távora lidera a UDN no Ceará, partido ao qual se opunha enquanto Interventor nos anos 30. Neste partido, fora eleito para diversos cargos e tinha aliados políticos fortes, como é o caso de José Sabóia de Albuquerque, político tradicional e dono de fábrica de tecidos e líder da UDN em Sobral, o qual se manteve fiel a este partido. O PSD era liderado por Meneses Pimentel, que tinha como principal aliado Chico Monte, também de Sobral; este não permanecera no partido e migrou para o PTB, fato que promoveu bastante o partido no Ceará.

O sul do Ceará manteve-se com a UDN, exaltando uma fidelidade partidária da qual o norte não compartilhava.

Em 1947, a UDN, em coligação com o PSP, elege o Governador do estado. Para o Senado, foram eleitos os candidatos da UDN, Plínio Pompeu (genro de José Sabóia) e Olavo Oliveira pelo PSP. O Senado acabava sendo o cargo político mais disputado por conta da vigência de cada pleito, que era de oito anos. A coligação fora rompida em 1947, quando Olavo Oliveira se indispôs com a UDN e com o governador eleito, aliando-se ao PSD de Meneses

Pimentel. Em 1950, o vencedor para o governo do estado foi o candidato do PSD, Raul Barbosa. Para o Senado, Olavo Oliveira venceu pelo PSP; o PSD elege quatro deputados estaduais e um federal; e o PTB, liderado por Carlos Jereissati, elegeu somente um deputado estadual e o PR elege dois deputados estaduais.

Em 1954, vence para o governo do estado, Paulo Sarasate, da UDN. Seu concorrente era Armando Falcão, representante do PSD, que, mesmo sendo derrotado, assumiu o cargo de deputado federal, sendo líder do governo. O vice-governador da chapa era Flávio Marcílio, candidato do PTB, aliado de Carlos Jereissati e responsável pelo apadrinhamento de Getúlio Vargas à coligação.

Com o fortalecimento do PTB na região norte, Sobral elege seu primeiro governador do estado, trata-se de Parsifal Barroso, eleito com apoio do então Presidente da República Juscelino Kubitschek (PSD). A coligação PTB-PSD enfrentou o candidato da UDN Virgílio Távora. A coligação elegeu cinco deputados federais e dezesseis deputados estaduais pelo PSD; o PTB elegeu oito deputados estaduais e apenas dois deputados federais; o PSP elegeu oito deputados estaduais e três deputados federais; a UDN elegeu quinze deputados estaduais e cinco federais. Neste quadro, o nome que sai beneficiado é o de Carlos Jereissati, líder do PTB, que ganhara a simpatia de Getúlio Vargas e João Goulart. Segundo Parente (2007, p. 392),

Em âmbito nacional, Juscelino Kubitschek havia entregue a Previdência Social nas mãos do PTB para ter governabilidade. Carlos Jereissati tornou-se, desse modo, a grande força emergente nessa nova configuração política cearense. O governo Parsifal Barroso teve então a concorrência não só dos opositores tradicionais da UDN no plano da administração estadual, mas também teve que administrar uma luta interna pelo controle do seu partido, o PTB, com a força emergente de Carlos Jereissati.

Em detrimento do crescimento de Carlos Jereissati no PTB, Parsifal Barroso sai do partido e entra no PTN (Partido Trabalhista Nacional). Outro expoente político se sobressai no cenário político cearense nesta época, trata-se de Virgílio Távora, apoiado e tutelado pelo mesmo governo presidencial de João Goulart, pois foi seu Ministro da Aviação e Obras Públicas.

Em 1962, Virgílio Távora saiu vencedor para o governo do estado, apoiado por Parsifal Barroso, seu opositor em pleito anterior, com a coligação inédita UDN-PSD-PTN. O PTB de Carlos Jereissati coligou-se com o PSP, o PTR e o PR. Neste pleito, ficou configurado que o que mais estava em jogo era o desejo de Parsifal Barroso derrotar Carlos Jereissati, por este ter impedido o seu crescimento e fortalecimento no PTB. Entretanto, Carlos Jereissati apoia um

dissidente da UDN, nome forte que saíra do partido e fora para o PTB, Adahil Barreto, que se candidatou e se elegeu deputado estadual no mesmo pleito. Para o Senado, fora eleito Carlos Jereissati, pelo PTB.

O ano de 1962 teve os dois nomes mais importantes da época à frente da política cearense, no confronto pela modernização do estado do Ceará. Para Parente (2007, p. 396)

Virgílio Távora e Carlos Jereissati são duas formas de liderança diferentes, mas representativas de uma transição para a ideologia da modernidade, refletindo as ideias de Celso Furtado e do Banco do Nordeste. A modernidade, entendida com uma racionalidade weberiana, enfatizando a técnica, já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses, e essa ideologia modernizadora, identificada com a industrialização, foi facilmente assimilada pelas elites políticas cearenses. O processo de afirmação e fortalecimento das lideranças de Carlos Jereissati e Virgílio Távora é, portanto, articulado nacionalmente como consequência do projeto de modernização conservadora das elites brasileiras, um desdobramento da ideologia nacional desenvolvimentista.

Esses fatores são incisivos para a chamada elite, pois não se trata mais de um poder oligárquico coronelista, nos padrões dos anos da República Velha. Tratava-se da junção de interesses onde traços do velho coronelismo se apresentavam. Porém, não se faziam preponderantes, atendendo conveniências que muitas vezes nubliavam o sentido de modernização política. O conservadorismo em nada se modificara nas tendências de minimização das desigualdades sociais. Mas o ideário capitalista se enaltecia para padrões mais sofisticados e menos acirrados em relações personalistas e clientelistas do passado.

A urgência dos tempos modernos acaba sofrendo atraso com os imponderáveis da vida e da política. Primeiro, veio o falecimento de Carlos Jereissati, em 1963. Após esse ocorrido, se instaura o Regime Militar no Brasil, em 1964. Carlos Jereissati não deixa herdeiros políticos imediatos – somente nos anos 1980 é que seu filho, Tasso Ribeiro Jereissati, se destaca na política – mas a família construiu um império empresarial no Ceará, com fábricas de bebidas, Moinho Cearense, *shopping Center*, lojas no ramo de confecção, empresas no ramo imobiliário.

Virgílio Távora, por conseguinte, continua sua trajetória política respondendo positivamente ao governo militar e sendo nomeado o primeiro Governador do Estado deste período.

O bipartidarismo é imposto e dois novos movimentos foram criados em nível nacional: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), da qual fez parte no Ceará a maioria dos deputados da

UDN e do PSD; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), do qual fizeram parte a oposição mais tradicional do PSP e os partidos mais identificados com a esquerda.

Nas eleições de 1966, apesar dos méritos que tinha diante do governo federal, Virgílio Távora não fez seu sucessor o candidato indicado por ele numa lista quántupla. Saiu vitorioso Plácido Castelo, um dos nomes escolhidos pela ARENA, mas não endossado pelo então Governador. A situação da ARENA era de falta de coesão e homogeneidade interna. Dificuldades foram vivenciadas principalmente devido à escassez de recursos e viabilização da máquina burocrática. Mas deixou sua marca impressa em obras de valor no estado com: a construção do Instituto Penal Paulo Sarasate, primeiro do Ceará para abrigar criminosos de grande periculosidade; da rodovia do algodão, estrada que liga a região Metropolitana de Fortaleza ao Crato; da rodovia estadual, que liga Fortaleza a Aracati; o início da construção do Estádio Plácido Castelo, o Castelão, que foi concluído no governo Virgílio Távora, nos anos 70; e construiu o Palácio da Abolição, que atualmente abriga a sede do governo estadual (PARENTE, 2007).

Em 1971, foi nomeado o Coronel César Cals de Oliveira Filho para o governo do Estado. Militar de carreira, se destacava por ser um tecnoburocrata que assumiu o serviço de Luz e Força de Fortaleza nos anos 50, indo para o departamento de Energia da SUDENE em seguida. César Cals não tinha vida política, e seu vice fora Humberto Bezerra, irmão gêmeo de Adauto Bezerra, que seria o substituto de Cals. Este governo foi marcado por críticas da própria ARENA ao Governador, que constituiu um secretariado formado, em boa parte, por técnicos militares pernambucanos, o que causou bastante descontento dos cearenses co-partidários. Cals, ao sair do governo do estado, assumiu uma diretoria na Eletrobrás, sendo, em 1978, nomeado Senador biônico por Ernesto Geisel. Entre 1979 e 1985, foi Ministro das Minas e Energia do Governo Figueiredo; em 1985, amargou derrota para o senado.

César Cals foi substituído por Adauto Bezerra, também militar de carreira e empresário e dos quadros da UDN na região do Cariri. Oriundo da família Bezerra, de Juazeiro do Norte, faz parte de uma das oligarquias mais tradicionais do Ceará. Apesar da carreira na política entremeada pelo apoio dos seus irmãos Humberto e Orlando Bezerra, souberam conduzir o mundo da política aliado ao mundo empresarial e financeiro, por serem proprietários de Bancos. Tradição de racionalidade moderna são os imperativos desta família na condução da política cearense.

Com o fim do bipartidarismo em 1979, a ARENA passa a se chamar PDS (Partido Democrático Social) e o MDB passa a ser PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Com isto, Virgílio Távora volta ao poder pelo PDS. Desta feita, Virgílio não poupa esforços na intenção de modernizar o Ceará para criar condições de construção do Distrito Industrial na Região Metropolitana de Fortaleza. Constrói o sistema hídrico Pacoti-Riachão, promove a ampliação da energia elétrica no interior, constrói rodovias estaduais, e inicia o processo de internacionalização do Aeroporto Pinto Martins, só concluído no governo de Tasso Jereissati. Para Josênio Parente, “essas obras farão parte de um projeto de transformar o Ceará no terceiro polo industrial do Nordeste”¹⁶.

Mas, como “tudo é frágil, tudo passa”, a política dos coronéis de carreira militar padecia sempre do apoio do Governo Federal e, como medida de proteção ao poder que se instaurara desde os anos 60, um acordo foi firmado entre Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, o qual dirimia, sobre bases autoritárias, a alternância de governos entre os três ou por quem eles indicassem, bem como a partilha de cargos no poder público pela “gente” dos três, ou seja, cá estava novamente o Ceará sob as regras e vícios do antigo coronelismo e, desta vez, travestido de tecnoburocracia, onde, em tese, competências regulariam os setores e uma classe de pessoas de conhecimentos deteria com vigor estes espaços da administração pública.

Conforme Barreira (2008, p. 96),

o PDS obteve quase oitenta por cento dos votos no Estado (exceto Fortaleza) e consolidou a estrutura clientelista que reproduziu uma harmonia entre governos federal e estadual. A manutenção desta estrutura foi realizada em grande parte pela alusão à miséria do Estado e uso de cabos eleitorais que viabilizavam a continuidade de uma política conservadora e oligárquica. Os cabos eleitorais conseguiram recompor a clientela eleitoral, antes circunscrita ao limite da propriedade, no espaço de um distrito ou povoado. O cabo eleitoral funcionou como mediador entre os eleitores e os políticos, transmitindo as reivindicações de eleitores dispersos ou organizados em municípios aos políticos. Estes elaboravam sua plataforma eleitoral nesse quadro. O cabo eleitoral recuperou o contato pessoal que era realizado pelo próprio candidato ou por coronéis proprietários.

Outros parceiros entram em cena para a garantia e extensão da “cordialidade” (HOLANDA, 1995) nas relações políticas cearenses. O cabo eleitoral é o novo mediador e

¹⁶ No próximo capítulo, retomo essa discussão para aprofundá-la em análise sobre o sentido de desenvolvimento impresso pelos governos modernizadores do estado do Ceará.

representante de um político “homem-bom” do sertão. Geralmente, ele é alguém carismático, que tem a confiança do povo e sabe jogar no “campo” da política (BOURDIEU, 1998). Nem sempre tem o saber douto, mas tem notório saber em negociar ganhos para o político, pois também ganha material e simbolicamente, nas tessituras da cordialidade política. Alguns chegam a ganhar tanto prestígio que constroem carreira política apadrinhados por quem já ajudou.

Enfim, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals intentam fazer vigorar o “acordo dos coronéis”, mas a oposição impressa pelo PMDB e a abertura do processo democrático não garantiu êxito total aos projetos do “triunvirato”. Pois as bases políticas dos três não se entendiam, e ainda, Virgílio Távora investiu em várias tentativas de se fortalecer, uma delas foi lançar sua esposa Luísa Távora (a mãe dos pobres) candidata a Prefeitura de Fortaleza para concorrer com Maria Luíza Fontenele (PT), em 1982. Vence a segunda candidata, sinal de que o “acordo” só funcionava com as eleições indiretas.

Nas eleições para governo do estado de 1982, o candidato que deveria concorrer ao pleito, pelo acordo, seria Adauto Bezerra, vindo este preterido por Gonzaga Mota, em virtude de outro acordo imposto pelo então Presidente da República João Baptista Figueiredo. E, em 1985, é anunciado o “governo das mudanças”, capitaneado por Tasso Ribeiro Jereissati com o discurso de eliminar o “atraso” político do Ceará com o fim do coronelismo.

O tema do coronelismo, sua estruturação e bases de sustentação instigaram muitos trabalhos na historiografia e nas ciências sociais brasileiras. Problema intrínseco à formação política do Brasil, chegou a se tornar tema privilegiado de alguns clássicos como Vitor Nunes Leal e Raimundo Faoro. No Ceará, são célebres os pesquisadores da década de 1980, que lançam um olhar crítico sem necessariamente terem como fio condutor único a teoria marxista. Trabalhos como os de César Barreira e Auxiliadora Lemenhe e Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho, ajudam no traçar não só um olhar sobre o coronelismo ideal típico, construtor de um “habitus” fixo (BOURDIEU, 1998). Gosto muito da perspectiva lançada por Carvalho (1987), quando a autora nos move a não pensar e nem usar a fórmula “neo-coronelismo” para afirmar ações que se reproduzem na política cearense ao longo dos anos. Segundo a autora, não podemos desconsiderar que, junto com a construção da macro-política cearense, movem-se sujeitos que a reordenam e a ressignificam, vide os movimentos sociais pela garantia da reforma agrária e as conquistas que lhes são emitidas. Para Rejane Carvalho (1987, p. 203), “olhar a política regional com as lentes do coronelismo comporta riscos, não apenas pelo que não se pode ver através

delas, mas pelas imagens distorcidas que elas produzem”. Com esta conclusão, finalizo este capítulo, que é apenas um quadro da macro política cearense, que, por falta de melhor recorte, lançou um olhar objetivo sobre os fatos históricos que elevam o Ceará na história brasileira.

No próximo capítulo, a abordagem gira em torno da modernização do Ceará a partir da década de 1980, elevando-o ao potencial econômico do nordeste, desconstruindo o mito do “atraso” como limite para o desenvolvimento.

CAPÍTULO II

A MODERNIZAÇÃO DO CEARÁ: o legado da Era Jereissati e os conflitos de interesses

2.1 Modernidade e desenvolvimento no Ceará

Modernidade e desenvolvimento são dois conceitos de dimensões sociológicas bastante férteis quando pensamos nas estruturas econômicas que os evidenciam e “exageram” no sentido weberiano. Apresentar discussões que englobam essas duas categorias de análise faz-se necessário, não porque sejam os recortes da pesquisa em tela, mas porque atravessam a discussão da requalificação urbana com usos frequentes da parte de quem a propõe em diversos lugares. Requalificação urbana é palavra que aparece no jargão de transformações nos espaços urbanos, e a considero derivada dos processos de modernização destes. No quarto capítulo, desenvolverei análise sobre este conceito. Ao que me dedico no presente capítulo, é entender como o Ceará entra nos processos de modernização e desenvolvimento, rompendo, em tese, com a tradicional política das oligarquias e instaura a chamada política mudancista que, em termos, modifica a condução política dos cearenses.

Para início de conversa, modernização e desenvolvimento são categorias que acompanham a sociedade brasileira desde a sua entrada nos processos capitalistas de produção e das intervenções do Estado (Coroa, Império, República) na regulação destes e na sua auto-regulação para a manutenção das forças que se rompem ou se aliam com a potencialidade do capital. Ora produzindo matéria-prima e itens de agroexportação, ora importando, ora se industrializando, as duas palavras-chave serão evocadas para alimentar o entendimento do que também chamamos de transformações, políticas, sociais, econômicas e culturais.

As visões de mundo são múltiplas a respeito dos conceitos em tela e os sentidos remetem às condições socioculturais e históricas específicas de cada lugar a ser analisado. No capítulo anterior, apresentei, de forma panorâmica, como esses processos se ergueram no final do século XVIII e chegaram até o século XX. Falei especificamente do Ceará, pois é um lugar de história de formação do capitalismo diferente do que aconteceu no Centro-Sul e do chamado Nordeste açucareiro. Para Oliveira (1983), essas diferenciações fundam o conceito de “região”; embora o autor mal faça menções aos processos culturais e, ainda, em relação ao Ceará, só considere o

sertão do Cariri como referência de sociabilidade e produção econômica no século XVIII. Referencio neste momento a sua formulação:

A região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica, no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica *baseada* num certo espaço. (...) privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas, e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem “regiões” em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, concentração e centralização do capital (...). Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam, dialeticamente, uma forma especial de reprodução do capital, e, por consequência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 1983, p. 27, 29, *grifo do autor*)

Oliveira era tomado por um nordeste cheio de contradições, que apontava para uma falta de organização econômica que lhe conferisse uma identidade nacional; o que não significava que existisse uma identidade regional. Esta discussão sobre identidade regional, inclusive de forma subliminar, explode quando o autor analisa as condições de formação da economia interna no nordeste, quando afirma que há em jogo “nordestes”, e aqui não impera a identidade cultural em crise, dos pós-modernos, essa discussão nem é considerada pela literatura que venho adotando, a identidade tinha a ver com a consolidação da noção de Estado-Nação.

O que imperava eram as conformações do capitalismo no Brasil e as disputas econômicas entre regiões para a consolidação do que se impõe do que é o nordeste e o sudeste que temos hoje, com quem as disputas não foram poucas, nem rápidas e nem deixaram de existir. Mas aponto, em contraposição a este conceito de região, esclarecedor, óbvio, o contraste entre enaltecer os processos econômicos quando estes não dão a única resposta em relação ao que “faz ser nordestino” (PENNA, 1992) premente nos conflitos raciais, nas dimensões de viver e construir relações nas condições adversas dos sertões, mesmo com uso de violências, dizimando etnias aqui existentes e escravizando povos vindos da África.

As extrapolações das conceituações não remetem, por exemplo, ao considerar todos os pontos que levantei acima, a afirmar a identidade como essência, mas a dinamizá-la para uma dimensão tão simbólica que, dependendo dos interesses, pode ser também inventada e recriada

ao bel prazer das manipulações e dispositivos que se enunciam como inquisidores da cultura. Afirmar a consistência de que pressupostos econômicos definem uma região é imprescindível, mas não podemos simplesmente deixar que esta noção prevaleça como baluarte da definição do nordeste. Há nordestes economicamente definidos, culturalmente diferentes, socialmente divergentes e historicamente manipulados por dispositivos de modernidade, concordando com Durval Muniz (2009).

Acaba-se por ser mais propício conceituar região a partir da ótica da estruturação capitalista. É uma alternativa simpática, mas não dá conta de responder às questões de apropriações que não sejam as vinculadas ao poder político e econômico dos conceitos de modernização e desenvolvimento. Esses conceitos não pertencem somente às elites políticas. Eles são vividos e significados por outros grupos sociais e, nesta apropriação, são definidos rumos para o que se pode reinventar com esses conceitos.

Considerando aqui que modernidade e desenvolvimento não são privilégios somente de quem usa, política ou cientificamente, tais conceitos, busco também visualizar quem o formula e a partir do que elabora de forma “ordinária”, imprecisa, simplificada, mas repleta de interesses (CERTEAU, 1996).

Como já assinalado anteriormente, os movimentos pela modernidade e desenvolvimento visam configurar o Brasil na lógica capital produtiva, assegurando, de norte a sul, as melhores condições de colocações das regiões e suas dinâmicas a serviço do mercado externo. As configurações do chamado nordeste não-açucareiro para tanto se deram a partir das investidas da Inglaterra, demarcando uma forma de não alinhamento com o projeto que vinha se consolidando no nordeste açucareiro.

As alianças oligárquicas dominam os espaços que deveriam ser do Estado e este submete-se aos arrojos daquelas para demonstrar potência administrativa, já que os oligarcas eram rústicos criadores de bois, vistos como bárbaros e violentos, diante da sociedade pernambucana, que já esboçava, à época, relevante grau de civilização, mesmo que disto dependesse a escravidão e a legitimidade das famílias representadas pela Casa-Grande.

No Ceará, a casa grande não passava de rústicas casas arreadas de alpendres com vacas pastando em grande parte das terras. Mas o grau de conveniência de poderes não se diminuía em relação aos senhores de Pernambuco. No entanto, foi delas que surgiu a rapadura, a farinha com carne seca (charque ou jabá), o baião-de-dois, a cultura do algodão, feita por índios e caboclos do

sertão, as poções para curar doenças antes dos médicos aportarem por estas terras, a religiosidade, as firmações de fidelidade baseadas não somente em trocas políticas e econômicas, mas nas afinidades e afetividades entre os indivíduos, e uma linguagem que se apropriou das mais diversas formas de materialidade de existência, que criou termos muito emblemáticos se reapropriando, inclusive do inglês, nas construções das estradas de ferro.

Esses elementos são tão simbólicos e constitutivos de firmações de existência de uma região quanto a imposição do capital. Talvez sem eles o economicismo não tivesse imperado com tanto vigor no Nordeste, pois os “coronéis” conheciam bem o que tinham ajudado a construir. Eles não eram meros visitantes ou caixeiros viajantes em busca de enriquecimento; afinal já estavam no Ceará há mais de século. Eles constituíam gerações nas dependências das fazendas, mestiçando-se com índios e negros, antes de aqui pousar a modernidade dos ingleses, que é a primeira a dilacerar a dominação prevalecente no séc. XIX.

A convivência com as máquinas e novas tecnologias imperam novos modelos de comportamento, e uma sequência de novos costumes irá se definir. As classes sociais começam a se diferenciar de forma mais nítida, pois o luxo do século XIX pertence aos donos das terras. O papel dos colonos e dos operários, assim, é fundamental no empulsionamento do conceito de modernidade e na modernização das práticas. Inclusive, serão os lócus (corpos) da exploração do trabalho, bem definida, assim, para a consolidação do chamado progresso: serão explorados de todas as formas e em todos os lugares, interior (sertão) e capital (litoral).

Os trabalhadores não aparecem nas grandes disputas de forma mais explícita porque a si não eram emitidos convites, mas estavam no esteio das forças que permitiam a construção de riquezas do fazendeiro, do político e do industrial, que, muitas vezes, eram um só: o doutor ou coronel, desposado da dama de família “boa gente”, ou fidalgos, que construía seus saberes e compravam títulos de nobreza à custa dos lombos dos submissos. Enfim, a modernidade era tecida na composição destas relações, que também construía as formas de contraposição aos dominantes.

Muito característico do cearense é a atitude de “mangar” das pessoas, ou seja, zombar de forma sorrateira dos que lhe aplicam alguma desavença. Chacotar de tudo o que é sério com muita risadaria e, às vezes, falar mal dos outros, mesmo que lhe cubram de afetos, no Ceará é popularmente conhecido como “coxinha”. Essas atitudes não são dos dias de hoje, e, contam os mais velhos, que elas surgiram como forma de vingança àqueles que exploravam as forças de

trabalho dos mais pobres. “Mangar do outro”, de quem não se pode explorar, na mesma medida em que é explorado.

Sebastião Ponte, em seu livro *Fortaleza Belle Époque* (1993), descreve casos em que os trabalhadores ficavam nas ruas vendo os cortejos de nobres e ilustres passarem para o cemitério São João Batista, mangando das mulheres que desfilavam sob o sol escaldante com pretos, longos e fechados vestidos, chegando até a desmaiar de tanto calor; mais importante era vestir o que a moda francesa ditava. As modernidades se encontrando nas ruas aformoseadas de Fortaleza e o sol dando cabo de tudo para gozo dos trabalhadores.

Modernidade, modernização, desenvolvimento acabam se entrelaçando aos costumes e moldando o caráter civilizador no Ceará, provocando a incorporação de uma racionalidade importada – a ocidental europeia – para colocar o lugar na rota da exploração industrial do trabalho. Se o cristianismo civilizou por Deus, a Inglaterra civilizava pelo lucro e pela exploração do trabalho. Se o primeiro usava o artifício da espiritualidade, o segundo usou a materialidade, e mais: a estética do discurso modernizante em detrimento do atraso, uma racionalidade objetiva e mitigadora dos grupos sociais desfavorecidos desde o início da colonização brasileira. Não se afirma aqui uma evolução da sociedade neste processo, mas uma apropriação de encaixe perfeito para o sistema de exploração capitalista. Nos fins do século XIX, e por todo o século XX, há o endurecimento do capitalismo no Brasil. Para Domingues (1999, p. 87),

A passagem do Brasil para a civilização moderna, iniciando-se com a ‘revolução encapuçada’ da Independência (...) acelerou-se a partir dos anos 20 e completou-se na década de 80 de nosso século. As instituições da modernidade, a ‘ordem competitiva’, o capitalismo, o Estado racional-legal (ainda que mesclado ao neopatrimonialismo), as formas de consciência individualistas e utilitárias, a família nuclear, e uma forte crença no progresso prevalecem largamente na sociedade brasileira contemporânea.

O tema da modernidade no Ceará, primeiramente, imiscuiu-se nas questões políticas e econômicas para galgar outros pedaços da vida social: costumes, reformas de espaços urbanos, higienização e controle dos corpos etc. Vale salientar que, mesmo admitindo a superposição da economia sobre os outros aspectos aqui apontados, não os anulo em detrimento daquela. Mas, vamos lá: raciocinando com Oliveira, as dimensões econômicas criam a noção de região e travam uma disputa entre o Ceará e Pernambuco, em que o primeiro abre vantagem de forma esmagadora por conta da abertura que teve para ser explorado pelo mercado externo. O

favorecimento econômico que elevou o Ceará não estabelece qualquer relação autônoma na sua primeira empreita de modernidade. Ao contrário, é este fator que o desbanca pós Revolução de 1930, quando as oligarquias do algodão-pecuária perdem o controle do Estado para as oligarquias do café, em São Paulo.

São Paulo, a partir de então, absorverá o signo da modernidade econômica no Brasil, restando, para o nordeste não-açucareiro, o poder do atraso. Não interessa neste momento se as cidades estão aformoseadas, se homens e mulheres são transportados por bondes, se ricos e pobres passeiam em lados diferentes da mesma praça, enfim, chega ao Ceará o peso do atraso e a culpa recai sobre os processos políticos “encarniadamente oligárquicos”, como afirma Chico de Oliveira. Dos anos 1930 aos 1980, uma sequência de ordens conservadoras toma conta da política para a manutenção do que restou da modernidade instaurada no fim do século XIX.

Desde então, as políticas de “salvação” contra o atraso impingiam ações racionais por parte dos Governos Federais e, no âmbito estadual, as práticas políticas tradicionalistas evocadas pela “cultura” da violência e do rusticismo prevaleciam, se adaptando aos ditames da modernidade que surgia então; tudo para salvar o Ceará do atraso. Mudanças de estratégia e novas reconfigurações na política de Estado que nunca pertencera a uma ordem sem vinculações regionais e patrimonialistas. O mais intrigante é que o discurso imperante que operava os entendimentos sobre atraso evocavam, exatamente, elementos constituintes dos costumes, das secas e da pobreza para afirmar os erros políticos que, anos antes, tinham sido em demasia oportunos.

A modernidade entra em conflito com o que ela própria oportunizou exacerbar: o patrimonialismo, o clientelismo, as resoluções violentas de conflitos, enfim, as tradições que se harmonizaram diretamente com os processos de exploração capitalista do trabalho, que deixara de ser escravo para ser assalariado, mas mantinha a cordialidade nos apadrinhamentos e nos “votos de cabresto” para a segurança das relações de dominação. Os contornos foram sendo construídos, perpassando interesses, moldando estruturas num lugar chamado sudeste, e descapitalizando outro lugar chamado nordeste. Neste complexo armado para o trínio econômico dependente do Brasil, o nordeste açucareiro se moldou mais rapidamente, e no não-açucareiro figurou a invenção mais ideal típica do se chamou de atraso econômico, endossado pelas condições naturais e pelas estratégias que moviam racionalidade moderna e tradição oligárquica em lugares como o Ceará.

As secas constantes na porção agreste e no sertão serviram de justificativa para a implementação de políticas imediatistas e paliativas, que acabaram sendo coordenadas pelas oligarquias, beneficiando grandes e pequenos fazendeiros. A começar pelo *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas* (DNOCS), com a construção de açudes e escavação de poços em propriedades privadas.

No Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), outra medida de contenção da pobreza e criação de crédito para produtores ficou sob o comando das oligarquias cearenses e instalou sede em Fortaleza. Por fim, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que perdera a característica primeva de viabilizar uma política de beneficiamento da região com as estratégias de planejamento para colocá-la em nível de competitividade com o Centro-Sul e ficou em domínio do capital industrial estadunidense (OLIVEIRA, 1983; CARVALHO, 1987, p. 46):

Essas práticas não se traduziram na resolução, atenuação ou sequer em um melhor entendimento dos problemas dessa área. Capturados pelas oligarquias nordestinas, os organismos encarregados do tratamento desses problemas passaram a atuar fundamentalmente em benefício daqueles segmentos, mantendo e reforçando (ao invés de transformar) a configuração da estrutura produtiva e da realidade social da Região.

Entre os anos 1950 e 1970, por mais que as estratégias políticas tenham caminhado de forma contrária aos menos favorecidos economicamente no Nordeste, pode-se considerar que as táticas usadas por estes se destradicionalizam, pois, para inaugurar o confronto com as práticas favorecedoras do capitalismo, os movimentos de resistência eclodem a partir da organização dos trabalhadores rurais. A modernização começa a “ocupar” espaços de luta por espaço agrário por conta da condução das ações de planejamento que privilegiava descaradamente os fazendeiros. Segundo Oliveira (1983), este será o maior e mais significativo momento de luta de classes no Brasil existente até então,

As forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito importante: estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim quisermos chamar, ou sua hegemonia ideológica, ao nível das instituições da superestrutura. É no Nordeste que surgiram os chamados “movimentos de educação de base”, primeiro baseados na ação da Igreja Católica, cuja raiz consistia no abandono dos conceitos tradicionais de educação formal e na tentativa de rejeitar a escola como uma instituição que reproduz as estruturas formais de dominação: é no Nordeste que uma instituição como a Igreja Católica começa a tomar posição aberta pela reforma agrária, quando, no Centro-Sul, a voz isolada de um Cardeal Carmelo Mota submergia em meio à

maré comandada pelos Dons Sigauds da vida (...). É no Nordeste que vai emergir o chamado processo de educação, orientado teoricamente por Paulo Freire, cuja raiz na *conscientização*, isto é, inverter o processo tradicional do aprendizado que começa pelo conhecimento para terminar – se acaso chegar lá – à consciência das situações sociais (...). É no Nordeste, finalmente, (...) que o movimento das Ligas Camponesas utiliza o Código Civil para combater a propriedade, o sobre-trabalho, o “cambão”.

(OLIVEIRA, 1983, p. 112. *Grifo do autor*)

Esses movimentos dissolviam o potentado oligárquico, fazendo com que este se enfraquecesse diante das tentativas de expansão do Centro-Sul no total controle das forças produtivas do Nordeste¹⁷.

Governos e propostas foram sendo substituídos, quanto mais isto acontecia, menos se implantavam estratégias de modernização e desenvolvimento que decorresse da busca da melhoria de vida das populações mais pobres. Na segunda metade da década de 1970, inicia-se uma nova busca por modernização com a linguagem do planejamento das políticas públicas para o Ceará. Sob o governo do Coronel Adauto Bezerra, inicia-se, pela primeira vez, a racionalização tecnocrática no governo estadual cearense, com a criação do Instituto Planejamento Estado do Ceará (IPLANCE), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que seria o responsável direto pelas ações técnicas de reorganização econômica e produtiva para o desenvolvimento do estado, pois, como afirma o próprio secretário à frente da pasta na época, Paulo de Tarso Lustosa da Costa,

embora constassem de seu organograma as funções de elaboração de planos e controle de plano de governo e de informações estatísticas, estas ou estavam praticamente paralisadas, ou funcionavam precariamente. A SEPLAN não dispunha, em função dos baixos salários auferidos e ausência de incentivos funcionais, de um corpo técnico com o nível desejável. As próprias instalações físicas da Secretaria limitavam a expansão das funções que a SEPLAN, por força de circunstâncias novas, deveria assumir. No nível dos órgãos vinculados, o Governo se deparava com o BANDECE com uma séria crise, e o SEPROCE e a AUMEF com funcionamento que em muito deixava a desejar.

Por outro lado, em contradição a este quadro de certo modo negativo, a nova administração contava com um Plano de Governo dos mais ambiciosos (...) para a negociação de recursos, e, conseqüentemente, implementá-los... (COSTA, 1977, p. 07)

¹⁷ No Ceará, os conflitos agrários foram bem analisados por César Barreira no livro *Trilhas e Atalho do Poder: conflitos sociais no sertão*, no qual demonstra como os conflitos se constituíam e como a violência foi o artifício mais cabal usado pelos latifundiários na tentativa de pôr fim ao movimento dos trabalhadores rurais. Por conta desses conflitos, os crimes de pistolagem ficaram tão conhecidos nos sertões do Ceará. Várias pessoas foram vitimizadas em prol da luta pela terra.

Dentre as ações planejadas pelo IPLANCE, estavam previstas: a criação de Centros Sociais Urbanos (CSUs) na capital; Seminários e negociações com empresários do Centro-Sul para possíveis instalações de indústrias de grande porte no Ceará; o fortalecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, potencializando-a com equipamentos de infraestrutura (transporte, saneamento, aporte hidráulico e elétrico) para a recepção de indústrias; construção de Centros de estudos tecnológicos; criação da Universidade Estadual do Ceará; fortalecimento de instituições como o BANDECE (Banco de Desenvolvimento do Ceará), transformado em BEC (Banco do Estado do Ceará), com a criação das contas correntes dos funcionários do Estado, e, também, uma nova proposta de folha de pagamento para os funcionários com planos de valorização de carreira; estratégias de valorização dos polos produtores do estado, as cidades de porte médio (Crato, Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim), com projetos de urbanização e de atração de investimentos para as mesmas. E, ainda, mapeamento do Patrimônio Histórico do Ceará para as tentativas de tombamento junto ao IPHAN, com o objetivo de “preservar e valorizar a história local”¹⁸.

Como se supõe, a partir das características da modernização das ações de Governo acima apontadas, a perspectiva de desenvolvimento para o Ceará ainda estava atrelada aos interesses das classes dominantes empresariais do chamado Centro-Sul, o que significa que a dependência estava anunciada, bem como os meios pelos quais se manteria esta nova empreitada. Josênio Parente (2000) construiu a tese de que esta demanda nasce com o problema das secas e dois órgãos foram potencializadores de uma reorientação de racionalidade no que tange à administração pública, mesmo com a força oligárquica no Ceará; são eles: o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Estes dois órgãos impulsionam a administração pública a lançar bases técnicas na solução dos problemas que afligiam o estado. Com isto, promovem a qualificação de seus quadros e influenciam o governo do estado a fazer o mesmo. Além disso, o uso de tecnologias foi outro incentivo às mudanças. Para Parente (2000, p. 152)

A raiz da modernidade cearense, portanto, não se encontra inerente em suas elites políticas, dada sua fragilidade. Sendo o Ceará um estado marginal no contexto do federalismo brasileiro, o seu mergulho na ideologia da modernidade se deve ao processo de treinamento e socialização de uma elite técnica e

¹⁸ Todas estas demandas estão no documento escrito por Paulo de Tarso Lustosa da Costa *O papel e o trabalho da Secretaria de Planejamento em prol do desenvolvimento do estado*, publicado pelas edições EDUFCE, em 1977. No texto acima, uma síntese do que está no documento.

preparada para uma administração racional do estado. O BNB foi mais que um banco de desenvolvimento, sendo a força de irradiação da ideologia de modernidade, no sentido weberiano de ênfase na racionalidade, para outros setores da sociedade, destacando-se as universidades e as próprias empresas. É nesse ambiente que surge uma elite moderna, formada por uma nova geração de empresários, todos com curso de pós-graduação, conhecedora do que é o capitalismo e o que devem fazer os capitalistas na sociedade moderna. Eles se organizaram de forma coesa no CIC, uma vez que a FIEC estava ocupada com os empresários mais adaptados ao corporativismo e ao patrimonialismo, duas características já tradicionais na política nordestina e inscritas na ideologia do conservadorismo ainda não questionado na época.

É no governo do Coronel Virgílio Távora que a experiência de modernidade orientada pela técnica será mais presente, e a lógica empresarial e industrial se concretizarão de forma mais contundente, conciliando com estes a democratização do estado, com a abertura dos processos eleitorais nos anos 80.

O intuito de Virgílio Távora era se alinhar à política de Ernesto Geisel no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que atinava para um “choque na indústria”. A proposta de Geisel foi anterior à entrada de Virgílio Távora no governo do estado, mas foi sob essa lógica que o mesmo se desdobrou na sua administração no início dos anos 80. Conforme Parente (2000, p. 156),

esse plano de Geisel preconizava uma industrialização menos centrada em termos regionais, financiada pelo capital externo (tanto de risco quanto de empréstimo), pelo capital financeiro nacional, pelas grandes empreiteiras e pelo estado.

O objetivo era transformar o Ceará no III Polo Industrial do Nordeste, competindo diretamente com a Bahia e Pernambuco, o que foi conseguido com incentivos do BNB e da SUDENE. Além disso, muito pesaram as escolhas dos assessores pelo próprio Virgílio Távora, que privilegiou um secretariado composto por técnicos e formou um grupo interministerial para planejar o III Polo Industrial do Nordeste. Segundo Parente (2000, p. 161. *Grifos do autor.*),

Para transformar o Ceará no III Polo Industrial, o secretário de planejamento, Firmo de Castro¹⁹, partiu de uma visão bem pragmática: dar um mínimo de infra-estrutura para que tenham retorno os investimentos privados. Essa infra-estrutura foi financiada pelo estado e pelo BNDES. A lógica era elementar: este projeto era para atrair um setor dinâmico da iniciativa privada, e teria que ter incentivo para que esse setor viabilizasse o *lucro*. O estado tinha que se associar, de alguma

¹⁹ Assessor da SUDENE, professor do Curso de Economia da *Universidade Federal do Ceará* (UFC) e técnico do BNB.

forma, mesmo que precária, para garantir a competitividade das indústrias implantadas. A estratégia foi fazer com que parte da arrecadação de impostos se revertesse em financiamento do próprio projeto. O empresário, ao mesmo tempo que pagava imposto, estava financiando a infra-estrutura de seus negócios. Era acenado, então, com algumas vantagens que os concorrentes de outros estados ou regiões não tinham. Foi também o início da chamada guerra fiscal e, nesse tempo, já se recebiam protestos do CONFAZ²⁰, mas que o prestígio de Virgílio Távora contrabalançava esses constrangimentos.

A “guerra fiscal” consistia na concessão de incentivos fiscais aos investimentos privados. E, com isto, foram atraídas para o chamado Distrito Industrial cearense, grandes empresas dos ramos têxtil e metal-mecânico, como é caso dos grupos Vicunha, Gerdau, Artex. E a grande estratégia de atração se dava a partir da participação do Ceará em feiras, tendo o próprio governador como o “garoto-propaganda”. Com os investimentos no ramo têxtil, o Ceará passou a ser o maior polo do ramo no Nordeste, ultrapassando Pernambuco.

Além deste potencial, um trunfo “descoberto” pelo já citado Firmo de Castro foi o de que várias empresas cearenses tinham como proprietários famílias ou grupos que haviam fixado moradia no estado há muitos anos e provinham do ramo comercial, o que caracterizava uma potencial estratégia para agilizar competitividade com os que vinham de fora. Cabe evidenciar que as empresas já estavam nas mãos dos herdeiros dos que as criaram, e estes todos, com propostas inovadoras de gestão e preparados com qualificação em nível superior para a frente de negócios e política. Como afirma Parente (2000, P. 165),

Essa característica do empresariado cearense foi importante e explica não só a rápida resposta à política de Geisel de incentivo para que o Ceará se transformasse no III Pólo Industrial do Nordeste, mas o fato de os jovens empresários de CIC terem encontrado o caminho da política. (...) O aumento da competitividade das empresas cearenses pela política de descentralização do desenvolvimento trouxe consequências importantes na política local, e, em nível nacional, a descentralização trouxe mudanças na correlação de forças políticas. Em nível nacional, o ano de 1978 é uma data significativa desse novo quadro, quando trabalhadores e empresários se mobilizam em nível nacional pelos canais disponíveis. Os trabalhadores realizaram as famosas greves do ABCD paulista, um sinal claro de transformação. Quanto aos empresários, oito dos mais representativos, escolhidos pela *Gazeta Mercantil*, lançam, neste ano, um manifesto que ficou conhecido como *Manifesto dos oito*. Nele, os empresários pedem o retorno da democracia. Em nível local, é nesta conjuntura que uma elite de jovens empresários no Estado do Ceará se mobilizava para reativar o CIC. Havia, pois, uma clara ligação desses jovens empresários cearenses com os paulistas, sobretudo os signatários do comentado *movimento dos oito*.

²⁰ Conselho Nacional de Política Fazendária.

A partir de então o Ceará passa a vivenciar, nos seus quadros políticos, um novo momento que revira o sentido de modernidade e desenvolvimento até então impigidos nos governos que antecederam Virgílio Távora. E mesmo orientado por uma nova ótica administrativa, o citado governador não deixou de manter laços clientelistas e uma certa face populista entre os funcionários públicos estaduais bem como entre os que tinham muita simpatia por sua esposa Dona Luíza Távora, através de seus trabalhos em comunidades carentes de Fortaleza.

O próximo tópico é dedicado à modernidade impressa pelos jovens empresários na política, que tiveram, como expressão política maior, a figura de Tasso Ribeiro Jereissati, assumindo o governo do estado em 1986 e estabelecendo um potentado que durou vinte anos, sob seu domínio.

2.2 O Ceará Moderno: os frutos da Era Jereissati e a corrida pelo desenvolvimento no interior do estado a partir dos anos 1990

O coronelismo na sua versão mais tradicional no Ceará é posto à prova por um grupo que até então não desenvolvia ações voltadas para o campo da política e de suas disputas. Era um grupo composto por empresários cearenses, consolidados no estado pela história de suas empresas e por serem preparados para o mundo administrativo empresarial com cursos em nível superior, em universidades do Sudeste brasileiro.

O grupo retoma as atividades do Centro Industrial Cearense (CIC), fundado desde 1919 por Tomás Pompeu de Sousa Brasil e, no final dos anos 1970, assumem uma posição peculiar no nordeste, quando os desafios para o desenvolvimento brasileiro retiram do Estado a responsabilização pelas ações e definem a iniciativa privada como encarregada privilegiada pela estruturação econômica do país. Como afirma Abu-El-Haj (2002, p. 84), “a primeira dessas tentativas, desencadeadas a partir da lei de 1961, incentivou investimentos em indústrias de capital intensivo ligadas organicamente ao capital estatal, capital monopolista nacional e multinacionais”. O grupo que retoma o CIC em 1978 simboliza bem essa estratégia cujas bases, mesmo fincadas no Ceará, entendia que o capital externo e os incentivos fiscais promovidos pelo estado fariam emergir uma nova posição econômica para o Ceará. Para tanto, se fez valer uma agenda com pretensas ações incitadas a provocar a conquista do poder políticos para fins de expressão de uma classe: a dos empresários.

Contudo, o avanço foi retomado a partir de estratégias de aplicações do FINOR (Fundo Industrial do Nordeste),

Entre todos os Estados nordestinos (sic), o Ceará foi o mais beneficiado pelo Finor (sic), pois o programa fortaleceu a indústria tradicional, incentivou o avanço tecnológico da indústria têxtil, promoveu a organização competitiva e incentivou a adoção de métodos gerenciais modernos. Com o incentivo do Finor, a indústria cearense conseguiu se inserir de maneira competitiva nos mercados regionais e nacionais. Esse sucesso foi um elemento decisivo na construção da ideologia do grupo do CIC e em sua atuação frente ao governo do Estado. (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 84-85)

Estrutura-se com a reformulação do CIC, uma nova classe de interesses que se põe à frente do jogo político para defender uma nova forma de inserção do Estado nas questões voltadas para o desenvolvimento; neste caso, o potencial industrial para o fortalecimento da economia e do próprio Estado. Digamos que o CIC inaugura o neoliberalismo, propriamente dito, no Ceará nos fins dos anos 1970.

O grupo era composto por jovens empresários liderados por Tasso Jereissati, Amarílio Macêdo, Sérgio Machado e Beni Veras. E a simbólica que dinamiza a vitalidade do grupo é assegurada pela gana de modernidade impressa nas ideias veiculadas nos discursos promotores da justiça social, combate à miséria, democratização das práticas políticas, e tudo isso só é possível com o fim do “atraso” impregnados nas práticas coronelistas viciadas, sobretudo nas trocas de favores que desmantelavam a máquina pública.

Para Abu-El-Haj, quatro pilares ideológicos representaram o CIC naquele momento:

i) crítica à estatização e ao intervencionismo desenvolvimentista do setor público; ii) defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como a essência de uma sociedade aberta e democrática; iii) crítica à visão corporativa patronal e às posições conservadoras assumidas pela classe empresarial brasileira na defesa do regime autoritário; e iv) defesa do Nordeste e condenação dos desequilíbrios intra-regionais. (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 86)

Com estas características, o CIC adquiriu logo adesão de muitos grupos para além de empresários. Vários outros segmentos como movimentos sociais, intelectuais, partidos de esquerda entraram no *frisson* promovido pelo grupo com base no discurso arrojado de deposição das forças tradicionais e elevação de um novo modelo de governo.

De acordo com Francisco José Teixeira (1995), era a “razão esclarecida” iluminando os novos tempos no estado, com um “razão crítica”. A aura de um tempo que se renova e necessita de um “mito fundador” (BARREIRA, Irllys, 2002). O CIC representa esse papel na anunciação da nova era para o Ceará.

Destaca-se na formulação desse discurso a configuração de um ‘antes’ e de um ‘depois’ como parte da construção simbólica de uma temporalidade política. Um discurso performativo, evocador de uma ‘nova era’, evidencia-se através de palavras como ‘modernidade’, ‘novo’, ‘racionalização’, ‘mudanças’, todas indicativas da instauração de um poder que busca sua singularidade através da negação radical do passado. (BARREIRA, Irlys, 2002, p. 67)

E a “razão crítica” se transformou em “razão prática”, quando em 1987, sai do CIC o governador eleito: Tasso Ribeiro Jereissati, inaugurando a era que foi alcunhada com seu nome de família: “Era Jereissati”, cujos meios de existência sobrepujaram a excelência da arte de administrar um estado como um empresário centraliza o poder da sua empresa ou corporação.

2.2.1 O Governo das Mudanças

A inovação política no Ceará tomou ares e teve na figura de Tasso Jereissati seu maior representante; inaugurando o que ficou conhecido como “Era Jereissati” (PARENTE & ARRUDA, 2002; GONDIM, 1998) ou “Era Tasso” (CARVALHO, 2006).

Mais que um nome, Tasso Jereissati se transformou numa marca midiática do administrador por conta do seu estilo, que, se foi muito enaltecido fora do estado, porém não foi tão privilegiado internamente. Entretanto, delinearei, inicialmente, a forma de governo deste estrategista para construir a crítica posteriormente.

Tasso Jereissati vence as eleições de 1987 fazendo parte do PMDB. Aclamado por uma maioria de votantes, e apoiado por vários segmentos sociais desejosos do fim do coronelismo, o jovem empresário assume o poder do estado rompendo com forças políticas apoiadoras no seu partido, bem como com bases que lhe apoiaram no CIC.

Com o PMBD, a questão foi temperada pelo conflito já existente entre Tasso e o ex-Governador Gonzaga Mota, do mesmo partido. Tal querela foi endossada pela distribuição das secretarias de governo, sendo que o partido não conseguiu se sobrepor à vontade do próprio governador e do CIC, que transpôs para a administração não somente as ideologias, mas parte de seu quadro de lideranças. Em relação ao CIC, o rompimento foi diretamente com Amarílio Macêdo, por conta deste não ter desmobilizado o movimento Pró-mudanças, que foi fundamental para a construção da campanha de Tasso, por conta dos debates e alianças com o PCdoB e outros movimentos sociais. O caráter mobilizador de Amarílio Macêdo, que era o único que havia pertencido a quadro de partido comunista, desagradava Tasso e o restante do grupo.

Tasso Jereissati, em seu primeiro governo, leva à frente o projeto do CIC de fazer a reforma do estado. “Para o grupo do CIC, a recuperação do setor público seria o instrumento primordial para a solução dos problemas sociais” (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 89). A começar pelas nomeações das secretarias, das doze pastas, somente quatro ficaram sob nomeação do partido, para as oito restantes, o governador nomeou técnicos especialistas, em sua maioria oriundos de instituições públicas e movimentos sociais. Foi também criação sua a secretaria de governo, cargo criado para que o nomeado se responsabilizasse pelas negociações, sobretudo, com as bases políticas municipais. Era uma espécie de parlamento e o secretário de governo, o primeiro ministro. O primeiro secretário de governo foi Sérgio Machado, componente do CIC. E, com este, criou o modo distante e frio de negociar com as bases políticas, conhecido como “chá de cadeiras”, pois deixava os aliados por horas esperando. Este foi um diferencial estratégico criado para evitar que os políticos aliados levassem suas listas de “afilhados” para ser nomeados nos cargos públicos, negociando diretamente com o governador.

Dessa maneira, estabeleceu-se um núcleo forte e centralizado, dirigido através da Secretaria de Governo, que passou a exercer o papel de filtro político das demandas advindas dos vários setores sociais. Para cumprir efetivamente seus objetivos, os governos das mudanças recorreram então a uma prática brasileira antiga, mas eficaz: isolar setores-chaves da burocracia estatal das pressões políticas clientelistas, através do seu insulamento. (BONFIM, 2002, p. 36-37)

A postura anti-política, considerada antipática e pouco afeita a agradar bajuladores provocou imensos conflitos na sua primeira administração. Tasso Jereissati não dialogava. Tudo era debatido e determinado pela cúpula do governo, representada em boa parte pelo CIC. E, muito embora fossem delegados plenos poderes ao secretariado para o exercício de suas funções, a cúpula não tolerava críticas nem dos seus opositores nem dos seus aliados, o que provocou exonerações entre os seus próprios secretários de gestão. Um desses momentos mais marcantes foi a exoneração de três secretários por terem criticado possível apoio de Tasso a Collor de Melo nas eleições de 1989. A decisão pela exoneração veio da cúpula do governo, representada pelo CIC. “Essa abordagem refletia o estilo gerencial privado clássico, que demandava a unicidade do comando das organizações, cujas decisões são tomadas na cúpula, enquanto aos executivos competia somente a implementação irrestrita das ações preestabelecidas” (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 94).

Entre os anos 1987 e 1990, o setor público estadual vivenciou o chamado pelos que estavam à frente do governo, “equilíbrio fiscal”, o qual teve como ação central uma redução

drástica nos quadros do funcionalismo, sobremaneira os setores sediados na capital. A intenção era reduzir gastos com pessoal, usando a justificativa de que havia funcionários em excesso com cargos criados para o apadrinhamento dos políticos tradicionais que desmantelaram a máquina pública. Essa ação deu início ao surgimento de uma oposição a Tasso entre a classe média de Fortaleza, por ter sido a mais atingida com as demissões.

Outros cortes atingiram as gratificações de professores da rede pública e das universidades, disseminando uma verdadeira aversão destas categorias ao governo. Houve um recadastramento do funcionalismo, anulação de nomeações, contratações e promoções acertadas nos últimos nove meses da administração anterior. Houve fusão de alguns órgãos governamentais e municipalização de outros, na busca da reforma administrativo-financeira.

A busca de uma legitimação racional que orientasse as estratégias como antagônicas ao passado coronelista extravasou para um centralismo no poder. E a lógica de corte nos gastos do estado geraram extremos desajustes de ordem simbólica da eficácia. Não obstante os cortes, houve contratações de empresas terceirizadas para ocupar os espaços deixados pelos demitidos. A precarização do trabalho entra na ordem do dia e as dinâmicas dos processos de indicações das empresas, embora sigam os ditames das licitações, não deixaram de existir, ou seja, o estado não seguiu à risca a racionalidade a que se propunha.

No âmbito das mudanças, esse período foi marcadamente significativo para a nova forma de gerenciamento político, com o redirecionamento do papel do estado baseado na concepção do Estado mínimo, voltado para a prestação de serviços públicos essenciais como saúde, educação, segurança e infra-estrutura. Entretanto, muitos estudiosos do período levantaram sérias problematizações a respeito, pois, com a redução de gastos na educação, por exemplo, inicia-se a prática de contratação de professores temporários, de forma precarizada, para permanência de dois anos, no máximo, por contrato, para fins de não-criação de vínculos empregatícios. Na área da saúde, o mesmo acontece com os agentes de saúde, os quais sequer possuem qualificação para tanto, o que lhes confere baixos salários e nenhuma regulamentação da profissão.

O “Governo das Mudanças” imperou e fez seu sucessor com a eleição de Ciro Ferreira Gomes para dar continuidade ao que tinha iniciado Tasso Jereissati. Mas nos discursos da oposição a Tasso, ecoava sempre a avaliação negativa do insulamento do governo não somente em relação às suas bases, mas também aos diversos grupos que buscavam debates nos espaços públicos. “Se ele soube, com mão-de-ferro e um custo elevado, equilibrar as finanças do estado,

não soube, por outro lado, se comunicar com os diferentes segmentos da sociedade. Ele tratou o estado como empreendimento” (CÂMARA, 1991 *apud* DIÓGENES, 1994). Em 1988, Tasso Jereissati e seu “núcleo duro” deixam o PMDB e ingressam no PSDB, partido no qual exerceu não só suas ideologias de forma mais identitária como muitas vezes o partido confundia-se com a sua personalidade. Foi uma espécie de “cacique” do partido até 2010, quando amargou grande derrota para o Senado Federal.

Ciro Ferreira Gomes aparece no cenário político de forma mais evidente como deputado estadual pelo PDS. Ciro não pertencia ao CIC e não era empresário. Ele apareceu no cenário político como filho de político tradicional da cidade de Sobral. Dono de uma eloquência e carisma marcantes, em 1983, adentra os quadros do PMDB, onde estabelece apoio e se vincula ao grupo de Tasso Jereissati. Em 1988, migra para o PSDB, juntamente com aquele que se tornou o seu grande “guru” na política cearense, o já citado Tasso Jereissati.

A trajetória de Ciro Gomes na política cearense ganhou um “up grade” ao lado de Tasso. Em 1988, Ciro foi lançado candidato à prefeitura de Fortaleza e venceu as eleições, substituindo Maria Luiza Fontenele (PT), cujo confronto com o governo do estado era dimensionado pela condução no entendimento de modernização com participação popular e também por uma política voltada à atenção aos mais carentes e não para os mais abastados da cidade. No entanto, Tasso Jereissati admite que Maria Luiza oportunizou o grande trunfo do CIC para garantir o governo do estado, pois foi com a vitória do PT para a prefeitura de Fortaleza, que o grupo de empresários entendeu que a sociedade cearense desejava mudanças, como afirma Tasso Jereissati me entrevista:

Eu acho que a Maria Luíza nos deu esse espaço, porque ela ganhou e desperdiçou. A vitória da Maria Luíza significava que a população cearense estava muito adiante das suas elites. E, confessando com toda sinceridade, nós não acreditávamos que aquilo era possível; no entanto, a população cearense já vinha dando sinais disso, que não era mais o voto de cabresto, voto de curral. (Entrevista a Tasso Jereissati *In* CIC *apud* PEREIRA JÚNIOR, 2011, p. 69).

À frente da prefeitura de Fortaleza, Ciro Gomes implementou serviços e obras públicas com significativo apoio do governo do estado, e um eficiente trabalho de mídia, que causaram impacto na população. Com o slogan “É tempo de amar Fortaleza” e a imagem do político que faz e que sabe o que é administrar, marca um tempo para a cidade que servirá como mote para outras gestões. Para Ciro, rendeu-lhe o cargo de governador do estado, inaugurando a década de 1990.

Ciro Gomes foi substituído pelo vice-prefeito Juraci Magalhães (1990-1992), do PMDB. Juraci Magalhães de aliado passa a opositor no pleito seguinte. Giro já pertencia aos quadros do PSDB e o PMDB lançou candidato próprio no pleito seguinte, plenamente apoiado por Juraci Magalhães. Tratava-se de Antônio Cambraia, que deu continuidade à política já aproveitada de seu antecessor. Os candidatos se opunham, no entanto, o PMDB acabou tomando de “empréstimo” os projetos do PSDB, com sobressaliência, os que objetivaram intervenções urbanas com “obras de impacto” na cidade e a chamada revitalização do Centro de Fortaleza com uma verdadeira “limpeza” direcionada ao ordenamento das vias, reformas de praças, embelezamento do espaço urbano com fins de atração turística e à perseguição ao comércio informal praticado naquela região. Com evidência para o “beco da poeira”, celeiro do comércio informal e bastante conhecido pelos preços acessíveis dos produtos para a população pobre da cidade (SILVA FORTE, 2004). Juraci Magalhães encerra seu primeiro mandato à frente da prefeitura de Fortaleza com o slogan “Humanização com participação”, elegendo seu sucessor e voltando ao cargo em 1997, completando, juntamente com Tasso Jereissati, uma “era” de modernidade no estado e no seu centro econômico, Fortaleza.

À frente do governo do estado, “Ciro é Tasso”²¹. No entanto, como afirma Diógenes (1994; 2002), em análises sobre Giro Gomes, no “jogo de espelhos”, essa retórica ganha simbólicas diferenciadas quanto às demonstrações de personalidades nas colocações e exposições de imagens de um e de outro. Ambos acreditam e executam o mesmo projeto político, e Giro encaminha e aperfeiçoa o que Tasso deixou por fazer. Contudo, na lida com sujeitos envolvidos, Giro é mais aberto aos debates e gosta de exibir sua imagem e eloquência na imprensa local, nacional e internacional, bem como desferir o que Diógenes (2002) chamou de “torpedos” contra o cenário político e econômico nacional, e contra políticos expressivos neste cenário. A pose de coragem e expressão arrogante, o caracterizava como o político “macho”, destemido e desbocado. E a mídia ajudou a construir esta imagem, que Glória Diógenes (2002) tão bem sintetiza:

Nesse sentido, a imagem de Giro Gomes não apenas é formada por fotografias, *tapes*, mas é permanentemente construída na vibração das palavras. Giro é sabedor do poder de suas palavras... Exaltam-se em Giro Gomes as suas qualidades de oratória, o seu traquejo para a persuasão, o seu manejo das palavras. A matéria-prima fundamental na produção de imagens políticas de

²¹ Um dos slogans da campanha eleitoral para prefeitura de Fortaleza.

Ciro Gomes é mesmo a palavra, o seu modo de enunciação, a oportunidade de seu proferimento.

(DIÓGENES, 2002, p. 112)

Com isto, *Ciro Gomes* constrói a sua marca, sem, contudo, ferir a imagem de seu mentor *Tasso Jereissati*. Ao contrário, este esteve sempre lhe apoiando firmemente, inclusive quando *Ciro* foi candidato à Presidência da República, em 2002, pelo PPS, enquanto o PSDB tinha candidato próprio, *José Serra*.

Quanto ao aspecto administrativo, deu continuidade ao que havia iniciado seu antecessor. Mas melhorou as formas de entendimento entre governo e bases aliadas. O desenvolvimento do estado foi intensificado e a política de regionalização e urbanização das cidades médias foi dinamizada com vistas para expansão da industrialização no estado. O plano de desenvolvimento abre as portas para as indústrias calçadistas provenientes da região sul e sudeste do país, preparando as cidades para sua concretização a partir de 1995, na segunda administração de *Tasso Jereissati* à frente do governo do estado.

Dos serviços básicos de responsabilidade do estado, o setor da saúde teve bastante importância nesses dois governos. *Ciro Gomes* foi premiado pelo UNICEF, em 1993, por conta da redução do número de mortalidade infantil, decorrente do programa *Viva Criança*, uma ação contínua de um projeto que fora implantado pelo médico sanitarista do INSS *Carlyle Lavor*, na cidade de *Jucás*, região centro-sul do estado, desde 1979. O projeto foi ampliado para atender a outros municípios quando o referido médico foi nomeado secretário de saúde do primeiro governo de *Tasso Jereissati*. Por outro lado, *Irllys Barreira* (2002) verifica, no mesmo período, um aumento significativo da população de moradores das favelas em *Fortaleza*. Segundo a autora “observa-se um processo crescente de favelização, que, em 1995, já atingia o percentual de 36% da população, perfazendo um total de 720.000 favelados” (BARREIRA, *Irllys*, 2002, p. 79).

Muito embora *Ciro Gomes* se mostrasse mais aberto a diálogos com diversos segmentos, tal qual *Tasso Jereissati*, não conversava com sindicatos, e comumente os chamava de fascistas. Também foi do seu feitio extinguir órgãos públicos, principalmente os que eram vinculados aos movimentos sociais rurais. A manutenção do equilíbrio das contas do estado e o aumento do PIB no Ceará credenciaram os dois administradores como homens que transformaram a vida do lugar. E a iniciativa privada, com fortes investidas no setor industrial, empreendia também no setor de turismo, começando a dinamizar uma área até então enfraquecida. Isto movia

diretamente o comércio e o setor cultural, que foram mais evidenciados nas gestões dos oito anos seguintes com Tasso à frente.

Ciro Gomes permaneceu no poder até 1994, e, antes de finalizar sua administração, assumiu o Ministério da Fazenda a convite do então Presidente da República, Itamar Franco. A grande marca de Ciro Gomes ficou impressa numa de suas grandes obras edificadas sob a lógica de impactos megalomânicos, que foi o “canal do trabalhador”. Trata-se de uma proposta para pôr fim ao problema das secas e abrange, sobretudo, a Região Metropolitana de Fortaleza. O canal tem 113 km de extensão, nascendo no rio Jaguaribe, captando as águas do Açude Orós, um dos maiores do estado, para o açude Pacajus, na cidade de mesmo nome. Deste as águas são transpostas para o açude Pacoti/Riachão pelo canal Ererê e para o açude Gavião via canal Riachão-Gavião. O intuito deste sistema hídrico era garantir o abastecimento de água para a Região Metropolitana de Fortaleza, mais precisamente para as cidades que já aglomeram os I e II Distritos Industriais do estado, respectivamente: Maracanaú e Pacatuba (beneficiadas pelo açude Gavião); Pacajus, Horizonte e Aquiraz (beneficiadas pelo açude Pacajus).

O destino do canal foi o desuso por algum tempo, pois com o passar dos anos e fortes chuvas garantindo as capacidades máximas dos açudes, a finalidade da obra tornou-se desnecessária, deixando um imenso prejuízo para os cofres públicos e muitas críticas à sua execução, que custou cerca de R\$ 75.000.000 ao estado. Atualmente, o canal vem sendo usado em projetos de irrigação de produções agrícolas nas cidades que entrecorta, na região do baixo Jaguaribe.

Em 1995, Tasso Jereissati volta ao governo do estado e permanece por dois mandatos consecutivos (1995-2002), continuando as ações que até a administração de Ciro Gomes estavam sendo implementadas. Não conseguindo mais se manter pessoalmente no poder, ajuda a eleger Lúcio Alcântara (2003-2006), o qual rompe com Tasso Jereissati e sai do PSDB extremamente enfraquecido politicamente.

O projeto de governo do CIC promove para Tasso Jereissati o que Rejane Carvalho (2001) nomeia por “longevidade política”, evento nunca alcançado pelos tradicionais políticos oligarcas. Por isto, para a autora, Tasso Jereissati imprime o continuísmo político, “considerado um caso paradigmático dos processos de construção e reconstrução de uma *imagem marca*” (CARVALHO, 2006, p. 193). A “imagem marca” é essencial para a construção do processo de consolidação do projeto injetado no estado pelo CIC, criando outro padrão de administração

alimentado a longo prazo, centralizado na figura de um só, o grande e quase indestrutível *boss*. Essas novas racionalidades vem a ser o que Harvey (2006) compreende como “o efeito da inovação contínua”, que imprime a capacidade do empreendedor inovador, mas sua essência é inerente às leis de competitividade e aos conflitos de classes. Neste caso, a inerência às leis do capital não essencializa a experiência cearense como uma simples anexação ao projeto global.

A primazia de Tasso Jereissati era inserir o Ceará no mercado global. A modernidade inaugurada e a modernização das práticas gestoras transpostas do âmbito empresarial para o político denotaram a incrementação do neoliberalismo nas relações de poder, facilitando a exacerbação da potência econômica na regulação da vida política e resolução das questões sociais. Não foi uma revolução burguesa, mas um conjunto de articulações, transformações, crises, embates e criação de hegemonias. A retórica da modernidade era apenas uma faceta da dominação econômica, que, mal ou bem, acelerou o desenvolvimento do Ceará e fez nascer o “desejo” de inovação e transformação nas cidades médias no interior do estado, provocando o fenômeno da competitividade e hierarquização entre elas, mas concordando com Pereira Júnior (2011),

o conjunto de forças da expansão global capitalista, representado por uma espécie de imperativo da competitividade, necessita que territórios de ação sejam previamente escolhidos entre aqueles capazes de conceder a uma dada necessidade uma vantagem maior. Para isso, é preciso que uma lógica territorial interna reúna homens, empresas, instituições, formas sociais e geográficas capazes de articularem com os elementos exógenos. (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p. 56)

É sobre a lógica que condiciona tais fatores que me debruço no tópico a seguir. No conjunto das articulações, há vários pontos que merecem extensas análises. Entretanto, privilegio um recorte sobre o desenvolvimento das cidades médias no Ceará, em virtude de ser o fio condutor na “construção” do meu objeto de análise em específico: os sentidos da requalificação urbana em Sobral.

2.3 A industrialização e as cidades cearenses no desenvolvimento competitivo da Era Jereissati

As mudanças ocorridas no Ceará a partir da segunda metade dos anos 1980 e na década 1990, como demonstrado no tópico anterior, integram o estado no bojo das relações internacionais de mercado e trabalho (HOLANDA E AMORA, 2011; PEREIRA JÚNIOR, 2011). A década de 1990 é tempo fértil para a intensificação dos investimentos nos três setores que mais atraíram os interesses dos governos Ciro Gomes e Tasso Jereissati: indústria, agroindústria e turismo.

A escolha por estes setores demandou a criação de um programa de governo que assessorou os municípios na criação e organização de ações em várias cidades para receber os investimentos. O estado preparava as cidades e as pessoas, e a iniciativa privada entrava com os empreendimentos. O programa se chamava PROURB (Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos), e seu principal objetivo era

ser instrumento viabilizador da estruturação urbana de um conjunto de 50 cidades cearenses, visando dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado, melhorando a qualidade de vida da população e tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo²².

E as ações se resumiam em Gestão Municipal, Planejamento Urbano, Infra-estrutura Urbana. Hidrometração, Profissionalização de jovens²³. O PROURB foi iniciado em 1995 e durou até 2003. Os resultados tiveram impactos diretos nas áreas urbanas das 50 cidades beneficiadas, e todos os investimentos se relacionaram com obras de requalificação urbana de várias cidades, elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbanos, projetos de reestruturação administrativa, construção de creches, construção de equipamentos de lazer, pavimentação de ruas etc.

Desde os anos 1990, com as novas configurações objetivando atração de investimentos, as cidades entram em competitividade a partir da organização da hierarquia urbana na perspectiva de formação de polos-sede ou cidades-polo, por regiões. Atualmente a configuração que temos é a seguinte:

²² Disponível em http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_urbano/gerados/prourb.asp

²³ *Idem*.

Nº	Nova Regionalização	Município-Sede	Área (km²)	Nº de Municípios
01	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)	Fortaleza	4.976,10	13
02	LITORAL LESTE	Aracati	5.933,50	09
03	LITORAL OESTE	Itapipoca	10.531,80	16
04	LITORAL NORTE	Camocim	7.272,60	09
05	MACIÇO DE BATURITÉ	Baturité	3.157,20	12
06	CHAPADA DA IBIAPABA	Tianguá	5.462,00	13
07	SERTÃO NORTE	Sobral	12.655,50	21
08	SERTÃO CENTRAL	Quixadá	21.408,90	15
09	SERTÃO CENTRO-SUL	Iguatu	20.215,60	20
10	SERTÃO DOS CRATEÚS	Crateús	12.974,80	10
11	SERTÃO DOS INHAMUNS	Tauá	10.880,40	05
12	MÉDIO JAGUARIBE	Limoeiro do Norte	10.408,90	11
13	CARIRI	Juazeiro do Norte	20.471,00	30

Fonte: Ipece – Elaboração da Autora

Algumas cidades-polo já tinham importância econômica para o Ceará desde os séculos XVIII e XIX, como é o caso de Aracati, Sobral e Baturité. Cada uma dessas cidades-polo exercera influência sobre as demais que estão no seu entorno. Este fato caracteriza, em alguns casos, a confluência de recursos somente para uma cidade, enquanto as outras permanecem sob o signo do “atraso”, gerando a percepção de que uma só cidade se desenvolve e é modelo de vigor econômico, não havendo uma distribuição do desenvolvimento de forma mais igualitária. A cidade-polo é um centro dominante na região.

Nas duas últimas administrações de Tasso Jereissati, a organização das cidades-polo se intensificou e muitas passaram a sediar filiais de grandes indústrias oriundas de outras regiões do país. De 1991 a 1998, o IPLANCE divulga que já era 574 o número de indústrias atraídas para o estado do Ceará. Neste mesmo período, a política econômica brasileira passava por momentos decisivos com a entrada de Fernando Henrique Cardoso na presidência da república. Tudo estava em transição e urgia o neoliberalismo em todos os segmentos político e econômicos brasileiros. A proposta de inserção do Brasil no mercado global era a ordem do dia, e o Estado brasileiro assume, oficialmente, o discurso da reestruturação produtiva definida como o

conjunto de transformações das técnicas e das formas de organização da produção advindas com a globalização; com a liberalização das relações comerciais do Brasil com o resto do mundo e, por conseguinte, com o aumento da competição internacional; com estabilização econômica de meados da década de 90 e com as privatizações. (GONÇALVES et al., 2004, p. 53)

Alinhado à lógica do mercado internacional, o governo do Ceará já havia preparado o estado política e territorialmente para receber os novos fluxos do “mundo do trabalho”. A política econômica instaurada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) reforçou o que já era planejado para o estado; inclusive no campo das privatizações, quando no Ceará, sob fortes resistências, foram vendidos a Companhia de Energia Elétrica do Ceará (COELCE) e o Banco do Estado do Ceará (BEC).

A intensificação da industrialização do estado era o ponto forte das estratégias de governo nos anos 1990, com já assinalado. A Região Metropolitana de Fortaleza foi bem contemplada com a atração de investimentos nessa área, sobretudo as cidades de Maracanaú, Pacatuba, Horizonte, Pacajus, Eusébio e Aquiraz. Por esses tempos, inicia-se a projeção do complexo portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, também na RMF, para aumentar o potencial de exportação do estado, já que em várias regiões do estado estavam sendo levantados os potenciais de produção.

Entretanto, o governo do estado iniciou o processo de atração de indústrias de transformação para algumas cidades de fora do circuito da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). As cidades de Itapajé, Morada Nova, Senador Pompeu, Canindé, Santa Quitéria, Russas, Camocim, Itapipoca, Quixadá, Sobral, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte foram, aos poucos, se adaptando às demandas econômicas e sociais geradas pelas novas fábricas.

As cidades foram atraídas com a justificativa do “fim da pobreza rural” no Ceará. A “salvação” chegava via indústria. Contudo, nem todos os municípios receberam indústrias de grande porte, e, em muitos casos, a exploração do trabalho era mascarada pela formação de cooperativas, que, resguardadas pela geração de emprego e rendas, criava grupos de trabalho terceirizados, muitos sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, que faziam parte do serviço de montagem dos calçados nas próprias residências dos trabalhadores, envolvendo familiares adultos, crianças e adolescentes no processo (LIMA, 2007). Estas ações criminosas foram denunciadas e muitas cooperativas foram fechadas:

Os incentivos à cadeia produtiva de calçados para se instalar no Ceará – além da renúncia fiscal e do fornecimento de infraestrutura para as empresas, como terrenos, galpões industriais, energia, água e estradas – previam, inicialmente, na década de 1990, a formação da mão de obra através de cursos de qualificação, bem como a formação de cooperativas de trabalho para possibilitar a redução de custos e tornar a produção industrial no estado competitiva. Com isso, esperava-se fazer frente à concorrência dos produtos importados e à queda das exportações. As fábricas instaladas nessa década utilizaram as cooperativas

organizadas pelo governo estadual até serem fechadas, acusadas de utilizarem trabalho assalariado disfarçado, atuando como terceirizadas para empresas paulistas e gaúchas. Apenas uma dessas cooperativas continua funcionando como tal, pois as demais se tornaram filiais das empresas citadas, ou foram fechadas (Lima, 2002, 2007, 2009). (LIMA, BORSÓI, ARAÚJO, 2011, p. 379)

As configurações do trabalho começam a despertar análises críticas sobre a política de desenvolvimento praticada, muito embora nem todos os casos tenham se assemelhado aos destacados acima. É interessante destacar que o Ceará desponta com um perfil novo de trabalhadores: muitos jovens provindos de realidades e lugares que nunca tinham experimentado os processos de trabalho industrial e onde, entre os anos 1970, a prática mais comum era a migração para estados do sudeste em busca das melhorias de vida. Também não havia a formação de sindicatos, e os que se formaram acabaram sendo rapidamente “docilizados” pelo patronato (LIMA, BORSÓI, ARAÚJO, 2011, p. 379).

A fórmula criada pelo governo do estado nos anos 1990 para aglomerar os interesses e realocar indústrias para o interior do Ceará teve como principal atrativo os incentivos fiscais e a melhoria nas condições estruturais locais, adicionados de itens como a baixa qualificação da mão-de-obra; a não oferta de serviços como transporte coletivo nas cidades, fazendo com que os operários se desloquem com transporte próprio. Nos anos 2000, esse quadro já vem se alterando à medida que o tempo, as cidades e as demandas no mundo competitivo do trabalho se transformam e exigem novos arranjos.

As instalações das fábricas em várias cidades do interior não significou igual crescimento para todas. A fatia maior de crescimento se concentrou em duas cidades onde foram instaladas as fábricas da Grendene Calçados, considerada de grande porte: Sobral e Crato, permitindo, à primeira, se destacar na geração de empregos no setor industrial e rapidamente investir em expansão urbana para a captação de recursos e atração de mais investimentos. De acordo com Pereira Júnior (2011, p. 11-12),

ao representar uma nova realidade para o mercado de trabalho na região, com a inserção de um grande número de trabalhadores no ritmo disciplinado e fordista da fábrica, a indústria calçadista estimulou o aumento de mais de 540% do emprego formal no município entre os anos de 1993 e 2005, concentrando, somente neste último ano, 81,9% do número total de postos de trabalho (RAIS, 2006). Trata-se de uma ação pontual, mas completamente redefinidora do dinamismo econômico e urbano, pois os mais de 14 mil empregos diretamente criados pela empresa e os outros muitos serviços indiretamente estimulados pelas atividades produtivas alteram a velocidade dos ritmos numa cidade de porte médio como Sobral, reiterando o seu papel de centro polarizador da região

Norte do Estado e ampliando o raio de abrangência de suas funções econômicas e culturais até para fora do Ceará, atingindo cidades do Piauí e do Maranhão.

Além de Sobral, o outro destaque na produção industrial calçadista no interior é o polo formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, conhecido como CRAJUBAR, na região do Cariri cearense, tradicionalmente conhecida pela fabricação de calçados de couro; ou como é popularmente conhecido, rabicho.

O setor calçadista tornou-se o maior destaque no crescimento das cidades, sendo o responsável por 26,19% dos empregos gerados entre os anos 2001 e 2006²⁴. Esses índices estão localizados nas cidades que receberam as indústrias de grande porte, porém, outros setores (vestuário, têxtil, alimentos e bebidas, metal-mecânico) incrementam o crescimento industrial do restante do estado, concentrado em sua maior parte na RMF,

Em 1996, a RMF, com apenas 13 municípios, era responsável por 73,33% dos estabelecimentos industriais do Ceará, e o interior, com 171 municípios, tinha apenas 26,67% das indústrias. Já em 2006, a participação da RMF cai levemente para 71,58% e o interior aumenta timidamente para 28,42%, ou seja, de 1996 a 2006, o crescimento no número de estabelecimentos industriais no interior foi de apenas 1,75%.²⁵. (IPECE, 2010)

A continuidade da política de incremento da industrialização do Ceará foi garantida no continuísmo político de Tasso Jereissati. Assumindo o poder no governo estado por mais oito anos e deixando sucessores perpetuadores de suas estratégias.

A escolha pela industrialização do estado garantiu-lhe o símbolo maior de modernidade eficiente. Agora sim, pode-se falar de um Ceará moderno, nos padrões dos centros de destaque da produção capitalista. Entretanto, setores como o comércio, o turismo e a política cultural tiveram suas evidenciações nesse processo. Darei ênfase aos dois últimos por conta das representações e mídias geradas em torno dos mesmos, tendo como destaques para tais setores a reforma, ampliação e internacionalização do Aeroporto Pinto Martins e a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC).

A reforma do aeroporto Pinto Martins consolida a política de atração de investimentos e colocação do Ceará na rota turística nacional e internacional. A região litorânea cearense, totalizando 573 km, torna-se alvo de investimentos econômicos, entrando na chamada “indústria do turismo” com a constituição de redes hoteleiras internacionais na orla da capital e com a construção de *resorts* e parques aquáticos na Região Metropolitana de Fortaleza e em praias dos

²⁴ V. http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_101.pdf

²⁵ V. <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/revista-de-desenvolvimento-do-ceara/n-01>

litorais leste e oeste, cujas ocupações em nada correspondiam aos projetos futuros do “governo das mudanças” aliado ao governo federal.

O Ceará, a partir dos anos 1990, passou a receber recursos do PRODETUR I e II²⁶ para investimentos que objetivavam reformular a imagem do estado para torná-lo consumível também do ponto de vista turístico e do lazer. Os investimentos envidados em construção e reformas de estradas estaduais e treinamento de pessoas, ampliação do aeroporto, requalificação de pequenas cidades, descaracterização de vilas de pescadores e apropriações indevidas de terras pertencentes às comunidades indígenas, principalmente os índios tremembés, deram a tônica da política empregada para a consolidação do Ceará “Terra do sol”²⁷ na rota turística para todos os gostos. O Ceará ganhava uma nova imagem, e o sol, que tanto atormenta provocando as secas, passa a ser a “luz”, que traz o lucro através do lazer para quem é de fora do estado. Se no sertão o sol prejudica, há um litoral que pode usufruir do seu poder. Esta foi a segunda potencialidade encontrada no Ceará para consolidar o projeto de desenvolvimento da “Era Jereissati”. A atuação do governo não se efetiva sem a associação de empresários do ramo turístico, que “constituem o *trade*, se apropriam dos lugares e operacionalizam o turismo, interessados nos ganhos e nos lucros que a atividade oferece” (CORIOLANO, 2006, p. 59), sem, contudo, permitir a participação dos nativos dos lugares, na maioria das vezes.

A valorização desse setor no âmbito do governo estadual é explicada por Coriolano (2006, p. 67-68):

Ao ser o turismo considerado a alternativa para o desenvolvimento, o Governo do Estado superestimou seu desempenho, criando muitas expectativas sobre os empreendimentos a ele vinculados, decorrendo daí muitas cobranças. A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará (CODITUR), que substituiria a EMCETUR e fora transformada em Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará (CODECE), evoluiu para uma Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR), que passou a assumir a política de turismo do Ceará. Em 1989, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento de Turismo e Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará (PRODETURIS), cujas programações e projetos de investimentos públicos e privados seguiu um novo mapeamento e reordenamento organizacional do litoral, o qual serviu de base para o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Ceará (PRODETUR), ‘a primeira programação de investimento turístico financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (CORIOLANO, 2006, p. 67-68)

²⁶ Programa de Desenvolvimento do Turismo.

²⁷ *Slogan* do marketing veiculado nos meios de comunicação para a venda de pacotes turísticos para o Ceará nos anos 1990.

O governo assume o alavancar do turismo como algo pertencente a todos os cidadãos e nos veículos de comunicação forja-se uma propaganda mesclada de belezas e singeleza da cultura cearense, além da exposição de corpos femininos nas “belas praias do Ceará”. Na época do governo Ciro Gomes, muitos comentários indignados de grupos feministas e até campanhas foram realizadas contra o *marketing* em vídeos produzidos sobre o Ceará para o exterior, principalmente para a Itália e Argentina, nos quais havia forte apelo evidenciado pela exposição de mulheres jovens de biquines minúsculos nas praias e dunas. Não obstante, a partir desse período houve significativo aumento da prostituição feminina e infanto-juvenil na orla de Fortaleza (Av. Beira-mar e Praia de Iracema), bem como em algumas praias como é o caso de Canoa Quebrada no litoral leste. Por conta disto, os turistas italianos de sexo masculino passaram a ter representação negativa na cidade, pois, de turistas, muitos passaram a morar em Fortaleza e em outras praias e a abrir bares e casas de *show* em que a atividade principal é a prostituição²⁸. Neste mesmo governo, no bairro da Praia de Iracema também foram realizadas intervenções urbanas que lhe deram o que Roselane Bezerra (2009) classificou como usos e abusos de um lugar a partir dos excessos de visibilidades e disputas auferidas ao bairro,

O início dos anos 1990 demarca o ápice da disputa administrativa entre os governos estadual e municipal, com interesse em atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para as suas obras de intervenção. Assim, o bairro Praia de Iracema tornou-se a ‘vitrine’ desses modelos administrativos que apresentavam como objetivo intervir no espaço urbano, transformando áreas ‘degradadas’ em lugares de entretenimento, consumo cultural e turismo. (BEZERRA, 2009, p. 44)

No campo das disputas, a Praia de Iracema acaba sendo o bairro mais visualizado e demarcado por transformações, porque o objetivo das duas administrações públicas era modernizar o bairro, considerado como o mais boêmio da cidade, e capitalizá-lo, reconhecendo a necessidade de valorizá-lo ante muitas reclamações sobre como era tratado o lugar de tantas belezas e histórias. No entanto, a pretensa valorização e requalificação do bairro trouxe consigo uma série de modificações que recondicionavam o modo de vida dos moradores do local, alteravam o estilo de lazer praticado e, sobremaneira, a arquitetura e o preço dos imóveis, com a construção de prédios com mais de dez andares, descaracterizando a harmonia que existia na

²⁸ Informações obtidas na minha pesquisa de campo para o Mestrado, entre os anos 1998 e 2000, cujo objeto trabalhado era um abrigo em regime aberto para crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza. A instituição recebia o público morador de rua e muitas adolescentes faziam parte do circuito de prostituição na Av. Beira mar. A partir delas, obtive muitas informações a respeito do assunto, que continua na pauta das políticas públicas para crianças e adolescentes e tem se intensificado com o combate ao tráfico de pessoas no Ceará.

paisagem formada entre os bangalôs e casas de alpendre e a praia. O lugar se transformou numa “Praia de Iracema para turista ver” (BEZERRA, 2009).

Ampliando as ações modernas na cidade, outro ponto alto desta “era” se revelou com a ampliação do aeroporto Pinto Martins, o qual se configurava como a maior obra de infraestrutura para o desenvolvimento do estado, nos discursos e *marketing* produzidos para o investimento. Os aeroportos e o litoral nordestino têm se constituído como símbolos presentes nessa nova ordem de desenvolvimento a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, que promoveu um *boom* nos investimentos turísticos com a criação do PRODETUR,

Entre as ações que foram feitas nos estados nordestinos, entre 1995 e 1998, no âmbito do Prodetur (sic), destaco a ‘revitalização’ do bairro Jaraguá, em Alagoas, além de obras de urbanismo e saneamento básico; na Bahia, a ‘modernização’ do Aeroporto de Porto Seguro; no Maranhão, a reforma do Aeroporto Marechal Cunha Machado; na Paraíba, acessos rodoviários ao complexo Turístico Cabo Verde; em Pernambuco, a construção da Via Litorânea Guadalupe; em Natal, a inauguração do Parque das Dunas; em Sergipe, a reforma do Aeroporto de Santa Maria; e no Ceará, o ‘incremento da indústria turística’ e a construção do Aeroporto Internacional de Fortaleza. Dentre essas obras, os aeroportos foram apresentados como ‘estratégicos’ para o desenvolvimento da Região. (MACIEL, 2006, p. 86-87)

Inaugurado em 1998, o Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, começa a operacionalizar a estratégia de colocar a cidade entre as primeiras no *ranking* turístico do país. Posteriormente, a ampliação da rota turística no estado passa a extrapolar os limites de Fortaleza e das praias da RMF. O turismo não só de passeio, mas para práticas e campeonatos de esportes náuticos, bem como para outros eventos começa a ser fortalecido e vivenciado. Com isto, o comércio local se modifica e todo o preparo tem fins para o turismo. Assim, vilas de pescadores iniciaram processos de transformação e, atualmente, estão imensamente descaracterizadas e praticando preços abusivos na chamada alta estação, como é o caso de Jericoacoara, Flexeiras, Mundaú, Canoa Quebrada e Morro Branco, dentre outras.

Os anos 1990 foram os mais marcantes da “Era Jereissati”, por impetrarem o processo de transição do Ceará como um lugar pouco competitivo para um Ceará arrojado no campo das disputas capitalistas e suas contradições. O ímpeto economicista é a grande marca deste tempo para o governo estadual. A cidade de Fortaleza é o receptáculo e canal de escoamento de todos os investimentos. Acaba também como cidade referência para tantas outras no interior do estado com as obras que recebeu durante este período. Historicamente, esse é o maior momento da capital, que nem no século XIX foi tão evidenciada. E, para ornar esse momento da cidade, o

governo do estado iniciou o processo de investimento nas políticas culturais, ações até então relegadas à pouca importância por não gerar lucros imediatos, com a criação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC).

As mudanças nas políticas culturais iniciaram um processo de gestão deste setor orientado por especialistas no assunto, rompendo com a antiga prática de colocar nessa área pessoas nomeadas oriundas dos partidos aliados para fins de ações clientelistas. Os secretários de cultura da “Era Jereissati”, segundo Barbalho (2007), tinham preparo e traquejo para discutir e propor ações não limitadas no entendimento de um projeto cultural que coadunasse com a política modernizadora e impactante do governo. Os dois nomes que assumiram e redefiniram a política cultural do estado foram: Violeta Arraes, irmã do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Segundo Barbalho (2007),

Violeta morava em Paris havia muitos anos. Durante o regime militar foi uma espécie de porto seguro para políticos, intelectuais e artistas brasileiros exilados pela ditadura e recém-chegados à cidade. Por isso, mantinha bom trânsito com a classe intelectual e artística nacional, além de contatos na estrutura pública de cultura da França. A nomeação de Violeta significou o primeiro passo para que a Secretaria de Cultura (Secult) alcançasse legitimidade e prestígio no Governo das Mudanças. E, ao mesmo tempo, conquistasse poder de distinção e diferenciação, cujo maior beneficiado era o próprio projeto mudancista. A nova secretária transitava com intimidade em várias esferas do poder estadual e federal. Por meio de seus contatos nacionais e internacionais, implementou um conjunto de ações culturais de grande visibilidade interna e com repercussões no restante do país. (BARBALHO, 2007, p. 117)

O segundo nome que quase se perpetuou à frente dessa área foi o de Paulo Linhares, jornalista e professor do Departamento de Ciências Sociais da *Universidade Federal do Ceará* (UFC). Paulo Linhares foi nomeado por Ciro Gomes, em 1993, quando exonerou Augusto Pontes, conforme Barbalho,

Ao assumir o cargo, Paulo Linhares afirmou que a meta de sua gestão era colocar Fortaleza no mapa da discussão intelectual nacional e internacional, transformá-la na metrópole cultural do Nordeste. Para tanto, a política da Secretaria precisava romper com o que Linhares qualificava de provincianismo do campo cultural local (Jornal *O Povo* 1993). Assim, apresentou um Plano de Ações Culturais, inspirado na “La movida madrileña”, que, na década de 1970, procurou recolocar Madri como capital cultural da Espanha. Com essas atribuições, podemos pensar em Paulo Linhares como um intelectual que reunia as qualidades do ideólogo e do experto. (BARBALHO, 2007, p. 119)

As intenções afirmavam uma modificação ousada nesse campo de ação governista. E a grande crítica movia-se em torno de que isto era a mera reprodução de uma cultura burguesa,

sem a participação direta dos movimentos culturais populares como protagonistas na Secretaria de Cultura. Os intelectuais é que seriam os seus porta-vozes. Neste oportuno momento, foi idealizado e construído o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. O CDMAC foi pensado como lugar que transformaria a “cultura” em negócio,

A saída proposta era fomentar uma ‘indústria cultural’ que contribuiria decisivamente para a captação da mão-de-obra, uma vez que a educação formal, por si só, não seria suficiente para proporcionar o nível de informação requerido pela ‘economia baseada no cérebro’. Como ações prioritárias para a consecução dessa estratégia, o Plano propõe a implementação de uma ‘rede estadual de cultura’, encabeçada pelo CDMAC, em Fortaleza, articulando Casas de Cultura no interior do estado. Propõe, ainda, a criação de uma escola para a formação de profissionais capazes de atuar na área da cultura, o Instituto Dragão do Mar, bem como uma política de incentivo à Cultura... Outra política seria a criação de um polo audiovisual em Fortaleza. (GONDIM, 2007, p. 151)

A referida autora faz questão de enfatizar que o sentido de indústria cultural adotado não tinha a mesma conotação “negativa” da Escola de Frankfurt, por este salientar apenas o poder homogeneizador dos meios de comunicação de massa. A proposta do CDMAC não previa uma homogeneização de gostos, pois sua intenção era atingir um público vasto e diversificado e com vistas à democratização da cultura, objetivo criticado tanto pelos gastos com a obra quanto com a falta de crença da parte de alguns críticos em relação à ocupação do espaço por um número alto de frequentadores.

Outras críticas também foram elevadas em relação ao choque visual que a arquitetura do CDMAC criava com o patrimônio histórico do entorno. O que alguns jornalistas chamavam de tentativa de pós-modernidade e falta de referência com a cultura local (GONDIM, 2007). Fausto Nilo, o arquiteto responsável pelo CDMAC, afirmava o contrário, pois para ele foi justamente a obra que deu visibilidade aos antigos casarões. O espaço acabou sendo marcado por várias ambiguidades: arquitetônica, usos, gostos, atividades etc. Entretanto, significou mais uma marca distintiva da “Era Jereissati”, avançando num campo desprezado pelo próprio Tasso Jereissati em tempos iniciais de seu controle sobre o estado.

Tasso Jereissati deixou o governo do estado em 2002, e foi eleito Senador pelo PSDB. Elegeu seu substituto, Lúcio Alcântara (PSDB), que ficou no governo do estado de 2003 a 2007. Lúcio Alcântara era filho de Waldemar Alcântara, médico e ex-vice governador do Coronel César Cals. Lúcio Alcântara transitou por vários cargos políticos, dentre eles o de Senador pelo PFL. Apesar de sérios conflitos com Tasso, continuou com o mesmo projeto, salvo com algumas modificações em relação estilo de gestão e emprego de práticas participativas em alguns setores,

como o que ocorreu na Educação Básica, com eleições para os núcleos gestores das escolas de Ensino Médio.

Lúcio Alcântara não foi reeleito, sendo substituído por Cid Ferreira Gomes (PSB) 2007-2010, irmão de Ciro Gomes (PSB). Cid Gomes tinha apoio de Tasso Jereissati, embora este não compartilhasse da ideologia do grupo apoiador daquele, o PT. Cid Gomes havia sido prefeito do município de Sobral, e sua experiência nesta cidade o credenciou para sair candidato ao governo do estado. Mas sua aliança com Tasso era antiga, desde os anos 1980, juntamente com seu irmão e ex-governador do estado, Ciro Gomes.

Cid Gomes tinha apoio do PT e de outros partidos da esquerda, o PSDB tinha candidato próprio nas eleições de 2006, porém, Tasso, de forma velada, apoiava Cid, que cumpre atualmente o seu segundo mandato à frente do governo do estado e mescla o modelo Jereissati com as políticas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) inaugurado com o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT). Tasso Jereissati foi paulatinamente perdendo força política nos últimos anos e foi derrotado no pleito de 2010, concorrendo, mais uma vez, ao Senado. Seus ex-fiéis apoiadores Ferreira Gomes se obrigaram a não lhe dar apoio por conta das alianças com o PT, por quem Tasso deglutia verdadeira ojeriza.

Depois de Tasso Jereissati, Cid Gomes é o governador que vem assumindo com “mãos de ferro” a administração pública do estado. Mesmo sob a manta da proteção progressista da esquerda que assume o poder no Brasil desde 2003 (Era Lula), Cid demonstra aversão e truculência no trato de várias questões como melhoria de salários para várias categorias profissionais como é o caso dos professores da rede estadual; realização de concursos públicos, e, tal qual Tasso Jereissati, reproduz sua ação de contratos temporários em várias áreas do setor público; desvalorização das universidades estaduais etc.

Seus projetos atualmente se voltam para a realização de obras para mega eventos esportivos como a Copa das Confederações, com data marcada para 2013, e para a copa do mundo em 2014. Surge uma nova forma de manter o Ceará no mercado mundial. Dentre as principais obras de sua gestão estão: as reformas e ampliação de rodovias estaduais com acesso aos litorais leste e oeste; a conclusão do Metrofor, sistema metroviário de Fortaleza, que há quase vinte anos foi iniciado e somente agora entrou em funcionamento em seu primeiro trecho; mais investimento industrial para o interior do estado, desta vez com as multinacionais chinesas; a construção da Arena Castelão, complexo desportivo que abrigará os jogos dos mega eventos;

novo centro de eventos do Ceará, local preparado para receber feiras internacionais, shows e outros de grande porte, incentivando a realização do turismo de negócios; mais reformas nas vias de Fortaleza para a viabilização da mobilidade nos grandes eventos; construção de um estaleiro para recepção de transatlânticos e barcos de passageiros de grande porte; construção de um grande aquário na Praia de Iracema com objetivo de atrair um público cada vez mais internacional. Parte das obras assinaladas vem causando polêmicas por conta das questões ambientais e sociais que permanecem na penumbra e distante dos interesses dos que parecem governar um lugar para um consumo externo e intenso.

As obras evidenciam as marcas de um tempo de mudanças que se tornou costumeiro identificar como a “Era” de alguém: “Era Jereissati”, “Era Lula”. Na tessitura do fazer esse tempo acontecer, vemos o constante e tenso afluir de dominação, interesses, relações imbricadas, colocando como *standart* três palavras: modernidade, modernização e desenvolvimento. A metáfora da “Era” ou o tempo de alguém reflete os interesses de um homem, um grupo, um partido, um projeto político hegemônico, que rompe com marcas de um tempo anterior. A ideia de “Era” reinventa projetos de modernidade que, de alguma forma, resguarda a estética dos tempos contemporâneos com o avesso ao passado, com a dinâmica do acintoso modelo do saber calculado e refletido em ações cada vez mais planejadas, articuladas e desejadas por “todos”. A forma é que produz conflitos!

Modernidade vincula-se ao tempo histórico que funda a criação do “novo”, que, como afirma Schorske (1988), não destrói ou é contra o passado, mas se consolida “em independência do passado”. Para Benjamin (1989), mesmo com essa envergadura, é um tempo efêmero, fugidio, e carrega consigo o tempo inteiro a insígnia da tradição/o passado. A modernização é a condição prática da ação criada pela ideia do novo. O desenvolvimento é a consequência prevista pela modernidade. Essas palavras ganham força quando as práticas são demonstradas e exageradas na divulgação dos eventos modernos e pela dimensão que elas atingem na vida dos indivíduos que: recebem tudo pactuando; ou resistem e se contrapõem a tais ações, ou, ainda, partilham e se contrapõem ao mesmo tempo, criando “astúcias” para viver como podem cada momento que lhes é oportuno. Neste sentido, parece que não há espaço de construção política de uma modernidade encarnada pelos indivíduos que não estão à frente do poder público, são empresários etc. Seriam eles os “basbaques” referenciados por Benjamin na Paris reformada, ou os “bestializados” de José Murilo de Carvalho?

Mesmo não os evidenciando neste capítulo, não creio que sejam os indivíduos desprovidos de saberes-fazer do campo da política, apáticos ou não-participativos em tais ações. Afinal, se a modernidade impregnada nas práticas dos que se prepararam com saberes diversos para colocá-la em prática não tiver quem a legitime, ela não garante a sua eficácia (BOURDIEU, 1998). No entanto, as formas de legitimação é que nem sempre são hegemônicas ou homogêneas. E é na tentativa de enlaces entre saberes e fazeres diversos que os indivíduos ressignificam os “desejos” dos estrategistas de poder, como diria Michel de Certeau. E é nesse jogo que cultura e política convergem e divergem ininterruptamente, fazendo com que os indivíduos recriem ou mesmo reinventem tudo ao seu redor, os seus tempos e movimentos.

E, nesses tempos e movimentos, sigo com o trabalho, apresentando os efeitos do projeto político de modernidade no interior do Ceará, mais especificamente na cidade de Sobral, onde tensões e desejos se consolidaram na (re)invenção da cidade a partir da ruptura com a lógica tradicional de prática política e com a requalificação urbana de vários espaços encarnado o “novo” tempo da cidade. Passemos ao terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

SOBRAL MODERNA E A CONSTRUÇÃO DO *CID MARKETING*: o que há de *novo* na região Norte do Ceará?

No primeiro capítulo desta tese, faço uma contextualização histórica do estado do Ceará para iniciar a reflexão sobre o sentido da modernização, sobretudo dos espaços urbanos em tempos atuais. Meu objetivo é entender como o discurso de modernidade e seus efeitos no Ceará se estendem enquanto justificativa para as transformações de espaços urbanos, na forma de requalificação estrutural e de usos destes, sobretudo na cidade de Sobral, interior do Ceará.

Sobral é uma cidade que se destaca por pelo menos três aspectos: 1º) por possuir uma história político-econômica privilegiada desde a sua fundação, no século XVIII; 2º) por dispor de patrimônio legado de modelos arquitetônicos associados aos traços da aristocracia local, formada ao longo dos séculos XVIII e XIX; e 3º) por ter sido a primeira cidade cearense a ser tombada pelo IPHAN, pioneirismo que, segundo Freitas (2005, p. 09), “é potencializado no campo da política e das narrativas ufanistas sobre Sobral”²⁹. Esses aspectos reforçam a ideia de uma “sobralidade triunfante”, presente nos estudos de Freitas (2005, p. 38) e na forma como os moradores da cidade significam suas percepções da cidade no passado e no presente.

A história oficial da cidade é demarcada por glória, tradição, arquitetura esteticamente harmonizante com a paisagem do Vale do Acaraú e com as ideologias que modulam o pensamento no século XIX, além de uma política local vigorosa, sustentada pelo oligarquismo, que estrutura esse campo categórico no nordeste brasileiro.

Para o capítulo ora proposto, analiso a reestruturação política da cidade com a modernização da administração pública encabeçada por Cid Ferreira Gomes e a construção do *Cid marketing*, forma metafórica que encontrei para nomear a sua gestão política na cidade de Sobral sem ter que recorrer ao termo “Era”, como foi adjetivado o tempo em que Tasso Jereissati administrou e influenciou o governo do Ceará, direta e indiretamente. Mas o termo é de propriedade coletiva, inventado nas reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas das Cidades da

²⁹ Sobral tem uma população estimada de 176.895 habitantes. Fonte: IBGE, Contagem de População 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2009.

Região Norte do Ceará (GEPECE), do qual faço parte, quando debatíamos sobre o *city marketing* e relacionávamos, ironicamente, o termo com as ações de Cid Gomes na gestão política da cidade.

Neste capítulo, desenvolvo análise sobre as implicações promovidas pela modernização das práticas políticas em detrimento do discurso do “atraso” do passado, qualificado pelo grupo de Cid Gomes. Quais estratégias e práticas edificam e dão força de legitimação à chegada do “novo” projeto de cidade e na condução da gestão? Como são tecidas as dinâmicas sociais que aparelham a intenção do que na primeira gestão teve a marca de “Sobral no Rumo Certo” e como tais estratégias “iluminam” formas de elevação de um grupo familiar – os Ferreira Gomes – orientado para o poder político, sob a manta da inovação, da modernização?

Os tópicos que seguem abordam especificamente este processo: a modernização nas práticas de gestão política; a história de Sobral para a compreensão da monumentalização da cidade a partir do tombamento do seu sítio histórico pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional* (IPHAN); e a monumentalização enquanto a porta de entrada da cidade na onda das intervenções urbanas que requalificam o espaço urbano nesse período, cujos fins definirão, ao mesmo tempo, rompimento e união com o passado, engessado na valorização do seu centro (com o tombamento), e exploram outros lugares criando novos usos, modificando a cultura urbana local.

3.1 Cid marketing e a modernização política em Sobral

O discurso da modernização política em Sobral traz consigo um novo padrão de intenções no entendimento do desenvolvimento das cidades do interior do Ceará. Tal discussão inicia-se nos anos 1990, quando a referida cidade passa a ser administrada por Cid Ferreira Gomes.

Natural de Sobral, Cid Ferreira Gomes, ingressara na política em 1990, eleito por duas vezes para o cargo de Deputado Estadual (1991-1995) pelo PSDB. No segundo mandato, assumiu a presidência da assembleia de deputados do Ceará, com trinta e dois anos de idade; era o representante mais jovem a presidir o parlamento cearense.

Cid Gomes é herdeiro da tradição política sobralense que remonta o século XIX, pois o primeiro prefeito de Sobral elevada à cidade foi um ancestral seu chamado Vicente César Ferreira Gomes (1890). Sua família se fez presente em muitos momentos da política local, ora assumindo a frente da administração pública, ora dando apoio às famílias em disputa. O pai de

Cid, José Euclides Ferreira Gomes Júnior, fora prefeito da cidade entre os anos 1978 e 1982. Nos entrepostos das disputas, a família permaneceu reconhecida na elite local.

Quando assumiu o poder em Sobral, Cid Gomes tinha como principal apoiador o irmão Ciro Ferreira Gomes, ex-governador do Ceará (1991-1994) e ex-Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (1994). Esses cargos sobrelevaram os irmãos Ferreira Gomes em nível estadual e nacional, plantando, desde então, uma trajetória de disputas travadas em vários cargos políticos por outros membros da família, colocando-os em campos que extrapolavam Sobral.

Entretanto, os irmãos Ciro e Cid Ferreira Gomes, mesmo vindo de tradição política renomada em Sobral, não iniciaram suas trajetórias tão intrinsecamente vinculados à cidade. Ambos tiveram a tutoria e apoio político de Tasso Ribeiro Jereissati, que, na onda de modernização do Ceará, influenciou deveras Cid Gomes com a proposta de remodelação da vida política e administrativa de Sobral.

Aqui, cabe retomar um pouco o que aferia o desejo de mudança em Sobral, para entendermos a invenção do “novo modelo” administrativo encabeçado por Cid Ferreira Gomes.

A importância política da cidade é fundamental na sua história, pois, como em outras cidades brasileiras, sobretudo do nordeste, é a disputa entre famílias que irá consolidar as disputas eleitorais. Sabóia, Gomes Parente, Ferreira da Ponte, Ferreira Gomes, Frota, Prado, Arruda, Barreto, Ponte, Portela, Monte, Mont’Alverne e outras famílias, se enfrentaram ou se aliaram com diversas formas de trocas em diversos momentos históricos na política de Sobral. As relações de parentesco foram fundamentais enquanto marcas identitárias, possibilitando as coordenadas para a forma como a cidade foi pensada. Freitas (2000, p. 85) afirma que “a elite local usa do artifício do ‘nome da família’ para legitimar uma proeminência relativa à posição social que ocupa e, ao mesmo tempo, representa uma conformação sócio-moral da hierarquia social”.

Como refluxo desse tradicionalismo nas disputas pelo poder, Sobral vivia nos anos 1990 um período nada glorioso, tendo em vista seu passado. A cidade estava, como afirmam pessoas que acompanharam aquele momento, “entregue às moscas”. Simbolizada pela disputa entre os “Barreto” e os “Prado”, a cidade, na primeira metade dos 1990, transformou-se no que chamam até hoje de “troca-troca”. Tal faceta originou-se por conta de uma série de denúncias que levaram o então Prefeito Ricardo Barreto a ser investigado por improbidade administrativa advinda de práticas de corrupção. As denúncias foram averiguadas e seu julgamento passou por diversas instâncias jurídicas e, cada vez que saía o mérito desfavorável ao Sr. Ricardo Barreto, a prefeitura

era assumida por seu vice Aldenor Façanha Júnior, que acabou apoiando Cid Gomes (FREITAS, 2003). Poucas notícias encontrei referentes ao conflito político na época, mas, em transcrição de um texto do blog <http://opensatoriodalucta.wordpress.com>, podemos entender um pouco o que se passou:

Naquela época, a cidade estava imersa no seguinte cenário da gestão municipal: entrava prefeito e saía prefeito numa questão de dias, às vezes semanas, às vezes meses. Era uma liminar por cima da outra. E, assim, podemos dizer que cidade passou cerca de pouco mais de um ano sem realmente contar com administração de verdade junto ao Paço Municipal. Porque vamos e venhamos, não temos como administrar uma cidade num contexto como esse.

O prefeito na época era o senhor Ricardo Barreto. Como o sobrenome demonstra, vem de uma das tradicionais famílias que, durante algum tempo, exerceram forte poder político. Enquanto que o vice era Aldenor Façanha Júnior.

Nesta época, nosso Grande Faraó estava deputado estadual. Com o destaque obtido pelo mesmo enquanto ocupante de uma cadeira na Assembleia Legislativa, resolve candidatar-se a prefeito de sua cidade natal. Sendo eleito com cerca de 64% dos votos válidos.

Agora vamos a uma leitura das entrelinhas... A gestão do então prefeito Ricardo Barreto não poderia ser bem cotada mesmo. É humanamente impossível alguém ser um bom gestor na situação acima descrita. Sendo assim, a população estava cansada e ansiava por algo novo. E eis que: quem surge no horizonte?! Cid Ferreira Gomes. Representando o rompimento com o passado, uma esperança de dias melhores para a cidade e etc. etc. etc...

Seu oponente tinha como ponto fraco, talvez seu calcanhar de Aquiles, o fato de representar o passado. Ou seja, aquela velha ideia de famílias políticas, grupos oligárquicos, dentre outras coisas que não são bem vistas quando o eleitorado tem um pouco mais de esclarecimento.³⁰

Freitas (2003, p. 220) afirma ainda que

O 'troca-troca' gerou um ritual característico de posse, marcado por uma incessante queima de fogos de artifícios. A queima de fogos de artifícios representava a troca do titular da Prefeitura. Este ritual e, ao mesmo tempo, confusão administrativa, durou até poucos meses antes do final do mandato, em 1996, quando finalmente o vice-prefeito, Aldenor Façanha Júnior, assumiu o cargo.

A estratégia de *marketing* criada pelo grupo opositor foi, então, contrariar a ordem estabelecida de apoio a candidatos das famílias Barreto ou Prado, que se conflitavam pelo poder da cidade desde o início do Regime Militar, lançando Cid Ferreira Gomes como candidato,

³⁰ Disponível em <http://opensatoriodalucta.wordpress.com/2012/08/27/eleicoes-do-reino-encantado-de-sobral-das-maravilhas-de-1996-aos-dias-de-hoje/>. Acesso em 10/10/2012.

trazendo consigo uma bagagem inovadora de ações na política. Cabe evidenciar que os Ferreira Gomes sempre aliaram-se aos Prado em disputas passadas.

No *jingle* da campanha de Cid Gomes, fica clara a tendência em romper com o “troca-troca”: “Chegou a hora de mudar, vai votar e andar direito, o entra e sai vai acabar, Sobral é Cid pra Prefeito. Todo mundo tá feliz! (...) E essa alegria invade o peito. Vamos votar e decidir, Sobral é Cid pra Prefeito. Cid pra prefeito, Sobral tem jeito!”³¹.

No pleito de 1996, os Barreto ficaram de fora da disputa e concorreram entre si Cid Ferreira Gomes pela coligação PSDB/PT,PSB/PCdoB; Marcos Prado (PFL), conhecido na cidade pelo apelido de chocolate; e Cândida Figueiredo (PPB/PMDB), a única candidata que não era “filha da terra”. Cid Gomes teve como vice o arquiteto Edilson Aragão, do PT. Marcos Prado referendou o passado, formando chapa com seu pai, o ex-prefeito José Prado. E Cândida Figueiredo teve como vice o Padre Zé Linhares, deputado estadual e reconhecido religioso da cidade pelos seus feitos na Santa Casa de Misericórdia de Sobral.

Como já apontei anteriormente, a candidata Cândida Figueiredo não era natural de Sobral, fato que refletia negativamente a seu favor. A postulante tinha história na política, mas pertencia à cidade de Santa Quitéria, era esposa do ex-Prefeito da referida cidade e ancorava sua campanha nos feitos do Pe. José Linhares, cujo posto de vice não afetou de forma convincente o eleitorado. Isto torna relevante que não bastava ter “boas intenções”, ser sobralense para o cargo majoritário seria fundamental. Então a disputa foi mais acentuada entre os dois “filhos da terra”, característica que não é peculiar somente a Sobral, pois outros lugares no Ceará e no Nordeste carregam ainda essa marca cultural e vivifica o que considero, certamente, um paradoxo na estratégia dos Ferreira Gomes, que, buscando a mudança na vida política da cidade, usou a tática da familiaridade não somente com o lugar, mas por pertencerem a nichos da elite política, mas que não estavam do lado nem dos Barreto, nem dos Prado para ganhar o pleito.

E, conforme Freitas (2003), esse “tempo” da política em Sobral foi bastante peculiar, pois

A cidade, tanto em 1996 quanto em 2000, foi, de forma singular, dividida em territórios (...). Neste ‘tempo’, [houve] uma nova geografia da circulação e dos usos dos espaços. Após as eleições, o espaço urbano parece voltar ‘ao que era antes. Nas eleições de 1996 e na de 2000 em Sobral era comum que as pessoas falassem que o mercado central, por exemplo, ‘fechavam’ com o ‘Chocolate’ (Marcos Prado)... Cada esquina, cada rua e cada casa era disputada acirradamente pelos candidatos. As pessoas que cotidianamente ocupam esses lugares pareciam não só pretender escolher representantes, mas aderir a uma

³¹ Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=Plkj_RwOBso>. Acesso em 10/10/2012.

facção, fazendo do seu lugar o lugar também do candidato... (FREITAS, 2003, p. 212-213)

A campanha foi animada pelo que chamavam de “arrastões” nas ruas da cidade. Promovidos pelos apoiadores e cabos eleitorais, eram movimentos que aglomeravam pessoas em um determinado ponto da cidade atraídas pela presença do candidato e carros de som, e saíam em caminhada carregando o candidato nos ombros, como numa procissão como se faz com o santo, até onde haveria um palco montado para um comício (FREITAS, 2003).

Marcada pelas acusações que um grupo fazia ao outro em termos de quem sabia mais sobre a cidade, a tônica forte do discurso do grupo liderado pelos Ferreira Gomes era a de gerir uma Sobral que retomaria a glória que teve no passado, e desmancharia o nó do atraso promovido pelos concorrentes Prado e pelos destituídos Barreto, que “nada” tinham feito pela urbe. Para sanar essa fase, a incorporação do discurso modernizador foi fundamental para Cid Gomes, que já tinha orientação política de Tasso Jereissati (PSDB).

O discurso do “atraso” e do não “desenvolvimento da cidade”, sobretudo no período que compreende o Regime Militar no Brasil, é bastante evidenciado entre estudiosos da cidade como Rocha (2003). Para o autor,

No tocante à *civitas*...A morte do Bispo D. José, que fora durante sua gestão o centralizador das diretrizes do desenvolvimento da *urbs* e da *civitas*, somada à interrupção do processo democrático nacional com a tomada do poder central pelos militares em 1964, agravaram a **acefalia política** de Sobral.

Observou-se naquele período a gradativa hegemonia política de grupos familiares, mais destacadamente a oligarquia Barreto e Prado, oriundos das hostes udenistas e petebistas (leia-se Sabóia e Monte), que, sem compromisso com o papel histórico de Sobral no desenvolvimento regional do Ceará, não perceberam a involução do quadro sócio-econômico nacional que afligia as cidades interioranas do Brasil.

Neste período, o capital sobralense também mudou de mãos. As famílias tradicionalmente abastadas, que faziam a classe dominante até então, já não eram mais as principais detentoras dos ativos sobralenses.

A nova classe dominante mudava paulatinamente para uma postura recessiva no que diz respeito ao empreendedorismo e investimentos no espaço urbano... (ROCHA, 2003, p. 217-220. Grifos em itálico do autor; grifo em negrito meu)

Há uma unânime crítica entre os historiadores sobralenses em relação à ausência de estudos que foquem o período do Regime Militar em Sobral. Atualmente, com a pesquisa de doutorado da professora Edivanir Maia, e algumas monografias de egressos do Curso de História da *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA), podemos constatar que a vigência dos Barreto

e dos Prado no revezamento de poder em Sobral não tenha significado a “acefalia política” enfatizada por Rocha (2003). Silveira (2012) aponta que Cesário Barreto, quando assumiu o poder em Sobral, em 1964, enfrentou a forte crise econômica que tomava conta do Brasil. No entanto, a despeito desse fato, Barreto mantinha boas relações com o Presidente da República à época, Humberto Castelo Branco, que colaborou com empreendimentos na cidade, chegando a ir à inauguração do Hotel Municipal, em 1965, e, no ano posterior, visitou, novamente, a cidade, no ato de inauguração do Centro Social Argentina Castelo Branco, expediente em que recebeu do prefeito o título de Cidadão Sobralense.

Silveira (2012) enfatiza ainda o apoio que Cesário Barreto teve do governador do estado à época, Virgílio Távora. E que, ao contrário do que celebra Rocha (2003), houve um desenvolvimento na cidade muito mais voltado para a oferta de serviços (habitação, iluminação pública, estruturação de ruas, centros sociais, postos de saúde etc) e não para o desenvolvimento industrial, muito embora neste período a fábrica de cimento do grupo Votorantim tenha se instalado em Sobral, bem como algumas fábricas de grupos locais, até os dias atuais. Mesmo assim, a crise econômica que repercutia com mais ênfase no nordeste brasileiro impôs a condição de pouco crescimento ao Ceará e, conseqüentemente, a Sobral; fato que serviu de argumento para o “atraso” na condução administrativa das oligarquias que dominavam a cidade.

Voltando à disputa eleitoral de 1996, Freitas (2003) afirma que a ideia e o discurso do atraso foram reforçados por uma querela anterior ao pleito, quando um grupo de vereadores, advogados, arquitetos e historiadores da cidade colocou em questão a proposta de demolição do solar dos Figueiredos, em 1995. O prédio em questão era um casarão do século XIX, que representava o potencial de riqueza da família Figueiredo e também havia sido residência do ex-Senador Paula Pessoa (1795-1879). O prédio seria demolido e, dele, restava somente a fachada, na época. O grupo discordava da demolição pelo fato do então gestor não cuidar da história da cidade, não prezar pelos feitos que deram a Sobral o destaque em detrimento de outras cidades do sertão cearense³².

O grupo que impetrou a defesa do solar apoiou Cid Gomes e este foi ponto fundamental para a elaboração do discurso de preservação do Patrimônio Histórico da cidade, que rememorava o seu passado glorioso, sendo tombado pelo IPHAN, em 1999. O solar em questão foi restaurado

³² Esse fato será retomado adiante, quando discutirei o tombamento do Patrimônio Histórico de Sobral, pelo IPHAN, em 1999.

e desde então abriga a Casa da Cultura e a Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo³³.

Cid Gomes saiu vencedor nas eleições de 1996, e, em 1997, iniciou a gestão que ficou conhecida como “Sobral no rumo certo”. Após a vitória, mudou de partido político passando a fazer parte do quadro do PPS (Partido Popular Socialista), o qual se alinhava mais com os interesses dos seus apoiadores, sobretudo os do PT, com quem a aliança era mais forte e pelo fato do referido partido entrar em confronto direto com o PSDB, de Tasso Jereissati. Em entrevista à Revista Entrevista, em março de 2008, Cid Gomes ainda acrescenta que a saída do PSDB teve a ver com uma forte oposição que ele e seu irmão Ciro faziam a Fernando Henrique Cardoso³⁴, ex-Presidente da República.

Desde então, a insígnia que acompanha a cidade está sob a égide da marca do gestor que, em tese, removeu as práticas clientelistas e inaugurou a racionalidade moderna administrativa nos seus quadros funcionais. Mas até que ponto essa gestão engendra modernidade e rompe de fato com o tradicionalismo? O discurso do “novo” não fomenta uma nova orientação disfarçada de modernidade e alimenta uma nova “oligarquia” em Sobral?

Como já enfatizei, a jornada de Cid Ferreira Gomes em Sobral tem duração de dois mandatos (1997-2000; 2001-2004). E o que era esperado começou a acontecer com mudanças estruturais na gestão da cidade. No primeiro mandato, destaco aqui alguns feitos que nos possibilitam perceber o cunho racionalista da sua gestão: a reestruturação da guarda municipal; a implantação da Estratégia de Saúde da Família; o fortalecimento da política cultural, que engendra o processo de tombamento do patrimônio histórico; a renovação do espaço urbano com a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU); a mudança na concepção de

³³ Dentre os defensores estão Clodoveu Arruda (conhecido como Veveu), sobralense, advogado, ex-vereador da cidade pelo PT e professor do Curso de Direito da UVA; e o arquiteto e também sobralense, Herbert Rocha. O primeiro assumiu a Secretaria de Cultura Desporto e Mobilização Social, renomeada Secretaria do Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, nos dois mandatos de Cid Gomes em Sobral (1996-2004). Depois, assumiu a vice-Prefeitura da cidade entre 2009-2012, foi Diretor superintendente do IPHAN-CE, quando Cid Gomes assumiu o governo do Estado e Luizianne Lins a prefeitura de Fortaleza; entre 2006 e 2009. Teve que assumir a Prefeitura de Sobral entre os anos 2010 e 2012, quando o titular Leônidas Cristino foi convidado a assumir o Ministério dos Portos no Governo Dilma Rousseff. Atualmente é o prefeito de Sobral (2013-2016). Herbert Rocha foi o Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Econômico nas duas gestões de Cid Gomes em Sobral. Na primeira gestão de Cid Gomes no governo do estado, assumiu a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo envolvido em escândalo e preso pela Polícia Federal.

³⁴ Cid Gomes, em 2006, filia-se ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), concorre e vence as eleições para Governo do Estado do Ceará.

Educação; a construção do Museu do Eclipse; a reforma do Becco do Cotovelo; e o fortalecimento do potencial industrial do município com a ampliação da Grendene.

As ações em Sobral acabaram reforçando um lugar de juízo de valor em relação a esta cidade no imaginário do restante da população cearense. É muito comum qualquer cearense dizer algo extraordinário sobre Sobral, porém, há uma forma unânime de qualificar, zombeteiramente, a cidade, que é chamá-la de *United States of Sobral*. A retomada do destacamento da urbe com Cid Gomes alimentou ainda mais essa forma de qualificação, sobretudo quando a prefeitura foi presenteada com os ônibus *school bus*. O evento aconteceu quando da ida de Cid Gomes à Nova York, e lá recebeu a doação dos carros diretamente do Prefeito de Nova York. Cid, sem titubear, remeteu à Sobral a doação. Os ônibus, em avançado estado de uso, serviram também como transporte escolar para os estudantes das escolas públicas da cidade. E um dos carros foi cedido à *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA) para a mesma função. Este é um exemplo de tantos que ornaram a cidade de exotismo.

Intentando construir a análise do administrador-gestor com competência moderna na cidade do interior do Ceará, Sobral, tecerei, no próximo tópico, considerações aos feitos do homem e, conseqüentemente, seu agrupamento político, considerado uma marca na história da cidade enquanto empreendedor político moderno. Da mesma forma, Sobral é marco na trajetória política de Cid Gomes, com referenciais diferenciados no exercício do poder, possibilitando-lhe a ampliação de ações e formas de legitimação no campo da política no âmbito cearense, possibilitando-lhe o reconhecimento de competência e vocação para a política moderna (WEBER, 1999; BOURDIEU, 1998).

3.2 As ações de Cid Gomes na “Sobral no Rumo Certo”

No livro *O lado esquerdo do rio*, de Herbert Rocha (2003), o autor enfatiza, nas últimas páginas, uma análise sobre o desenvolvimento de Sobral, e, neste, aponta um período em que a cidade entrou no que chamou de “decadência social”. Desta fase, a cidade ressurgiu através de um “súbito” progresso dinamizado por Cid Ferreira Gomes, descrito pelo autor de forma triunfal:

Sustada na última década do século XX. Há que se destacar o resgate da auto-estima do sobralense, fruto de uma conjugação de fatores estratégicos (...). Dentre estes fatores são notórios:

- O crescimento da Santa-Casa de Misericórdia, ratificando a posição de Sobral como referência hospitalar no Ceará e no Brasil;
- O crescimento da *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA), sedimentando as bases lançadas nos anos 70, quando dos primeiros cursos superiores;
- A instalação da fábrica gaúcha *Grendene S/A*, em 1993, que ultrapassaria a impressionante marca de 10.000 funcionários no final do século XX, responsabilizando-se pela principal injeção de capital financeiro na cidade;
- O surgimento de novos líderes políticos locais, tais como o Governador do Estado do Ceará Ciro Gomes, que propiciou a instalação da Grendene em Sobral, e do Deputado Federal Pe. José Linhares, lastreado pelos serviços prestados através da Santa Casa;
- O rompimento do modelo político que dominou a cidade por quase 50 anos, com a eleição, em 1996, do prefeito Cid Gomes, marcando a retomada do desenvolvimento da cidade. (ROCHA, 2003, p: 221)

A síntese de Rocha (2003) nos infere ao entendimento do sentido da “Sobral no rumo Certo”. Faz-se necessário descrever mais de perto o tempo e os acontecimentos assim batizados, reveladores também de um modelo de gestão admirado e desejado pela população sobralense, qualificado na frase constantemente pronunciada à boca miúda: “Sobral é outra depois do Cid”.

A frase acima e a afirmação de Rocha (2003), de que a retomada do desenvolvimento da cidade promovida por Cid Gomes colaborou para o resgate da auto-estima do sobralense, nos remetem à construção de um tipo idealizado de político. Sintetizando um perfil, Cid Gomes mesclou, na sua conduta política em Sobral, traços dos tipos políticos analisados por Max Weber: o “tradicional”, o “carismático”, e o “homem político profissional”. O primeiro tipo se legitima na sua tradição e “passado eterno” (WEBER, 1999): Cid pertence a uma família tradicional, que carrega a marca da política do passado na cidade. O segundo, “se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades que fazem dele o chefe” (WEBER, 1999, p. 57). E o último, o “homem político profissional” é o tipo moderno, que, possuindo ou não outros empreendimentos além da política, está intelectualmente especializado e preparado para o desempenho da sua atuação profissional (WEBER, 1999).

Cid Gomes tem duas formações em nível superior. Uma em Engenharia Civil, pela *Universidade Federal do Ceará* (UFC); e outra em Administração de Empresas pela *Universidade Estadual do Ceará* (UECE). Como já evidenciado, sempre esteve próximo ao

campo político acompanhando seu pai e, depois, seu irmão mais velho. E entra no mundo da política apoiado pelo empresário Tasso Jereissati.

Imprimir a marca do homem preparado para lançar Sobral no rol do desenvolvimento moderno foi essencial para o primeiro êxito. Entretanto, se fez necessário agrupar nomes que referendassem sua lógica de profissionalismo político na orientação da sua gestão política para as secretarias municipais. Era necessário conhecimento especializado para a implementação das novas estratégias remodeladoras da vida da cidade. Uma das estratégias foi a criação de capacitação de funcionários da prefeitura nas novas iniciativas administrativas de gestão pública, fato veiculado no Boletim Municipal de 06 de janeiro de 1998:

A Secretaria de Administração e Finanças do município atende a uma importante diretriz do prefeito Cid Gomes, que diz respeito à especialização dos servidores públicos que trabalham na Prefeitura. Durante todo este ano, serão ministrados cursos em diversas áreas administradas, visando o aprimoramento das tarefas desenvolvidas no setor público. Para tanto, a Secretaria já contratou um consultor de empresas para a realização do primeiro curso, que será sobre "Compras do Setor Público". Esses cursos irão criar um novo conceito em relação ao desenvolvimento de projetos em favor da população sobralense.³⁵

As ações divulgadas semanalmente no Boletim Municipal, distribuído gratuitamente na cidade, eram acessadas e comentadas nas ruas, no Becco do cotovelo, comércio etc. Transcrevo abaixo mais matérias retiradas do Boletim municipal que afirmam o diferencial de racionalidade de Cid Gomes³⁶:

A Prefeitura divulgará amanhã, às 15 horas, o resultado da primeira etapa de provas do segundo Concurso Público para a admissão de 50 novos guardas civis, que foram ministradas pela *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA), para mais de 800 candidatos. A grande procura pelas vagas oferecidas pela Guarda Civil se deve ao crédito dado pelo povo sobralense à instituição criada pelo prefeito Cid Gomes. Se bem observarmos, depois da existência da Guarda Civil, as praças permanecem bem tratadas, os monumentos preservados, os prédios em perfeito estado de funcionamento, ou seja, o patrimônio público agora está em boas mãos, gerando economia para a Prefeitura e maior tranquilidade para a população. Com a admissão dos novos guardas, esse trabalho será ampliado, uma vez que a Guarda estará presente nas ruas durante 24 horas.

A Câmara de Vereadores aprovou a criação do Conselho Municipal de Educação, que terá importante papel junto aos órgãos da Rede Pública de Ensino, especificamente na fiscalização da funcionalidade dos estabelecimentos, na aplicação das metodologias e na qualidade do ensino ministrado. Sobral é um dos primeiros municípios do Ceará a dispor desse forte instrumento, que é

³⁵ Disponível em http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/1998/b_jan98/060198.htm. Acesso em 12/2012.

³⁶ Idem.

formado pelos segmentos da sociedade organizada, que, na administração do prefeito Cid Gomes, se faz mais participativa e atuante em favor da melhoria da vida da população.

A Rede Pública Municipal de Ensino de Sobral foi beneficiada pelo Fundo de Valorização do Professor, ficando, assim, assistido pela Lei Federal que eleva o teto salarial mínimo do professorado para R\$ 300,00. A estrutura da Rede de Ensino de Sobral, no que tange ao número de escolas, qualificação da funcionalidade e quantidade de alunos, foram alguns dos quesitos observados no processo de enquadramento do município de Sobral dentre os demais assistidos pela Lei. Nesse contexto de preparação da Rede Pública Municipal para concorrer a esse novo sistema adotado pelo Governo Federal, foram bastante meritosos o empenho da secretária Ada Pimentel e de sua equipe, como também, os esforços do prefeito Cid Gomes em criar uma forte infra-estrutura para as unidades de ensino, que dia-a-dia vão se transformando, de modo a atender melhor aos professores e estudantes.

Continua repercutindo em meio à população sobralense programação festiva promovida pelo prefeito Cid Gomes para assinalar a chegada de 1998 e o primeiro ano da Administração “Sobral no Rumo Certo”. Os shows realizados na Lagoa da Fazenda reuniram milhares de pessoas e foram inseridos no rol das grandes promoções do ano passado. Em se falando de festas, este ano, a Secretaria de Cultura Desporto e Mobilização Social já tem agenciados importantes eventos, tais como o carnaval de rua, o II Festival de Quadrilhas, o Carnabral, dentre outras atrações que despertam a atenção do povo desta terra.

A lógica era modernizar as ações tendo como parâmetro o que estava previsto na Constituição de 1988, bem como nas regulamentações jurídicas das políticas sociais brasileiras. Imprimir esse novo padrão requereria preparo técnico e específico. Ou, ao menos, vontade de aprender as novas determinações da gestão pública moderna. Então, além de nomes com competência e especialização nas principais pastas de gestão, também fazia-se pertinente corpo técnico que assessorasse os novos gestores. A Secretaria de Desenvolvimento da Saúde e Assistência Social foi um dos maiores destaques da primeira gestão. Tendo, à frente, o médico Luiz Odorico Monteiro de Andrade (1997-2004), a secretaria inovou com a implantação do Programa Saúde da Família.

O programa tinha como objetivo maior promover o que ficou conhecido como atenção primária à população, dentro das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a chamada Saúde Coletiva e nas estratégias de promoção da saúde. Dr. Odorico, como era comumente chamado na cidade, era estudioso e defensor do SUS. Ele já vinha de outras experiências de implantação do Programa, também como secretário de saúde em Icapuí (litoral leste), primeira cidade do Ceará a ser administrada pelo PT, de 1989 a 1982; e, em Quixadá,

região do sertão central cearense, também administrada pelo PT, entre 1993 e 1996. As duas experiências foram exitosas e tornaram-se referência no Brasil, fazendo de Odorico Monteiro um especialista renomado na estratégia de saúde da família.

Cid Gomes não poupou esforços em levar o referido médico para Sobral, a fim de dinamizar outra caracterização para o setor de saúde na cidade. A estratégia foi eficaz, pois houve uma remodelação intensa na cidade com a criação de postos de saúde nos chamados “territórios” pelos membros das equipes de saúde da família, que tinham a intenção de aproximar a atenção básica aos lugares de moradia dos que necessitavam do serviço.

As equipes foram organizadas através de chamadas seletivas divulgadas no país inteiro. Muitos foram convidados pelo próprio secretário, e outros foram sendo atraídos pela proposta, que trazia a novidade de formar equipes com médicos e enfermeiros somados a especialistas como psicólogos, assistentes sociais, dentistas, fisioterapeutas, educadores físicos e nutricionistas, extrapolando, assim, o campo da medicina. Obviamente, os salários pagos também se faziam atrativos para locais como Sobral, que não se encontram próximos das regiões metropolitanas das grandes cidades. Os recursos para o pagamento dos profissionais provinham de Ministério da Saúde, mas a prefeitura tinha que arcar com a estrutura básica dos postos, chegando até a manter residências alugadas para os mesmos.

O sistema de saúde de Sobral foi premiado várias vezes e tornou-se referência no Brasil. Em março de 2000, um dos principais prêmios foi referendado pelo então Ministro da Saúde José Serra, como mostra matéria do Jornal Municipal de março do corrente ano, com o título “PSF de Sobral ganha Prêmio Nacional”:

O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, Dr. Luiz Odorico Monteiro de Andrade recebeu das mãos do ministro da Saúde, José Serra, o Certificado "Excelência em Destaque" do Ministério da Saúde, que premiou o Programa Saúde da Família de Sobral como um dos 05 melhores programas do Brasil. O PSF de Sobral concorreu com 98 projetos do Brasil. Primeiramente, foi Eleito entre os 20 melhores programas, e, finalmente, entre os 05, com o mérito do reconhecimento e a importância em dinheiro de R\$ 30.000,00. Recentemente, o município de Sobral foi premiado pelas Fundações Getúlio Vargas e Ford, pela excelência do Programa "Sobral Criança", eleito o primeiro entre os 20 melhores programas sociais do Brasil em favor da criança. O Certificado "Excelência em Destaque" foi recebido pelo secretário Luiz Odorico, em solenidade que contou com a presença da primeira dama do país, Ruth Cardoso, por ocasião da I Mostra Nacional de Produção do Programa Saúde da Família, onde Sobral participa com a maioria dos projetos sobre PSF. Em cada investida da Secretaria de Saúde e Assistência Social em favor do bem-estar da população sobralense, os resultados são animadores e refletem o

desejo do prefeito Cid Gomes e do secretário Luiz Odorico em oferecer aos moradores atendimentos com qualidade, nivelando a saúde pública com a particular.³⁷

A saúde acabou sendo uma espécie de “carro-chefe”, ou como alguns gestores de outras pastas afirmavam, com certo tom de ressentimento, “a menina dos olhos do prefeito” na primeira gestão. Outras ações acabaram sendo implantadas por conta disto. A principal foi a criação da Escola de Saúde da Família, em julho de 2001. A Escola, em convênio com a UVA e com o governo cubano, se propunha a ministrar cursos em nível de Pós-Graduação com especialização em Saúde da Família.

Entretanto, muitas críticas eram feitas ao sistema por conta de alguns profissionais despreparados e também por conta da desigualdade dos salários de membros das equipes, como é o caso dos agentes de saúde, que não prescindem de curso superior para o exercício do cargo, mas têm importância fundamental no programa no mapeamento das endemias e no contato primeiro direto com os que necessitam do serviço, bem como com o acompanhamento dos mesmos, como uma forma de controle do tratamento de algumas doenças. Outras tantas críticas eram feitas ao programa, mas não é cabível tratar disso neste estudo, que contempla outro objetivo.

Projetos sociais e educacionais também tiveram seu lugar na gestão: colocando em prática as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, Sobral contou com a abertura de creches e escolas de Ensino Fundamental.

A área educacional ganhou destaque na primeira gestão de Cid pela prioridade à Educação Infantil, fato que repercute nos dias atuais colocando a educação do município como modelo nacional por conta dos índices atingidos no IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica) de 2012. Em matéria da Revista Nova Escola intitulada “Educação infantil é prioridade: Municípios viram referência ao criar metas e prazos para universalizar o acesso à primeira etapa da Educação Básica e melhorar a qualidade do ensino”, a jornalista Adriana Reis faz referência a ações em Educação que estão caminhando para a escolarização total de crianças no Brasil. Dentre alguns municípios, ela expõe o caso de Sobral, enfatizando, especificamente, o período que corresponde à primeira gestão de Cid Gomes, demonstrando como o investimento inicial se faz fundamental para o alcance do êxito no campo em questão:

Essa mobilização que reuniu poder público e sociedade civil na capital mineira também começa a mudar a realidade da cidade cearense de Sobral, distante 230

³⁷ Disponível em <http://www.sobral.ce.gov.br/jornal/jornal24/paginas/parte10.htm>. Acesso em 09/11/2012.

quilômetros de Fortaleza e localizada na região do semi-árido brasileiro. Seus 155 mil habitantes (IBGE, 2000) decidiram fazer da educação sua prioridade. Primeiro, criaram um plano de ação para garantir que todas as crianças frequentassem o Ensino Fundamental - algo previsto na Constituição de 1988, mas que ainda não era realidade por lá. Em 2001, a cidade ampliou o Ensino Fundamental para nove anos, atendendo às crianças de seis anos de idade. Dois anos mais tarde, Sobral registrava 100,16% de taxa de escolarização líquida, de acordo com o Censo Escolar. O número é possível porque Sobral passou a receber alunos de cidades vizinhas, tornando-se um polo de educação da região. Etapa vencida, hora de olhar com mais carinho para a Educação Infantil. O primeiro passo, assim como no processo anterior, foi ampliar o número de vagas. "Temos um desafio, que é o espaço físico. Por isso, nossa decisão foi a de construir centros exclusivos para atender a essa demanda", explica a coordenadora de Educação Infantil de Sobral, Edna Lúcia de Carvalho Lima. Três desses centros foram inaugurados em 2004 e, de acordo com o plano estratégico da prefeitura, outros oito serão concluídos nos próximos anos. Hoje, a rede de educação de Sobral atende a 6,5 mil das 25 mil crianças da cidade. Como se vê, há muito trabalho pela frente, mas o caminho parece trilhado. A melhoria da qualidade nas escolas de Sobral tem sido perseguida com cursos de formação continuada oferecida aos educadores. "Eles se encontram mensalmente para discutir questões teóricas e práticas sobre Educação, montar atividades nos eixos de linguagem, matemática, música e recreação, e trocar experiências", conta Edna. Assumir a Educação como compromisso da cidade como um todo, e não de um governo isolado, faz com que os investimentos sejam contínuos e garante que o projeto não seja interrompido. Um importante aliado na meta de universalização na Educação Infantil no país é a implementação do FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que substituiu o antigo FUNDEF, a partir de janeiro deste ano. A principal diferença é que o novo fundo abrange toda a Educação Básica, incluindo as creches e pré-escolas. "Tínhamos uma grande contradição: por um lado, em 1996, aprovamos a LDB, que estabeleceu o Ensino Infantil como parte da Educação. Por outro, o governo criou o FUNDEF, que deixava essa etapa de fora. Sem verbas, ficava difícil para os municípios investir", explica a especialista Karina Rizek Lopes.³⁸

Todos os méritos do hoje acabam reverberando no passado, quando se iniciou o processo de qualificar a educação da cidade. O secretário de Educação da época era o irmão de Cid, Ivo Ferreira Gomes, que também assumia a chefia de gabinete da prefeitura, momento em que iniciava a sua vida política. Em 2002, foi eleito Deputado Estadual (PSB), fato referenciado na imprensa local pelos seus feitos em Sobral. Enquanto secretário, reestruturou a educação a partir de diagnóstico sobre o analfabetismo no município e promoveu o incentivo à qualificação docente através de convênios com a UVA, bem como criou processos seletivos para o cargo de diretores escolares, descaracterizando o clientelismo na educação local. Ivo Gomes, assessorado por uma

³⁸ Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/educacao-infantil-no-brasil/educacao-infantil-prioridade-422791.shtml>. Acesso em 10/01/2013.

equipe de técnicos em educação e pela sub-secretária Isolda Cela³⁹, que é a atual secretária de educação do estado, criou o Plano de Avaliação na Idade Certa (PAIC)⁴⁰, que se tornou referência no estado e vem sendo estudado para aplicação em nível nacional.

Somadas às ações em educação, outras foram marcantes no campo do esporte, com a reforma do Ginásio Poliesportivo. No campo da assistência social, a criação de programas voltados para a proteção da infância e da adolescência também tiveram relevância, tais como: um polo de atividades esportivas, sociopedagógicas e profissionalizantes, no bairro D. Expedito, para atendimento de 1.000 crianças e jovens entre 7 e 17 anos; SOS Criança, programa para pronto-atendimento de crianças e jovens que sofrem violação de direitos⁴¹; abrigo domiciliar para proteção e moradia provisória de crianças e adolescentes em situação de risco, que depois de construído funcionava como retaguarda para o SOS Criança; unidade de semiliberdade, para 25 adolescentes infratores; núcleos de arte, educação e cultura a serem implantados em quatro espaços culturais localizado no distrito de Taperauba.

As ações acima descritas, embora de forma sucinta, servem para revelar a orientação racional pautada em elementos que acompanharam a implementação da modernização de gestão política no Brasil, com fins de estabelecer os parâmetros da Democracia e da técnica que orienta tal regime. Para o acompanhamento e fiscalização das ações e gerência dos recursos que provinham da União, vários Conselhos Municipais foram criados com fins previstos em leis orgânicas geradas para regulamentar os artigos da Constituição de 1988: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, dentre outros.

Entretanto, com toda a regulação e previsão de contrariedade às práticas clientelistas e outras que caracterizavam o poder do atraso denegado pelos Ferreira Gomes na campanha

³⁹ Isolda Cela é sobralense, psicóloga e integra o quadro de docentes do curso de Pedagogia da UVA. Ela é esposa de Clodoveu Arruda (o Veveu). Quase todos os técnicos que assessoraram a secretaria também fazem parte do quadro de docentes da UVA.

⁴⁰ “O programa é estruturado em cinco eixos de ação, que incluem materiais didáticos, formação de professores e gestão escolar. A alfabetização é estimulada desde a pré-escola. Não há repetência do primeiro para o segundo ano. Outro pilar é a avaliação externa dos alunos. O Estado atrelou parte do repasse do ICMS aos municípios a resultados na alfabetização infantil. Esses indicadores são obtidos com provas feitas duas vezes ao ano – uma pelo Estado, outra pelo município”. (Retirado de <http://lereescrevercerto.blogspot.com.br/2010/06/paic-programa-melhora-alfabetizacao-de.html>. Acesso em 09/09/2012).

⁴¹ Fui coordenadora deste programa entre os anos de 2001 e 2002. Fui convidada para assessorar a Fundação de Ação Social do município pelo então Secretário Luiz Odorico Monteiro, que, ao saber da minha pesquisa de Mestrado com crianças e adolescentes em situação de rua e abrigo na cidade de Fortaleza, logo me direcionou para ser coordenadora do SOS Criança.

eleitoral, tais ações não escaparam à conduta de Cid Gomes, que manteve nos seus quadros amigos, cônjuges de amigos e parentes. O Caso mais descarado é o de seu irmão em dois cargos ao mesmo tempo, nos seus dois mandatos em Sobral, caracterizando nepotismo. Tais afirmações revelam as características iniciadas pelos Ferreira Gomes na condução do poder em Sobral. Seria então, a geração de um novo modelo oligárquico no Ceará, mediado por práticas modernizantes de gestão? Conforme Barreira (2008, p. 91),

as fortes marcas oligárquicas dão uma singularidade à política cearense, situando o Estado como um caso paradigmático no contexto das práticas políticas. Os grupos oligárquicos – coronelistas que dominaram a cena política por quase um século – imprimiram mecanismos ao poder que deram contornos precisos a uma política baseada em relações clientelistas e fortemente calcadas nos princípios de dependência e paternalismo. Esta é uma opinião partilhada por Carone (1970) e Faoro (1975), que consideram o Ceará um caso exemplar de poder oligárquico. Na mesma direção, Oliveira (1993, *mimeo*) posiciona o Ceará como um dos estados ‘mais encarnadamente oligárquicos’ do Nordeste.

Compreender o atual modo de fazer política em Sobral unicamente como oligárquico pode ser precipitado partindo do pressuposto de que não há uma reprodução tão fiel do passado coronelista, mas pode-se detectar claramente resquícios de tais práticas nas ações impressas por Cid Gomes e seus aliados, tanto em nível político quanto familiar. Seria isto a permanência de um “habitus” político (BOURDIEU, 1998) antigo no chamado, por vários estudiosos da história e da sociedade cearense, “novo jogo político”?

No caso de Tasso Jereissati, houve uma ruptura com as práticas coronelistas. O empresário assumiu a chefia da política e conseguiu instaurar uma hegemonia no Ceará, segurando com “mãos de ferro” o poder até os anos 2000. A aliança com grupos oligárquicos do interior do estado, objetivando a manutenção da hegemonia, colocou em xeque as suas próprias diretrizes. Pois os grupos lhe davam apoio, mas permaneceriam “mandando” nos seus velhos “currais”.

Cid Ferreira Gomes e seus aliados dão a tônica de modernização no discurso político e tudo estava alinhado aos interesses da família, que dera apoio a Tasso Jereissati no passado. Entretanto, o modelo impresso nas ações que orientam as funções administrativas da cidade me fazem concordar com Barreira (2008) na definição de um retorno ao coronelismo, pois trata-se de “um processo ainda em curso, as dúvidas e incertezas dão o colorido nebuloso do novo momento” (BARREIRA, 2008, p. 109).

Há um misto de ações onde novas e antigas práticas tecem o agir político. A administração pública não se desvencilha do clientelismo e do nepotismo. Contudo, não visualizo um retorno ao

coronelismo, mas há muitos resquícios seus em prática no atual *modus operandi* político. A construção de um tipo isento de tais práticas ainda levará um tempo a ser elevado, no Ceará, pois outro elemento que assegura o projeto político em tela é o continuísmo, cujo fundamento é marcado pela eleição de candidatos apoiados pelos que estão no poder. Isso se reflete no fato do grupo de Cid Gomes ou a família Ferreira Gomes conseguir eleger, desde o ano de 2004, os sucessores em Sobral.

É o nome de Cid que garante a confiança das gestões que o sucederam. Os sucessores tiveram que incorporar o discurso de que são à “semelhança” de Cid. Não há margem para outras subjetividades políticas. Mas isso não é tão definitivo, pois no último pleito, em 2012, o candidato dos Ferreira Gomes quase foi vencido pelo seu opositor, e a motivação da aproximada derrota, por pura ironia, teria sido a construção do metrô de Sobral, com objetivo de modernizar a mobilidade na cidade, que desagradou a população pela forma como esta foi ignorada na criação e implantação do projeto. Outros motivos pelos quais o projeto foi contestado estabeleceram-se por questões ambientais devido à retirada de várias árvores em alguns trechos; e ainda: em algumas ruas, o metrô priva o acesso dos moradores às suas residências de forma espontânea, como o ocorrido na Av. John Sanford, no bairro do Junco. Nesse trecho, os moradores receberam a linha do metrô na porta de suas garagens e limites de calçadas, colocando-os em risco na entrada e saída de suas residências. Por isto, travaram vários conflitos com a prefeitura, chegando a embargar a obra. Mesmo assim, José Clodoveu Arruda Neto, ex-Secretário do Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, foi eleito prefeito com incondicional apoio dos Ferreira Gomes.

Os Ferreira Gomes construíram uma estrutura de poder que extrapolou os limites de Sobral e sua região de influência. Na referida cidade, como assinalado, todos os sucessores de Cid Gomes têm seu apoio. Cid Gomes é o atual Governador do estado, em seu segundo mandato. Em nível nacional, Ciro Ferreira Gomes fora Ministro no governo Lula, assumindo a pasta do Ministério da Integração Nacional, em 2003; em 2006, foi eleito Deputado Federal. Ivo Ferreira Gomes já foi Deputado Estadual (2003-2007), passando pela chefia de gabinete de Cid na prefeitura de Sobral e no governo do estado. Patrícia Saboya, ex-mulher de Ciro, foi Vereadora de Fortaleza (1997-1998), Deputada Estadual (1999-2002), Senadora da República (2003-2006) e atualmente está Deputada Estadual (2011-2015)⁴², pelo PDT.

⁴² Patrícia Saboya pertenceu aos quadros do PPS e PSB. Atualmente está no PDT, chegando a fazer oposição ao candidato à prefeitura de Fortaleza apoiado pelos Ferreira Gomes em 2012, Roberto Cláudio (PPS).

O primeiro sucessor de Cid Gomes na prefeitura de Sobral, o ex-Deputado Federal (1994-1999) e ex-secretário de obras de Sobral (1999-2002), Leônidas Cristino (ex- PPS; atualmente pertencente ao PSB), assumiu a administração da cidade por quase dois mandatos, sendo convidado a ocupar o cargo de Ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos do Brasil, no governo de Dilma Rousseff (PT). José Clodoveu de Arruda Neto (PT) substituiu Leônidas Cristino (PPS), em 2011, e foi eleito prefeito de Sobral no pleito de 2012.

Todos os nomes acima acompanharam os caminhos e decisões partidárias dos Ferreira Gomes desde 1999. Com exceção de Clodoveu Arruda, nas decisões partidárias, que sempre compôs os quadros do PT, embora mantivesse fidelidade política e alianças com os Ferreira Gomes, ocupando cargos em secretarias ou assessorias aos mandatos, sendo, com apoio deles, eleito prefeito de Sobral em 2012.

Para Carvalho (2006), a prática do continuísmo “pereniza” o que nomeia como “imagem marca” eficazmente positiva de um político. Essa configuração foi bem percebida no Ceará na “Era Jereissati” e é verificável no “Cid *marketing*”.

A análise da ‘continuidade’ privilegiará as condições de funcionamento da política de imagem, que tem na ‘construção’ de marcas o seu grande móvel: trata-se de obter no mercado de imagens políticas, consumidores fiéis de ‘produtos’ personalizados por uma marca. A seleção de um ângulo de análise não implica, porém, em supor que tudo possa ser decifrado através dele. Não se trata de admitir o desaparecimento dos mecanismos da política tradicional voltados para o ‘continuísmo’, mas sim de enfatizar novos processos que com ele se conjugam de modo peculiar (sic). (CARVALHO, 2006, p. 194)

A modernização das práticas políticas se torna campo fértil para o deslocamento de estratégias na construção do *marketing* das imagens dos “atores” que ocuparam o jogo político da segunda metade dos anos 1980 até os dias atuais. Ao mesmo tempo, a consolidação de um nome e de seu projeto perpetuado em várias gestões sugere um impedimento nas escolhas dos eleitores, que se apegam ao receio de perder o que já foi construído. Daí, uma espécie de fidelização reaparece, mas não pelo voto de cabresto, e sim pelo desejo de que as mudanças permaneçam. Estratégia fantástica, que coloca em xeque afirmações e crenças de um neo-coronelismo, por ser frágil e fragmentado. Vide as mudanças de partidos de Cid Gomes e desapego de alguns dos seus fiéis, e mesmo o rompimento dos Ferreira Gomes com Tasso Jereissati, em 2010. A história política do Ceará até aqui nos mostra estas facetas e nos dirige para levantar hipóteses e pensar na teia de significados que damos às conduções interessadas de exercícios de poder, cujos objetivos apontam para a cultura produzida socialmente pelos homens em momentos diversos da história.

Na sequência, farei uma breve contextualização histórica de Sobral para apresentar os outros aspectos da gestão de Cid Gomes na “Sobral no Rumo Certo”. Após a contextualização, apresento a Sobral monumentalizada caracterizando a “sobralidade triunfante” (FREITAS, 2000) e o portal para a modernização do espaço urbano com o recente sentido de progresso proporcionado pela intensificação do comércio e da indústria calçadista na cidade; bem como a intervenção do universo da racionalidade científica no espaço urbano sobralense promovidos pela criação do Museu do Eclipse e pela expansão do Ensino Superior, fazendo da cidade um polo universitário da região noroeste do estado.

3.3 A HISTÓRIA DE SOBRAL: da Fazenda Caiçara à moderna “Princesa do Norte”, uma breve contextualização.

Para compreender a monumentalização da cidade de Sobral, faz-se pertinente conhecer um pouco da história que incrementa a justificativa de tal ação. É conveniente afirmar que muito da história desta cidade está prevista na História do Ceará, porém, é pertinente lembrar que o Ceará, não antes da fase que o eleva à Província, possuía vilas isoladas, cada uma produzindo suas existências conforme o tempo e vontade dos homens que dominavam as terras, bem como as diversas misturas de culturas que adentravam os sertões para criar o que chamamos hoje de Ceará. A seguir, apresento, de forma breve, os momentos históricos valorizados para a celebração do ritual de tombamento.

A ocupação da ribeira do Acaraú se deu no início do século XVIII, com a formação de fazendas de criação de gado e apoio dos seus proprietários no combate e extermínio dos índios da região, habitada por diversos povos indígenas: Tremembés, Anacé, Ararius, Tabajaras etc. Um segundo elemento fundamental nesta ocupação foi Igreja Católica, que, a partir de 1722, adentra a região aliando-se aos fazendeiros, objetivando a formação e consolidação do Curato do Acaracú⁴³. O Curato foi o responsável pela construção de paróquias nessa faixa de terras, que hoje contempla quase toda a região norte do Ceará, incluindo, em suas ações, o aumento de suas terras e a catequização dos índios que restavam.

Tudo começa com a apropriação da fazenda Caiçara. O primeiro proprietário das terras onde se situou a fazenda foi o ex-vereador de Aquiraz, cidade da região litorânea leste cearense, Antônio da Costa Peixoto, sogro do sargento-mor Antônio Marques Leão, que as recebeu por data de sesmaria concedida a 14 de outubro de 1702, pelo capitão-mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro (ARAÚJO, 1991). Antônio Marques e sua esposa dividiram as terras doadas em três lotes e as entregaram a três de seus sete filhos, onde foram residir com seus respectivos cônjuges. Um dos três lotes foi designado a Quitéria Marques de Jesus, casada com Antônio Rodrigues Magalhães,

⁴³ O livro *História de Sobral*, D. José Tupinambá da Frota, faz referência a uma pesquisa realizada por Tomás Pompeu Sobrinho sobre a origem da palavra Acaraú, que teria, originalmente, a forma “Acaracú” ou “Acaracus”, palavra de origem tupi que teria sido alterada em 1879 “em virtude de uma disposição legislativa da Província, passou à forma atual, considerada de melhor eufonia” (FROTA, 1995, p. 11). A palavra pode significar “o comedouro das garças”, devido à presença constante destas aves em toda extensão do rio, mas também poderia significar “comedouro dos acarás”, já que as águas do rio se fazem propícias para a alimentação e reprodução dos peixes acarás. Entretanto, o primeiro significado é o mais difundido na literatura a respeito do assunto.

os quais se tornaram os proprietários da faixa que compreendeu a fazenda Caiçara. Dessa faixa, 100 braças de terra em quadro foram doadas para a construção da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, atual catedral da cidade de Sobral.

Os proprietários da Caiçara habitaram, inicialmente, uma outra faixa de terras conhecida como Fazenda Macaco (FROTA, 1995), somente após a elevação da primeira Igreja Matriz é que foram morar na Caiçara. Rocha (2003, p. 32) nos adverte que, “a escritura de terras da Fazenda Caiçara (1753) excetua alguns ‘chãos’ de amigos e parentes do Capitão Magalhães, demonstrando já existir o Povoado da Caiçara”. Ao que indica, o referido casal abrigou muitos patrícios em suas terras. Na transcrição abaixo, D. José Tupinambá da Frota, em seu livro *História de Sobral*, citando João Brígido, afirma que

Pelo meado do século 18, Caiçara já tinha um núcleo de habitantes relativamente considerável. ‘Famílias que fugiam às vexações da guerra holandesa ou corriam diante dos invasores, estabeleceram-se nos sertões da Bahia e de Pernambuco, e, dali, se disseminaram no Ceará. Continuando a sua marcha para o interior, os rios eram os caminhos que seguiam, pois que outros não havia. O baixo Jaguaribe, o litoral do Ceará, e o vale do Acaraú receberam dos sertões de Pernambuco, de Paraíba e do Rio Grande do Norte os seus povoadores!’ (FROTA, 1995, p. 32).

É somente entre os fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII que se explicitarão os interesses políticos e econômicos dos portugueses sobre o sertão norte, como estratégia de expansão dos espaços coloniais, antevendo, também ali, possíveis lucros. Isso só foi possível após a expulsão dos holandeses, cujos interesses não tiveram o Ceará diretamente como alvo, mas mesmo assim, ergueram fortificações em Fortaleza, Camocim e Jericoacoara, formando núcleos pequenos de povoamento restritos ao litoral da capitania.

Em relação às capitanias do Nordeste brasileiro, Silva (2008) nos alerta que

nos primeiros séculos de colonização, apenas as capitanias de Pernambuco e Salvador se firmaram como maiores centros exportadores açucareiros. As outras capitanias, inclusive a cearense, tiveram um destino diferenciado e não desenvolveram com a mesma intensidade nos moldes adotados por Pernambuco e Salvador. No caso específico do território do Ceará, a qualidade do solo e as características da faixa litorânea impediram o empreendimento açucareiro. Este fato acabou sendo considerado pela historiografia tradicional como crucial aos interesses econômicos e políticos dos portugueses sobre essa região. (SILVA, 2008, p. 04)

A colonização da capitania do Ceará se formou, com maior evidência, do sertão para o litoral, ao contrário das outras capitanias brasileiras; e os cursos dos rios foram fatores preponderantes para este feito. Essa história registra dois movimentos civilizadores: um que entra

pelo norte da capitania, vindo do Maranhão, de caráter religioso, voltado para os habitantes da Ibiapaba; e outro entra pelo leste-sul, originado na Bahia e em Pernambuco, com caráter de ocupação de território baseada na pecuária. Este último movimento, mais forte e com mais potencial exploratório, origina o povoamento do interior cearense, sobretudo o do sertão do estado, bem marcado pelo clima semi-árido⁴⁴. Para Lima (2008),

os principais enfrentamentos do colonizador português no território cearense, afora o invasor estrangeiro – os franceses na Ibiapaba e os holandeses, que se fixam aqui em duas ocasiões: 1639-1644 e 1649-1654, deixando como principal marca o forte de *Schoonenborch*, depois Nossa Senhora da Assunção –, são a hostilidade do meio físico, o fenômeno das secas e a resistência dos índios, senhores da terra. Diante disso, há dois tipos de expedição: as científicas, que só vêm mais adiante (...) e as contra os índios, que guardam estreita correlação com o avanço das concessões de terra das Datas de Sesmarias. Os primeiros beneficiários dessas concessões são moradores do Forte, que recebem terras na embocadura dos rios Pacoti, Ceará e Pirangi. A partir de 1680, sob a Civilização do Couro⁴⁵, cresce a demanda por sesmarias. Agora, às margens do Jaguaribe e de seus afluentes – Banabuiú, Quixeramobim, Sitiá, Salgado e Bastiões; depois, do Acaraú, Aracatiçu e Coreaú. A cada sesmaria corresponde uma fazenda, onde se estabelecem famílias organizadas sob o mando dos proprietários. Destes, surgem os chefes políticos que, distantes da autoridade governamental, monopolizam o poder local. (LIMA, 2008, p. 33-34)

Monsenhor Fortunato Linhares, nos seus *Apontamentos para a História e Corografia do Município e cidade de Sobral* (FROTA, 1995), afirma que vários foram os que na condição de sesmeiros, fugidos das perseguições holandesas em Pernambuco⁴⁶, fixaram-se nas ribeiras do Acaraú, dando não só origem à cidade de Sobral, como também às famílias responsáveis pela orientação e ordenamento do crescimento do seu núcleo urbano e de outras cidades da região⁴⁷:

Outros sesmeiros vieram, como Antônio Rodrigues Magalhães (...), Manoel Madeira de Matos, Manoel Vaz Carrasco, pai das sete irmãs progenitoras das principais famílias do vale do Acaraú, Jerônimo Machado Freire, Capitão-Mor

⁴⁴ Entre 1621 e 1656, a capitania do Ceará pertencia, política e administrativamente ao Estado do Maranhão e Grão Pará. A partir de 1656 passou a ser capitania subalterna de Pernambuco. Embora houvesse uma dependência religiosa do Estado do Maranhão, o Ceará sempre recorreu à proteção militar de Pernambuco, fazendo que este exercesse mais supremacia na colonização.

⁴⁵ Expressão cunhada por Capistrano de Abreu para a ação de proibição da criação de gado a menos de dez léguas do litoral pela Ordem Régia de 1699.

⁴⁶ Contra a afirmação da colonização do sertão cearense ter sido favorecida pela invasão holandesa em Pernambuco, há a hipótese de Carlos Studart Filho, que afirma ter havido no nordeste um “verdadeiro colapso na expansão luso-brasileira, tanto para o interior como pela própria orla praieira; insubstente torna-se, pois, a tese segundo a qual a hinterlândia cearense recebeu seus primeiros moradores brancos no decorrer daqueles ominosos dias... Tempos depois em 1677 (alvará de 25 de março) seriam concedidas as primeiras sesmarias cearenses a moradores do Rio Grande do Norte e da Paraíba” (STUDART *apud* ROCHA, 2003, p. 25-26)

⁴⁷ “Cada légua de sesmaria correspondia a 3.000 braças, ou 6.000 metros. As datas de sesmarias se processavam do litoral para o interior, deixando terras devolutas entre si, e nem sempre seus concessionários lhe davam posse” (ROCHA, 2003, p. 28)

José de Xerez Furna Uchoa, Antônio Alves Linhares, José de Araújo Costa, Inácio Gomes Parente, Gonçalo Ferreira da Ponte e, logo após, os Frota, os Coelho, os Rodrigues Lima, os Holanda Cavalcante, os Viriato de Medeiros, os Domingos da Silva, os Figueiras de Melo, os Aguiar, os Ferreira Gomes, os Saboia, os Paula Pessoa, os Mendes Vasconcelos, os Rodrigues de Albuquerque, os Ximenes de Aragão, os Ribeiro da Silva, os Monte, os Bandeira de Melo e tantos outros que adquiriram terras por sesmarias nestes sertões, ou que se aliaram por casamento às famílias aqui existentes. (LINHARES *apud* FROTA, 1995, p. 32)

Os imigrantes portugueses que chegaram ao Vale do Acaraú dando início ao povoado da Caiçara não tinham qualquer título de nobreza, “eram gente muito simples, sem sobrenomes nobliárquicos nem brasões” (ROCHA, 2003, p. 32). Os objetivos da paragem portuguesa no Vale do Acaraú foram a sua manutenção (sustento) e, como posteriormente se consolidou, a expansão da dominação católica naquela porção do sertão cearense. Araújo (1991, p. 08), baseado em pesquisas realizadas nos inventários de herança das primeiras famílias do povoado da Caiçara, afirma que

a ribeira do Acaraú foi povoada por humildes lavradores, vaqueiros e pescadores oriundos, em sua grande maioria, de vilarejos rurais e povoações marítimas do antigo Reino de Portugal. Se algum deles enobreceu foi aqui, pelo esforço diuturno de suas mãos calejadas no tamanho da terra, no arranjo do gado ou na conquista do mar costeiro.

Os primeiros pedidos de sesmarias no Vale do Acaraú dirigiam-se a Pernambuco pelo fato das terras desta capitania já estarem escassas para a criação de gado em virtude das plantações canavieiras, obrigando, assim, os criadores a buscarem novas paragens para seus empreendimentos.

As famílias que iam se apossando de terras no povoado da Caiçara se instalavam às margens do rio Acaraú e tinham como principais meios de subsistência a pecuária. O gado foi fator exponencial na economia daquela região, bem como em boa parte do nordeste naquele período, e a fazenda Caiçara era um ponto de referência na ribeira do Acaraú para a organização das boiadas conduzidas para a Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. A Caiçara também tinha caminhos para as praias, onde se situavam os portos de Camocim e Acaraú, fator relevante para uma inteira independência econômica desta em relação a outras vilas e, posteriormente, à capital Fortaleza.

Os chamados “caminhos do gado” no sertão nordestino são os responsáveis pela escolha da fazenda Caiçara enquanto lugar de importância estratégica na efetivação do povoamento da

região norte do Ceará⁴⁸. As relações estabelecidas com o advento das criações de gado resultaram nas primeiras evidências da criação da Vila Distinta e Real de Sobral, cuja concretização se deu após a chegada das missões católicas na ribeira do Acaraú.

As investidas para o lançamento de paróquias pertencentes ao Curato do Acaraú se iniciaram em 1725 e permaneceram até 1729⁴⁹. O curato escolheu como terreno para erguer sua matriz um local onde já havia uma grande circulação de pessoas, as quais eram, em sua maioria, habitantes da ribeira e comerciantes que ali compravam e vendiam mercadorias, que circulavam através das rotas das boiadas. Em 1742, deu-se início a construção da primeira Igreja Matriz do Curato do Acaraú, quando foi expedido provimento para que a mesma fosse elevada em local escolhido por “favoráveis condições topográficas nas proximidades de uma serra que depois tomou o nome de Meruoca e de um caudaloso rio, o Acaracú” (LYRA, s/d, p. 03).

A primeira Igreja Matriz “situava-se a 2,70m (dois metros e setenta centímetros) à frente da base do patamar da atual matriz” (ROCHA, 2003, p. 41), e consta, em literatura histórica e registros da época, que “a arquitetura do pequeno templo muito se assemelha com os mais antigos construídos nos nossos sertões” (ARAÚJO, 1991, p. 60). Ressalte-se ainda “a praticidade construtiva e não o estilo, foi determinante dessa anacrônica solução arquitetônica (*sic*)” (ROCHA, 2003, p. 43)⁵⁰. Aquele local onde fora erguida a Matriz de Nossa Senhora da Conceição tornara-se, então, uma referência simbólica do poder da religião católica na região. E, como afirma Barbosa *et al.* (2009, p. 05), “encontra-se aqui uma relação que será predominante na composição da sociedade sobralense: religião e comércio”.

Com a efetivação da sede do curato, a povoação nas terras da Caiçara se desenvolve ainda mais, e, em 1745, passa a se organizar juridicamente. Forma-se nesse período o primeiro núcleo habitacional em torno da Igreja Matriz, o qual, em 1758, já se constituía, política e juridicamente, com “75 casas na povoação, sendo cobertas de telhas” (SOUZA, 2006, p. 31).

⁴⁸ Conforme Barbosa *et al.* (2009), no séc. XVIII, Fortaleza não conseguiu ocupar lugar de relevância econômica na capitania do Ceará, pois, longe dos centros de produção e comercialização, mantinha-se frágil em relação aos núcleos de povoação que se fixaram ao longo do rio Jaguaribe (Icó, Aracati) e do rio Acaraú (Sobral).

⁴⁹ “A capela de Nossa Senhora da Conceição de São José, localizada a três léguas de Sobral, é considerada a Matriz dessa extensão” (LYRA, s/d, p. 03). Esse local é onde se situa o atual distrito sobralense Patriarca.

⁵⁰ A preocupação dos autores em justificar com tanto pesar a não-existência da primeira Igreja Matriz se dá pelo fato de que o tombamento de Sobral é justificado, sobretudo, por sua origem histórica, e a Igreja Matriz atual possui estilo arquitetônico que não reflete diretamente a realidade histórica da fundação da Vila, que dá origem à cidade de Sobral.

No ano de 1757, outra faixa de terra foi doada por Vicente Lopes Freire para a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, outro fator de relevância para o incremento da evolução urbana da Caiçara e, conforme o Souza (2006) “esses dados são indicativos de que [na] povoação em estado de desenvolvimento já [havia] um grupo de negros libertos e escravos organizados através da irmandade que sustentavam com esmolas de devotos” (SOUZA, 2006, p: 31)⁵¹. Com a construção da capela do Rosário, o povoamento da Caiçara passa a se expandir em direção à serra da Meruoca, local que já era o celeiro da produção agrícola da região e onde alguns fazendeiros se refugiavam do calor nos períodos mais quentes dos anos.

Em 1762, a primeira Igreja Matriz foi demolida, e, somente em 1778, o Curato iniciou a construção da substituta Matriz, a qual foi finalizada em 1781. A construção da matriz naquele local foi fundamenta e, simbolicamente, esse fator foi preponderante para a consolidação do povoado e também para a orientação de seu crescimento. A Igreja de Nossa Senhora das Dores foi construída em 1814 e se localiza a poucos metros da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (atual catedral). As duas igrejas se localizam na área doada para a consolidação do Curato do Acaraú.

A “aliança” entre Igreja e fazendeiros funcionou muito eficazmente na consolidação do rápido crescimento da Caiçara, contribuindo, assim, para a sua elevação à vila no ano de 1773, mesmo sem a edificação da segunda Matriz. A denominação de Caiçara fora substituída, então, por Vila Distinta e Real de Sobral, que “já contava com 12 pequenas ruas ao redor da Igreja Matriz e outras casas [que] ficavam nos arrebalde” (SOUZA, 2008, p. 31). As ruas eram

1. Rua N. S. do Carmo (Lado direito da Praça Matriz).
2. Rua Detrás da Matriz.
3. Rua Defronte da Matriz.
4. Rua Esquerda da Matriz.
5. Rua do Rio (Hoje Rua das Dores).
6. Rua N. S. dos Milagres (Lado norte da Praça da Prefeitura).
7. Rua do Negócio (Rua do Menino Deus).
8. Rua N. S. do Bom Parto (Hoje, Rua Pe. Fialho).
9. Rua da Beira do Rio (atrás da Capela das Dores).
10. Rua da Cadeia (atrás da atual Prefeitura).
11. Rua Campina da Jorema (Praça da Várzea).
12. Rua da Gangorra.

Várias são as explicações para a denominação que a Vila recebeu. No livro *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú* (2000), Francisco Sadoc de Araújo discorre sobre versões possíveis de serem originadoras da nomeação. Uma das versões mais difundidas na historiografia

⁵¹ Vicente Lopes Freire era genro de Antônio Rodrigues de Magalhães, proprietário da fazenda Caiçara. 30 braças de terras foram doadas para a construção da capela e casas de morada. Esse foi o segundo núcleo de povoação da Caiçara (ROCHA, 2003).

local é a de que fora nomeada “Sobral” em homenagem ao Ouvidor do Ceará, Carneiro e Sá, que era natural do Distrito de Sobral, localizado no Município de Vizeu ao Norte de Portugal.

No entanto, Sadoc de Araújo desenvolve a tese de que a nomeação teria surgido em homenagem ao padrinho da filha mais nova do casal proprietário da fazenda Caiçara – Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus –, Bárbara Maria de Jesus. O padrinho e o avô materno de Bárbara eram naturais da freguesia de Sobral da Lagoa, Conselho de Óbidos, Portugal. Quando Caiçara foi elevada a vila, Bárbara era a proprietária oficial das terras, herdadas dos pais já mortos. Daí se presume ter a nomeação Sobral vínculo com alguma homenagem aos seus padrinhos e avôs. Acrescenta-se a isso o fato de que havia uma obrigatoriedade instituída pelo Rei de Portugal D. José I, através de lei, e bem seguida pelo Marquês de Pombal, que os nomes das vilas criadas naquele período fossem os mesmos de localidades portuguesas.

Em relação a ser “distinta”, advinha do fato de ter sido considerada pelo Rei de Portugal como um local colonizado totalmente por portugueses, sendo assim, desconsiderada a presença dos índios no processo de formação da sociedade sobralense, bem como não fora sede de missões jesuíticas, contra as quais versava ódio o Marquês de Pombal (ARAÚJO, 2000). E real porque foi criada por ordem direta do Rei de Portugal com sua senha de proteção e simpatia. Assim, firmou-se no seio do sertão cearense a vila mais notória e importante centro polarizador de poder da região norte e noroeste do estado.

3.3.1 O processo civilizador de Sobral nos séculos XVIII e XIX

Os pesquisadores da História de Sobral delimitam a origem histórica e o início do desenvolvimento desta cidade, vinculados, primeiramente, à colonização portuguesa e dominação da Igreja Católica no Vale do Acaraú enquanto símbolos da organização política e social. Concomitante a esses momentos, e como não poderia deixar de ser, vem a fundamentação da base econômica sustentadora desse período e que tornou viável Sobral se consolidar com um potencial agregador de poder na porção noroeste do Ceará: o chamado “ciclo” do gado.

No desenrolar da história de Sobral, dois outros “ciclos” serão considerados pela historiografia local como de fundamental importância para a permanência desta no topo da dominância econômica daquela região do estado, quais sejam: o do algodão e o da indústria. Cabe esclarecer que, embora nomeados enquanto ciclos, na verdade, não houve um retorno histórico a

tais elementos primeiros para o constante restabelecimento da cidade em posição econômica favorável. Nem o gado, nem o algodão voltaram a garantir a Sobral sua imponência econômica. A indústria até que retorna, mas não com a mesma produção, ditames organizacionais e locais daquela primeira.

O desenvolvimento do criatório se fortaleceu em decorrência do comércio de carnes secas e couro da ribeira do Acaraú, tais congêneres saíam da Caiçara pelos caminhos do gado ou exportados pelos portos de Camocim e Acaraú.

O estabelecimento das fazendas na região fez de Sobral o núcleo agregador e escoador da produção de derivados da criação do gado. À época, o couro e a carne salgada (charque) eram os principais motivadores do comércio que atendia não só à região. As oficinas de salga da carne localizavam-se em Sobral, daí haver a intensificação do comércio na cidade. A produção também atendia outros mercados como Pernambuco e Maranhão. E subsidiava, sobretudo, a produção de açúcar em Pernambuco, que demandava muitas terras para o seu cultivo.

Sobral foi o segundo polo produtor de charque e couro no Ceará, contabilizando mais de cem fazendas ao final do séc. XVII (GIRÃO E SOARES, 1997). Ficando atrás somente de Aracati. A carne e o couro eram transportados inicialmente a cavalo e carro de boi para os mercados consumidores, tão logo começaram a abertura das estradas para o porto de Acaraú, esses produtos eram levados até lá da mesma forma e de lá seguiam para os mercados consumidores transportados por barcos.

O movimento comercial de outros itens de consumo se intensificou à medida que as oficinas de salga da carne bovina produziam para outros locais. Sobral não produzia gêneros alimentícios em abundância. A agricultura era basicamente de subsistência. A produção de gêneros agrícolas provinha da Beruoca (Serra da Meruoca), e os produtores comercializavam em Sobral.

Sendo então núcleo criador, produtor de gado, comercializador de derivados dessa criação e de outros itens alimentícios produzidos nos arredores, o povoado da Caiçara ganha uma dinâmica econômica ideal para se consolidar enquanto vila. A criação da Vila Distinta e Real tem como elemento fortalecedor a aliança dos fazendeiros com o curato. Barbosa *et al.* (2009) chama a atenção para a relação entre Igreja e fazendeiros nessa aliança, quando

Cabe sublinhar uma prática introduzida na região com a criação do Curato, que era a obrigação de se pagar ao Cura um boi por cada fazenda. Isso, segundo Pompeu Brasil, teria implicado a necessidade de comunicação periódica do Cura

com todos os fazendeiros, ultrapassando, assim, sua função sacerdotal e assumindo uma atividade de controle de rendas. (BARBOSA *et al.*, 2009, p. 05)

É essa relação que dará condições do Curato construir as igrejas do inicial núcleo urbano de Sobral, o qual tem como referencial primeiro a construção da Igreja Matriz, em seguida vindo a ser fortemente influenciado pela construção da Igreja do Rosário em sua expansão para onde atualmente está a maior movimentação comercial de Sobral. E, por último, a Igreja de Nossa Senhora das Dores, dando à Sobral um profundo caráter de religiosidade no seu inicial processo civilizador, no século XVIII.

Em 1773, Sobral, ao ser elevada à Vila, passa a ser governada através da Câmara, que, criada com as funções civis e militares, cuidava da organização e regulação da estrutura física, taxaço de impostos e manutenção da ordem civil local. Em transcriço do Livro de Atas da criaço da primeira Câmara de Sobral, em Araújo (1974), a primeira decisáo tomada foi pela construçáo da Casa de Câmara e Cadeia de Pelourinho; além de como a mesma seria mantida:

Nesta se assentou com consentimento de todos abaixo assinados que para as obras que são precisas fazerem-se nesta Vila, como seja Casa de Câmara e Cadeia de Pelourinho, que para as ditas obras enquanto elas durarem pagarem todas as pessoas que levarem boiadas a vender aos portos do Camussy e Acaracu de qualquer parte que forem, de cada boy hum vintém para as ditas obras, sendo obrigados os ditos vendedores e compradores não venderem e comprarem sem dar parte ao Thezoureiro... e do mesmo modo pagarão os barcos dos ditos portos aos mesmos thezoueiros ou recebedores dois mil e quinhentos réis que contarão nos dez mil réis que cada barco aos donos das terras onde vão fazer compra de carnes, e este produto, assim, junto de todos os ditos recebedores o entregarão no cofre da Câmara...

(ARAÚJO, 1974, p. 261)

E assim tem início a vida da Vila, com um novo padrão de administração que antevia, sobretudo, a necessidade de organização tributária para evitar os contrabandos via portos do Camocim e Acaraú. Rocha (2003) demonstra que, em documento de 1775, havia a planta de uma casa de câmara, mas afirma não haver registros em documentos de como era a edificação. E, a partir de então, a vida política e econômica de Sobral entra no padrão de organização das vilas que tinham intervenções diretas e reconhecimento de Portugal, sem, contudo, ter o financiamento e proteção econômica da metrópole. Isto era feito com a produção local, através do imposto conhecido como “vintém dos bois”.

Com a intensificação do comércio e a chegada de mais moradores na vila, a Câmara iniciou o processo de ordenação da construção de casas. Chegando a proibir, em 1779, a

construção de casas de palha naquele primeiro núcleo e obrigando aos que tinham casa em construção, que concluíssem no prazo de um ano, sob o risco de pagamento de multa pelos proprietários, caso não seguissem a determinação. Rocha (2003, p. 54. *Grifos do autor, citando D. José Tupinambá da Frota*) afirma que

as habitações pioneiras situavam-se na Praça da Matriz, na Rua do Rio (hoje Rua das Dores) e, mais tarde, no Bairro do Rosário. Eram casas pouco adaptadas ao clima sertanejo, *'geralmente baixas e quase sempre de tijolos e cobertas de telhas, e pertenciam a pessoas de boa linhagem'*. A harmonia do conjunto arquitetônico era evidente (razoavelmente preservado até meados da década de 1970), isto porque os primeiros habitantes não tinham aspirações de mostrar o poder através da residência (coisa típica do comportamento urbano), e pertenciam a uma classe intimamente ligada ao criatório. O gado, e não a casa, era o símbolo do poder econômico.

No mesmo ano de 1779, coube à câmara licenciar pessoas para o exercício de várias profissões como alfaiate, celeiro, carapina, ferreiro, carpinteiro, venda pública e sapateiro. Também foi autorizada a abertura de pontos comerciais de Secos e molhados e teares (ARAÚJO, 1974). Isso significou que se criavam demandas de serviços especializados na vila, o que favorecia o aparecimento de outros tipos diversos dos fazendeiros, suas famílias e religiosos. O comércio começa a ampliar espaço e o aparecimento de uma burguesia na cidade começava a ser latente.

Havia um mercado de carnes nas proximidades da Igreja Matriz, que simbolizava a movimentação comercial naquele núcleo primeiro de povoação da vila. O mercado teria funcionado até 1821, quando outro com melhor estrutura foi construído nas proximidades da Igreja do Rosário, onde atualmente se localiza a praça da Coluna da Hora, na região do Centro da cidade. Antes da construção do mercado, um núcleo de povoamento já se estendia para o largo da Igreja do Rosário com formação irregular. Este feito promoveu a abertura de ruas estreitas e becos.

Dentre os becos, ganhou destaque o Becco do Cotovelo, que ligava a Rua Velha do Rosário (hoje Cel. José Sabóia) à Rua Nova do Rosário (atual Cel. Ernesto Deocleciano). O Becco do Cotovelo aglomerou residências e pontos comerciais e ganhou esse nome por ter trajeto irregular que lembra a dobra do cotovelo humano.

A classe econômica dominante do século XVIII em Sobral pouco ou nada apresenta traços de nobreza ou opulência, mesmo sendo apresentada como potência econômica na capitania do Ceará. Isso é constatado em inventários de fazendeiros, os quais deixavam para os seus herdeiros

muitas terras, porém, pouco ou nada de objetos valiosos. Somente com a formação de outro perfil de nobreza engendrada na vila, no século XIX, é que a configuração da classe dominante local ganhou ares de opulência.

O século XIX é marcado pela estruturação urbana da vila, muito embora já houvesse um desenho desta com a ocupação das margens do rio e a pequena ocupação nos arredores da Igreja do Rosário.

Os fazendeiros passam a exercer papéis políticos e a Igreja se constitui aliada destes porque deles tira a sua sobrevivência e amplia o número de templos na vila, conforme esta vai alcançando maiores dimensões espaciais.

A Vila Distinta e Real de Sobral inicia seu processo de racionalização, seguindo os preceitos das ordens imperiais com argumentos e ações simbólicas, políticas e higienizadoras. Nisto reside o ponto onde disciplinarização do espaço e ações distintivas de classes irão dar a tônica da sociedade sobralense civilizada, aonde elementos como gosto e estilo (ELIAS, 1994) irão mover a distinção entre sobralenses e estabelecer o reconhecimento social destes, em detrimento de outros cearenses no imaginário popular.

O fator de distinção irá identificar as diferenças entre os grupos e classes sociais e a instalação de uma elite que mesclou a rudeza da vida iniciada nos currais dos bois com as aspirações burguesas europeias. E, como previu Elias em relação à criação do processo civilizador europeu,

O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o *processo* de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase que esse processo – fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. (ELIAS, 1994, p. 113)

É certo que esse processo civilizador é conjugado com os desejos da Coroa portuguesa, e alcança os herdeiros dos colonizadores da região. No entanto, não significa que houve total mudança nos costumes, mas houve um arrefecimento, sobretudo das maneiras violentas nas resoluções de conflitos e maior clareza no engendramento das desigualdades sociais.

A vila iniciava sua expansão ao mesmo tempo em que a Igreja Matriz ruía. Como a instituição religiosa tinha prestígio, foi ordenada pela Câmara de 1778 a construção de novo templo com dimensões maiores e próximo ao antigo, onde atualmente se encontra a Catedral. Próxima dali também foi construída uma casa para abrigar o primeiro Capitão-mor da Vila, o Sr. José Xerez da Furna Uchoa.

A expansão econômica da Vila não escapou às constantes ameaças naturais que assolavam o Ceará: as secas. Com o aumento da população, as secas provocavam o aparecimento de doenças e epidemias, criando demandas de serviços médicos e sanitários para cuidar da população.

Em 1791, por ocasião de uma epidemia de febre miasmática, chega, na Ribeira do Acaraú, a comissão médica enviada pelo Capitão-mor do Ceará Luiz da Mota Feo e Torres para sanar o problema, que como consta nos documentos transcritos por Araújo (1974, p. 322), “a epidemia de febres malignas devastou a Vila e termos Sobral e Granja”. No mesmo ano, de volta à Fortaleza, o médico chefe da comissão, Dr. João Lopes Cardoso Machado, em relato sobre os trabalhos realizados, diz que

O povo que vive por este termo (da Vila de Sobral) padece muitas necessidades. Em parte alguma se não vendem os víveres pelo meúdo ao povo, os negociantes extraem grande parte deles para fora e por isso os que não teem para comprar por junto e os que não se acautelam no tempo da colheita ficam expostos a sofrerem a fome ou a procurarem alimento nocivo. Uma não pequena parte do povo da Vila de Sobral vive dispersa pelo campo, habitando muitas vezes um só homem em uma casa de palha distante de outro uma e mais légua. Não há naquele sertão uma só botica; na vila de Sobral apenas existe um cirurgião, o qual nenhum remédio tinha para aplicar aos enfermos, ou porque se tivessem acabado os poucos que costumam ter os cirurgiões que circulam os sertões e o mato, ou porque aqueles povos teem horror a medicamentos a que chamam de botica, vivendo satisfeitos com uns remédios chamados caseiros, sem conhecimento legítimo de suas virtudes, e aplicados por qualquer indivíduo. (STUDART *apud* ARAÚJO, 1974, p. 322)

O relato do médico é a prova necessária para a demonstração da desigualdade social ocorrida entre os donos das fazendas, os comerciantes das carnes e os despossuídos de bens, que provavelmente eram os escravos, remanescentes indígenas e mestiços que ajudavam na lida das fazendas e no comércio.

O desfavorecimento era provocado pela constituição do que, em Sobral, costumavam chamar de “boa linhagem” (ARAÚJO, 1974), ou seja, famílias de origem genuinamente portuguesa ou que aqui se formaram através de casamentos arranjados por interesses diversos, mas que mantinham a prerrogativa de ser/estar “entre brancos”⁵².

A presença de negros africanos no Vale do Acaraú, de acordo com Souza (2006),

no censo de 1804, a população da Vila de Sobral era composta de 9.952 habitantes. Os brancos eram 2.781, pretos e pardos livres, 4.193 e pretos e pardos escravos somavam 2.978. Ou seja, 72% da população eram compostos por

⁵² Esse termo é comum em Sobral ainda nos dias atuais, quando se quer identificar os pertencentes à elite da cidade, mesmo levando em consideração os processos de miscigenação ocorridos ao longo da história do Brasil.

negros e pardos (livres e escravos). Já em 1808, para a Vila de Sobral, foram registrados 14.629 habitantes, sendo 3.636 brancos (25%), 397 índios (2%), 2.907 pretos (14%), 8.589 mulatos (59%). Segundo esses dados, a população afrobrasileira era de 63%. Para 1813, foi registrada para a Vila de Sobral uma população de 15.218 habitantes. (SOUZA, 2006, p. 37)

Os dados acima demonstram uma forte presença de afrodescendentes no interior do Ceará, e em Sobral, especificamente. Afirmando uma forte presença de mestiçagem na região, contrariando discursos petulantes da existência de pureza portuguesa nas formações das famílias de “boa linhagem”, até mesmo no século XX.

A segregação racial evidentemente fortalecia os entendimentos de quem era de família e quem não era. Mas os negros tiveram seu espaço de sociabilidade com os brancos. Trata-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos de Sobral, que existia em função da devoção à santa de mesmo nome e que permitia a participação dos negros nos rituais da Igreja, bem como permitia que fizessem seus festejos particulares no entorno do templo⁵³.

A citação acima é importante para evidenciar o crescimento populacional em Sobral nas duas primeiras décadas do século XIX, em decorrência do comércio de gado e início da salga da carne e aproveitamento do couro. O centro comercial ampliou suas funções. No entanto, as igrejas construídas serviam como parâmetros para a nascente forma urbana. Foram as igrejas que orientaram a formação do núcleo urbano que se transformou em “mito fundador” da cidade.

O entorno da Igreja do Rosário concentrou o maior número de edificações, que, somadas às já construídas no primeiro núcleo, totalizavam 237 casas, no início do século XIX. Para Silva Júnior (2009, p. 178)

Com o tempo, esses núcleos se uniram, produzindo formas da futura cidade, ressaltada pela tortuosidade, onde o alinhamento, de início, não parecia ser uma preocupação quanto à sua formação. Essa foi uma das prioridades da Câmara: dar à vila características urbanas que justificassem seu destaque na região, como seu próprio título de nobreza, acompanhando os desenhos das vilas e cidades que já despontavam como modelos ‘civilizados’ de geometrização urbana. Dessa forma, com sua organização política, judiciária e religiosa estabelecida, Sobral, através da Câmara, passou a sofrer intervenções urbanas consideráveis.

O século XIX foi o tempo fértil para o que o autor evidencia acima: a ordenação urbana e a organização política. A Câmara iniciou o processo de intervenções com aberturas de ruas, desobstrução de becos, construção de praças etc. Tudo era estabelecido pelos Códigos de Posturas, os quais determinavam o modelo pombalino de estruturação urbana para todas as vilas,

⁵³ Cf. SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Irmandade e festa: Rosário dos Pretos em Sobral-CE (1854-1884)*. Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza: Ed. NUDOC, 2006.

buscando imprimir o padrão português no alinhamento das ruas e na arquitetura civilizada nascente na colônia, bem como a higienização dos logradouros, fachadas de casas, obrigações com animais soltos nas ruas etc.

O processo civilizador em Sobral traz consigo não somente a estruturação urbana, a vila começa a receber outros elementos que lhe são próprios como letrados em latim e em música para a educação dos filhos dos fazendeiros, advogados para fiscalizar as imposições dos Códigos de Posturas, jornalistas para a inserção da imprensa na vila e uma sorte de comerciantes interessados em enriquecimento.

Conforme a estruturação urbana tomava forma, os padrões de civilização modificavam as intenções das famílias abastadas economicamente. Os mais jovens eram educados formalmente e passavam a frequentar escola e depois eram enviados para cursar Direito em Recife ou para algum Seminário. O estilo de vida europeia passa a ser referência no cotidiano da vila, e a distinção social começa a ser refletida na construção das casas, inaugurando, em Sobral, a prática da construção de Sobradões. O primeiro foi edificado em 1814, e pertenceu ao Cel. Inácio Gomes Parente. Também são conhecidos, do mesmo período, os que pertenceram a Francisco Rodrigues dos Santos (Sobrado Radier) e o do Senador Francisco de Paula Pessoa (Solar dos Figueiredo, atual colégio Sant'Ana). Segundo o arquiteto Liberal de Castro (CASTRO, 1973 *apud* GIRÃO & SOARES, 1997), os sobrados assinalados acima, possuem “aparências mais pesadas e telhados em duas águas”.

Na segunda metade do século XIX, surgem outros sobrados “com motivos greco-romanos ou elementos decorativos à Bonaparte. Telhados em três ou quatro águas”. E outro tipo de edificação é bem marcante na arquitetura do período, o Solar, “residência espaçosa com pátio interno, grades de ferro externas” (CASTRO, 1973 *apud* GIRÃO & SOARES, 1997). Os primeiros sobrados pertenciam aos fazendeiros e tinham dupla função, segundo Herbert Rocha (2003), pois serviam para armazenar os produtos oriundos das fazendas na parte de baixo (farinha, milho, feijão, carne seca) e a parte de cima servia para moradia.



Sobrado do Cel. Inácio Gomes Parente — 1814

SOBRADO DO CEL. INÁCIO PARENTE

FONTE: <http://images.google.com.br>

Com o passar do tempo, os sobrados passaram a simbolizar o poder político e econômico da cidade, pois pertenciam aos coronéis ou aos comerciantes de couro que habitavam a vila. Sobral se tornou a segunda vila mais importante da província. Fator conquistado devido à concentração comercial e à força política fomentada pelas oligarquias da região norte.



SOLAR DOS FIGUEIREDO (CASA DO SENADOR PAULA PESSOA)

Disponível em <http://familytreemaker.genealogy.com/users/p/e/s/Ana-maria-A-Pessoa-dos-santos>

Como já visto no primeiro capítulo, Sobral teve muitos políticos de destaque em todos os tempos no Ceará. No século XIX, muitos representaram o poder dos “donos” da região, amparados pelas negociações de parentelas, com casamentos manipulados pelo interesse econômico, que decorreu no poderio político. Homens de grande influência política e econômica como Tomás Pompeu de Sousa Brasil surgiram da região norte com forte amparo dos fazendeiros sobralenses, no caso dele, sobretudo, de seu sogro, o Senador Paula Pessoa. Tomás Pompeu dominou a política e a economia cearense até a primeira década do século XX, quando seu genro Nogueira Accioly foi deposto do cargo de governador. Então, a vila e posterior cidade de Sobral guarda todos os símbolos necessários para sua afirmação enquanto local de origem de muitas histórias nas relações que consolidaram o estado do Ceará.

3.3.2 A segunda metade do século XIX, o algodão e o século XX

Em 1841, Sobral foi elevada à categoria de cidade e passou a se chamar Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú. Segundo Girão & Soares (1997), o título de Fidelíssima foi em agradecimento ao povo sobralense por ter sido fiel às tropas do governo quando ocorreu a

Sedição de Sobral, em 1840⁵⁴. A denominação Januária foi uma homenagem à irmã de D. Pedro II, D. Januária. Porém, um ano após a elevação à cidade, em razão dos apelos do povo, o Governo da província substituiu a extensa nomenclatura por “Sobral” novamente.

A vida urbana sobralense se intensifica a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo com o novo prédio que abrigou a Casa de câmara e cadeia em 1848. Outro fator foi o requinte arquitetônico das casas erguidas na vila, por conta do ordenamento das ruas e do fluxo comercial com a venda de couro. Devido ao crescimento da vila, a construção de um novo cemitério se constituía enquanto demanda de urgência, visto que a Igreja Matriz não se fazia mais condicionada a receber os corpos. Em 1843, as ruas ganham nomes e por esta época “foram denominadas 24 ruas, 6 travessas, 14 becos e 3 braços”; algumas casas foram demolidas para alinhamento das ruas (ARAÚJO, 1972).

Em 1852, chegam, em Sobral, as primeiras sementes de algodão dos Estados Unidos para serem distribuídas entre os agricultores locais. Fortaleza concentrou a maior parte das riquezas adquiridas com o cultivo e beneficiamento do algodão nesse período, mas as vilas, engrandecidas com o comércio do gado, rapidamente capitalizaram benefícios por conta das relações políticas existentes.

Com isto, Sobral entra no circuito de produção e beneficiamento do algodão promovendo um considerável crescimento econômico na vila, reformulando, exaltando um tempo de opulência entre as camadas sociais mais beneficiadas com o momento.

Sobral sempre foi bastante influenciada por movimentos endógenos ao Ceará. Apesar das relações políticas consolidadas com a capital da província, havia muito mais influência de hábitos e costumes de lugares mais civilizados como São Luiz, Recife, Rio de Janeiro – e até mesmo de lugares como Paris e Portugal –, o que tornava os hábitos da elite da vila mais refinados por imitar as elites burguesas de fora da província. Por isto, tornou-se comum o consumo de objetos e vestuário importados via porto de Camocim, muitas vezes direto da Europa, por conta da abertura dos Portos.

A prática de atividades vinculadas ao mundo das artes como a música e o teatro tornou-se muito valorizada em Sobral por esta época. Os jovens tinham aula de piano desde 1848, e a

⁵⁴ Movimento que aconteceu no dia 01 de dezembro de 1840, quando em visita à cidade o Presidente da Província José Martiniano de Alencar tentava fortalecer o Partido Republicano contra os monarquistas comandados pelo Ten. Cel. Francisco Xavier Torres. Na noite de 01 de dezembro um grupo liderado pelo Cel. Torres atacou o sobrado de Paula Pessoa onde estava hospedado José Martiniano, o fato resultou numa revolta armada na cidade, que culminou com a derrota dos monarquistas.

criação do clube *Melpômène* foi fundamental para a fundação do primeiro teatro da cidade, o Theatro Apollo, em 1867, “a primeira casa de espetáculos do Ceará com dependências totalmente lotadas. A encenação inaugural rendeu 248 mil réis, que foram empregados na conclusão da capela de Nossa Senhora das Dores” (ARAÚJO, 1972, p. 237).

A produção de algodão no Ceará provocou a construção das estradas de ferro. A mais importante foi a Estrada de Ferro Baturité, que fazia ligação de Fortaleza com Baturité, e atingiu seu percurso final nas cidades da região do Cariri cearense, no início do século XX. Entretanto, Sobral também teve sua estrada de ferro, que a ligava diretamente ao Porto de Camocim. Muitos historiadores afirmam ter sido a construção dessa estrada apenas um paliativo para resolver o problema da falta de trabalho para muitos flagelados das secas que ocorreram entre 1872 e 1877. Herbert Rocha (2003) afirma ter sido uma opção para capitalizar a exportação de algodão produzido na sua área de influência, reservando para si parte do mercado pretendido por Fortaleza. Mas como a intenção do Imperador era fortalecer as capitais das províncias, Sobral não logrou tanto êxito. A estação ferroviária de Sobral foi inaugurada em dezembro de 1882.

O algodão reflete um maior efeito econômico em Sobral no final do século XIX, com o surgimento da industrialização. Em 1893, o negociante Ernesto Deocleciano de Albuquerque, associado ao maranhense Cândido José Ribeiro, instala a fábrica de tecidos Ernesto e Ribeiro. Esta foi a terceira a se instalar no Ceará e a segunda em volume de produção. Ernesto Deocleciano foi também o responsável pela empresa Carril Sobralense, instalando bondes puxados a burro, modificando os hábitos de mobilidade no contexto da cidade, e arrendou a Estrada de Ferro de Sobral em 1897, com o objetivo de escoar a produção das suas fábricas pelo porto de Camocim. A estrada de ferro acelerava esse processo e assegurava a qualidade dos produtos, visto que as estradas de terra eram bastante precárias. Neste período, também foi instalada a iluminação pública a gás na cidade.



Estação Ferroviária de Sobral
Fonte: arquivos Nirez

Ernesto Deocleciano não foi somente um influente empresário no Ceará. Ele conseguiu elevar seus filhos à carreira política na cidade, no século XX. E seu grupo empresarial foi conduzido pela família até os anos 2000, quando foi fechada a fábrica de tecidos, então nomeada “Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano”. Outro empreendimento implantado pelo citado empresário em Sobral foi o fabrico e a comercialização de chapéus de palha, no início do século XX. Juntamente com Valdemar Lira, Comendador José Modesto, Francisco Arruda e Guilherme Meneses, Ernesto Deocleciano conseguiu criar a indústria chapeleira na cidade no início dos 1900 (CARACRISTI, 1999). Aproveitando outro recurso natural produzido em abundância na região, a carnaúba, esses empresários conseguiram produzir cera e chapéus para exportação, que tinham como mercado países como Espanha, México, Portugal, Estados Unidos, Itália, dentre outros.

A produção de chapéus era feita artesanalmente (o trançado), somente para o acabamento era necessário o uso de máquinas, o que demandava pouca mão-de-obra, caracterizando sua indústria como uma “indústria artesanal”, onde as chapeleiras – pois é uma atividade predominantemente feminina – trabalhavam em casa e, muitas vezes, iam passando o aprendizado do trançado para as filhas⁵⁵.

⁵⁵ Atualmente, é possível encontrar mulheres sentadas em suas calçadas trançando chapéus, principalmente em alguns bairros da periferia da cidade. A atividade é praticada e os chapéus são comercializados, mas não há a importância que teve no início do século XX, pois desde a implantação do Plano Real e da valorização das empresas estrangeiras, e o não investimento em pequenos e médios empreendimentos, a indústria chapeleira perdeu seu lugar.



FÁBRICA DE TECIDOS⁵⁶

Disponível em <http://www.google.com.br/imgres>. Acesso em 06/02/2012

A industrialização foi ponto forte da economia sobralense nos fins do século XIX e por todo o século XX. Além da fábrica de tecidos e da produção de chapéus, instalaram-se em Sobral fábricas de extração de produtos derivados do algodão, da carnaúba, de outras espécies oleaginosas e outras matérias-primas. Uma das maiores e mais importantes fábricas instaladas em Sobral foi a CIDAIO (Companhia Industrial de Algodão e Óleos S.A)⁵⁷, fundada pelo sobralense Trajano de Medeiros, em 1921. A CIDAIO não era genuinamente sobralense, tratava-se de uma filial, que tinha sede em Recife.

Para assegurar o funcionamento das indústrias, o fornecimento de energia elétrica teve que ser reforçado. A cidade passou a receber energia elétrica de uma usina geradora de propriedade do empresário Oriano Mendes⁵⁸ em 1925. E, em 1957, para atender a demanda industrial ampliada, foi criada a Companhia Industrial de Luz e Força de Sobral, com maior potencial de geração de energia, sob o comando do grupo empresarial de Ernesto Deocleciano. O potencial industrial de Sobral era limitado em termos de manutenção e estrutura, porém,

⁵⁶ A fábrica de tecidos atualmente abriga um campus da *Universidade Federal do Ceará* (UFC).

⁵⁷ O espaço onde se localizava a CIDAIO dá lugar a dois campi universitários: a *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA) e o [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará](#) (IFCE).

⁵⁸ Proprietário do Banco de Crédito Agrícola, fundou a Associação dos Empregados do Comércio, criou as primeiras fábricas de rede, a fábrica de mosaico, a fábrica de gelo e a Fábrica Emiliana (1918) cujas funções eram o beneficiamento de algodão e de arroz e a fábrica Randal (onde hoje se encontra a Biblioteca Pública Lustosa da Costa), na década de 1940.

conseguiu manter o destaque da região de influência da cidade e sua superposição enquanto cidade polo. Nos anos 1960, foram instaladas na cidade a fábrica de cimento Poty, do grupo Votorantin, e a Laticínios Sobral S.A (LASSA). Essa fase de industrialização se arrefece durante os anos 1980 e é retomada nos anos 1990, com a reestruturação produtiva, já exposta no segundo capítulo.

Telma Bessa Sales e Alanna Araújo Vasconcelos (2011), em pesquisa com os ex-operários da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, dão visibilidade às mudanças provocadas pela inserção da vida fabril na cidade. Segundo as autoras, com a chegada da fábrica, “inicia-se uma nova dinâmica na cidade, (...) no seu desenvolvimento econômico, social e cultural; proporcionando um ar de industrialização à cidade, à sua paisagem” (SALES & VASCONCELOS, 2011, p. 04). As autoras citam que, a esse respeito, Padre Luís Ximenes ressalta que

A chaminé da fábrica emergia do panorama dos telhados soltando constantemente sua fumaça como um cigarro preto. Nos começos e fins de expediente, aquela fábrica apitava conclamando ou despedindo operários. E aquele apito rouquento e prolongado, quando rasgava o silêncio, despertava recordações distantes e indefinidas. (XIMENES, 1972, p. 29 *apud* SALES & VASCONCELOS, 2011, p. 04).

A exploração do trabalho é outro ponto analisado no artigo em tela, pois as informações analisadas revelam que os operários extrapolavam cargas horárias de trabalho com mais de 10 horas por dia e não recebiam salários corretamente e nem por horas-extra (SALES & VASCONCELOS, 2011). A pesquisa ainda aponta a diversificação sexual do trabalho, pois as mulheres adentraram o “chão das fábricas” neste período. Entretanto, a Igreja Católica julgava o trabalho como negativo, e se colocava como vigilante da classe trabalhadora, como verificam as autoras citando o texto produzido pelo Pe. João Lira acerca da “Revolução Industrial” em Sobral. Vejamos:

Em um artigo do Padre João Mendes Lira sobre o momento em que a Revolução Industrial chega a Sobral, o autor fala sobre as transformações ocorridas no sistema econômico mundial dos séculos XVIII e XIX trazidos pela revolução, que modificou “totalmente” (palavra utilizada pelo autor) o viver e pensar da humanidade. Segundo Lira, apesar da substituição do trabalho manual pelo trabalho da máquina ser mais rápido, eficiente e lucrativo, ele abalou a estrutura familiar, social, política e religiosa; pois, ao tirar os rapazes e moças de suas casas, onde estes eram acostumados a trabalhar durante o tempo que mais lhe conviesse, onde o “Pai de família” era o juiz, o chefe, o religioso, dentre outros, o “senhor absoluto”, e na fábrica predominava a orientação do gerente, que, segundo o autor, “subtrai de modo violento a influência paterna e

materna”, onde os “jovens começaram a passar mais tempo fora de casa e a receber influências das mais categorias sociais”. Ao analisarmos esta primeira parte do artigo, percebemos do autor certa preocupação em relação às consequências que a Revolução Industrial trouxe principalmente para a estrutura familiar (ponto evidenciado por Lira), onde encontramos a figura do homem, patriarca da sociedade, o “senhor absoluto” sendo abalada por esse momento histórico que já estava presente em Sobral, e que, a partir do momento em que os filhos começam a trabalhar em outros locais fora de casa, os pais não terão o mesmo domínio sob estes. No caso das mulheres, que terão uma maior independência, já que as fábricas possuíam um maior número de operárias, por estas possuírem maiores habilidades que os homens, cujo trabalho está mais voltado “para o uso da força”. Outro ponto a ser destacado é da preocupação do autor com influências que os jovens receberão “das mais diversas categorias sociais”. Nesta fala e pensamento, percebemos a figura, o discurso do padre preocupado, como já foi dito, com a estrutura familiar e com os novos pensamentos (políticos e religiosos, por exemplo) que esses jovens poderão ter dessas influências temidas.

Segundo Lustosa da Costa, “a Igreja observava, cuidadosamente, a classe operária, atenta a que suas reivindicações não ultrapassassem certos limites, no sentido de controlar-lhe os movimentos, de contê-la 'em seu devido lugar’”. O autor ressalta que, em 1936, é criada a Associação das Operárias Católicas de Sobral, que foi um meio encontrado para administrar as operárias, cujos estatutos da Associação foram aprovados pelo Bispo Dom José Tupinambá da Fresta, em 26 de dezembro de 1935; onde as associadas deveriam evitar tudo o que a Igreja reprovava ou que pudesse atrapalhar o progresso espiritual de cada uma, como modas exageradas, as companhias de gente desviada ou suspeita, a ociosidade, mestre da impureza, dentre outros que estão expressos no artigo 24 assinado pelo referido bispo; onde o que associadas deveriam cumprir, pode ser resumido na “obediência pronta e alegre aos seus pais e patrões, contando que não mandem cousas contrárias aos mandamentos de Deus e da Igreja”. (SALES & VASCONCELOS, 2011, p. 05-06)

A industrialização de Sobral revela uma face de modernização na estrutura econômica da cidade. Contudo, a estrutura política convive intrinsecamente ligada e favorece o andamento do crescimento econômico.

Ernesto Albuquerque Deocleciano, com reconhecimento de Coronel, era muito bem quisto pela oligarquia acciolina que dominou o Ceará por quase vinte anos. Seus filhos se envolveram plenamente com a política em Sobral. O mais expressivo foi José Saboya de Albuquerque, que liderava o Partido Republicano Conservador (PRC) na cidade, e era o juiz da comarca. Os conflitos políticos e de mandonismo na cidade eram os imperativos categóricos do reconhecimento público e legitimidade destes homens. Consigo, outras famílias dividiam préstimos políticos e negociavam apoio. Estavam entre estas os Mont’Alverne, os Ferreira Gomes, os Mendes, Os Cialdini, os Gomes Parente, dentre outras. Havia uma ínfima oposição ao forte grupo liderada pelos Liberais-Democratas, que usavam da força da palavra impressa nos

jornais para dessacralizar o poder oligárquico imperante e apoiado pela Igreja. Um dos nomes mais alardeados como força de oposição foi Deolindo Barreto, jornalista democrata que, através do jornal “A Lucta”, implantou verdadeira perseguição aos Conservadores, à Igreja, aos moralismos em excesso na cidade. Deolindo Barreto acabara sendo assassinado em plena Câmara Municipal em meio a um tiroteio promovido por seus desafetos políticos⁵⁹. E, até os dias atuais, sua “bravura” influencia os que se afirmam opositores ao tradicionalismo sobralense.

No final do século XIX, os lucros com o algodão e a industrialização adornam a cidade com uma arquitetura diferenciada com “oitão enobrecido”, considerada por Rocha (2003), como a terceira fase dos sobrados e casarões da cidade. Como mostra dessa arquitetura, o único exemplar existente na cidade é o Solar Fernando Mendes, de 1880, o qual abriga, atualmente, o Centro Educacional Maria Imaculada, também conhecido como “Patronato”.



SOLAR FERNANDO MENDES, ATUAL PATRONATO MARIA IMACULADA

Fonte: Inventário de bens arquitetônicos de Sobral

No campo das artes, o Teatro São João é a grande marca no final do século XIX. Fundado em 1885, é considerado um dos mais antigos do Ceará, com estilo neoclássico, “é um dos mais

⁵⁹ Cf. SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano: imprensa, conflitos e morte – a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908-1924)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP: 2005.

raros exemplos brasileiros do período que apresentam na fachada um frontão em arco” (ROCHA, 2003, p. 127).



TEATRO SÃO JOÃO

Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread>. Acesso em 20/11/2012.



PRAÇA DO TEATRO SÃO JOÃO

Disponível em www.sobral.ce.gov.br. Acesso em 19/12/2012.

O traçado e a ocupação da cidade se definiram à medida que os equipamentos iam sendo construídos. O centro comercial ficou definido na área da segunda nucleação urbana, nas proximidades da Igreja do Rosário. As residências tomaram outros espaços. As elites habitavam a região mais próxima ao centro comercial, os menos favorecidos habitavam outras áreas mais distantes e nas margens do rio Acaráu, tanto na esquerda quanto na direita, fazendo a travessia em tempos de cheia, transportados por canoas.

O Ecletismo, o *art-decô* e o *art-nouveau* são estilos arquitetônicos que chegam a Sobral no início do século XX. Esses estilos estão presentes em prédios comerciais reformados (com o estilo *art-nouveau*), residências próximas ao centro, no casario da Praça Samuel Ponte e no *Palace Club*, inaugurado com o nome de Grêmio Recreativo de Sobral, onde a elite promovia seus bailes.



PALACE CLUB, ATUAL PALÁCIO DAS LÍNGUAS
Fonte: Inventário de Bens Arquitetônicos de Sobral



RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA MONT'ALVERNE
Fonte: Inventário de Bens Arquitetônicos de Sobral

Todo o requinte da arquitetura contida nas edificações da elite sobralense não desmontou a rusticidade das práticas políticas, cujos privilégios e benesses das forças oligárquicas prevalecem até os dias atuais. Com a queda dos Accioly do poder no governo do estado, os grupos mais favorecidos de Sobral perderam um pouco a força, não significando que o conservadorismo tenha decaído. Os grupos que assumiram o poder em Sobral após a queda de Antônio Nogueira Accioly se mantiveram na mesma posição conservadora. Muito embora fossem privilegiados por conta das relações familiares com o governo do estado, a ausência deste fator não implicava tanto nas suas ações na região.

Líderes como Francisco de Almeida Monte (o Chico Monte), mesmo pertencendo aos quadros do PTB, com uma visão mais progressista, portanto, não revelava grandes aspectos que o diferenciassse dos seus supostos opositores; em relação ao aspecto oligárquico e do mandonismo. Chico Monte foi acusado de assassinato e ficou impune, com apoio até da Igreja Católica (LIMA, 2012)⁶⁰. E, mesmo sob forte imperativo oligárquico, uma característica dos políticos da região norte do estado bem enfatizada por Josênio Parente é a não fidelidade nem partidária, nem das famílias: “a família não é um critério de fidelidade partidária, sobretudo na zona norte. É a capacidade de distribuir recursos em momentos específicos que conta para a fidelidade circunstancial” (PARENTE, 2000, p. 107). Chico Monte ressoa como bom exemplo, por ter sido “iniciado” na política por José Saboya. No entanto, se desentendeu com este e foi parar no progressismo do PTB. Nesse jogo de compatibilidades e seu contrário, a partir de 1962, com o regime militar, Sobral passou a ser administrada por dois grupos políticos que se revezavam no poder, liderados pelas famílias Barreto e Prado,

Segundo Penha Ribeiro, 1962 é o ano em que se inicia a formação das facções Prado e Barreto na política local, tendo como chefes políticos Jerônimo de Medeiros Prado, pela UDN, partido da família Sabóia, e Cesário Barreto Lima, pelo PTB, partido da facção Montista (Chico Monte), de quem Cesário se tornaria herdeiro. (MAIA, 2010, p. 74)

Os dois políticos eram oriundos de famílias abastadas da cidade e, com o bipartidarismo no regime militar, ambos passam a compor os quadros da ARENA. O MDB em Sobral resultou num quadro inexpressivo. Entretanto, a ARENA, apesar de ser majoritária, em adesões, os desentendimentos individuais e as vaidades acabaram por subdividir o partido em várias sublegendas: ARENA I, comandada por Cesário Barreto; ARENA II, liderada por Jerônimo

⁶⁰ Cf. LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Imprensa e conflitos políticos: o caso do jornal Patria - Sobral (1910-1915)*. In: <http://www.ce.anpuh.org/1341277694>. Acesso em 12/10/2012.

Prado; e ARENA III, sob a liderança de José Euclides Ferreira Gomes, sendo que este grupo muitas vezes apoiou Jerônimo Prado.

Apoiados pelo governo dos coronéis no Ceará, Barretos e Prados dominaram o poder político na cidade entre crises políticas e econômicas, mesmo com avanço de potencial industrial na década de 1960. As crises políticas foram mais evidenciadas que as econômicas; sobretudo, em 1968, quando Cesário Barreto era o prefeito e um conflito deflagrou a divisão dos vereadores; os que se opuseram ao chefe do executivo local foram proibidos de adentrar o espaço da Câmara. Esse episódio demarcou uma série de ações violentas na cidade, ficando esta sob a regimentação de duas Câmaras auto-nomeadas. O escândalo ganhou dimensões nacionais e foi resolvido com o recesso da Câmara e o prefeito passou a administrar por decreto.

Neste evento, os poderosos da cidade se dividiram e houve intervenções militares para controlar os conflitos. Entre os principais desafetos de Cesário Barreto estava o Bispo D. José Tupinambá da Frota, cuja oposição era motivada pela perseguição promovida contra o seu principal pupilo, Pe. Palhano Sabóia, que de aliado passou a opositor de Barreto. Pe. Palhano foi Deputado Federal, pertenceu aos quadros da UDN e do PTB. Em 1964, teve seu mandato cassado e direitos políticos suspensos por dez anos pelo Ato Institucional do Período Militar de 13/06/1964⁶¹. O Presidente da República era Castelo Branco, e o que se tem por justificativa eram as querelas de vaidades com Cesário Barreto, o qual gozava de muita reverência do referido presidente.

A Igreja Católica em Sobral não se isentava dos conflitos. Tinha posição definida nas relações de poder e de interferência no espaço urbano. No próximo tópico, abordarei a interferência da instituição religiosa na vida política da cidade.

O revezamento Barreto-Prado à frente do poder público de Sobral durou até 1995. Para além dos conflitos, há a forma como a administração era conduzida. O clientelismo era a marca das gestões e as improbidades administrativas eram das mais escandalosas, tipo: pagamentos realizados sem recibo, sem prestação de contas, cheques pessoais para pagamentos de dívidas públicas e extremo populismo. É comum ouvir na cidade as histórias de José Prado, um dos prefeitos do revezamento, e as pessoas referirem-se a ele como “o pai dos pobres”, pelo fato de ser um homem que sentava no mercado público para conversar e beber com seus eleitores, os

⁶¹ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/NAO-INFORMADO/86950-CAMARA-CASSOU-174-DEPUTADOS-EM-SUA-HISTORIA.html>. Acesso em: 11/11/2012.

abraçava, lhes dava dinheiro etc. Outras histórias pitorescas envolvendo relações clientelistas e paternalistas são contadas por quem vivenciou aqueles dias, como nos revela o depoimento de um entrevistado de Andréa Araújo Rocha (2009, p. 60), em decorrência de sua pesquisa de Mestrado sobre orçamento participativo em Sobral:

A relação que havia entre poder público e movimentos sociais no governo Prado e Barreto [...] é uma relação de paternalismo, de clientelismo muito forte entre o poder público com esses movimentos. Tem um episódio que eu não canso de contar. Quando assumimos a coordenação da cultura, a Casa do Capitão-Mor em Sobral, situada num prédio histórico, era um prédio da prefeitura e estava ocupada por um sindicato, [...] quando esse sindicato foi avisado que precisava desocupar a casa, porque esta era patrimônio histórico e precisa ser recuperada, [...] o presidente do Sindicato disse que a casa pertencia a eles, e que havia sido doada pelo município, e nos apresentou um bilhete, escrito a mão, que dizia: entrego esta casa ao fulano de tal, presidente do Sindicato tal, assinado pelo prefeito Zé Prado. (ROCHA, 2009, p: 60).

As práticas clientelistas desafioraram qualquer tentativa de organização mais endurecedora na política cearense, vide o ocorrido com Tasso Jereissati no seu primeiro mandato à frente do governo estadual. A cultura política do interior do Ceará é aviltantemente marcada por tais práticas, e, para ser mais realista, as relações políticas na capital não se diferenciam em demasia. Há sempre trocas de favores, indicações, parentescos distantes ou inventados para ornar tais práticas, confrontando os direitos e a noção de cidadania, cujo sentido permanece em muito assegurada no tal “jeitinho” ou no “você sabe com quem está falando?”, tão bem identificados por Roberto Da Matta.

Esses episódios e a queda econômica de Sobral nos anos 1980 sugerem o “atraso” propalado pelo grupo liderado por Cid Ferreira Gomes, inaugurando outro momento em Sobral, nomeado “Sobral no Rumo Certo”, sobre o qual já dediquei um tópico neste capítulo e no próximo continuarei descrevendo o complexo de eventos que montou a história da urbe em tela como uma cidade renovada e “liberta” dos coronéis.

3.3.3 A Igreja Católica: o poder paralelo de D. José Tupinambá da Frota

Em tópico anterior, foi evidenciado o papel da Igreja Católica no controle e vigilância do comportamento dos operários das fábricas de Sobral, com a justificativa de manter a boa conduta moral e de evitar rebeliões e desajustes familiares. A igreja cumpria papel de controle das “classes perigosas” (PERROT, 1992; RAGO, 1987).

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de ‘bárbaros’ justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem o trabalhador em todos os momentos da vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais. (RAGO, 1987, p. 12)

A Igreja cumpria papel da vigilância externa, no controle dos comportamentos movidos espiritualmente por forças desvirtuadoras da boa conduta e da desobediência a Deus e aos homens da “boa estirpe”, os patrões.

Na história do Ceará, o papel da Igreja foi fundamental em todos os momentos, mesmo com o enfraquecimento do movimento jesuíta por ordens do Marquês de Pombal. Várias irmandades foram criadas e celebradas com a força da religiosidade popular. Em alguns lugares como Juazeiro do Norte e Canindé, a religião é a força motriz da organização urbana política e econômica.

Juazeiro do Norte concentra esse potencial motivado pela história de Pe. Cícero Romão Batista, o “Padim Ciço”, que foi padre, milagreiro e político forte na região do Cariri, sendo, muitas vezes, adjetivado como o “Pe. Coronel”, por ter se aliado à oligarquia acciolina na chamada “Sedição de Juazeiro”. Outros nomes da Igreja Católica foram importantes por suas atuações políticas como é caso do Pe. Ibiapina, Dom Helder Câmara, Frei Beto. Estes, vinculados a movimentos progressistas, colaborando com a luta pela educação, luta pela terra etc.

Em Sobral, a vinculação política da Igreja sempre teve uma estreita relação com as elites, desde a fundação do Curato do Acaracu. Mesmo rogando pelos miseráveis, o papel da instituição era promover apaziguamentos, disciplinamentos. Entretanto, o momento mais vigoroso de intervenções da Igreja na vida pública da cidade teve início com a nomeação do primeiro bispo da sua diocese, D. José Tupinambá da Frota, em 1924, onde permaneceu até 1959, quando veio a falecer.

Durante trinta e cinco anos, D. José foi bispo da cidade, mas exerceu muita influência na vida política e na organização urbana de Sobral. Representando o lado mais conservador da Igreja Católica, aliou-se às facções de mesmo cunho na política. A herança conservadora na política já vinha do seu pai, Manoel Arthur da Frota, partidário do PRC e líder do Clube Republicano de Sobral, no final do século XIX.

A formação religiosa de D. José se iniciou em Natal-RN, ingressando, posteriormente, no Seminário Arquiepiscopal da Bahia, seguindo daí para Roma, onde frequentou o Colégio Pio Latino Americano e a Pontifícia Universidade Gregoriana, ordenando-se sacerdote em 1905 (SILVA JÚNIOR, 2009).

Ao retornar para Sobral, D. José foi nomeado pároco e desenvolveu vários trabalhos: “realizou melhoramentos nos templos religiosos, estruturou a catequese, organizou associações religiosas, fundou dispensário que fornecia mantimentos aos indigentes, ampliou o patrimônio da paróquia, iniciou a construção da Santa Casa de Misericórdia, criou escolas etc” (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 207). Esse conjunto de obras motivou a criação do terceiro bispado do Ceará, tendo à frente D. José.

O bispo soube tecer e aliar seus interesses aos interesses políticos dominantes locais. E, do alto da sua hierarquia bispal, soube exercer com muita opulência sua função, herdando a pompa e glória da Igreja principesca romana com direito a título de nobreza, sendo automeado “Bispo Conde”. Alguns depoimentos de pessoas ligadas ao bispo, citados por Silva Júnior em sua tese de Doutorado (2009), demonstram o tradicionalismo romano nas suas ações:

O Bispo era um verdadeiro Príncipe Feudal com domínio espiritual e temporal sobre sua Diocese e sobre seus súditos. Vestia Batina roxa com cauda, sendo necessário um jovem para segurá-la, usava vistoso anel, arminho. A sua entrada na Catedral, os sinos repicavam anunciando a entrada do homem que detinha os poderes da cidade, acompanhado de um séquito composto de seus acesores (sic). O Bispo possuía Armas, Selo e só falava na primeira pessoa do plural – Nós. (LIRA *apud* SILVA JÚNIOR, 2009, p. 209)

É um espetáculo vê-lo sair à rua com sua batina elegante, os arminhos, a pesada cruz pastoral de ouro, o báculo dourado, seguido de numeroso séquito. Exige que os padres, no calorão, andem de sobretudo pesado por cima da batina preta. Quer o poder político e luta por ele. (COSTA *apud* SILVA JÚNIOR, 2009, p. 209)

As citações se referem às principais características do “Bispo Conde”, revelando as idiosincrasias luxuosas herdadas da formação conservadora e exagerada para ser vivida no contexto de uma cidade semiárida do sertão nordestino. Como também revelam as intenções que extrapolam a vida religiosa.

Dom José idealizou transformar Sobral numa cidade onde os princípios religiosos fossem sentidos e percebidos em todos os logradouros. A cidade já tinha um número de Igrejas que favorecia este desejo. Ao todo, eram nove templos compondo a região mais urbanizada até as primeiras décadas do século XX. Somando-se aos templos, o Bispo, enquanto vigário, conseguiu

criar instituições de amparo aos mais carentes, sob coordenação da Igreja. Ao longo do bispado, ele aumentou o patrimônio da Diocese com aquisição de casarões e sobrados que pertenceram às famílias tradicionais; terrenos em Sobral e na serra da Meruoca, transformando-os em instituições religiosas.

Na constante busca em adequar Sobral ao progresso das demais cidades, dotando-lhes de características modernas, passou, desde cedo, a desenvolver políticas públicas que acolhessem essa modernidade dentro dos princípios cristãos. Sempre atento aos espaços da cidade, a projetava dentro de uma dinâmica em que seus habitantes pudessem encontrar a presença da Igreja. A própria cidade os conduzia aos espaços que os levassem a sentir a presença do sagrado, materializado em sua arquitetura, a qual se tornava sua própria narrativa, pois, a partir dos espaços pensados e projetados, ditariam normas, comportamentos, dogmas tão indiscutíveis quanto a retidão das ruas que levavam aos templos católicos. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 210)

A cidade havia tomado forma se orientando para onde se instalavam inicialmente as Igrejas, depois o comércio, e, num terceiro momento, as indústrias e a estação ferroviária. A ocupação mais intensa até meados do século XX se concentrou no centro comercial e no seu entorno, o que demarcou o espaço conhecido como intra-trilhos, pois corresponde à área da cidade entornada pelos trilhos.

Dom José conseguiu interferir nessa organização comprando edificações e construindo outras com requinte e destreza, conferindo-lhes uma “sensação sagrada” na estética impressa na arte dos prédios. Isso ocorreu com a Santa Casa de Misericórdia, com o casarão que deu lugar ao Patronato Imaculada Conceição, com o sobradão que deu lugar ao Colégio Sant’Ana, o Palácio Episcopal (residência do Bispo, atual Museu D. José), Colégio Diocesano (Colégio Sobralense, atual Colégio Farias Brito), Seminário Menor (Abrigo São Francisco), o Seminário Diocesano (atual Campus da Betânia-UVA). Todos os prédios assinalados compõem o chamado “caminhos de D. José”, pois o Bispo adorava percorrer o trajeto de carro, de um extremo a outro da cidade, entrecortando o Centro, revistando sua “obra” de intervenção, “como autêntico senhor daquele burgo. O mesmo trajeto era percorrido por seminaristas a pé, em fila dupla, um espetáculo *sui generis* daquela cidade que alguns alcunharam (com certo exagero, é certo) de **Micro-Roma**” (grifo meu) (ROCHA, 2003, p. 215). O estilo eclético com elementos *art-déco* foi privilegiado nos prédios construídos ou reformados por Dom José. Suas obras de caridade e a ampliação da ocupação da cidade com obras de saneamento e valorização urbana, como aconteceu no Bairro da Betânia, o tornaram o que muitos chamam vulgarmente de “governador de Sobral”.

Em 1954, por ocasião da passagem da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima em Sobral, o Bispo mandou construir um monumento em homenagem à referida santa. Trata-se do Arco de Nossa Senhora de Fátima, construído nas proximidades do Teatro São João, onde ficava o Cruzeiro das Almas, construído por Frei Vidal da Penha, no final do século XVIII. A edificação é uma imitação do Arco do Trinfo parisiense, com sentido oposto àquele, por servir de pedestal à imagem de Nossa Senhora de Fátima, que, do alto, “olha/vigia” a cidade. O monumento foi projetado pelo engenheiro Falb Rangel, responsável por várias residências do seu entorno e pelas praças do teatro São João e da Coluna da Hora.



ARCO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
Fonte: Inventário de Bens Arquitetônicos de Sobral

O “Bispo Conde”, ao edificar a obra da Igreja, edifica sua marca em Sobral e no Ceará. Ele soube conquistar admiradores políticos, religiosos e populares. No campo da política, em Sobral, teve afetos e desafetos. Um dos seus principais opositores era o juiz da comarca José Sabóia. Enciumado com as obras do bispo, passou a persegui-lo por criar rifas e promover bingos beneficentes em prol da Santa Casa de Misericórdia. Porém, a querela foi desfeita quando os dois se uniram em contraposição ao democrata Deolindo Barreto e seu jornal “A Lucta”, bimensanário, que criticava a Igreja e os desmandos dos políticos conservadores da cidade. Através

do jornal diocesano “O Correio da Semana”, desferia suas posturas conservadoras sobre a política, enaltecendo essa porção da política local e estadual. O referido jornal também servia de veículo maquiador das crises econômicas vivenciadas pela cidade, conferindo-lhe sempre harmonia e prosperidade. Tais fatos eram contestados pelo jornal de Deolindo Barreto, que, diante de problemas como as secas, denunciava “o atraso” promovido pelos poderosos da cidade em dar as costas para tais fenômenos.

Dom José foi um defensor da política acciolyna e teve, como um de seus mais fiéis aliados, Chico Monte, que foi muitas vezes alvo de críticas desferidas por Deolindo Barreto. O Bispo também apadrinhou politicamente o Pe. Palhano Sabóia, por quem rompeu com o grupo de Chico Monte. Mas seu legado paira na cidade ainda nos dias atuais, sendo constantemente rememorado pela Igreja e por políticos que defendem e querem perpetuar seu “carisma” e legado empreendedor.

As ações moralistas de D. José promoveram uma verdadeira higienização moral na cidade. A prostituição era motivo de constantes críticas ao poder público, cuja função era extinguir tais práticas na cidade, por reivindicação do Bispo. Enquanto a oposição apontava problemas como a falta de segurança pública, as brigas entre gangues na cidade, e a miséria nos anos 1920.

A preocupação de Dom José era em não dismantelar a imagem progressista da cidade, enquanto o grupo oposicionista apontava as consequências do progresso para os menos favorecidos economicamente. Deolindo Barreto defendia a não participação de analfabetos nos processos eleitorais, considerando estes o “perigo” para o bom desempenho do processo. Dom José apoiava a educação como princípio, desde que fosse a cristã, pois para ele o analfabetismo era sinônimo do atraso, mas suas escolas só serviram à elite da região.

As querelas se interpuseram até o assassinato de Deolindo Barreto. E outras continuaram nas disputas simbólicas pelo poder da cidade. Dom José falece em setembro de 1959, deixando, como herança, o legado conservador que ainda impera na Diocese de Sobral, instituição forte e ativa nas decisões sobre a cidade.

Todos os seus bens foram doados para o Museu da cidade batizado com seu nome. Colecionador de objetos caros e raros das famílias mais antigas da região e de imagens religiosas, conseguiu reunir grande número deles, fazendo do Museu Dom José o quinto em artes sacras no Brasil. Dom José também foi pesquisador e memorialista, chegando a publicar um

livro intitulado *História de Sobral*, destacando os feitos gloriosos na cidade. Juntamente com os grandes políticos e industriais, é lembrado como “herói” na cidade.

Reconstituir, ainda que sucintamente, esse cenário de disputas e tensões demonstra que foram selecionados para explicar ou fazer compreender uma construção social que deu forma a outras construções, sem querer acionar qualquer caráter evolucionista, mas fazer perceber que a história oficial de Sobral manipula interesses e superpõe uma ideia de cultura e política arraigada no tradicionalismo classista racial e moralista-cristão; elementos que dão o tom da monumentalização da cidade ocorrida em 1999.

3.4 O *Cid marketing* e a monumentalização de Sobral

Após apresentação sucinta da história de Sobral, o tópico que segue será dedicado à monumentalização da cidade, visto que Sobral foi o primeiro município do Ceará a ser tombado pelo IPHAN como principal estratégia de Cid Ferreira Gomes na intenção de modernizar o espaço urbano do município, operacionalizando forças para que o passado triunfante da urbe fosse glorificado e cristalizado sob o signo de Patrimônio Histórico Nacional. A monumentalização se integra ao conjunto de ações que formam a “Sobral no Rumo Certo”, e abre as portas para a requalificação de espaços no entorno da área tombada e fora dela, inserindo a cidade em um novo perfil de competitividade e desenvolvimento. Mas vamos, inicialmente, à monumentalização.

A história de Sobral rendeu-lhe o apelido de “Princesa do Norte”, metáfora encetada pelos áureos momentos do passado (século XVIII e XIX), evidenciando o crescimento econômico e as transformações no espaço urbano, conferindo-lhe costumes de consumo de produtos importados (sedas, louças, pratarias, arte etc) e uma arquitetura diferenciada no sertão cearense. Conforme Freitas (2000, p: 23),

Além dos espaços, objetos e monumentos são ressaltados no discurso que recorda a opulência pela qual a Cidade já passou, exaltando a ufanía da elite e influenciando caracterizações da ideia geral da identidade coletiva. Estas memórias ufanistas alimentam a reprodução de uma lógica em que os grandes heróis, ou grandes homens, ou ainda, grandes fatos que marcam a história da cidade, são potencializados no campo das relações de poder contemporâneas, no sentido de construir uma naturalização de um tipo de sociabilidade que hierarquiza o poder.

A monumentalização trouxe à baila a elevação e ostentação da história de louros e glórias da cidade, dos séculos XVIII e XIX, assim como do início do século XX, criando e reforçando o mito de uma “sobralidade triunfante” (FREITAS, 2000), a qual o poder público lhe deu forma material com o pedido e concretização do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da área que compreende o Centro da cidade, com 45,60 hectares, formando o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral”, definido pela portaria nº 392 de 28 de outubro de 1999 sob a seguinte justificativa:

Sobral é, em termos urbanísticos, bastante singular. Seu núcleo inicial surge de forma espontânea e irregular. Seu sítio muito plano favoreceu a transição sem ruptura entre o novo traçado ortogonal e o antigo, sem que esse nada fosse alterado ou segregado em relação à parte nova. Destacam-se, nesse espaço, igrejas, sobrados e casarios dos últimos séculos, os quais oferecem densidade ao espaço patrimonial demarcado. A convivência dessas formas tão distintas e sua delicada “costura” urbanística produziram espaços urbanos de grande qualidade. Assim, a Área Tombada possui uma morfologia cheia de surpresas que nem mesmo a poluição visual existente em seu centro comercial pode eclipsar o dinamismo de percursos compostos pela alternância entre alargamentos e estreitamentos dos planos laterais que constituem a via. Desta forma, é marcante o contraste entre o traçado ortogonal das zonas de ocupação mais recente marcadas pela monotonia e a riqueza e diversidade das áreas de ocupação mais antiga. Esse conjunto urbanístico possui ainda valor arquitetônico. Os edifícios da área central constituem uma referência fundamental para a identidade do lugar e para a percepção de sua morfologia. Convivem nesse espaço a arquitetura produzida durante os três ciclos econômicos da cidade, proporcionando uma boa percepção de seu crescimento e evolução.

O IPHAN aprovou o tombamento de suas áreas históricas que deram origem à Vila Distinta e Real de Sobral, delimitadas pelos trilhos da linha férrea, envolvendo a Praça da Matriz, o Largo do Rosário, a antiga Praça do Mercado (atual Praça José Sabóia), Praça do Teatro São João, trecho da Avenida Dom José, Praça do Patrocínio e suas respectivas imediações. Registre-se o envolvimento da comunidade de Sobral com seu patrimônio e história, salvando da destruição o sobrado que hoje abriga a Casa da Cultura. (Caderno 3 Monumenta – Sítio Histórico de Sobral, 2005, p. 147-149)

Interessante destacar que, mesmo enaltecendo a arquitetura e história dos períodos acima referidos, o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral” acaba contemplando, de acréscimo, casas e prédios construídos posteriormente, sem o considerado valor, que lhe incumbe a história oficial e mesmo os propósitos do IPHAN. Aos proprietários das edificações, com ou sem referências nos períodos históricos assinalados, restou-lhes estranheza por não disporem de autonomia sobre seus imóveis para a realização de mudanças e reformas na parte externa dos

imóveis. Sendo necessária a autorização prévia da superintendência do IPHAN para esses casos⁶² (Ver mapa da área monumentalizada no final do capítulo).

Essa área, como bem frisada na citação acima, compreende uma parte do que ficou conhecido como “intra-trilhos”. Herbert Rocha (2003), em seu livro *O Lado Esquerdo do Rio*⁶³, afirma o seguinte sobre tal nomeação:

À área da cidade compreendida entre o rio Acaraú e a linha férrea chamamos intra-trilhos, aludindo ao fenômeno das cidades medievais europeias, que se dividiam em intra e extra-muros, sendo a área mais desenvolvida e valorizada aquela que era protegida pelas muralhas. Assim, a cidade ocupava de modo mais parcimonioso o chão do intra-muros. O intra-trilhos, em seus primeiros anos, possuía grandes áreas desocupadas, e a cidade pôde expandir-se horizontalmente. Já no início dos anos 70 do século XX, o intra-trilhos estava praticamente ocupado em sua totalidade, abrigando a classe dominante sobralense, restando livres apenas terrenos de difícil utilização, várzea, lagoas etc. Fora do limite dos trilhos, estabeleciam-se núcleos habitacionais de população de baixa renda, alguns sítios e vacarias e um conjunto habitacional da COHAB, no bairro Sinhá Sabóia, do lado direito do rio... A barreira física dos trilhos impedia a integração dessas áreas “intra” e “extra” trilhos. Era pejorativo no meio social mais abastado, dizer que morava “depois da linha” em síntese, os cidadãos chamados incluídos e excluídos habitavam respectivamente, o intra-trilhos e o extra-trilhos, desenhando a *civitas* sobralense da segunda metade do século XX. (ROCHA, 2003, p. 212)

Diferenciada pelas demarcações físicas e simbólicas “intra-trilhos” e “lado esquerdo do rio”, Sobral é monumentalizada com uma diversidade arquitetônica compondo o conjunto, além de problemas de preservação e divergências em relação às modificações futuras nos imóveis. Houve conflitos e alguns imóveis foram demolidos por herdeiros para dar lugar a prédios de apartamentos, comércio e outros fins, visto que a cidade iniciava um processo de imigração de pessoas em busca de trabalho e qualificação em nível superior, por conta da Indústria Grendene e da ampliação da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Muitas fachadas foram destruídas dando lugar a placas e painéis comerciais. Dentre os mais destacados, estão os logradouros e edificações da região central da cidade, que convencionou-se chamar de “corredor cultural”, formado por vários imóveis, com destaque para os sobrados e casarões dos séc XVII e XIX: “Solar dos Radier, Solar dos Figueiredos (Casa da Cultura), o Museu Dom José Tupinambá da Frota, a Igreja do Menino Deus, a Praça e o Teatro

⁶² Exploro melhor essa discussão no último capítulo, quando abordo a questão em tela entre os moradores da margem esquerda do rio Acaraú.

⁶³ Esse livro é fruto de um estudo sobre a arquitetura típica de Sobral, e serviu como fonte referencial primeira para o inventário do tombamento do Centro de Sobral.

São João, o Colégio Santana e o Becco do Cotovelo” (FREITAS, 2000, p. 114), quase todos situados na atual Av. Dom José ou nas suas imediações. Representando parte dos caminhos do “Bispo Conde”, com sua ideia de “micro-Roma”, e o primeiro a requalificar o espaço urbano a partir de usos diferenciados para os quais foram projetados.

Várias edificações levam os nomes de seus proprietários, geralmente famílias que fazem parte da “aristocracia” sobralense, portadores de forte representação na cidade por serem proprietários de comércio na região norte do estado; e/ou compartilharem das ideologias da elite política local, desde o século XIX. Ou por terem alcançado posições com maior *status* no campo profissional da área de Saúde, Direito e até mesmo na Educação. O importante é portar um nome que conote tradição.



Museu Dom José



Casa da Cultura



Teatro São João



Sobrado dos Radier



Colégio Santana



Becco do Cotovelo

O “corredor cultural” é a sintetização simbólica da “opulência” e da “sobralidade triunfante”. No total, são 22 bens inventariados como exemplares da arquitetura histórica que enaltece o conjunto. Esses marcadores representam a história da elite que fez a cidade crescer e se desenvolver. Em nenhum dos monumentos inventariados do “corredor” se faz presente a história das classes menos abastadas. As representações que lhes cabem se invisibilizam pela orientação da magnificência dos atos “heroicos” dos grandes vultos da cidade. A permanência deste sentido se faz premente em todos os outros monumentos explorados como *marketing* do triunfo da monumentalização, que Choay (2006, p. 18) define como “aquilo que traz à lembrança alguma coisa”.

A problematização aqui paira sobre: o que significa “cultura na monumentalização” de Sobral? A eleição de ícones que rememoram a história da cidade com a demarcação de um “corredor cultural”, onde só estão contempladas as virtudes de um grupo social, delimitadas por um tempo histórico específico, implica elevar um lugar política e economicamente cristalizado no tempo para definir a cultura sobralense. Eis um risco que guarda a monumentalização como marca oficial de um lugar.

O risco se estabelece na tentativa de fixação da invenção de uma cultura a partir de uma versão de identidade fixada nos valores e tradições escolhidos por técnicos do IPHAN e pela atual elite local como bons para evidenciar. Desta forma, as tradições são reelaboradas e acabam se constituindo em parâmetros de ações compartilhadas (LEITE, 2004). A cultura torna-se sinônimo de tradição, cujo fim é forjar uma identidade de lugar e que “os modernos assentamentos urbanos (...) meramente expandiram-se a partir dela” (GIDDENS, 1991, p. 16). Ou seja, a cultura seria

olhar o mundo atual tendo as lentes da tradição como meio de orientação para as condutas morais, sem lembrar que temos diversos pertencimentos culturais.

A política pública para preservação do Patrimônio Histórico de Sobral levou muito em consideração a relevância histórica do cerco tradicional que emoldurou a caricatura do que se chama de “cultura sobralense”, quando só se revelam nesta os prédios opulentos, o pernosticismo aviltado na política local e o crescimento econômico. Em entrevista ao Laboratório das Memórias e práticas Cotidianas da UVA, Antônio Campelo, arquiteto líder do grupo que pesquisou e fez o levantamento do conjunto urbanístico da cidade para o IPHAN, afirma ter sido uma escolha que levou em consideração a não existência de uma unidade morfológica na arquitetura. Nesta estão inscritos a arte, o estilo, e, conseqüentemente, a história de quem edificou o imóvel.

No traçado do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral, encontram-se aproximadamente 2.500 imóveis distribuídos pelo Sítio Histórico tombado e seu entorno. Os bens inseridos no entorno são considerados como área de proteção, que compreende a maior parte do conjunto. A regulação do IPHAN sobre os imóveis é menos rígida que no Sítio Histórico. Em toda a área do entorno, o único bem tombado é o Arco de Nossa Senhora de Fátima, localizado na Av. Dr. Guarany, situado no centro do Boulevard construído para valorização do referido monumento.

Desde 1999, O IPHAN opera um poder paralelo ao da Prefeitura municipal na regulação e ordenação do Sítio Histórico. É comum ouvirmos falar que o órgão federal é a “prefeitura do Centro da cidade”, pois toda interferência nesta área cabe ao mesmo deliberar a respeito. A prefeitura se subjugou ao IPHAN, por conta de não se tratar de alguns imóveis, mas do Centro inteiro em questão. O órgão tombou e regula o patrimônio, que agora já não pertence somente a Sobral. A simbólica erigida repassa o fenômeno local para o nacional. Como afirma Silvana Rubino (1992), qualquer imóvel, embora pertença a um proprietário, simbólica e formalmente também é propriedade da nação, por isto não pode ser demolido ou alterado,

Não é, pois, uma casa qualquer. De um lado, é uma casa que foi colocada em eterna sincronia. De outro, podemos sempre saber algo a seu respeito. É este o trabalho do tombamento. Retira bens de um contínuo de outros bens onde permaneceriam anônimos e desprotegidos e realiza, sobre esse bem, um reinvestimento que pode ir de restauro, transformação em museu, edição de textos a respeito, até o esquecimento, em um processo onde visões de história, de arte e do país estão presentes em todos os momentos. (RUBINO, 1992, p. 05)

O bairro do Centro em Sobral passou a carregar o efeito marcante do tombamento e, como ouvi de muitos, “sem saber direito o motivo”. O objetivo do tombamento em Sobral também não alocava a clássica noção de nação presente no ideário modernista do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No Caderno 3 Monumenta (2000), a justificativa reúne argumentos que vão desde a importância das fases que originam o poderio político e econômico da cidade à harmonia da paisagem que contrasta as torres das Igrejas erigidas ao longo dos séculos XVIII e XIX com o bucolismo da serra da Meruoca. Há um misto de ufanismo com uma propensão ao uso da paisagem nas justificativas. O ufanismo reverbera certo sentido de nação presentes no sentido de patrimônio institucionalizado até o final da década 1960 (RUBINO, 1992; NATAL, 2009), incorpora a esse sentido o potencial artístico e eclético que influenciou a arquitetura brasileira no século XIX. O uso da paisagem já reflete um novo sentido de patrimônio voltado para interesses ou atração de investimentos turísticos, idealizado no Nordeste desde o início dos anos 1990 (LEITE, 2004), momento em que o Ceará se preparava para grandes investimentos ligados à indústria do turismo; e a administração pública de Sobral pretendia tirar proveito da situação.

Investidos do discurso de patrimônio e preservação, criou-se uma atmosfera para o entendimento de que a história impressa no *marketing* da cidade seria a dos feitos que edificaram-na, e que essa história é coletiva. O patrimônio preservado é representado por todos os imóveis, ruas, ruínas, fábricas antigas, igrejas, teatro, rio para dar a ideia de coletividade. O apelo ao reforço da auto-estima do povo a partir do tombamento também está presente nas justificativas verificadas no Caderno 3 do Programa Monumenta (2005, p. 153):

O tombamento do Núcleo Histórico de Sobral veio reforçar ainda mais a já tradicional alto-estima (sic) da população em relação à Cidade. Berço de tradicionais famílias cearenses, Sobral sempre participou ativamente da vida política e cultural do Estado. O tombamento assim é visto pelos moradores como um reconhecimento ao seu rico processo de formação. Desde o início da instrução do processo de tombamento, a população em geral vem mostrando grande interesse na participação de políticas de preservação.

O discurso acima tende a ser o único quando não vivenciamos diversas formas de dar sentido ao patrimônio histórico, pois, em entrevistas ou conversas que tive com moradores do Boulevard do Arco e da Margem Esquerda do rio Acaraú, nem sempre há reconhecimento do valor do patrimônio na forma que o discurso oficial forja, tampouco há contentamento na falta de

autonomia para modificar os imóveis, sobretudo os comerciais. Em entrevista com uma comerciante e moradora do Boulevard há mais de trinta anos, ela me afirmou o seguinte:

Quando surgiu o tombamento, a minha casa já tinha sido reformada, aí não... Agora, eu vejo falar assim, pessoas que moram acham ruim porque às vezes querem mudar a frente, alguma coisa, e não podem. Mas eu mesmo não posso falar muita coisa não. Só sei que, se o tombamento existe, é pra melhoria, é pra conservar o patrimônio, né? Mas que eu mesmo, minha casa, já foi mudada, minha loja também eu tenho até vontade de reformar, e eu sei que não pode. Aí eu me conformo. Aceito do jeito que é pra ser mesmo, do jeito que manda a lei.

O exercício de preservação se traduz em defender o bem coletivo, daí ser um exercício de cidadania. Esta prática parece ser realizada no simples cumprimento da Lei, pois, ao questionar a citada moradora se houve alguma preparação dos moradores da área do Boulevard para o tombamento, visto que há sempre enaltecimento nos discursos da prefeitura em relação à “participação popular” nesse processo, ele me diz que

Não. Nunca ouvi assim, depois foi com o tempo que o povo ... fulano tem uma casa, não pode ser mudada. Aí que eu fui saber. Ninguém me orientou não. (Comerciante e moradora da Av. Dr. Guarany, no Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima. Entrevista em 24/03/2010)

Em artigo publicado pela revista *Sanare* (2000), José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, Secretário de Cultura, Desporto e Mobilização Social de Sobral à época, afirma ter-se organizado um abaixo-assinado para a aprovação do tombamento, o que não significa uma “participação” pautada com debates amplos sobre o processo, suas diversas dimensões e consequências:

Com o apoio da Secretaria da Cultura do Estado, a Prefeitura de Sobral contratou um escritório especializado para proceder ao trabalho básico de “Identificação e Delimitação de Área para Tombamento”, com o acompanhamento metodológico da Coordenadoria Regional do IPHAN. Concluído, este trabalho foi entregue oficialmente ao IPHAN, em outubro de 1997. Na ocasião, foi solicitado ao Instituto o exame da “Identificação e Delimitação de Área para Tombamento” do município e a instalação do processo pela 4ª Coordenadoria Regional do IPHAN, em Fortaleza. A partir daí, a Superintendência Regional do IPHAN procedeu a um minucioso exame, revisão e complementação do referido trabalho. Os autos do processo de tombamento foram constituídos de várias peças, entre as quais, uma introdução explicativa da metodologia utilizada, desenhos, fotos, cartografia, contexto histórico, descrição das tipologias das edificações, recomendações e justificativa de tombamento. Ressalte-se, ainda, a existência de um abaixo-assinado com centenas de assinaturas de sobralenses solicitando o tombamento do patrimônio, evidenciando que o pedido não se caracterizava como uma ação meramente institucional. Ao contrário, a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Mobilização Social, articulada com diferentes parceiros, imprimiu o necessário caráter coletivo do pleito em questão, principalmente, por entender que o

tombamento teria seu valor resguardado na medida em que seu processo possibilitasse uma maior conscientização da população local em torno de sua importância e significado. (ARRUDA NETO, 2000, p. 44)⁶⁴

Ao tempo em que foi oficializada a monumentalização, e restauro de vários imóveis, uma lista de ações de intervenção no espaço urbano de Sobral foi anunciada com obras de requalificação em vários pontos das áreas sob custódia do IPHAN (espaço “intra-trilhos”). Reformas de praças, asfaltamento de ruas, e a requalificação de dois espaços com as mais expensas dimensões simbólicas: a rua Dr. Guarany ganharia um Boulevard para valorizar o Arco de Nossa Senhora de Fátima; e o lado esquerdo do rio Acaraú seria urbanizado com objetivo também de valorização do lugar onde se originou a história da cidade e, em consequência, todo o conjunto de Igrejas, fábricas e casas que ali se situam, bem como o próprio rio, gerando o movimento “A cidade se volta para o rio”, enaltecendo o seu “mito de origem”.

Para o poder público, a cidade tombada passou a equacionar o desvelo do passado com a afirmação recente de cidade que está pronta para a competitividade e para atração de recursos. O patrimônio adquire uma semântica que ultrapassa o âmbito nacional e se assevera para o âmbito global, pois é a partir da monumentalização que Sobral parte para o discurso do cosmopolitismo e da abertura para o *city marketing*. A identidade que se afirma com esse discurso, embora se apoie em ufanismos, me parece difusa quando ouço da moradora afirmações vagas ou pouco seguras em relação ao patrimônio, pois se não fosse a “lei”, ela modificaria ainda mais a sua casa e o seu comércio. E, como ela, outros comerciantes e moradores da área de maior regulação, no sítio histórico, costumeiramente reclamam por não poderem “modernizar” seus imóveis, como ouvi de um senhor que me confessou que “preservo o nome da minha família, mas adoraria acabar com essa fachada e essa parede pra abrir uma garagem pro meu carro não dormir mais na rua”. (Anotação de conversa informal em diário de campo). Essas palavras desconstroem, em amplo sentido, a noção de patrimônio valorizada pelo IPHAN e pela prefeitura municipal de Sobral, abrindo caminhos para diversas noções de patrimônio que não se encapsulam em atributos tradicionais e

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida”. Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas diferenças de tradição

⁶⁴ Disponível em <http://sanare.emnuvens.com.br/sanare/issue/view>. Acesso em 11/09/2011.

e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (BHABHA, 2007, p. 21)

O conceito de patrimônio e identidade passam a ter significação de pertencimento a tempos e lugares por experiências diversas; um deslocamento de sentidos (HALL, 2006), no qual as temporalidades desencorajam uma noção fixa dos dois conceitos, no caso em estudo. A monumentalização do centro da cidade ao tempo que fixa e valoriza as relações construídas para o enaltecimento da simbólica opulência, nos traz a dimensão de quão fragmentada e frágil é esta tendência, que ou se impõe por lei ou deixa de existir no cotidiano dos que consolidam a atual modernidade de Sobral.

Outra dimensão bastante intrigante reforçadora da estratégia do *Cid marketing* na monumentalização pairou sobre as ações de restauro dos imóveis que ficaram sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Mobilização Social com a contratação de um grupo de profissionais oriundos de Minas Gerais que criou o Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (POEAOS). O projeto consistia numa ação sócio-educativa e profissionalizante para adolescentes que estavam respondendo em Liberdade Assistida por atos infracionais ou em situação de vulnerabilidade social, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A ação é referendada pelo já citado Secretário de Cultura, enaltecendo o caráter do projeto:

Vale ressaltar o caráter social deste projeto, que possibilita acesso à informação, que capacita profissionalmente os adolescentes em técnicas de construção, restauração e conservação e, acima de tudo, fortalece sua condição de cidadão atuante. Esta opção, realizar o aprendizado em obra-escola, não é uma prática nova e a concepção da Oficina-Escola deve-se ao pioneirismo de experiências exitosas em Vitória, no Espírito Santo, Ouro Preto, em Minas Gerais, e Santana de Parnaíba, em São Paulo. (ARRUDA NETO, 2000, p. 44)

O projeto teve origem em Ouro Preto e seu objetivo era profissionalizar adolescentes pobres, capacitando-os em marcenaria, carpintaria, instalações prediais, alvenaria, conservação e restauração de imóveis, patrimônio, de acervos gráficos, artes e papel. Arquitetos, engenheiros civis, técnicos em construção, marcenaria e carpintaria faziam o acompanhamento dos adolescentes.

A EAO tem como objetivo a formação, o treinamento e a qualificação de mão-de-obra especializada resgatando as técnicas tradicionais de restauração do patrimônio cultural. Atende jovens entre 16 a 21 anos que se encontram em situação de risco psicossocial. O Projeto observa as possibilidades de uma

profissionalização e da construção da cidadania através do aprendizado de um ofício. (Folder de Divulgação, 2000 *apud* ASTIGARRAGA, 2010).

Os beneficiados com o projeto em Sobral recebiam uma bolsa-aprendizagem e participavam por quatro horas diárias das atividades. Provindos de famílias pobres, moradores da periferia e, como já frisado acima, alguns respondiam por conflitos com a Lei. A ação era vista como inovadora e salvacionista, daí ter sido bem quista pelos moradores da cidade. No entanto, os adolescentes realizavam trabalho de profissionais especializados, nas atividades chamadas pelos técnicos de “experimentais” no restauro de vários imóveis do sítio histórico. A estratégia de disciplinarização se caracterizava pelo uso de mão de obra precarizada para a concretização do embelezamento do sítio histórico e era avaliada positivamente em vários veículos de comunicação municipal e estaduais. Os adolescentes eram certificados pelo SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e foram bastante “úteis” para construir a marca da gestão, pois além ter seus “corpos e almas” docilizados (FOUCAULT, 1993) pelo projeto, eram constantemente convidados a dar entrevistas e posar com o prefeito em atos públicos. Dar visão aos seus feitos também se fez estratégia de Cid Gomes, iniciando por contratar uma assessoria de imprensa e criando um setor de comunicação na prefeitura responsável pela divulgação das ações via Boletim Municipal, com distribuição gratuita na cidade. Para que todos os cidadãos soubessem o que estava sendo realizado com a sua contribuição, e se sentisse um sujeito da gestão. A informação é uma forma de inclusão, neste caso.

A marca de Cid Gomes em Sobral foi responsável por uma série de deslocamentos nos quais a política desempenhou papel central. Entre os movimentos percebidos, a intenção do “empreendedor político” foi gestar uma forma de poder onde os conflitos existem, mas “as energias conflitantes que brotam dos indivíduos só podem se harmonizar numa forma ritual de política da qual ninguém se sinta excluído” (SCHORSKE, 1988, p. 41). Essa afirmação me permite somar as ações acima descritas à nova estética que Cid Gomes imprime à Sobral, dando-lhe novas formas de utilização do espaço urbano, renovando os sentidos construídos sobre a mesma a partir da requalificação de vários lugares dentro e fora da área tombada pelo IPHAN. A partir daqui, desloco o meu olhar para as obras que foram edificadas com a intenção de requalificar o espaço urbano sobralense e construir o que foi adjetivado como “Sobral pronta para o futuro”, slogan da gestão de Cid Gomes no interstício 2003-2006. Este tema será o “objeto” dos próximos capítulos.

CAPÍTULO IV

OS SENTIDOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SOBRAL

4.1 Modernização e requalificação do espaço urbano em Sobral

Na gestão política de Cid Gomes dos anos 2000, finalizando a “Sobral no rumo certo” e iniciando a “Sobral pronta para o Futuro” é que o espaço urbano se tornou o grande alvo das transformações. No Boletim Informativo Municipal, já era anunciada a época das transformações:

Sobral teve no dia 23 de dezembro mais um dos seus patrimônios históricos resgatado. Em festiva solenidade, o Prefeito Cid Gomes entregou à população o largo de nossa Senhora das Dores, obra que cria uma nova área de lazer para a cidade, simboliza a modernidade de Sobral no Rumo certo e inicia o processo de revitalização do Rio Acaraú. (*Informativo Sobral*, Março de 2000)

A partir desse ano, a cidade inteira se torna um grande canteiro de obras. Iniciam-se as grandes construções arquitetônicas como a urbanização da “Margem esquerda do Rio Acaraú” e a reconstrução da Ponte Othon Alencar, a “Ponte Velha”. Na segunda gestão, temos as seguintes grandes construções: a avenida Pericentral, o “Parque da Cidade”, a “Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima”, a reordenação do trânsito com ampliação de vias, construção de novas avenidas e outros logradouros.

As mudanças na cidade passam a refletir uma reorganização política do espaço urbano, podendo nos mostrar um lado da urbe que sofre intervenções de higienização e reconfiguração das relações nos novos espaços construídos, tanto nos seus aspectos físicos quanto nos sociais.

A visão publicizada pela administração pública municipal nos veículos de comunicação locais é a de “requalificação” e “modernização” da cidade, como afirma o artigo do informativo municipal de março de 2000 destacado acima. Essa forma de adjetivar as transformações como “modernização” é muito significativa de uma oposição acirrada ao não progresso, à marca negativa do atraso e suas inoperâncias. E, muito embora as experiências de transformações das cidades contemporâneas tentem seguir modelos, cada planejamento intenta, a meu ver, ser uma cidade modelo. Para Sangiotti (2001, p. 26), “no processo de modernização das cidades, generaliza-se a presença de representações negativas da cidade antiga aliadas aos argumentos simbólicos, políticos, higienistas”. Essas representações alimentam uma espécie de pré-história da cidade de Sobral, e a transformação vista enquanto modernização caracteriza a saída de um

passado que, mesmo sendo preservado simbolicamente com a monumentalização, precisa ser superado, e a cidade, assim, é reinventada. Sobral é exemplo disso no sertão cearense e se transformou em modelo desejado por populações de outras cidades do interior do Ceará.

Os primeiros espaços a receberem reformas requalificando seus usos foram o Becco do Cotovelo e a praça do patrocínio com a construção do Museu do Eclipse. O primeiro se localiza no centro comercial e representa a “ágora” sobralense, onde todas as discussões e informações que dizem respeito à vida política na cidade circulam por lá, principalmente aos sábados pela manhã, quando há o programa de rádio do Becco, onde o radialista Ivan Frota recebe várias autoridades políticas para debater com a população os problemas da cidade ou quando há a visita de convidados ilustres para ornar o referido programa. O Becco é um espaço de múltiplas sociabilidades. Há lojas, bares, lanchonetes, e o café Jaibaras, lugar famoso por ser a “sede” das discussões e fofocas sobre o que acontece na cidade. O proprietário do café é também o “prefeito do Becco”, que acabou se transformando numa espécie de celebridade e autoridade na cidade. Nilson Almino de Freitas (2000) construiu uma etnografia sobre o Becco do Cotovelo e ressalta que

os frequentadores assíduos daquele local se organizaram e criaram e formalizaram a Associação dos Amigos do ‘Becco’ do Cotovelo (AABC), que tem como sede o Café Jaibaras, de propriedade de Expedito Vasconcelos. É considerado ‘prefeito’ do ‘Becco’ o presidente eleito da associação, ‘cargo’ hoje ocupado pelo dono do Café. Ele foi eleito, porém, sem uma periodicidade pré-definida ou formalizada estatutariamente. É o ‘prefeito’ do ‘Becco’, e não a Prefeitura da Cidade que define quem deve negociar ou abrir um ponto comercial lá, por exemplo. À Prefeitura Municipal cabe referendar tais decisões. (FREITAS, 2000, p. 150)

O Becco foi reformado na primeira gestão de Cid Gomes e recebeu uma arquitetura destoante da original, com iluminação diferenciada, que agradou a uns e a outros não. O responsável pela obra foi Fausto Nilo, e o aspecto de rua comercial do século XIX deu lugar a uma arquitetura Pós-Moderna que destoa do centro histórico, tal qual o arquiteto fez com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza. O Becco, de movimentação tradicionalmente diurna, tornou-se “point” noturno com a abertura de bares com fins de ofertar lazer para o novo perfil de moradores que começou a habitar a cidade à época. Os dias mais movimentados eram as quintas-feiras, escolhido pela “comunidade” universitária que começava a se inserir na cidade em decorrência da oferta de ensino superior pela *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA) e pelo *Centro Tecnológico do Ceará* (CENTEC). O dia da farra acabou

ganhado a alcunha de “quinta-sem-lei” e originou uma nova forma de lazer até então não experienciada pelos seus nativos. Os estudantes eram os frequentadores mais assíduos dos bares do Becco, e escolheram esse dia para a farra porque nos fins de semana retornavam para suas cidades de origem. Assim, Sobral inicia uma demanda por lazer que movimenta parte da economia local até os dias atuais, quando tornou-se, de fato, uma cidade universitária. Posteriormente, outros *points* foram se constituindo e o Becco voltou ao seu movimento tradicional.



BECCO ANTES DA REFORMA

Disponível em <http://nossahistoriasobralensel.blogspot.com.br/2010/06/becco-do-cotovelo.html>



BECCO REFORMADO COM ILUMINAÇÃO QUE VARIA PARA REALÇAR A ARQUITETURA LOCAL
Disponível em <http://www.sobral.ce.gov.br/cidade/becco.htm>

A segunda intervenção de impacto foi a construção do Museu do Eclipse, na Praça da Igreja do Patrocínio. Essa obra tem como referência a passagem da comissão de Albert Einstein pelo Brasil, em 1919. A comissão foi à Sobral e à Ilha do Príncipe, na África, objetivando comprovar a Teoria da Relatividade, com base na observação de alguns fenômenos, como explica Freitas (2000:123)

No ano de 1919, vieram a Sobral três comissões científicas para comprovar as previsões teóricas de Albert Einstein, formuladas desde 1915. Afirma o Físico que os raios luminosos, ao passarem próximos ao sol, deveriam sofrer um desvio duas vezes maior do que o previsto pelo físico Isaac Newton, até então, a grande referência da Física racionalista moderna. Em 29 de maio de 1919, concomitante à observação do eclipse total do sol em Sobral, outra expedição encontrava-se na Ilha do Príncipe com o mesmo objetivo. Porém, esta não teve a mesma felicidade da expedição presente na cidade brasileira, pois o céu de lá não ajudou muito. A presença de uma quantidade grande de nuvens atrapalhou a experiência na Ilha do Príncipe. Segundo o cônego Sadoc Araújo (1978), a trajetória da linha da sombra, as condições meteorológicas favoráveis, com poucas condições de instalação do equipamento, e a facilidade na obtenção de mantimentos para a equipe sem onerar o orçamento, motivaram a vinda das equipes a Sobral... A missão teve grande êxito, fazendo com que Sobral fosse objeto de notícia nos principais jornais e revistas do mundo, especializados na área de astronomia ou não, como no jornal *The New York Times*, dos Estados Unidos, ou na revista *Conquest*.

Em 1973, um monumento foi erguido no local onde a equipe montou um observatório para a realização da experiência. E, em 29 de maio de 1999, na comemoração dos 80 anos da

estada da expedição em Sobral, Cid Gomes inaugurou outro monumento, o Museu do Eclipse, na praça da Igreja do Patrocínio, localizada também no Sítio Histórico.



MUSEU DO ECLIPSE

FONTE: <http://www.google.com.br/imgres>

A responsabilidade pela requalificação de vários espaços a cidade é designada à monumentalização do Centro como forma de proteção e dinamização da área tombada. No Caderno 3 Monumenta, as requalificações se apresentam enquanto ações diretamente ligadas a intervenções do IPHAN, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Sobral e outros órgãos que interferem na parte técnica do entendimento de tais ações. Vejamos a seguir:

O IPHAN, juntamente com a Prefeitura, vem desenvolvendo uma série de ações de preservação e requalificação dentro da Área Tombada, impondo a esta certo dinamismo e desenvolvimento. Entre tais ações, pode-se destacar a restauração de significativas edificações convertidas em equipamentos de cultura e lazer: Casa de Cultura, Centro de Línguas e Escola de Comunicação, Ofícios e Artes (ECCOA). Sendo também significativas as ações de revitalização de espaços públicos, como o projeto de requalificação urbana da Avenida Dom José e arredores, e a urbanização do largo da Igreja das Dores. Recentemente, foi promovido pela Prefeitura, com o apoio do IPHAN e do IABCE, um concurso público (anteprojeto) para a requalificação urbana da margem oeste do rio Acaraú, no trecho correspondente à área tombada. Tal iniciativa mostra o interesse da Prefeitura, bem como incentiva a participação de arquitetos do Estado e do País na formulação de propostas de valorização do patrimônio. (*Caderno 3 Monumenta* – Sítio Histórico de Sobral, p. 149-150)

Os espaços foram requalificados e, conseqüentemente, novas formas de usos e apropriações do espaço urbano surgiram em Sobral. Essas apropriações tomaram diferentes sentidos a partir de quem está se apropriando dos referidos espaços, lhes atribuindo vida social.

As apropriações são qualificadas de acordo com as funções criadas para os espaços. Em parte, o lazer se tornou ação privilegiada, mas a cidade absorveu uma onda de transformações que proporcionaram o advento de novas centralidades, novas configurações econômicas,

demandas de serviços e descentralização de investimentos somente no espaço conhecido como intra-trilhos.

Atualmente, Sobral agrega uma grande movimentação comercial, chegando a atrair, nos últimos anos, redes de estabelecimentos comerciais de médio e grande porte nos ramos de supermercados, farmácias, móveis, eletro-eletrônicos, eletro-domésticos, calçados, perfumaria e vestuário. Concentra, ainda, o pólo regional de indústrias, além de outros equipamentos situados no núcleo central do município: universidades públicas, faculdades privadas, centro de educação tecnológica, escolas de educação básica, públicas e privadas, hospitais regionais, faculdades privadas, pista de pouso de pequeno porte (chamada por moradores da cidade de “aeroporto”) e um complexo prisional, que se localiza na fronteira com o município de Groaíras. Sánchez (2002) nomeia essa ebulição de acontecimentos como “*city marketing*”, e afirma que

O *city marketing* e os planos estratégicos de cidade aparecem como importantes instrumentos do chamado *novo planejamento urbano*, que busca recuperar sua legitimidade quanto à intervenção pública, na perspectiva de *colocar as cidades no novo mapa do mundo*. Neste contexto, a produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas orientadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade, mas, também, para a obtenção de notáveis efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e de administração da cidade. (SANCHÉZ, 2002, p. 25. Grifos da autora)

As transformações não anulam o simbolismo do patrimônio arquitetônico tombado. Ao contrário, exaltam-no e, como complemento, trarão um modelo de cidade que une “tradição” e “modernidade” como possibilidade de torná-la consumível, tanto para seus moradores como para quem a visita. Silvana Rubino, fazendo uma reflexão sobre processos de revitalização de Patrimônio no Brasil, nos lança questões fundamentais para o entendimento deste nos processos de reformas urbanas:

O que quer dizer revitalização em referência à vida urbana, utopias saudosistas ou futuras, comunidade, memória? Do que falamos quando a enunciamos e até que ponto usamos o patrimônio para exercer críticas à cidade vigente? Até que ponto a ideia de ‘cidade boa’ repousa na reinvenção ou recuperação de uma cidade passada, muitas vezes a saudade de um passado nunca vivenciado? Residiria aí o caráter conservador da preservação urbana? (RUBINO, 2008, p. 148)

O *marketing* construído para Sobral, aparentemente, busca a renovação da cidade, isso é percebido logo no slogan da segunda administração de Cid Gomes: “Sobral pronta para o futuro”. No entanto, as ações promovidas nesse momento, principalmente as que utilizam o espaço urbano

como alvo, têm como ação primordial a construção de espaços voltados para o lazer, como já assinalado acima. Assim, três grandes espaços surgem nesse momento para edificar o final da gestão de Cid Gomes em Sobral e demarcar novas funções e centralidades, as quais desempenham mais vigor aos usos destes do que a função de lazer a eles dirimida. Os espaços são: a Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima, a Margem Esquerda do rio Acaraú e o Parque da Cidade. Dos três, somente o Parque da Cidade está fora da área central, tombada e regulada pelo IPHAN, mas desempenha papel fundamental para reconfigurar um lado da cidade que tinha valores pouco enaltecidos antes de sua construção.

Os espaços em tela receberam as obras de maior impacto estrutural em todo o período de Cid Gomes a frente da prefeitura de Sobral e sobre os quais me debruço neste e no próximo capítulo. O uso de saber arquitetônico foi fundamental para delimitar os impactos sociais nos lugares onde foram construídos e na cidade toda, de acordo com os sentidos que lhes são atribuídos. As grandes construções “mexeram” com a estética da cidade, modificando-a, retirando-lhe o aspecto de “cidadezinha do interior”, que, além de ser “boa para viver”, passou a mostrar que se inseria no movimento Pós-Moderno com uma arquitetura ousada e futurista em alguns lugares, como é o caso da Margem Esquerda do rio Acaraú, despertadora de encantos e críticas. Mas que soube aproveitar esses emblemas na preservação do patrimônio tombado.

A arquitetura promoveu em Sobral não somente o choque visual. Colaborou, como em muitas cidades, com o encarecimento da vida local, modificando o perfil de alguns bairros da periferia, bem como com o aumento da especulação imobiliária na cidade. A mudança na arquitetura local foi fundamental para construir a marca da cidade atual, que, como afirma Otília Arantes (2002, p. 17), “a cidade não se vende se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*”. Entretanto, farei a seguir uma discussão que antecede as intervenções, mas as pressupõe tendo como foco o planejamento urbano estratégico de Sobral enquanto política pública para a cidade com a consolidação do *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano* (PDDU). Em seguida, volto à discussão sobre as intervenções na cidade na forma de requalificação e seus diversos sentidos.

4.2 Ações modernizantes enquanto Política Pública para Sobral: o Planejamento e o Plano Diretor Participativo

A modernização dos espaços urbanos no Brasil nos abre questões para pensar os processos de requalificação urbana nas cidades do interior do Ceará na contemporaneidade. O argumento da modernização dos espaços urbanos, sobretudo no interior do Ceará, se corporiza enquanto justificativa para a construção ou a requalificação de espaços para a dinamização do tão propalado desenvolvimento econômico das cidades. Será pertinente interpretá-la em tempos recentes enquanto transformações de espaços urbanos descaracterizando o que é passado e dando lugar à ideia do novo e de um futuro? Que sentido tem essa palavra por quem vivencia o presente nas cidades que se modernizam?

Tais questões coadunam diretamente com o pensamento de Walter Benjamin sobre a modernidade e os “heróis” que habitam a cidade, vivenciam a “multidão”, que nela trabalha e nela habitam com suas novas cores, odores e sabores (BENJAMIN, 1994). Para Benjamin (1994, p. 80), “a modernidade assinala uma época; designa, ao mesmo tempo, a força que age nessa época e que a aproxima da antiguidade”. Para o autor, inspirado na poesia-reflexão de Baudelaire e na Paris do séc. XIX, quem dá a forma da modernidade é, sobretudo, a destruição e a mudança de comportamento dos cidadãos com o objetivo de adequá-los à nova estética da cidade, a sua nova racionalidade e intenção, no caso, Paris, que foi destruída e remodelada pelo prefeito Georges-Eugène Haussman:

A cidade de Paris ingressou neste século sob a forma que lhe foi dada por Haussmann. Ele realizou sua transformação da imagem da cidade com meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes. Que grau de destruição já não provocaram esses instrumentos limitados! E como cresceram, desde então, com as grandes cidades, os meios de arrasá-las! Que imagens do porvir não evocam! Os trabalhos de Haussmann haviam chegado ao ponto culminante; bairros inteiros eram destruídos. (BENJAMIN, 1994, p. 84)

O novo contexto da cidade nos revela um corte simbólico entre o presente e o passado. Uma ruptura no tempo como um passo dado do velho ao novo, do antigo ao moderno. É a inauguração de um tempo, que traz consigo a oposição extrema com o passado, a modernidade, negação da antiguidade. Esse novo tempo ganha interpretação de horror diante dos acontecimentos que o edificam.

O surgimento da classe trabalhadora, uma nova ordem política, o engendramento de um padrão de comportamento na cidade com a higienização dos espaços, o crescimento econômico, o consumismo são elementos que nos séculos XVIII e XIX consolidam a transformação do passado e garantem a vida dos tempos modernos, “e tempo torna-se assim a experiência fundamental de tal arte que se rege pela busca do novo” (GATTI, 2002, p. 46). No íntimo de todas essas transformações, Benjamin capta, na busca pelo novo, a intenção da efemeridade, ou seja, o tempo transforma rapidamente o moderno em antigo e o novo em velho, “ao mesmo tempo, como mera abstração, buscado por si mesmo e não por uma experiência genuinamente nova que lhe daria conteúdo, o novo torna-se produtor do sempre-igual, índice de eterno retorno do mesmo” (GATTI, 2002, p. 46).

Entendendo que a modernidade gera incessante busca do novo e que seus efeitos tornam-se rapidamente visíveis nas práticas dos indivíduos envolvidos, a modernização passa a ser tônica das relações sociais que dinamizam os valores ocidentais a partir do séc. XIX, não somente com efeitos nas transformações do espaço citadino. Acrescem-se a isso as estratégias que dinamizam a concretização das transformações urbanas, quais sejam as inovações nos modos dos fazeres-saberes, os quais condicionam comportamentos, recriam a política, a economia, as artes, as tecnologias, resignificando também a cultura dos homens nas suas práticas e usos cotidianos com as inúmeras invenções e descobertas fundamentais para a nossa ideia de “civilização” (ELIAS, 1994), a qual passa por todo um processo de violências simbólicas (BOURDIEU, 1998), que modificam a atitude natural do homem e o encerram num conjunto de condutas e comportamentos próprios do homem ocidental civilizado. A trajetória das transformações comportamentais remontam à Idade Média e se intensificam com o aburguesamento que orienta as mudanças na vida ocidental no início da modernidade (ELIAS, 1994).

Pensar Sobral nos tempos de requalificação e compreender a modernização dos seus espaços é inseri-la num contexto que demarca uma ruptura com uma cultura do passado que a confinava numa espécie de “cidade congelada”, um lugar que só tinha o passado como glória e que pode continuar mostrando o triunfo do passado com a monumentalização, mas necessita entrar num espécie de lógica ritual da renovação constante, adequada às demandas dos tempos urgentes, com suas tecnologias, suas modas, formas, padrões etc.

Esse novo tempo cria, como demarcadores dessa inserção, a transformação no seu espaço urbano, engendrando a “cultura” de cidade para ser consumida, a sua reconstrução para receber investimentos. Isto só se torna possível quando a cidade se investe de uma nova linguagem de urbanização, que demanda uma mudança estrutural na concepção de urbano pautada no planejamento e nas grandes construções e intervenções urbanísticas. As ações vão desde o alargamento de ruas à construção de espaços e projetos paisagísticos, bem como a reordenação do espaço da cidade e a oferta de serviços para dignificar as novas intenções relocando Sobral no mundo do mercado contemporâneo, ultrapassando aquela cidade proveniente da sociedade industrial, tendo a fábrica como centro único das atrações. Ela se enquadra na busca de novas configurações que atendam aos preceitos da economia mundial e sua concepção de espaço-tempo, a qual assim define Henri Lefebvre:

o espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como *diferencial*: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. Esse espaço-tempo se define por propriedades *unitárias* (globais: constitutivas de conjuntos, de grupos em torno de um *centro*, de centralidades diversas e específicas), assim como por propriedades *duais*. (LEFEBVRE, 2004, p. 45)

A cidade passou a operar por funções na busca da construção de suas centralidades. A reorganização planejada atravessa a fronteira do sentido de que há um centro comercial para o consumo dos itens de necessidades básicas, e se complexifica criando os zoneamentos baseados nas demandas que se constroem de acordo com as novas formas de consumo *da* e não *na* cidade.

A inserção de uma gestão pública amparada pela lógica da qualificação e do saber racionalizado, especializado, foi fundamental para o empreendimento de transformação do espaço urbano de Sobral. E todas as suas propostas de governo versaram sobre o discurso do saber-fazer técnico para pensar a cidade e sua reordenação. Neste caso, o saber-fazer do planejamento urbano se fez presente. Então, os arquitetos e os engenheiros entraram em cena, como descreve o arquiteto Herbert Rocha (ex- Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico de Sobral) em entrevista a mim concedida:

O convite do então prefeito foi pessoal e, ao mesmo tempo, meu nome representava a aliança política do PP do Deputado Pe. José Linhares na segunda gestão do Prefeito Cid Gomes. Embora meu nome não fizesse parte da administração na primeira gestão de Cid, pude opinar na concepção do Plano

Diretor de 2000, que foi coordenado pelo Arquiteto Fausto Nilo e tinha como Secretário da SDUMA o Arquiteto Edilson Aragão. Foi a primeira vez na história de Sobral que a área de desenvolvimento urbano ficou a cargo de um urbanista. Sobral foi a primeira experiência de fomento de Planos Diretores que se seguiria no interior do Estado. O PDDU estabelecia uma série de Projetos Estruturantes que ainda não tinham sido iniciados ou estavam em fase de projeto. Na primeira gestão de Cid Gomes, foram criadas as Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente – SDUMA (titular Edilson Aragão), de Obras, Infra-estrutura e Transportes – SOIT (titular José Maria Felix) e, posteriormente, uma Secretaria Especial de Projetos Estruturantes (titular Leônidas Cristino). A Secretaria de Projetos Estruturantes foi criada após a aprovação do Plano Diretor em 2000, portanto, no meio da gestão. A segunda gestão de Cid fundiu a SDUMA e SOIT em Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), tendo à frente o Engenheiro Leônidas Cristino. Com a saída de Leônidas para disputar as eleições da Câmara Federal, em 2002, houve uma pequena reforma administrativa e a SDU foi subdividida em 2 secretarias: novamente SDUMA – para a qual fui convidado – e Secretaria de Infraestrutura, tendo a frente Quintino Viera Neto. Naquele momento da administração, embora eu já conhecesse um pouco da máquina administrativa municipal – pois já estava desde o início da segunda gestão à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) – eu hesitei em aceitar o convite do Prefeito Cid Gomes devido a meus interesses profissionais, que eram conflitantes com a nova tarefa. Passados alguns anos, agora já posso dizer que cheguei até mesmo a declinar do convite. O Prefeito reiterou e optei por renunciar ao planejamento estratégico da minha empresa de arquitetura e aceitar a missão pelos dois últimos anos da gestão. Dois projetos da SDE tinham estreita ligação com a SDUMA: Projeto Terra Nova e Agenda 21. Levei comigo a coordenação da Agenda 21 para a SDUMA e deixei em fase inicial de implantação o Projeto Terra Nova, que consistia de um loteamento com finalidade econômica ao longo da Av. Monsenhor Aloísio, como valorização urbana da margem direita do rio Acaraú. Fazia parte do projeto a construção de 500 moradias que hoje formam a Cidade Monsenhor Aloísio.

Na dinâmica dos novos tempos da cidade, o planejamento urbano estratégico tornou-se a standardização dos problemas e soluções em Sobral (DOUGLAS, 1986), mexendo com as emoções dos cidadãos, standardizando-as na forma de demandas e reivindicações e construção da imagem redentora da gestão para a melhoria da urbe. Assim, a cidade tem que se transformar em lugar belo e eficiente para atender às demandas e desejos da sua população. Esse movimento não caracteriza somente necessidades de ordem prática e técnica, como já venho apresentando, mas determina uma ordem política que agrupa necessidades coletivas e ordens políticas, projetos políticos, “o controle da expansão urbana foram ‘repentinamente substituídos pela obsessão de encorajar o crescimento’, um novo tipo de profissional emergiu da metamorfose do funcionário público local... *o planejador-empreendedor*” (ARANTES, 2002, p. 22. Grifo da autora).

Elaborados a partir das ideias de revitalizar ou requalificar os espaços, o planejamento urbano se apoia na lógica impressa na noção de construção e/ou decadência de lugares. A reorientação dos usos da cidade então deve ser sistematizada para que a eficácia do planejamento seja encarnada como algo bom e necessário para “atacar os problemas urbanos” (VILLAÇA, 2004, p. 228). Isto se confirma em Sobral, quando o ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano lista os seus feitos em dois anos à frente do referido setor:

Creio que o mérito principal da minha gestão foi resgatar o PDDU como instrumento de execução e planejamento, pois, durante a fusão das secretarias, não havia arquitetos no quadro da SDU. Mesmo com a bipartição da SDU em SDUMA e SEINFRA, ainda havia 13 serviços urbanos a cargo da SDUMA: Planejamento e desenho Urbano (Projetos Estruturantes); Licenciamento de obras; Controle urbano; Habitação popular; Coleta e destino de resíduos sólidos; Arborização; Zeladoria; Mercado; Rodoviária; Sinalização de Trânsito; Numeração e cadastro de imóveis (em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento da Gestão); Transporte Urbano; Cemitérios. Subdividi a pasta em duas sub-secretarias, uma de Serviços Urbanos, tendo a frente o Economista Ednardo de Vasconcelos e outra de Planejamento e Controle Urbano, tendo a frente a Arquiteta Juçara Peixoto. Demos cumprimento a quase todas as metas estipuladas para a gestão, exceto a entrega das 500 casas do Cidade Monsenhor Aloísio que ficou em fase final de construção. As principais realizações foram: Concurso público para fiscais; Concurso de projeto, e reforma do Mercado Central; Conclusão da Margem Esquerda; Construção de várias habitações populares na sede e nos distritos, deixando projetada a reforma da Vila Recanto; Projeto e execução do Boulevard do Arco; Implantação do Parque da Cidade e várias pequenas praças nos bairros periféricos; Implantação da Praça de Cuba; Reforma e terceirização da rodoviária; Alterações no sistema viário como a primeira etapa da Pericentral e Av. John Sanford; Implantação de cerca de 20Km de ciclovias na sede (observe que todas as novas avenidas contam com ciclovias)⁶⁵; Elaboração do Projeto Municipal Integrado – PMI, do BNDES, que constava da urbanização do Riacho Mucambinho e reassentamento das famílias dos “Sem Terra”; Início da elaboração da nova cartografia da cidade com imagens do satélite Ikonos (na época não havia o *Goggle Earth*); Aprimoramento do controle do sistema de coleta de lixo; Novo sistema de placas de ruas com patrocínio privado.

As ações enumeradas pelo ex-Secretário nos mostram o quanto se investiu em intervenções urbanas em Sobral na segunda gestão de Cid Gomes. Intervenções estas que desempenham funções materiais voltadas para a “cidade boa para viver”, que, pautada nos determinantes da Carta de Atenas (1933) e da Nova Carta de Atenas (elaborada entre 1988 e 2003) – habitar, trabalhar, recrear-se e circular –, por influência do referido secretário, estabelecem uma orientação intelectual para o planejamento de Sobral, diferenciando-a

⁶⁵ Recentemente, no ano de 2012, as tais ciclovias foram drasticamente reduzidas para a implementação do metrô de Sobral.

completamente de outras cidades do interior do Ceará. Reordenando, sobretudo, a circulação na cidade, que ganha mais evidência em outros bairros com construção e ampliação de avenidas, além de se ampliarem as ofertas de serviço, comércio, lazer e inserindo, de forma mais intensificada, a partir dos anos 2000, o “urbanismo como modo de vida” (WIRTH, 1979). Essa caracterização é mais sensível por conta da constante migração que a cidade percebe, por um lado, pela industrialização, por outro, pela aglomeração de Instituições públicas e privadas de Educação Superior.

Pertinente é evidenciar que o planejamento urbano de Sobral, com bases técnico-burocráticas e racionais, surge nos fins dos anos 1990, quando a legislação sobre as cidades brasileiras, na forma do Estatuto das Cidades, exigia a elaboração de Planos Diretores Participativos para os municípios com mais de 20.000 habitantes. E o primeiro Plano de Sobral foi elaborado em 2000, sob a coordenação do arquiteto fortalezense Fausto Nilo, responsável pelo Centro Dragão do Mar de arte e Cultura. Herbert Rocha participou deste momento. Mas vamos ver como tudo isso aconteceu seguindo uma ordem cronológica objetiva dos fatos.

4.2.1 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: um instrumento para a gestão democrática das cidades brasileiras

A discussão sobre a democratização dos espaços públicos no Brasil não é recente, porém, aponta elementares questionamentos que se devem levar em consideração quando se abre a possibilidade de estar analisando tais espaços e suas dinâmicas não exauridas ao longo dos anos, desde que os princípios legais determinados pela Constituição de 1988 se tornaram efetivos e determinantes de uma cultura política encarada como nova por autores que analisaram a problemática referida nos idos anos 1990 (DAGNINO, 1994; 2002; AVRITZER, 2002; LAVALLE, 2003).

Dada a importância do “objeto” que aqui me proponho a analisar – o Plano Diretor Participativo das cidades brasileiras –, me remeto a pelo menos dois questionamentos elencados por tais autores, para construir a problematização que norteará a minha análise, quais sejam: sobre a qualidade da chamada participação dos indivíduos que irão dar corpo aos “atores coletivos”, os quais passam a ser fundamentais para a garantia da existência dos espaços públicos deliberadores de ações diretas sobre suas próprias vidas. O outro questionamento que levanto se dá sobre a instrumentalização da chamada Participação dos indivíduos nos espaços públicos, tal

problematização já fora elevada por Dagnino (2002), e a mesma me chama a atenção, sobretudo, pelo fato de estar analisando o contexto em que o Plano Diretor Participativo é elaborado e posto em prática em Sobral, cidade do interior do estado do Ceará, que entra na lógica da modernização do espaço urbano justamente no período em que se busca uma “cara nova” para a forma de administração política em nível estadual, e que, mesmo com uma efetiva propagação e difusão das melhorias no estado, nem todos os municípios cearenses rompem com as chamadas práticas autoritárias de gestão política.

4.2.2 Plano Diretor Participativo, a que veio?

O Plano Diretor de um município é um documento, com caráter de Lei, que serve como instrumento em que estarão previstas as ações de modificação em vários aspectos nos espaços das cidades. É o Plano diretor que passa a definir as formas de uso e parcelamento do solo, os tipos de construção para cada área e as infra-estruturas urbanas nos municípios brasileiros. Tal instrumento é criado juntamente com a homologação da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, o qual vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988⁶⁶.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

§ 1º O Plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Por determinação do Estatuto das Cidades, todos os municípios brasileiros com população acima de 20 mil habitantes estavam obrigados a elaborar seus Planos Diretores e a aprová-los no prazo máximo de cinco anos a partir da data de publicação da Lei. E a elaboração de tal planejamento deve ser realizada participativamente, ou seja, através de debates e decisões em fóruns coletivos abertos a todos os habitantes das cidades. Segundo Rolnik (2001, p. 01),

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de

⁶⁶ “A referida Lei tramitou no Congresso Nacional por mais de 11 anos e ainda foi sancionada com vários vetos do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Alguns dos artigos vetados diziam respeito à regularização da ocupação de áreas públicas” (Jornal *O Estadão*, 14 de Julho de 2001).

gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira do legal e do ilegal. (ROLNIK, 2001, p. 01)

Com isto, podemos perceber a lógica que irá reger os Planos Diretores dos municípios brasileiros a partir de 2001 e que porá em xeque uma outra lógica: a que rege a cultura política brasileira do autoritarismo anti-democrático, o qual será apontado como limite para as práticas participativas (DAGNINO, 2002).

O Plano Diretor, de acordo com documento publicado no sítio do Ministério das Cidades, vai

portanto, definir qual é a melhor função social de cada pedaço da cidade, considerando as necessidades e especificidades econômicas, culturais, ambientais e sociais. O Plano deve ser um verdadeiro pacto sócio-territorial que, de fato, transforme a realidade das nossas cidades.

Até junho de 2006, no Brasil, 1643 municípios foram obrigados a elaborar seus Planos Diretores Municipais (PDMs); destes, um número de 241 concluíram seus Planos Diretores, enquanto 1246 municípios estavam ainda em fase de conclusão⁶⁷. De acordo com o Estatuto das Cidades, até outubro de 2006, os municípios deveriam elaborar e/ou fazerem a revisão dos seus PDMs e os gestores municipais incorreriam em crime de improbidade administrativa, caso não obedecessem a esse tempo limite.

Ainda conforme o supracitado documento do Ministério das Cidades,

Para o Ministério, é importante transformar esta obrigatoriedade em oportunidade para se repensar o processo de desenvolvimento das cidades em todo o país. Transformar a elaboração do plano num processo em que a população pensa e discute a cidade onde mora, trabalha e sonha, e faz propostas para corrigir as distorções existentes no desenvolvimento do município.

O fortalecimento dessa política urbana no Brasil tem sido significativo para a chamada modernização das cidades brasileiras, e tem contado com o apoio de outros ministérios, como é o caso do Ministério da Cultura (Programa Monumenta para Cidades Históricas), Ministério do Meio Ambiente (Fundo Nacional do Meio Ambiente), Ministério do Turismo (Prodetur), dentre outros órgãos vinculados ao Governo Federal. Além desses, estão ainda nessa empreitada o Conselho das Cidades, que lançou, em maio de 2005, a Campanha Nacional “Plano Diretor Participativo – Cidade de todos”; o Fórum Nacional de Reforma Urbana, universidades, ONGs, Ministério Público, sindicatos, governos estaduais e municipais etc.

⁶⁷ Disponível em <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em 02/08/2008.

O Ministério das Cidades ainda conta com 23 núcleos estaduais, nas capitais e no interior, na execução de atividades de sensibilização e capacitação dos municípios para a busca da *participação* dos mais diversos segmentos da sociedade civil nos processos de elaboração e revisão dos PDMs. Com isto, duas ações se dão enquanto produto deste processo: um Banco de Experiências do Plano Diretor, o qual tem por objetivo

registrar as soluções, ações e estratégias realizadas processos em cada etapa de elaboração do plano, destacando recomendações, alertas e aprendizados para subsidiar outros atores sociais que estão envolvidos nesse movimento nacional. Processos que traduzam como os municípios, em situações tão diversas, estão implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade.⁶⁸

A outra ação foi denominada Rede Plano Diretor Participativo. Com cerca de 30.000 endereços eletrônicos, a rede “difunde reflexões, posicionamentos e críticas e se tornou um dinâmico canal de discussão e troca de experiências”⁶⁹.

Essa legislação faz parte de uma política considerada pelo governo federal como inclusiva, a qual objetiva que os cidadãos brasileiros efetivem o “Direito à cidade”, e que foi estabelecida na forma de Resoluções na 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 2003. Tais resoluções definiram diretrizes que tomam como princípio a prática democrática nas gestões estaduais e municipais, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Aqui, elenco os princípios desta política:

- Direito à cidade para todos;
- Direito à moradia digna e à terra urbanizada;
- Direito ao saneamento ambiental;
- Direito à mobilidade, transporte público e ao trânsito seguro;
- Função social da cidade e da propriedade
- Gestão democrática e controle social;
- Inclusão social e redução das desigualdades;
- Sustentabilidade financeira e sócio-ambiental da política urbana;
- Combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais;
- Combate à segregação urbana e diversidade sócio-espacial.

Os princípios acima têm a função de orientar as diretrizes do PNDU, quais sejam:

⁶⁸ Disponível em <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 02/08/2008.

⁶⁹ *Idem*.

- Formular a PNDU e a política fundiária de habitação, de saneamento ambiental, de transporte e de mobilidade;
- Promover e estimular a participação social;
- Promover políticas de capacitação técnico-institucional e de democratização da informação;
- Redução das desigualdades regionais;
- Redução do déficit quantitativo e qualitativo de habitabilidade;
- Promover o planejamento e gestão territorial.

Os princípios e diretrizes elencados acima foram rediscutidos na 2ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2005. Nesse evento, houve uma reelaboração dos dois textos, buscando não só detalhar como tornar mais veemente a caracterização ideológica que orienta as ações das gestões públicas. Essa orientação deixa muito clara a formatação e obrigatoriedade dos princípios democráticos regendo as ações políticas, tomo aqui alguns trechos da resolução para ilustrar esse fato:

- Promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental que combata a desigualdade social, racial, de gênero e regional, e que tenha como meta a ocupação menos desigual do território brasileiro;
- garantir a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos sociais na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas, projetos e políticas de desenvolvimento urbano;
- garantir a Gestão Democrática da política urbana pautada na transparência, ética, independência, solidariedade, credibilidade.

Todas essas ações são consideradas, por Maricato (2006), como o início de um amplo processo participativo de discussão e formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), e que a forma de organização de tal mobilização se deu com a realização das Conferências Nacionais das Cidades, que

foram precedidas de conferências municipais e estaduais que trataram de debater teses e propostas previamente preparadas, bem como eleger delegados para a Conferência Nacional. Cerca de 2800 delegados (movimentos sociais, entidades empresariais, sindicais, de pesquisadores, de universidades, de ONGs, de profissionais de arquitetura, engenharia e geografia e ainda de instituições governamentais e legislativas) participaram dos encontros nacionais. O Conselho das Cidades, eleito na primeira conferência nacional e as quatro Câmaras Técnicas que o compõem (ligadas às quatro secretarias nacionais) começaram a funcionar no início de 2004.

(MARICATO, 2006, p. 215-216)

A autora em referência interpreta essa novidade com positividade, principalmente, no que diz respeito à obrigatoriedade do processo participativo na elaboração dos planos diretores, evidenciando que “com a participação democrática, e inclusão de instrumentos que garantam a função social da propriedade, é uma oportunidade única para ampliar o debate político e para formar militantes para a luta por uma cidade mais justa” (MARICATO, 2006, p. 216).

Na contramão desse debate, há a análise contrária de Maricato (2006), envidada por Flávio Villaça (2005), na qual chama a atenção para o caráter ideológico e manipulador dos Planos Diretores no Brasil, conquanto,

A experiência histórica dos Planos Diretores no Brasil mostra que eles se aplicam apenas a uma parte das cidades, tomam o mercado como referência e ignoram a demanda da maior parte da sociedade, bem como ignoram a cidade ilegal. (VILLAÇA, 2005 *apud* MARICATO, 2006, p. 216)

As duas visões, certamente, nos dão bases para pensar o sentido político dos Planos Diretores no Brasil, mas não podemos perder de vista o sentido e o significado que cada indivíduo pode dar a sua ação nos processos participativos. Infelizmente, não tive condições de colher tais dados para analisá-los de forma mais relativizante do ponto de vista do que pensam os sujeitos sobre suas ações, quando estão atuando na esfera pública, tendo como objetivo construir a cidade que querem. Penso que isso será objeto de futuro estudo para melhor compreensão, mas não descarto as considerações dos dois autores, pois elas nos ajudam a levantar hipóteses para a condução da análise.

Até aqui, venho apresentando o Plano Diretor na sua forma mais genérica e idealizada possível, principalmente porque venho me detendo a expor os dados publicizados no sítio virtual do Ministério das Cidades, órgão do Governo Federal que tem o maior interesse em propalar o sucesso da Lei que tornam obrigatórios os processos participativos nas deliberações sobre as cidades brasileiras. Mas, em que termos vêm se dando as ações participativas? Até que ponto pode-se afirmar a positividade de tal processo? E que reflexo direto as ações do Plano Diretor participativo têm nas vidas dos habitantes das cidades? Como essas questões são muito amplas e carregam distintas complexidades teóricas, eu não teria aqui condições de respondê-las em nível de Brasil, tendo em vista tanto as condições geográficas quanto político-culturais do país. Assim, passo a analisar, no próximo tópico, o caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral-CE, que é participativo e, atualmente, passa pela avaliação pós-revisão de 2006. A partir

dessa análise, busco construir o confronto entre a chamada participação no Plano diretor de Sobral com a teoria estudada sobre a referida categoria de análise.

4.2.3 Apresentação da proposta do PDDU Participativo em Sobral

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral-CE (PDDU) foi elaborado em 1999. É parte integrante do elenco de intervenções do PROURB-CE⁷⁰, constituindo-se como instrumento de gestão urbana, e, conforme consta do texto do documento, foi “elaborado com a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada do Município” (PDDU SOBRAL, 1999). Além disso, serve como instrumento que orienta decisões governamentais e não-governamentais respeitante ao interesse público.

O PDDU contém um conjunto de diretrizes de planejamento para o Município e para a sua Sede Municipal, as quais têm vigência desde o ano 2000 e duração até 2020. O principal objetivo do PDDU “é a Cidade, para a qual estabelece objetivos e metas de curto, médio e longo prazos, objetivando o seu desenvolvimento como comunidade urbana nos aspectos físico-territoriais, econômicos, sociais, ambientais e humanos” (PDDU SOBRAL, 1999).

Consta do texto do documento que

o PDDU começou com um seminário aberto à participação da sociedade civil e, sequencialmente, uma caracterização da cidade e dos principais núcleos urbanos do município nos aspectos físico-territoriais, ambientais, sócio-econômicos e urbanísticos, mediante a realização da Oficina I e de pesquisas em fontes secundárias e locais, tendo produzido um documento denominado “MÓDULO CONCEITO”. Esse documento serviu como base técnica das duas etapas seguintes, ambas eminentemente propositivas. Para uma compreensão clara dos conteúdos propositivos do PDDU expressos em conceitos, objetivos, metas e diretrizes que se materializaram em projetos estruturantes na ambiência das ações de desenvolvimento estratégico e na ambiência das intervenções urbanísticas, cumpre chamar a atenção para os dois Planos que consubstanciam o Plano Diretor: 1º) O PLANO ESTRATÉGICO (de âmbito mais geral, envolvendo o município como um todo e o papel que caberá à cidade em seu contexto, com a indicação de seus projetos estruturantes); e 2º) O PLANO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA (focalizando as vocações e potencialidades da cidade e dos principais núcleos urbanos do município, como centros dinâmicos do desenvolvimento municipal, propondo para esse fim um novo ordenamento

⁷⁰ Projeto de Desenvolvimento Urbano e Recursos Hídricos, que teve duração de 1995 a 2003 e tinha como objetivo ser instrumento viabilizador da estruturação urbana de um conjunto de 50 cidades cearenses, visando dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental para dar qualidade de vida aos habitantes dos municípios, tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura e incrementar o turismo local. Suas ações estavam voltadas para: Gestão Municipal, planejamento Urbano, Infra-estrutura urbana, Hidrometração e Profissionalização de jovens. (Disponível em http://conteúdo.ceará.gov.br/content/aplicação/sdlr/desenv_urbano/gerados/prourb.asp. Acesso em 03/08/2008)

urbano, como instrumento para a obtenção da boa Cidade, com a indicação de seus projetos estruturantes). A Legislação Básica elaborada é consequência direta das proposições constantes do Plano de Estruturação Urbana, como resultado dos debates com a sociedade civil nas oficinas e nos fóruns realizados. Por fim, apresentamos a “ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO”, que contém um conjunto de providências iniciais e sucessivas para a execução do PDDU. Essas providências vão desde medidas legislativas às técnico-administrativas, bem como ao escalonamento dos Projetos Estruturantes no tempo e no espaço, mediante cronogramas elaborados e ora apresentados. Para alcançar os objetivos, metas e diretrizes do Plano Diretor, a partir da data de entrega dos produtos finais à Prefeitura, essa deve tomar algumas providências imediatas visando a organização, estruturação, definição de competências e funções, gerenciamento técnico, administrativo e financeiro do Programa, discriminados a seguir: Implementações Legislativas, e Implementações Técnicas, Administrativas e Financeiras. (*Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral-CE*, 1999)

A coordenadora de Planejamento Urbano de Sobral acrescenta que na elaboração do PDDU, não houve uma participação que a mesma considera tão intensa, e que isso se deu de fato, na sua revisão em 2006, na forma de fóruns divididos por áreas ou regiões da cidade:

Então, esses fóruns aconteceram aqui na sede, né, e foram convocados todos os bairros, inclusive a gente seguiu a estrutura, como organização, do orçamento participativo, né. O orçamento participativo tem já toda uma história, então ele reúne, por exemplo, três bairros e forma um bloco, então a gente seguiu essa estrutura e da mesma forma os distritos: reunimos, vamos dizer, em Taperuaba, Aracatiaçu, e agora não me lembro, mas os dois, três distritos mais próximos, nós reunimos lá, né... E, assim, a população teve como participar. E depois, como segundo momento, houve também a apresentação de todos esses dados, né, e já, é, desses dados iniciais que eu comentei, e, termos daquilo que foi feito até agora dentro do planejamento urbano, mas já é incluindo as solicitações e a participação da comunidade, foi apresentado tudo isso às instituições multi-institucionais. (*Coordenadora de Planejamento Urbano de Sobral*)

Também compuseram a elaboração e revisão do PDDU: algumas ONGs, a Cáritas Diocesana de Sobral, Diocese de Sobral, a Universidade Estadual Vale do Acaraú, grupos de jovens do Movimento Hip Hop, do movimento de esportes radicais, movimento estudantil, movimento de mulheres, associações de moradores dos bairros, diretores de escolas públicas e privadas, associação de mototaxistas, professores de escolas públicas, professores de escolas privadas, professores universitários, prefeitos dos bairros, sindicatos, empresários do ramo imobiliário, industriais, SEBRAE, associação de artesãos e os moradores dos distritos, pois, na revisão do PDDU, estes locais foram incluídos como pauta de discussão e tiveram forte e ativa representação, como enfatiza a Coordenadora de Planejamento Urbano, citando um feito importante, o qual só foi possível por conta da participação dos moradores do distrito de Jordão:

Uma outra característica desse plano diretor foi chegar também aos distritos, ou seja, a revisão não foi só da ... a revisão do plano diretor não atingiu somente a sede do município, mas todos os distritos, que são quinze ou dezesseis distritos, não é? Então, por exemplo, é... no Jordão, existe uma localidade onde foi encontrado, é... há uns três, quatro anos atrás, uma urna funerária, provavelmente num local onde viveu uma comunidade indígena, né... Então isso foi uma das coisas que veio à tona, embora, vamos dizer, a equipe técnica tinha conhecimento desse achado arqueológico, né, mas veio à tona, como uma solicitação da comunidade, como prioridade dentro da preservação histórica, cultural, né, que tá lá perto deles, né. Então, nesse sentido, foi muito importante, também nesse sentido, né, a participação da comunidade, porque a gente começa a avaliar também o que é prioridade pra comunidade, né...

Aqui, já podemos perceber os sentidos da participação dados pela coordenadora: um sentido ativo, tendo como perspectiva a decisão de algo inerente à observação da cultura local, herança cultural, no achado arqueológico, ou seja, a consciência dos moradores sobre a urna e a importância que deram a isso e como levaram isso em consideração, tendo em vista outras necessidades de cunho material na vida do local.

Embora haja toda uma referência à participação da sociedade civil organizada no PDDU, o mesmo só passou a existir em 2010, mas à época da pesquisa específica sobre esse tópico (ano de 2008), o Secretário de Desenvolvimento Urbano de Sobral reconhecia a necessidade e urgência do conselho:

Nós precisamos ter o conselho que não funcionou, o conselho da cidade não funcionou... mas o conselho, por exemplo, se você pegar a Ação Social não é, a Secretaria de Ação Social, que é a mesma Secretaria de Saúde, eles têm vínculos de conselhos e de organizações que dão suporte às atividades deles, com eficiência indiscutível. Agora o nosso, por razão que eu não sei, não tava na época que foi proposto, mas agora a gente tá propondo de novo a criação do conselho e de um conselho que funcione do ponto de vista deliberativo... não tem importância alguma se em certos momentos houver colisão de interesses, não vai desaparecer, não poderá nunca desaparecer enquanto for uma sociedade capitalista, a velha divisão de interesses, capital do trabalho, o que for, né, então, se houver, naturalmente, é colisão de interesses, a força preponderante será aquele mais organizado... os conselhos têm que funcionar, isso é intenção do Governo Federal e é intenção do Governo Estadual e tá todo mundo preocupado com isso. Agora isso tem que acontecer de fato, concretamente, né?⁷¹

A despeito da inexistência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, ou Conselho da cidade, nas palavras do Secretário, ele afirmava que o mesmo deveria existir e deixa claro na sua fala que o mesmo cumpriria o seu papel, nem que fosse para entrar em conflito com

⁷¹ Entrevista cedida ao Laboratório das Memórias e Práticas Cotidianas do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) em 31/07/2007.

os interesses da administração municipal! Esse depoimento revela uma falha no PDDU de Sobral, que é a inexistência daquele que deveria ser o órgão fiscalizador das ações deliberadas no Plano. Então, há um incentivo da parte da administração municipal à participação, mas até então, quem fazia o papel da fiscalização? O secretário propagandeia os grandes feitos das duas gestões de Cid Ferreira e do então prefeito Leônidas Cristino, dando a entender que a participação da sociedade civil, tanto na elaboração do PDDU quanto na sua revisão, em 2006, e ainda, nas Conferências da Cidade – as quais também são tomadas como referenciais de participação – serve como pano de fundo para incrementar a modernização das práticas políticas na cidade, principalmente no que diz respeito a uma visão racional e jovem de gestão, a qual reduz as desigualdades sociais. Vejamos o que ele diz a respeito:

Acerca das mudanças que vêm ocorrendo em Sobral, isso é interessante porque já é uma experiência de dez anos de uma administração que alterou certos paradigmas, então, é... promoveu certas mudanças, digamos assim, exitosas no panorama, digamos, da administração municipal ou então da administração pública, e agora se encontra, pode-se afirmar na notoriedade da vida pública brasileira, como sempre, ela é constituída por completo desinteresse ou descompromisso, não digo desinteresse, descompromisso do gestor, dos gestores com a qualidade e a responsabilidade civil, mesmo do gestor com relação ao futuro da própria cidade ou das próprias cidades e a decorrência de equívocos do ponto de vista da descontinuidade, é a competição exacerbada entre candidaturas ou então forças políticas hegemônicas em cada lugar que a intenção quase sempre é cada um se governa, se sucede, em vez de consolidar mais experiência ali vai o outro fazer uma coisa nova e você fica sempre naquilo que eu chamaria de ... política *ping-pong*, né... o interesse público pela questão urbana, pela questão da cidade é muito recente, considerando a história, considerando que na história um período de cinquenta anos não representa nada, é ridículo do ponto de vista do tempo. Pois bem, o que ocorreu em Sobral foi um fenômeno que deve ser sempre apontado e registrado por conta do que provocou uma geração de homens públicos responsáveis e de extraordinária capacidade administrativa, que vem sucedendo aqui na cidade, compõem um conjunto de pessoas que promovem essas transformações na cidade... Isso começa com Cid Ferreira Gomes... no primeiro lustro dos anos noventa, primeiros cinco anos dos anos noventa, porque ali começa uma certa transformação política do próprio estado, decorrente da renovação que causou, por exemplo, o governo do Tasso Jereissati, em termos de Sobral, especificamente Sobral... Cid Ferreira Gomes, ele imprimiu... as mudanças institucionais que permitiram as transformações... as mudanças políticas, quer dizer, o concurso de certa possibilidade de arranjo político, de acordo político... aí depois essas transformações institucionais foram mais possíveis... por conta disso, a força dos jovens governando uma cidade que estava esbagaçada, do ponto de vista da má administração... forçou naturalmente uma

certa visão diferente... porque as pessoas que estavam à frente dessa mudança tinham esse tipo de perspectiva, né?⁷².

O PDDU de Sobral nasce nessa efervescência de mudanças apontadas acima pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano. Juntamente às ações previstas na elaboração do PDDU, outras ações direcionadas às políticas públicas para a educação e saúde formam um conjunto que dão a marca da referida administração, considerada também um marco referencial para a vida da cidade, experimentando um aspecto considerado pelos habitantes da cidade e políticos locais como moderno, de transição, e de constante transformação, causando, na população sobralense, o sentimento de que hoje Sobral é uma outra cidade.

4.2.4 Tecendo a análise para interpretar o processo político da democratização e constituição da esfera pública em Sobral-CE

O PDDU passou por avaliação após sua revisão. A publicização do texto atualizado foi feita em 2010, quando, segundo a Coordenadora de Planejamento Urbano do Município, foi eleita a direção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Sobral. Atualmente, o Plano vem sendo coordenado, acompanhado e fiscalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDUMA). E essa secretaria é também responsável pela organização e divulgação de todos os eventos que dizem respeito às discussões sobre a cidade, como por exemplo, a Conferência da cidade e o Agenda 21, o qual também traz elementos de deliberação sobre o espaço urbano, os quais constam do PDDU.

Conforme me informou a Coordenadora de Planejamento Urbano, o PDDU passa a se chamar, após a aprovação do texto revisado, na Câmara dos Vereadores, Plano Diretor Participativo (PDP). Em visita que fiz à SDUMA, pude perceber o quanto o Plano Diretor, com a adjetivação *Participativo*, tornou-se uma ação referencial para aquele órgão da prefeitura municipal de Sobral. Logo na sala de espera da secretaria, pode-se observar um *banner* explicando o que é o Plano Diretor, sobretudo, a ênfase que o conteúdo dá à ação da *participação*, com exposição de fotos dos moradores da cidade nos eventos de discussão e revisão do PDDU, Conferência da Cidade e Orçamento Participativo.

⁷² Entrevista cedida ao Laboratório das Memórias e Práticas Cotidianas do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em 31/07/2007.

E, no intuito de me descrever os processos participativos no PDDU, a referida coordenadora depõe que a participação se dá não somente nos fóruns específicos do PDDU, mas em eventos como as conferências da cidade e até mesmo nas múltiplas formas que a população encontra para reivindicar direitos:

Nessas conferências, onde é o momento que a população participa, são lançados todos os elementos de planejamento, né, de crescimento, de demanda, né... inclusive, faz parte da... tá imbuída, né, na revisão desse plano diretor, as solicitações apresentadas nessas conferências, né, então, justamente repito, a participação não é um fato isolado, né... Na hora de uma conferência, de um congresso, né, como a gente foi, inclusive eu fui, representando não só Sobral, mas a região pra o Congresso das Cidades em Brasília, né. Então é... o processo se dá também por aí, né?

Atentando para os diversos sentidos da participação, especificamente o sentido atribuído pelos gestores da Secretaria de Desenvolvimento Urbano em Sobral, no que diz respeito ao Plano Diretor daquele município do interior do Ceará, deve-se levar em consideração a racionalidade, ou seja, o fim embutido em tal prática, que, sem a obrigatoriedade da lei, talvez não fosse uma atividade privilegiada enquanto estratégia de gestão pública. Daí, venho agora dissertar um pouco sobre a questão que levantei no início do texto: a instrumentalização da participação, definindo-a como estratégia não de um partido ou movimento social para a entrada no debate dos espaços públicos, mas como obrigatoriedade imposta pelo Estado para a democratização das gestões públicas no Brasil.

Conforme Dagnino (2004), o processo de construção democrática na sociedade brasileira,

não é linear, mas contraditório e fragmentado. Além disso, demonstra também que esse processo se vincula a uma multiplicidade de fatores, eliminando qualquer possibilidade de conceber a sociedade civil como o demiurgo do aprofundamento democrático. (DAGNINO, 2004, p. 279)

Convém ainda lembrar que uma política neoliberal atravessa essa construção e que “projetos” diversos estão em jogo nesse processo, que tem sido mais elevado nas duas gestões do Governo Lula no Brasil.

Em Sobral, por exemplo, a influência desse governo nas ações das gestões controladas pela família Ferreira Gomes teve uma dinâmica que mobilizou o referido “clã” a migrar de partido político, pois pertenciam ao PPS (Partido Popular Socialista), partido de oposição declarada ao governo Lula, e passaram a ser partidários do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Logo, um dos líderes políticos da família, Ciro Ferreira Gomes, passa a ser Ministro da Integração Nacional do referido Governo Federal. E, de imediato, Cid Ferreira Gomes inicia sua

jornada rumo ao governo do estado do Ceará, fato que logrou êxito, e que teve como objeto-mor de sua campanha as mudanças ocorridas em Sobral, as quais poderiam se estender ao restante do estado. Em sua campanha, usava sempre a marca da democracia que implementou em Sobral, e o quanto foi eficiente, declarando participação da população em sua gestão, além de, como afirma, ter a transparência como marca da conquista da confiança da população sobralense.

Então, a marca da gestão Cid Gomes no Ceará imprime a prática da democracia como forma de orientar a população para a participação nos espaços públicos, assim como construir um modelo de gestão que contrariava a ordem vigente do autoritarismo político no interior do Ceará, conferindo-lhe a marca de “moderno”. Assim, Sobral passa a ser, também, uma cidade moderna que serviria de exemplo para outras no estado inteiro. Levar a ordem do governo a sério seria questão de organização de um corpo gestor que acreditasse e colocasse tais determinações como finalidade prática. Nesse sentido, vários de seus secretários eram filiados ao PT (Partido dos Trabalhadores) e possuíam experiência em gestão participativa, como foi muito marcante a presença de Odorico Monteiro como secretário de saúde do município, o qual já havia implantado o Programa de Saúde da Família em Icapuí, no litoral oeste do estado e em Quixadá, no sertão central. A prática participativa orientou ainda o Orçamento Público Municipal – Orçamento Participativo – e o PDDU, além de outras ações.

O direito a ter direitos sustenta uma nova prática naquela cidade e, conforme Telles,

Os direitos – direitos ordinários – dizem respeito, portanto, à maneira como os indivíduos, em situações interativas, de conflito ou cooperação, se atribuem mutuamente e reconhecem (ou não) o direito de dizer o que se diz e fazer o que se faz. São, portanto, regras de convivência, codificadas ou não, informais ou mais ou menos formalizadas, construídas nas dimensões intersubjetivas da vida social e que só existem na medida do seu mútuo reconhecimento. Essas regras definem critérios de legitimidade que validam ou não o que o outro diz e faz, a partir de uma série de códigos não escritos que discriminam, em cada situação concreta de interação, o permitido e o interdito, o obrigatório e o facultativo. Isso quer dizer que, mesmo quando não sujeitos ao código formal da lei, as relações sociais se realizam como relações de direito. (TELLES, 2001, p. 62)

O reconhecimento do outro, como assinala Telles acima, parte da institucionalização da participação e da busca de instauração de uma cultura política que seja capaz de superar os chamados “atrasos políticos” no Ceará. Numa maior dimensão da análise, isso gera o que Vera Telles analisou como:

o “desafio da cidadania”, evidenciando que, sem um sentido de pertencimento, é impossível fazer dos direitos referências que estruturam identidades cidadãs

numa sociedade que destitui, por todos os lados, cada um e todos, de um lugar de reconhecimento. (TELLES, 1994, p. 44)

A ideia de reconhecimento do outro e de identidade me leva a pensar sobre a posição ocupada pelos indivíduos que entram no cenário dos processos democráticos: aqueles que *participam*. Quem são? Quais seus interesses? O que reivindicam? O que sabem do que estão fazendo? Como já evidenciei anteriormente, não tive condições de conversar com os sujeitos participantes da elaboração do PDDU, os quais não fossem ligados ao poder público de Sobral, mas a Coordenadora de Planejamento Urbano de Sobral me informou que esse reconhecimento, na verdade, se deu por conta da sua obrigatoriedade prevista pelo Estatuto das Cidades, e que isso tem reflexos diretos nas condições de participação, pois é fato que a prefeitura não está inserida cotidianamente na vida dos moradores dos bairros e/ou distritos da cidade, o que a faz criar estratégias tanto de aproximação com os moradores para convencê-los a estarem nos debates de deliberações, como criar também métodos de apresentação de seus objetivos para que a população e os participantes saibam do que estão participando. No caso do PDDU em Sobral, a coordenadora de planejamento urbano me informou que, em relação a chegar mais perto dos moradores, os técnicos entram em contato, geralmente, com os líderes das associações de bairro e, depois, acionam os agentes de saúde. Estes exercem um papel fundamental na comunidade, pois eles são o canal de ligação mais forte da prefeitura, tendo um vínculo direto com a Secretaria de saúde; moram no bairro em que trabalham e adentram os lares dos moradores com o objetivo de lhes prestar serviços de saúde, mas acabaram sendo utilizados como contato para todos os fins com a comunidade. Segundo a coordenadora de planejamento urbano, os métodos para os contatos com a comunidade e a dinâmica dos fóruns são feitos da seguinte forma:

Através das associações, através dos agentes locais, né, foi feito uma divulgação e, nesses fóruns, como foi que aconteceu: tinha, primeiro, uma dinâmica apresentando o que era, o que é esse plano diretor, não é, pra que as pessoas pudessem interagir melhor, não é? E essa apresentação foi feita através do teatro, e aí depois foi apresentado o levantamento, que foi a primeira etapa da revisão do plano, né, o levantamento de tudo aquilo que foi feito ou está em andamento, ou projetos existentes. Então foi apresentado à comunidade, né, e a partir daí, eles podiam se colocar ou, corrigindo alguma coisa ou colocando novas necessidades ou, vamos dizer, trazendo à tona um outro aspecto que até agora não tenha sido abordado.

Não se pode negar a existência de um reconhecimento, no entanto, a perspectiva identitária apontada por Vera Telles não acontece enquanto “bandeira de luta” dos que se dispõem a participar.

Mas aí vem outro reconhecimento: o da formação dos indivíduos que participam do espaço das deliberações. Ainda me valendo do depoimento da coordenadora, a limitação de formação dos participantes é algo que deixa a desejar, mas, conforme ela, é um processo:

Então... é... eu acho que você compreende claramente que existe uma visão bem diversa daquele que é um técnico e da população, inclusive das pessoas mais simples, né? Mas elas sabem dizer que não têm uma escola, que não têm uma estrada, né? Que tá faltando água. Então isso... é... não só cria também uma consciência maior na própria população das suas necessidades de reivindicar, né?, como também amplia e dá um suporte maior ao gestor, né? Na hora que essas necessidades devem estar introduzidas nas propostas que se faz pra toda a cidade. Então, é dessa forma que eu vejo como algo importantíssimo, agora é um processo, né... até que a gente veja, é, vamos dizer, essa distância entre a população e as... os técnicos e os gestores, né?, mais equilibrada, né?, mais... é... um processo.

Há um desequilíbrio de formação entre os diversos sujeitos nos diversos espaços de participação. Isso põe em tela a questão da compreensão dos projetos nos espaços públicos. A esfera do reconhecimento, então, revela-se frágil no sentido de que há um saber que orienta a participação e que, de pronto, dimensiona um conflito de capitais simbólicos no interior dos espaços públicos. As diferenças despontam agora com o nível de conhecimento técnico dos participantes. E os limites desse processo não se resolvem de forma rápida e tranquila. Rivera (1999) afirma que

en especial em la discusión de las esferas públicas locales, las desigualdades sociales y culturales de carácter estructural determinan grandes diferencias internas dentro de los públicos, las cuales impactan la capacidad dialógica en tanto crean relaciones de dependencia o subordinación. Por otra parte, el dominio del lenguaje natural es suficiente sólo para conversaciones de asuntos cotidianos, mas normalmente no lo es para debates de orden público. Las diferencias en capital cultural y en habilidad lingüística constituyen otra forma de desigualdad de los participantes que tiene como efecto un desbalance de poder entre ellos y La violación del principio de La paridad entre los actores. (RIVERA, 1999, p. 76)

No entanto, atente-se para o sentido que os “incivis” (TELLES, 2001) podem dar ao que fazem, destituindo-se, assim, da razão dos “bestializados” (CARVALHO, 2001).

No caso de Sobral, mesmo havendo a distância apontada por Rivera (1999), várias mudanças nos espaços urbanos advêm de enfrentamentos dos moradores da cidade contra o poder público, e, mesmo que isso não venha a ocorrer nos espaços públicos de discussão e debates, eles servem para reorientar muitas decisões desses debates.

Os “produtos” gerados no PDP de Sobral impactaram diretamente no uso do espaço social e inauguraram a nova experiência urbana na cidade. Os efeitos passaram a ser vivenciados tanto em termos quantitativos, nas estatísticas que focalizam o desenvolvimento, quanto em termos qualitativos, nos sentidos que a população local cria para a urbe. A partir das estratégias de planejamento, vemos a cidade ser redefinida em vários contextos, a começar pela apropriação dos espaços na forma de zoneamento. Conforme Artigo 81 da Lei Complementar de 2008, que altera o PDP: “O zoneamento urbanístico da Cidade de Sobral compreende a divisão do seu espaço territorial em áreas, a partir da compatibilização da intensidade do uso do solo e do crescimento urbano com a oferta de infra-estrutura e serviços públicos”.

A partir de então a cidade teve o perímetro da sua sede ampliado, contemplando trinta e dois bairros (antes existiam 23) distribuídos em Zonas classificadas como:

- I - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- II - Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA);
- III - Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP);
- IV - Zonas Especiais de Promoção Econômica (ZEPE).

De acordo com o que estava previsto no PDP, revisado em 2009, todas as decisões deveriam passar pelo Conselho do PDP, que foi criado em 2010 após aprovação da Lei um ano depois. Durante esse período, quem assumia o papel do Conselho era o Secretário de Desenvolvimento Urbano.

Para concluir, entendo que, com todos os limites e percalços que os processos participativos enfrentem no Brasil, concordo com a coordenadora de planejamento urbano de Sobral quando a mesma afirma que tais condições ajudaram a orientar as gestões da cidade de Sobral nos últimos anos, mesmo com todo o condicionamento da participação, que beira a uma vulgarização mesma de uma ação política que, emblematicamente, poderia ter seguido os rituais formais, no sentido de ser instrumento de garantia efetiva da cidadania.

4.3 Requalificação urbana: palavras que movimentam Sobral

A requalificação urbana é uma forma de qualificar as transformações nos espaços citadinos atualmente. É uma palavra que serve para corporificar a modernização dos espaços em alguns lugares, onde o desenvolvimento urbano pautado na industrialização levou um século para chegar.

Nas cidades do interior do Ceará, bem como na capital, é comum encontrarmos a palavra modernização acompanhada de requalificação, na divulgação de reformas ou construções em espaços públicos. O *marketing* é construído sob a face da modernização de lugares e, conseqüentemente, essas ações se tornam discurso panfletário de propagandas de administrações públicas municipais e/ou estaduais.

O Ceará passou por diversos momentos qualificados como modernizações em vários segmentos sociais, econômicos e políticos, desde os fins dos anos 1980, e isso ainda é moeda corrente quando a moda das transformações dos espaços urbanos das cidades de pequeno e médio porte no estado – como é o caso de Sobral, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Quixadá, Itapipoca, Canindé, Itapajé, dentre outras – passa a aglomerar indústrias de calçados deslocadas da região Sul do país com o intuito de fortalecer os investimentos na economia local em troca de benefícios fiscais. Para tanto, se faz necessário preparar as cidades para a industrialização, e, quando possível, como é o caso de Sobral, torná-la consumível econômica e culturalmente. Então, para modernizar, se faz necessário requalificar ou revitalizar os espaços obsoletos, ineficazes, “esquecidos”, dar-lhes novas centralidades. Tais termos passam por importante significância prática e teórica para nosso quadro de intenções após a chegada dos anos 1990.

Revitalização e requalificação urbana, como bem apontou Rubino (2008), passam a ser “palavras da cidade”, onde falas e práticas diversas se encontram. E que, citando Durkheim, a mesma autora acrescenta: “o espaço não poderia ser ele mesmo se, exatamente como o tempo, não fosse dividido e diferenciado” (RUBINO, 2008, p. 148).

Nesse sentido, revitalizar ou requalificar intencionam reinventar, já que há uma mudança estrutural na forma como a cidade será apresentada para seus moradores, que, de fato, têm direito a ela, mas essa reinvenção tem o propósito de torná-la consumível por outros grupos e/ou

indivíduos. As cidades cearenses passam com essas novas nomeações a construir uma nova experiência urbana ou experiência urbana contemporânea.

Mesmo havendo uma convergência de sentidos entre as palavras “revitalizar” e “requalificar”, optei por fazer uso corrente da segunda, já que penso não existir espaços mortos ou em desuso total – não os que optei pesquisar – para afirmar que foram ou estão sendo revitalizados.

Entender a experiência urbana contemporânea de forma quantitativa é pormenorizar o que Arantes (2009) aborda enquanto patrimônio cultural, o que significa a atribuição de valores diferenciados a

estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam seus territórios, ancoram suas visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, sevem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação de sentimento de pertença. (ARANTES, 2009, p. 13)

Dessa consideração de Arantes, depreende-se que não é interessante amarrar o olhar sobre as cidades em vias de mão-única de abordagens teóricas. Em decorrência disto, podem-se verificar nas experiências urbanas contemporâneas, sob o signo das transformações e intervenções urbanas, de acordo com Leite (2010), “as semelhanças e dessemelhanças de experiências que foram relativamente similares em seus fins pretendidos, mas que resultaram em práticas de intervenção e usos singulares do espaço em cada caso”. Isso me possibilita uma crítica e avanço no olhar sobre a consideração de que as intervenções provocam ações de *gentrification* ou enobrecimento (FRÚGOLI JR. & SKLAIR, 2009; LEITE, 2010; RUBINO, 2009).

E, optando por não compreender as mudanças em Sobral como “gentrification”, o trabalho segue no entendimento de como os indivíduos que experienciam a cidade lhes dão sentido após os processos de transformações, de requalificação do espaço urbano.

Janaína Maquiavelli Cardoso (2011), em recente defesa de tese de doutorado sobre o *Meatpacking District* em Manhattan, ao fazer um estudo comparativo entre os processos de “gentrification” no Brasil e nos Estados Unidos, especificamente entre as cidades de Nova York e São Paulo, conclui que devem ser observadas as idiossincrasias de tais processos, pois

São elas, inclusive, que vêm transformando muitos projetos de revitalização urbana em iniciativas relativamente *mal sucedidas*, marcadas por novos estágios

de degradação das construções restauradas quando a revitalização se fundamenta apenas na recuperação do patrimônio arquitetônico; pelo retorno dos ocupantes originais, como moradores de rua, usuários de drogas e prostitutas, nos casos em que a revitalização urbana é pautada pela *limpeza* de regiões degradadas, como no caso do Pelourinho, em Salvador; pela inoperância de um modelo destinado à reocupação residencial das regiões revitalizadas pela classe média, ao contrário da frequência esporádica em espaços de lazer e consumo de luxo, inclusive cultural, como em Barcelona e Cidade do México... (CARDOSO, 2011, p. 19)

Leite (2010), embora aponte para o uso do termo “gentrification” ou enobrecimento, como prefere definir, há várias décadas, considera que “o termo ainda é relativamente difuso e se presta a explicações acerca de situações empíricas muito distintas”, e, citando Rubino (2003), Leite (2010) reafirma o quanto o termo é incômodo também por reter “certa polissemia a partir dos diferentes autores que o utilizam” (LEITE, 2010, p. 74).

Em geral, os processos de enobrecimento dos espaços urbanos

têm resultado muitas vezes em uma realocização estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e por seus visitantes. Antigas áreas ‘marginais’ das grandes cidades vão-se transmutando em complexos de centros de lazer, com sofisticados bares, restaurantes e galerias de arte. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública. (LEITE, 2004, p. 20)

Cardoso (2011) mostra como esse tipo de investimento em Nova York não só foi efetivo como se tornou uma marca do lugar, fazendo deste também uma marca, e, devido às várias fases de *gentrification* naquele lugar, entre os anos 1950 e 1990, surge a “paisagem urbana Pós-Moderna”, a cidade global, consumida por diversas etnias, classes sociais e culturais de modos diferentes (ZUKIN, 2000): o consumo *fashion!* (CARDOSO, 2011, p. 68):

Em uma cidade como Nova York, que, por razões óbvias, atrai pessoas de diferentes localidades, etnias, classes sociais e culturais, essa diversidade se manifesta de muitas formas diferentes, embora cada vez menos, graças aos crescentes processos de *gentrification*. Esses processos, naturais ou induzidos, tendem a reconfigurar o espaço urbano substituindo os moradores e o pequeno comércio local, os vendedores de rua, as figuras anônimas e suas atividades cotidianas por uma dinâmica de produção e consumo *fashion* não só de moda, mas de arquitetura, *design*, comidas exóticas, *drinks* coloridos, pessoas charmosas e eventos internacionais. O resultado? Cidades cada vez mais globais e, em muitos aspectos, homogeneizadas, já que a estética *fashionista* se reproduz em lugares tão diferentes quanto inusitados do globo, que vão do *Meatpacking District*, em Nova York, à Rua Augusta, em São Paulo.

No Brasil, algumas cidades têm envidado esforços no sentido de enobrecerem seus espaços, seguindo a lógica novaiorquina. No entanto, não tem conseguido importar esse modelo de forma totalizante, e, como afirma Cardoso, isso vem acontecendo em alguns aspectos, sobretudo na comercialização de produtos importados, restaurantes de comidas exóticas, bares e projetos arquitetônicos Pós-Modernos (HARVEY, 2006), em algumas ruas com edifícios e complexos de lazer, como é o de caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza, e, ainda que timidamente, Sobral, no interior do Ceará. E, em todos esses casos, quando há a oferta de habitação nas áreas enobrecidas, o ramo imobiliário é significativamente o mais lucrativo negócio.

Nas cidades brasileiras, o processo de remoção dos antigos moradores e de higienizações nos locais requalificados ou nem sempre é eficaz ou o é por pouco tempo, vide o que aconteceu no Pelourinho, em Salvador, na rua da Moeda, no Recife Antigo, e na Praia de Iracema, em Fortaleza. Os “sem poder” não se renderam ao enobrecimento e permanecem ou retornaram a praticar o que Zukin (2000) chamou de “vernacularização”, ou, como Leite (2004) denominou, “contra-usos”: usos do espaço pelos “sem poder” (ZUKIN, 2000).

A modernização, na forma de requalificação, traz consigo a abertura de portas para a diversidade, cujos sentidos evocam transações econômicas e fins lucrativos para investidores internos e externos à cidade, bem como atrai a diversidade de usuários consumidores para a cidade no que ela tem a oferecer. Forja, como bem afirma Leite (2004), a “espetacularização da cultura”, tendo como consequência a reinvenção de uma cidade. No caso de Sobral, esse projeto recorreu ao investimento no passado histórico da cidade, com o tombamento do Patrimônio e o enaltecimento do potencial econômico do lugar com base nos feitos das famílias mais tradicionais, somando a esse fato a busca incessante pela instalação de novas tecnologias (arquitetura, informação, transporte) para dar os ares pretensos de lugar diferente do que se tem no restante interior do Ceará. Para Louis Wirth (1979),

Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, que virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade.

Aderindo a esse processo de transformação, Sobral desponta como a cidade média cearense com maior potencial industrial no setor de calçados, e está na 2ª posição do ranking de geração de emprego e renda no estado, entre municípios com mais de 30.000 habitantes, em

agosto de 2012 (CAGED, 2012)⁷³, considerada como cidade de desenvolvimento regular, segundo índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

Pode-se afirmar a grande influência que a Grendene Calçados tem nessa oferta de trabalho. Ela foi a maior referência dos anos 1990, quando aconteceu a primeira “invasão” de migrantes interventores do espaço urbano. Entretanto, seu raio de influência gerou, em grande medida, a ocupação de bairros periféricos da cidade; com evidência, os que estão mais próximos ao complexo que aglomera 13 fábricas no bairro Alto da Brasília. O adensamento populacional neste bairro e nos do seu entorno cresceu e, junto, apareceram demandas de serviços e relações diversas, reconfigurando a vida da periferia da cidade.

Os aglomerados no entorno da Grendene são formados por trabalhadores da fábrica, em sua maioria, e os bairros nesta área reproduzem a imagem dos subúrbios das grandes cidades com suas necessidades e estigmas. Os bairros que mais sofreram influência da Grendene foram Alto da Brasília, Alto da Expectativa, Parque Silvana I e II, Paraíso das Flores, Vila Recanto e Campo dos Velhos. Em matéria que circulou no jornal *Expresso do Norte*, a realidade dos referidos bairros foi bem descrita:

De frente um ao outro, a pobreza e o luxo, as grandes empresas e os pequenos bordéis, o parque ecológico e o esgotos a céu aberto, a certeza e a dúvida. Esse foi o cenário encontrado no chamado cinturão da Grendene. É a região formada pelos bairros Expectativa, Brasília, Parque Silvana e Colina. Também estão na redondeza o Paraíso das Flores e a Vila Recanto, que não são reconhecidos como bairros oficiais, mas o são de fato considerados pela população. São 16 mil pessoas morando numa área de ruas apertadas, colocando-a como a mais densamente povoada do município. A chegada da Grendene, em 1993, contribuiu ainda mais para o aumento da especulação imobiliária e mais crescimento desordenado. Uma parte das casas foi construída onde ficava um antigo lago, ao lado da Fábrica Coelho. Era o Pantanal do Alto da Brasília, que, por este motivo, ficava quase totalmente dentro da lama. Cerca de 265 famílias foram retiradas e construíram, em regime de mutirão, um novo bairro: o Paraíso das Flores. As casas são de alvenaria, com energia, água e uma área de lazer, mas é o local com mais presença do tráfico de drogas. Segundo cálculos das associações, 40% dos moradores são oriundos das cidades vizinhas e trabalham na Grendene. A indústria que traz empregos também trouxe a prostituição e o tráfico, motéis e casas de massagem se proliferam nas proximidades (*Expresso do Norte*, 3 a 9 de julho de 2004. Ano II. Nº88. p. 11).

A fábrica contribuiu para a geração de postos de trabalho, mas a situação econômica da maior parte dos trabalhadores da Grendene é de pobreza. A oferta de serviços públicos é garantida pela presença de postos de saúde e escolas públicas, no entanto, há ausência de

⁷³ Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files>. Acesso em 15/12/2012

transporte coletivo; os moradores realizam suas mobilidades por meio de moto-táxi, a pé, de bicicleta ou motocicleta. A cidade não dispõe de uma rede de transporte público. Somente uma pequena parcela de bairros é atendida por *topics* que os interligam ao Centro, como é o caso dos bairros Terrenos Novos e Sumaré. Há uma linha decadente de ônibus que faz a rota Sinhá Sabóia-Centro. Nesta, os carros são velhos e constantemente “dão o prego”⁷⁴, como se fala no Ceará. Os bairros mencionados se situam mais distantes do Centro. E não há interligação entre eles garantida por uma rede de transporte público. Se eu, por exemplo, quiser ir do bairro Sinhá Sabóia aos Terrenos Novos utilizando transporte coletivo, tenho que me dirigir ao Centro e, de lá, tomar outro transporte para chegar ao meu destino. Ou, fazer uso de moto-táxi, dispensando mais custos que no transporte coletivo.

A falta da rede de transporte público incentiva trabalhadores da Grendene e de outras indústrias como a Fábrica de Cimento, Lassa, COSMAC etc. se aglomerarem nos bairros que ficam nos seus entornos, geralmente na periferia e extremos da cidade. Esse movimento de ocupação da periferia remonta ao início do século XX, segundo Paulo Rocha (2004):

A periferia de Sobral começou a crescer com a implantação de indústrias, no início do século XX. As residências das populações de baixa renda, nesta época, foram construídas nas áreas lindeiras ao trilho do trem, dando início à periferização de Sobral como a ocupação no bairro das Pedrinhas; no Alto do Cristo, por detrás da estação de trem, (antiga Rua do Pau Branco) e no Coração de Jesus (após a lagoa da Fazenda), por sinal, áreas *non aedificandi*, pelos riscos de acidentes na linha férrea. Não é pura coincidência a ocupação, também, de áreas de baixo e locais com risco de inundação, pela população carente, como também das localizações próximas ao centro da cidade, as preferidas pelos trabalhadores por estarem próximas do emprego, do comércio e da concentração de objetos e serviços. Qualquer espaço próximo à área central, mesmo sem infra-estrutura ou sendo área de risco, foi ocupado pela população carente, como por exemplo: o bairro Tamarindo, palco de inundações das margens do rio Acaraú; as casas da Rua Pintor Lemos (bairro Santa Casa) à beira do canal do riacho do Mucambinho; e as vertentes dos morros no bairro Alto do Cristo, por detrás da estação ferroviária. Não havia muitas residências na margem direita do rio. As chácaras foram as primeiras ocupações desta área, vindo a serem loteadas e ocupadas aos poucos com a construção de casas ao longo de sua extensão. Construiu-se a Igreja de São Pedro e, ao seu redor, surgiram as residências populares. Levadas pela prática espacial segregadora dos agentes produtores do espaço urbano, as periferias vão cada vez mais se distanciando do Centro da cidade, dirigindo-se principalmente para três direções: o da Fábrica de Cimento Poty a oeste, o da indústria de calçados da Grendene a nordeste e o do Distrito Industrial a sudoeste da cidade. Invasões da população de baixa renda também são observadas com frequência nos serrotes e terrenos

⁷⁴Termo tipicamente cearense que designa “parar de funcionar”, por falta de manutenção. Geralmente utilizado para a quebra ou não funcionamento de máquinas automotivas ou elétricas.

acidentados. A segregação é o caminho para afastar a vizinhança pobre, indesejada ao convívio dos ricos, incentivada pelo capital imobiliário com a valorização dos espaços amenos. A favela e o bairro popular representam uma barreira à expansão dos empreendimentos imobiliários da elite dentro do espaço urbano de Sobral. O bairro das Pedrinhas constituiu uma das primeiras favelas de Sobral, nascidas ao longo dos trilhos do trem. À medida que o espaço urbano foi se expandindo, as casas de taipa foram dando lugar às de tijolo. A expansão urbana nas áreas periféricas trouxe-lhes importantes melhorias que acarretaram em alguns problemas para a população, tais sejam a pavimentação com asfalto em algumas Ruas, aumentando consideravelmente o calor e a impermeabilização das mesmas, devido à ausência de galerias pluviais. As áreas de morros, graníticos, sem mata e sem água, como as do Alto do Cristo e alguns trechos dos Terrenos Novos/Alto do Sumaré/Vila União, também foram ocupados pelas camadas de menor renda. Apenas na Rua do Mocó, atual bairro Tamarindo, a ocupação se deu intra-trilhos, próximo da fábrica de Tecido Ernesto Deocleciano, área de baixa cota da margem esquerda do rio, que nunca fora ocupada pela elite por ser área de risco de inundações. (ROCHA, 2004, p. 91-92)

A maioria dos operários da Grendene, e de outras indústrias, recebe um salário mínimo e se obriga a morar no entorno da fábrica, pagando aluguéis caros com pouca estrutura de urbanização nos bairros e nas habitações. Almeida (2008), em sua pesquisa de mestrado, abordou esse problema:

Outro grande destaque dessa mobilidade espacial da força de trabalho foi a valorização que os bairros do entorno conheceram nos últimos anos. Por se encontrar próxima à empresa, o preço do solo urbano e do aluguel aumentou significativamente. Em grande parte, os trabalhadores que habitam os bairros Alto da Brasília, Alto da Expectativa e Parque Silvana I, os mais próximos à empresa, pagam alugueis. A cohabitação também é comum, pois algumas casas funcionam como verdadeiras repúblicas de trabalhadores, sobretudo aqueles que migraram para Sobral, como podemos observar nas passagens abaixo. Em busca de pagar menor preço pelo aluguel, dividem a casa com os companheiros de trabalho. Caminhar, principalmente pelos bairros Alto da Brasília e Parque Silvana I, é reconhecer inúmeros apartamentos e casas repletas de trabalhadores da Grendene. Pequenos apartamentos de dois andares são comuns nesse entorno. Segundo entrevistas com os trabalhadores inquilinos, alguns proprietários chegam a ter mais de 100 imóveis, todos alugados no entorno da Grendene. (ALMEIDA, 2008, p. 142-143)

Há trabalhadores de outros bairros, distritos e cidades vizinhas, mas estes bairros foram povoados principalmente por quem migrou para a cidade em busca de emprego e moveu-se internamente no estado ou na região nordeste, revertendo a situação de migração para a região sudeste. Esses trabalhadores, por falta de oferta de transporte pela indústria e pelo poder público, se arriscam de todas as formas para chegar ao trabalho, em paus de arara, ônibus velhos, a pé, de motocicleta ou bicicleta etc.



SAÍDA E CHEGADA DOS TRABALHADORES DA GRENDENE EM SOBRAL-CE
Foto: Diego Gadelha de Almeida



SAÍDA E CHEGADA DOS TRABALHADORES DA GRENDENE EM SOBRAL-CE
Foto: Diego Gadelha de Almeida

Na modernização de Sobral, além da industrialização, do tombamento do Patrimônio histórico, dos espaços modificados e da atração de investimentos para intensificação do comércio e de uma pretensa mudança nas formas de gerir a política local, os processos de requalificação na cidade vem sendo complementados e, em parte, justificados pelo projeto de expansão do Ensino Superior no Ceará, que consolidou um polo universitário na cidade com diversas ofertas de instituições públicas e privadas, demandando com isto, uma transformação na oferta de serviços, bem como a inserção de serviços inexistentes antes do referido polo se instalar na cidade.

O município tem experimentado nos últimos quinze anos um amplo desenvolvimento econômico, social e cultural, impulsionado pelo incremento das atividades industriais e comerciais, bem como pela ampliação da oferta de vagas no Ensino Superior devido a três fatores: a expansão da *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA), a criação de um *campus* avançado da *Universidade Federal do Ceará* (UFC) e a instalação de faculdades privadas. Por sua localização geográfica privilegiada e por configurar-se como principal centro urbano da Região Norte, Sobral é um polo para onde convergem muitas pessoas que vêm em busca de oportunidades de trabalho ou de qualificação profissional nos cursos de graduação e de pós-graduação instalados na cidade. (FREITAS, 2008, p. 03)

Atualmente, há uma migração de estudantes e trabalhadores da educação para Sobral, em busca de qualificação e emprego, nas instituições acima citadas e no *Instituto Federal de Tecnologia* (IFECE), que também instalou *campus* na cidade. Este fator garantiu um investimento em atrativos para esse público que vai desde a construção de condomínios à inovação em gastronomia e lazer objetivando a fixação destes públicos na cidade. Muito embora não haja uma movimentação intensa de estudantes durante os finais de semana, quando boa parte destes segue para suas cidades de origem, como acontece nas cidades universitárias, a especulação imobiliária aumentou progressivamente o valor dos imóveis, sobretudo os do Centro e seu entorno, causando um impacto na economia local que faz deste o setor que mais cresce na cidade.

Podemos perceber a referência à criação do que, no futuro, será uma tradição universitária, criada a partir das políticas de afirmação do Governo Lula com a intenção de expansão do Ensino Superior no Brasil, desde 2002.

Os serviços de comércio como lojas de variedades e supermercados em muitos bairros da periferia são precários, permanecendo a presença de bodegas e mercadinhos para suprir as demandas, encarecendo o custo de vida e, em muitos casos, mantendo a prática de venda fiado, e da presença do caderno dos “velhacos” para anotação das dívidas, que são pagas integralmente ou, em parte, nos finais dos meses ou quinzenalmente, como me afirmou um proprietário de mercadinho do bairro Alto da Brasília. Para a satisfação da sobrevivência, muitos moradores da cidade se deslocam para o Mercado Central, que fica no Centro, a fim de consumir artigos alimentícios mais baratos.

A movimentação naquele trecho do Centro é intensa nos períodos da manhã e aos sábados. E bem diversificada é a oferta de produtos, “de tudo a gente encontra”: produtos alimentares (frutas, verduras, carnes, farinha, feijão, arroz), vestuário a preços populares,

produtos feitos de barro (potes, jarras, quartinhas, vasos), casas de derivados de couro, armazéns de cordas, ferro e aço, móveis rústicos de madeira (típicos do sertão nordestino), lanchonetes, carrinhos de caldo de cana, vendedores ambulantes de café. Trabalhadores, ajudantes, malandros, bêbados, prostitutas, loucos, crianças trabalhadoras, velhos e jovens. Gente de muitas faces e cheiros, estilos e *status*: a poderosa (geralmente clientes mulheres), a gostosa (mulher bonita), o rei do caldo, o rei da panelada, o rei do queijo, a rainha da tapioca, o rei do pastel com caldo de cana, e por aí segue. Variedades de produtos que a muitos agradam e para tantos não há pior.

No entorno do mercado, há uma variedade de lojas e, atualmente, o aparecimento de chineses e coreanos tem diversificado ainda mais o comércio local. São as lojas “*chiling-ling*”, popularmente batizadas desta forma por conta dos proprietários orientais, e da venda de eletro-eletrônicos como telefones celulares e aparelhos de som de tecnologias baratas e preços acessíveis; acessórios, bolsas e vestuário de grifes falsificadas. Os orientais também vêm demarcando espaço no interior do mercado, com a compra de luva de boxes, onde instalaram pastelarias. Não cheguei a conversar com estes comerciantes, mas esse fato comprova o quanto a diversidade proposta para Sobral atraiu públicos em busca de enquadramento no mercado, mesmo que informal ou de forma duvidosa, a exemplo do que ocorre no centro de cidades como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Curitiba.

Louis Wirth (1979) afirma que o potencial agregador das cidades para a construção da cultura urbana considerando o caráter economicista como único fator é importante, mas nos adverte que, nas cidades, a propensão para a migração é o diferencial sociológico para o entendimento do urbanismo. Segundo o autor,

como a população da cidade não se reproduz em si mesma, ela tem que recrutar seus migrantes de outras cidades, do interior e até de outros países. A cidade tem sido, dessa forma, o cadinho das raças, dos povos, e das culturas e o mais favorável campo de criação de novos híbridos biológicos e culturais. Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra por que eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade. (WIRTH, 1979, p. 98)

No mercado e no entorno, é possível perceber a face interiorana da cidade. A apropriação do lugar é bem mais despojada de refinamento que em outros espaços, mesmo o mercado tendo sido também reformado durante o governo Cid Gomes. A mudança da arquitetura não devorou as antigas formas de uso. Houve mudanças na organização com uma seleção e redistribuição dos

comerciantes acompanhados da política de higienização. Ainda assim, o “povão” da periferia e dos distritos é um público fiel ao lugar.

Atualmente, Sobral reforça o *status* de ser a maior potência na região e maior acumuladora de investimentos públicos e privados, o que produziu, no ano de 2008, a intenção da ampliação no seu perímetro urbano e a nova divisão dos bairros, projeto que foi aprovado na forma da Lei Complementar de número 035/2010 assim como a construção de equipamentos públicos como: Hospital Regional, Policlínica de Sobral, Centro de Negócios com Parque de Exposição Agropecária e Centro de Convenções para recepção de feiras e outros eventos; ampliação do aeroporto; recuperação dos trilhos da antiga ferrovia de Sobral, para adaptá-la à recepção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), uma espécie de metrô de superfície, que está em pleno funcionamento em Juazeiro do Norte (cidade da região Sul do estado) e em Fortaleza. Há também significativa ampliação na oferta de serviços de comunicação, gastronomia, lazer e atividades artístico-culturais. Pousariam aqui os sentidos do que Park (1979) chamou de “organização ecológica da cidade”.

O centro de Sobral recebeu mais investimentos que os demais bairros. Entretanto, alguns bairros como Junco, Campo dos Velhos, Derby, Pedrinhas vêm se destacando pela oferta de serviços comerciais e por serem os mais procurados pelos estudantes para estabelecer moradia.

O bairro do Junco e o Campo dos Velhos se destacam por conta do estabelecimento de redes de supermercados, bancos, correios, hospital regional, gastronomia e lazer, sobretudo este último, onde se localiza a maior parte do Parque da Cidade. Nos outros bairros apontados no parágrafo acima, além do objetivo destacado, ao longo da Av. Dr. Guarany, no bairro Derby, várias instituições públicas foram instaladas (Receita Federal, Juizado Federal, IFCE, SAMU, Corpo de Bombeiros, além do campus da CIDAO, que pertence à UVA e lá está há mais tempo).

O referido bairro ainda aglomera o *Centro de Ciências da Saúde* (CCS) da UVA, a Faculdade de Medicina da UFC e o Hospital do Coração. Os custos dos imóveis no local se elevaram bastante desde a construção das instituições, a partir de 2002. Acrescente-se, ainda, a construção de prédios de *kitnetes* para alocação de estudantes, que é o público alvo preferencial do mercado imobiliário da cidade, não somente no Derby, mas em todos os bairros mais próximos ao e no Centro. De acordo com o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado do Ceará (SECOVI-CE),

O mercado imobiliário em Sobral tem registrado uma importante expansão. Há muita demanda e pouca oferta. As pessoas que procuram por moradia na cidade costumam achar os valores dos imóveis muito altos. Em contrapartida, os agentes do mercado informam que a cidade vive um período de transição, onde o “caro” pode ser analisado como um processo de valorização do setor. “Está caro, é o que muita gente diz. Nós corretores até brincamos de que o japonês chegou em Sobral, só ouvimos ‘Takaro’. Mas não está caro, está valorizado. Em comparação com Fortaleza, estamos trabalhando com a metade do preço, 50% é o valor de um imóvel em Sobral se comparado com o da Capital. Para a região, é um valor alto, porque as pessoas não eram acostumados com isso. É uma coisa que Sobral não vivia. É um fenômeno de valorização.”, explica o corretor Hamilton Cavalcante que agora reside e tem uma imobiliária no local. O aluguel é considerado uma transação rentável. Uma quitinete é alugada, em média, por R\$ 500 a R\$ 600, fora condomínio. Existem imóveis no centro de Sobral alugados até por R\$ 20 mil. E não são prédios, são casas. Nos últimos anos, Sobral teve uma grande quantidade de oferta de emprego. Isso faz com que as pessoas procurem a região em busca de moradia e ainda é somada pelo fato de ser uma cidade universitária, atraindo grande quantidade de estudantes em busca de residência. A demanda é maior que a oferta. E isso explica a elevação nos preços.⁷⁵

Todos os moradores da cidade evidenciam a especulação imobiliária. O aluguel de uma casa no Parque da Cidade chegou a custar R\$ 800,00, em 2010, como me afirmou uma moradora do local. Valor bastante alto para uma cidade do interior.

Sobral também atrai cotidianamente moradores de cidades vizinhas em busca de serviços de educação e saúde. A Educação Superior, como já foi mencionado, é chamariz para estudantes que se fixam formando repúblicas, mas há um fluxo que migra diariamente de cidades que variam de 50 a 150 km de distância nos turnos matutino e noturno. Nestes horários, a cidade ganha uma movimentação extraordinária aos fluxos já existentes, com a presença de vários ônibus circulando nos bairros (Centro, Derby, Dom Expedito, Betânia e Junco) onde se situam os *campi* universitários públicos e privados.

A procura dos serviços de saúde também é intensa, e tende a aumentar. Atualmente, existem Hospitais de grande porte como a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital do Coração de Sobral, que são públicos. Há ainda várias clínicas especializadas e quatro hospitais privados. Essa oferta deve ser ampliada com o Hospital Regional e a Policlínica de Sobral, já inaugurados, mas ainda sem funcionamento. Para Assis (2005), essa oferta e a facilidade de transportes acabam promovendo o definhamento do setor terciário e os serviços nas cidades pequenas do entorno de Sobral. Em algumas delas, os moradores criam piadas por conta desta situação. Os

⁷⁵ Disponível em <http://www.secovi-ce.com.br/index.php/noticias/798>. Acesso em 11/11/2012.

moradores de Cariré, que dista aproximadamente 35 km de Sobral, dizem que lá existem placas com a frase “Visite Cariré antes que ela acabe”, por conta do “encolhimento” que a cidade sofre em detrimento de Sobral. A piada tem reflexo numa construção não só econômica, mas política. Para Assis (2005, p. 1289)

estes “pólos” cada vez mais concentram riquezas. Esta tendência fica mais acentuada, pois vivemos um momento histórico em que a técnica, a ciência e a informação ampliaram ainda mais a racionalidade do capital e, conseqüentemente, a exclusão de pessoas e lugares. Neste sentido, a “modernização” vivenciada em Sobral deve ampliar as suas relações com o mundo e continuar reforçando o seu papel de cidade-pólo regional, agravando, conseqüentemente, para as pequenas cidades, problemas, dentre outros, como o esvaziamento populacional, a estagnação econômica e a maior dependência de produtos e serviços técnicos e especializados.

A cidade apresentada até aqui combina o modelo progressista de urbanização, a partir de diversas reconfigurações nas formas de viver cotidianamente e consumir a cidade, com a marca de uma família, e concede ao momento vivido pelos habitantes a eterna gratidão aos membros da mesma, especialmente a Cid Ferreira Gomes, que, na posição atual de Governador do estado, viabiliza a garantia de mais modernização da urbe descrita acima, eternizando sua imagem como o administrador da eficácia e dos desejos dos seus conterrâneos.

Tradição familiar e modernização, contradições da modernidade: a política desempenha nessa relação um papel central. E, desta forma, tal qual a aristocracia de Viena, segundo Schorske (1988), forneceu a estética da Ringstrasse no século XIX, a aristocracia sobralense, na figura da família Ferreira Gomes, traça sua forma de administrar e dar uma “marca” para Sobral dos dias atuais. Porém, há que considerar os “recursos culturais de cada tempo” (BAXANDALL, 2006), e “seu tecido de intenções humanas em geral” (BAXANDALL, 2006, p. 79). Bem como ouvir os sentidos dados por moradores e usuários diversos aos espaços requalificados nos tempos acima descritos. Portanto, inicio no próximo tópico uma descrição de espaços de lazer que foram criados para requalificar usos de espaços considerados pelo poder público da cidade como degradados, desvalorizados.

4.3.1 Os lugares e seus efeitos: requalificação e espaços de lazer inaugurados em Sobral

Na segunda gestão de Cid Gomes em Sobral, três espaços da cidade foram requalificados com finalidade específica de embelezamento: a margem esquerda do rio Acaraú, com uma obra de urbanização ampla e construção de uma barragem vertedoura; parte da Av. Dr. Guarany, no

entorno do Arco de Nossa Senhora de Fátima, onde foi construído um *boulevard*; e as margens do riacho Pajeú, com a construção de um parque que entrecorta os bairros Campo dos Velhos e Alto da Expectativa. Margem Esquerda do rio Acaraú, Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima e Parque da Cidade, assim, passaram a ser três espaços edificadas para enaltecer a gestão “Sobral pronta para o futuro”, demarcando novas sociabilidades na cidade, criando novos usos dos espaços e lhes conferindo novos significados.

Neste tópico, abordarei dois dos espaços acima referidos: o Boulevard do Arco e o Parque da Cidade, privilegiando, como já assinalai, o que dizem e pensam os moradores e usuários destes espaços sobre os “efeitos” por eles criados na cultura urbana de Sobral. Para Margem Esquerda do rio Acaraú, dedico o último capítulo. Uma etnografia daquele espaço. Justifico o privilégio de um capítulo ao espaço citado, primeiro por aglomerar usuários com práticas tradicionais que foram quase eliminadas da margem do rio; segundo por ter um casario à beira rio que foi tombado pelo IPHAN, mas é indesejado pelo poder público, que tinha outros planos para aquele conjunto de casas pequenas e destoantes da paisagem e arquitetura Pós-Moderna, edificada com a justificativa de valorizar a história local, voltando-se para o rio que deu origem à cidade; terceiro, pela relação de afeto que construí com o lugar e com os que o constroem cotidianamente. Dali, ganhei meu tempo em muitas conversas, cafés, entrevistas e solidão naquele espaço da cidade.

4.3.2 As dinâmicas de sociabilidades e os efeitos dos novos lugares

Hoje, 21 de dezembro de 2004, a partir das 21h, a Prefeitura Municipal de Sobral, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria de Desenvolvimento da Infra-Estrutura, inaugura mais uma grande obra que a população sobralense aguarda ansiosamente, “o Boulevard do Arco”, com o grande show da banda de sucesso nacional *Limão com Mel*, no Arco Nossa Senhora de Fátima. O Boulevard do Arco é uma grande obra de qualificação urbana que mudará o cenário turístico e cultural do município de Sobral. Contará com uma estrutura composta de canteiro central ampliado, com pavimentação em granito e piso tátil próprio para cegos, ciclofaixa, faixas de jardinagem, arborização artística, praça cívica própria para eventos, palco para shows e apresentações artísticas e muito mais. O evento contará com a presença do Prefeito Cid Gomes, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Herbert Rocha, Secretário de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Quintino Vieira Neto, demais secretários municipais, vereadores, diversas autoridades e imprensa. Prefeitura Municipal de Sobral, pronta para o futuro. (*Jornal Municipal*, 21/12/2004)

O Boulevard do Arco é um largo construído em volta de um dos símbolos históricos da cidade, o arco de nossa Senhora de Fátima, também conhecido como “arco do Triunfo”⁷⁶. É possível verificar a constância de jovens adolescentes de diversas classes sociais em busca de investidas amorosas e, a partir daí, criam e recriam o espaço social vivido não somente com suas presenças, acrescem-se a isso nomeações que usam para identificarem-se naquele espaço específico, em dias e horários também específicos. Outro fator que modificou o lugar foi a construção de pontos comerciais, principalmente do ramo de alimentação, bares e serviços de internet. Alugar e vender imóveis no entorno do Boulevard do Arco são atividades que se tornaram corriqueiras, além das citadas.

Podem-se fazer afirmações semelhantes em relação ao Parque da cidade⁷⁷ e à Margem esquerda do rio Acaraú, quando se verifica que são espaços onde se vivem conquistas amorosas, passeios, práticas esportivas, encontros românticos, brincadeiras de criança, venda de produtos e alimentos, shows, encontros de amigos, discussões políticas, disputas, conflitos, enfim, relações inúmeras a partir das quais os sujeitos que os frequentam irão definir tais lugares enquanto espaços praticados (CERTEAU, 1996) e também com a supervalorização dos imóveis.

O Boulevard do Arco é um lugar que carrega, logo no nome, um sentido diferenciado por ser um largo construído no entorno de uma réplica do arco do triunfo parisiense. Apresenta uma relativa elitização das práticas ali vivenciadas, principalmente por conta do comércio mais sofisticado e das residências do local, muito embora concentre alguns eventos ao longo do ano que destoam um pouco da sua caracterização, como é o caso do Bloco dos Sujos, o Carnabral e, agora, a Parada da Diversidade. É um local que aglomera muitos jovens com estilos variados nos finais de semana, os quais vão exhibir-se com vestimentas da moda, paquerar etc.

⁷⁶ O Arco de Nossa Senhora de Fátima, também conhecido como “Arco do Triunfo”, é uma réplica do monumento francês, com uma significativa diferença: é um símbolo cristão, pois a imagem de Nossa Senhora de Fátima está em cima do arco, fato que nomeia o monumento, que foi construído em homenagem à passagem da imagem peregrina da referida santa por Sobral, em 1954.

⁷⁷ Cf. Andrea Venini Falconi: “O *skate park* em sobral: uma prática radical”. Trabalho que fez parte da pesquisa: “Apropriação dos espaços: lazer, trabalho e violência na cidade de Sobral”, financiada pela FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Esse trabalho foi apresentado no VIII Encontro de Iniciação Científica da *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA), edição 2006.



PLACA DE INAUGURAÇÃO DO BOULEVARD DO ARCO
Foto da Autora



VISTA DO ARCO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
Foto da Autora

O movimento no Boulevard chega a causar polêmica por parte dos moradores. Alguns afirmam que, antes, aquele era um local mais calmo, e, atualmente, há muito barulho e violência. Além disso, está situado no centro da cidade, local historicamente enobrecido pelo patrimônio arquitetônico, e que ostenta o simbolismo ufanista gerador da “*sobralidade triunfante*”.

O *Boulevard* é motivo de orgulho para os moradores do seu entorno, porém, muitos afirmam ser contra alguns eventos que acontecem no lugar como grandes shows e a Parada da Diversidade. Para o ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano, Herbert Rocha,

o *Boulevard* do Arco já tinha características “boulevarianas” desde o século XIX, quando aquele logradouro se chamava Boulevard Pedro II e não havia o Arco e sim um cruzeiro de madeira do século XVIII que se chamava Cruz das

Almas. A construção do Arco apenas reforçou a vocação da via com *Boulevard*, conforme o conceito de urbanismo de Haussmann na reforma de Paris. O PDDU entendeu que o Boulevard era um ativo urbanístico e sugeriu que o espaço tivesse uma dinâmica semelhante à Ramblas de Barcelona.

As intenções técnicas assumem sentidos vazios quando se evidenciam as práticas no local. O *Boulevard* do Arco não se transformou numa réplica da Ramblas, mas garantiu sua própria existência, que o definiu como um lugar e não outro. Um arquiteto que mora no entorno do Boulevard discorda do uso do lugar para grandes aglomerações em grandes eventos e suas finalidades, que segundo ele se resumem a eventos de promoção da gestão pública:

Eu não tenho nada contra o evento, eu tenho contra o local, né? A escolha do local é que é... é questionável, tá entendendo? Por quê? Porque o *Boulevard* do Arco é ainda uma rua residencial, prevalecem ainda as residências, e você não pode pegar um espaço público e, de repente, transformar num... num local de grandes... grandes aglomerações, né?, onde são festas assim apoteóticas, né?, assim, com grandes multidões e não é um evento cultural, você tá entendendo? Assim, não é um evento, é do bumba-meu-boi, como foi feito, não é uma coisa pequena, é coisa política, é uma coisa pra grandes aglomerações, onde a preocupação não é o evento em si, é em reunir o máximo possível de pessoas pra ouvir ou então pra promover alguém, você tá entendendo?! (Entrevista realizada em 06/08/2007)



BOULEVARD DO ARCO
Foto da Autora

O fluxo do Boulevard é mais intenso nos horários da manhã, finais de tarde e à noite, sobretudo nos finais de semana. É um lugar que aglomera muitos bares e lanchonetes, frequentados pelas diversas camadas sociais. Durante o dia, é privilegiadamente lugar de passagem. Nas noites e finais de semana, o lugar é tomado por um público em sua maioria jovem em busca de sociabilidade e diversão. Nos bares e restaurantes do entorno, há movimento de domingo a domingo. Quanto aos grupos de jovens que frequentam o lugar, um deles me afirma que

Todo mundo. Todas as tribos urbanas. Tem os *emo*. Os *hippie* sempre tão aqui fazendo vendas, né? Eles botam as tendas deles. Tem patricinha, mauricinho, se é que eu posso chamar eles assim. Tem universitários, tem esportista. Acho que todas as tribos se encontram aqui. Agora, com mais frequência, você vai encontrar mesmo é os *hippie*, os *emo*, e esse bando de roqueiro que tem na cidade, né?, que sempre tão por aqui. Mas também tem muita criança que vem brincar naqueles carrinhos elétricos, aquelas motinha, aos domingo. Então, é essa gama de pessoas que vêm pra cá.

(Entrevista em 23/03/2010)

Mas afirma que, mesmo havendo espaço para todos os grupos, há diferenciações entre eles. E o espaço fica então dividido por grupos: “os do lado de lá e os do lado de cá”. Afirma ainda haver preconceito de alguns jovens contra os *hippies* que usam o espaço para vender seus artesanatos:

Eu acredito que o Arco tem quase igual a praça São João tem, é dividido: o lado de baixo aqui, que fica pra Afonso Grill aqui, né?, ele fica pra galera mais mestiça, mais misturada; aquele outro lado do Arco que passa indo em direção já ao posto de gasolina, aquele banco de lá, frequenta uma outra galera, a galera que sai da faculdade e a galera um pouquinho mais mauricinho, como eu disse. Eles sentam mais pro lado de lá. Eles não vêm pro lado de cá, a gente não costuma muito ir pro lado de lá. Mas a gente troca às vezes. Às vezes, eu vou pro lado de lá e sento ali, aí noto mesmo, a galera de lá é uma galera diferente. Pessoas que eu não tô acostumado a ver todo dia tão muito desse lado, mas... eu acho que tem essa divisão aqui... os *hippie*, os *hippie* ficam mais desse lado. É meio difícil um *hippie* armar a tenda deles do lado de lá. Se bem que já aconteceu. Mas é mais fácil eles tá aqui, pra cá. Eu não tenho problema nenhum com nenhum hippie, a não ser que a pessoa dele seja um chato. Mas por ele ser um *hippie* isso não faz mudança nenhuma na minha opinião. Agora eu já vi gente aqui, frequentadores, que vêm aqui todo dia, dizerem que não gostam deles, serem preconceituosos, por achar que eles são... a gente sabe, né?, um pouco sujo ou um pouco inconveniente quando insistem em você comprar uma pulseira ou às vezes eles tão bêbados e eles querem fazer amizade, mas a pessoa tem uma cabeça fechada e não vai querer saber de energia ou de alguma filosofia urbana deles, vai querer dispensar logo eles. Se acha como os mauricinhos. Faz o mesmo que os mauricinho: eles se acha num papel um pouco mais alto então “ah, não vou me relacionar com eles não”. Eu acho isso.

(Entrevista em 23/03/2010)

Os moradores que entrevistei, bem como alguns comerciantes, formulam suas críticas ligando-as aos eventos. Nenhum sabe informar sobre essas marcas de diferenças entre os grupos juvenis. Entretanto, o arquiteto morador do entorno critica vários outros aspectos da obra como a iluminação, que só favorece aos eventos, os desconfortáveis bancos de granito instalados no local, a falta de originalidade da obra, a não participação dos moradores na elaboração do projeto etc.

Algumas manifestações da cultura local acontecem no *Boulevard*, como é o caso dos bois de reisado, que se apresentam no mês de julho. Festas de grupos religiosos, desfiles de moda, manifestações estudantis e grupos de capoeira também ocupam o espaço.

Recentemente, os shows e a micareta foram proibidos no local por conta do patrimônio arquitetônico. Mas ainda acontecem as festas de pré-carnaval.



PREPARAÇÃO DO BOULEVARD PARA O ANIVERSÁRIO DA CIDADE

Foto da Autora

Outro fato destacado como crítico tem sido os casos de violência por conta dos constantes assaltos aos frequentadores nos fins de semana e aos comerciantes. E a presença de pedintes no local, principalmente nos bares, lanchonetes e restaurantes, de onde são expulsos por garçons ou seguranças dos estabelecimentos. A proprietária de uma livraria me informou já ter sido assaltada quatro vezes após a requalificação do lugar:

Já teve aqui uns quatro assalto. Todos eles depois da reforma. Farmácia do Arco já teve assalto, inclusive os meninos aqui da farmácia em frente à minha, durante a noite, foram até pro hospital porque um marginal tacou o revólver na

cabeça de um lá, cortou. Na padaria também já teve assalto. (Entrevista realizada em 24 de março de 2010)

Muitas residências do entorno do Boulevard se transformaram em prédios de *kitnetes* e, atualmente, o número de estabelecimentos comerciais vem crescendo ao longo de toda a Av. Dr. Guarany, não se restringindo somente ao Boulevard. Isso demonstra que essa área da cidade que era residencial vem dando lugar a uma nova área comercial voltada para o ramo de gastronomia e bares não somente locais. As redes multinacionais de *fast-foods* já iniciaram a exploração comercial em Sobral, como é o caso da *Subway*, que, desde 2012, tem franquia instalada no entorno do Boulevard do Arco.

4.3.3 O Parque da Cidade e seus usos



ENTRADA DO PARQUE DA CIDADE PELA AV. DO CONTORNO
Foto da autora

O Parque da Cidade, diferentemente da Margem Esquerda e do Boulevard do Arco, não se encontra na área monumentalizada da cidade. Ou seja, se encontra fora da área entre-trilhos, que demarca a opulência espetacularizada da tradição histórica da cidade. Construído numa área de 70.000m², entre os bairros Campo dos Velhos, Coração de Jesus, Parque Silvana I e II, Alto

da Expectativa, Alto da Brasília e Junco, o parque representa uma opção de lazer a mais na cidade para quem não quer se deslocar para o Centro, bem como corrobora com o processo de novas representações e valorização de uma área denegada da cidade. Tal valorização se evidencia, sobretudo, no aspecto moradia e especulação imobiliária, muito embora haja um intenso fluxo de pessoas e diversidade de usos para o lazer e também para o comércio no lugar e no seu entorno.

Construído e inaugurado em 2004, o parque da cidade reúne um complexo extenso de opções para quem o frequenta. É possível encontrar no lugar pista de skate, pista de *bicicross*, quadras de areia para voleibol e futebol, mesas para jogo de damas e xadrez, brinquedos para crianças, calçadões para caminhada, ciclovias, gramados para piqueniques, quiosques que são bares e/ou lanchonetes, bancos para contemplação e uma arborização mais efetiva que nos outros dois espaços apresentados nesta pesquisa.

Entrecortado em toda a sua dimensão pelo riacho Pajeú, o parque dispõe de uma paisagem agradável, porém, bem fétida, em virtude da poluição e dos maus tratos proporcionados ao referido riacho, inclusive com a construção deste parque. O riacho Pajeú teve seu curso natural modificado para dar lugar à praça principal do parque, onde foram construídos monumentos com fontes de água (que aproveitam as águas do riacho) e o *skatepark*, lócus da aglomeração de jovens de vários bairros da cidade e que ficou internacionalmente conhecido por sediar campeonatos nacionais e internacionais do esporte a que foi destinado. Nas proximidades desta praça, há condomínios, escolas, academias de ginástica e centros comerciais, dentre os quais se faz importante notar o Supermercado Lagoa, componente de uma importante rede estadual de supermercados, o qual foi o primeiro a se instalar no entorno do parque e se tornou referência para a valorização da área, sendo um item fundamental para a atração de moradores para o local.



RIACHO PAJEÚ

Foto da autora

Há também a presença de comerciantes informais em vários dias da semana, principalmente nos de maior fluxo no parque, ou seja, de sexta a domingo. A segurança do local é garantida pela guarda municipal e pelo ronda do quartirão⁷⁸. Mesmo assim, é considerado um lugar perigoso por conta de vários casos de assalto. Os moradores e frequentadores argumentam que isso ocorre por conta da sua extensão, por ter trechos escuros e por atrair pessoas dos mais variados bairros da cidade, sobretudo os que se situam no seu entorno, que, no jogo das distinções, possuem marcas negativas (BOURDIEU, 1997), como é o caso do bairro Alto da Brasília. Mas essa não é a única presença da distinção no parque.

O texto que segue será preñado de demarcações de um espaço físico que guarda em si usos e disputas hierarquizantes, embora tenha sido construído na periferia da cidade, constituído de bairros estigmatizados, sobretudo pela pobreza dos seus habitantes, os quais, pelo que é divulgado na cidade, são, em sua maioria, migrantes de outras cidades e estados que foram

⁷⁸ Programa de Segurança Pública criado na primeira gestão de Cid Gomes como Governador do Estado do Ceará. Gerado sob diversas críticas e polêmicas, a Polícia do Ronda do Quartirão é fundamentada na ideia de “Polícia Cidadã e amiga da comunidade”. As críticas e polêmicas giraram em torno do despreparo dos policiais e dos custos que esse programa geraria aos cofres públicos com a compra de viaturas da marca Hilux SW4, equipadas com computadores de bordo, ar condicionado e bancos de couro, GPRS, totalizando um valor estimado em 165 mil reais cada, presumindo um gasto total de 70 milhões de reais só para a sua implementação em Fortaleza. Em 2009, o programa foi estendido pra Juazeiro do Norte e Sobral. Além disso, os policiais do Ronda tinham, naquele momento, salários superiores aos outros contingentes da Polícia Militar do Ceará.

habitar Sobral, especificamente os bairros localizados no entorno do parque, em busca da promessa de progresso, industrialização e desenvolvimento propagandeadas em finais dos anos 1990, com a chegada da Fábrica Grendene de Calçados.

4.3.4 A inauguração/ o projeto/ a concepção do parque

Em agosto de 2003, foi anunciado no Boletim Municipal de Sobral o início da construção do parque da cidade. No anúncio, eram evidenciadas a mudança na paisagem urbana, a preservação ambiental e a integração de bairros, as desapropriações previstas e os convênios firmados:

Está prevista para iniciarem no mês de agosto as obras do Parque da Cidade, que prevê a construção da Praça do marco da cidade de Sobral e um parque ecológico, que se estenderá da avenida do Contorno até a Av. José Euclides Ferreira Gomes. O Parque da Cidade se desenvolverá ao longo de riacho Pajeú (Campo dos Velhos até o limite do Parque Estadual da Lagoa da Fazenda). Esta obra, que será construída numa área de 65 mil metros quadrados, vai modificar toda a paisagem urbana, criando na região uma imensa área verde e de preservação ambiental. Também irá integrar áreas importantes como os bairros do Junco, Colina, Campo dos Velhos. Já que a obra será construída numa área de predominância residencial, a prefeitura terá que fazer algumas desapropriações. A intenção principal deste projeto é viabilizar a manutenção do riacho Pajeú. O projeto conta com a parceria do Governo do estado através do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Recursos Hídricos (Prourb) (sic) e com recursos do BIRD com a Prefeitura Municipal de Sobral. (*Boletim Municipal*, Sobral, 16 de julho de 2003)

Em 11 de novembro de 2004, foi inaugurado o Parque da Cidade em Sobral. Desta feita, foi o show do cantor Djavan que abriu o laço do lugar para a população. Com toda a pompa, Cid Ferreira Gomes entregou mais uma obra para os moradores da cidade enaltecido e ovacionado pela magnitude do espaço que, como a Margem Esquerda, “era só mato e lama”, como me afirmou um morador do seu entorno. O Jornal Municipal informava “Parque da Cidade é inaugurado com estilo” e adicionou o seguinte:

Prefeitura entregará à população, sendo um excelente espaço e uma nova opção de lazer, mudando bastante o cenário urbano e paisagístico de Sobral. A inauguração do Parque da Cidade contará com um grande show do cantor Djavan, um artista brasileiro bem conceituado no Brasil e no exterior. (*Jornal Municipal de Sobral*, 08 de novembro de 2004)

No *Jornal Municipal* do dia 11 de novembro, a festa foi anunciada e uma descrição do parque foi enaltecida para atrair ainda mais o interesse dos moradores:

Com uma área de aproximadamente 70.000m², o Parque da Cidade é um local muito agradável, que a população sobralense pode frequentar sempre que desejar, pois está localizado na região central da cidade e possui áreas de lazer ideais para toda a família. O Parque possui varias atrações como: pista de *bicicross*, *skatepark*, 19 quiosques, 04 quadras de areia, 04 *playgrounds*, equipamentos de ginástica, mesas de xadrez/dama, 01 anfiteatro, pista de *cooper*, estacionamento. É importante ressaltar que foram investidos recursos municipais nessa grande obra, em torno de 5 milhões de reais, e que toda área é irrigada, sendo abastecida pela adutora do Açude Sobral (Cachoeiro). Prefeitura Municipal de Sobral, pronta para o futuro. (JORNAL MUNICIPAL DE SOBRAL, 11 de novembro de 2004)

A partir daquela data, o parque da cidade se centraria em modificar as formas de usos, sentidos e representações das dinâmicas de lazer da cidade, transformando um lugar que fica na fronteira entre vários bairros periféricos, reconhecidamente negativo à época, em um lugar positivo.

A intenção do poder público local ficou bem demarcada com as estratégias de inquirir na população sobralense a grandeza da obra e intentar para as necessidades dos espaços de lazer, do qual se faz oportuno para uma cidade angariar uma política pública voltada para o lazer e dedicar a um público em especial aquele espaço: os jovens. O parque cumpre com as funções de lazer, mas seus equipamentos mais sobressalientes tinham como objetivo demarcar uma nova cultura da prática de lazer esportivo, tendo como marcadores diferenciais as pistas de *bicicross* e de *skate* para a prática de esportes radicais, fatores que, antes do parque ser construído, se faziam demandas de grupos juvenis que praticavam tais esportes de forma irregular em várias praças da cidade ou em pistas improvisadas em alguns bairros.

Outro ponto alto do parque era a presença de vários quiosques em sua extensão. Esses quiosques já existiam espalhados em várias praças e avenidas da cidade, porém, com a construção do parque, foram removidos para se concentrar somente no novo espaço de lazer e também para ajudar a movimentá-lo, já que serviam de *points* nos finais de semana, causando em alguns momentos polêmicas por conta do barulho e da sujeira que causavam nas praças e avenidas, como é o caso dos quiosques que existiam na avenida Dr. Guarany e na Praça São Francisco, os quais chegavam a ser caso de polícia por conta das denúncias de badernas e bebedeiras que se estendiam fora do horário permitido; e também pelo fato dos quiosques da Praça São Francisco atrapalharem as missas dominicais da Igreja homônima, que se localiza no Largo que nomeia a praça.



QUIOSQUE DO PARQUE

Foto da Autora

Aos poucos, a população foi aprendendo a ocupar e usar o espaço, dando-LHE características de sociabilidades que se tornaram elementos de visibilidade pública, demarcando práticas que ora corroboram com os desejos do poder público, ora divergem e desviam a ordem disciplinadora, recriando outra ordem recria no espaço. Daí, disputas simbólicas, conflitos físicos, classificações irão gerar diferentes narrativas sobre essa transformação espacial. Para Bezerra (2009), essas diferentes narrativas se constroem em decorrência de um excesso de visibilidade dos espaços, sobretudo nos meios de comunicação de uma cidade. Em Sobral, tais excessos eram cometidos pelos veículos de imprensa da prefeitura municipal. Pouco interessava como a população julgava o que estava acontecendo na cidade, o que interessava é que existia uma mídia que comunicava tais feitos do poder público sem críticas e com muitos aviltamentos, vide o que publiciza o boletim municipal sobre os 231 anos da cidade, que ocorreu no mesmo mês da inauguração do Parque e demarcava o último ano de mandato da administração de Cid Gomes:

231 anos- PAIXÃO POR SOBRAL: O aniversário de 231 anos de Sobral poderia entrar para a história como a "festa da reforma". Reforma esta que o povo sobralense sente ao se deparar com tantas mudanças que vêm acontecendo por toda a cidade. Existem várias formas de medir o desenvolvimento de uma cidade. Uma delas é através da qualidade de vida da população. Promover e capacitar o mercado local, atrair investimentos, empregos e desenvolver o turismo. É com profissionalismo que a Prefeitura cuida destas e de outras ações que fomentam o desenvolvimento de Sobral. Desenvolvimento é uma palavra

que às vezes parece longe da realidade do cidadão comum. Oito anos foram suficiente para vermos mudanças na estrutura física da cidade. Os sobralenses estão de parabéns, pois fazem parte de um município que vem se destacando, inclusive na mídia, como uma das cidades de médio porte do Brasil melhor de se viver. Era difícil ter uma perspectiva do tamanho a que se iria chegar. Foi um crescimento muito grande num tempo pequeno. A alma da cidade de Sobral que está representada pela sua hospitalidade se traduz nos prédios, nas suas obras arquitetônicas, nas praças, no urbanismo, e até mesmo nos encantos e "cantos" de seus distritos. Dia 5 de julho, foi uma data em que as pessoas lembraram que a cidade lhes pertence. Essa é a melhor bandeira que os 230 anos podem levantar. A paixão por Sobral! Sobral com toda sua grandeza possui território fértil que anseia receber sementes que venham dar continuidade para o seu desenvolvimento. (*Boletim Municipal*, 05 de julho de 2004).

A construção do Parque da Cidade não está prevista literalmente no Plano Diretor Participativo como estão a Margem Esquerda e o Boulevard do Arco. Não há muito clara a decisão e necessidade da intervenção, ao menos nos moldes que prevaleceu. A obra foi orçada em torno de cinco milhões de reais e, como já foi exposto acima, numa citação do boletim municipal, teve recursos advindos do governo do Estado e do BID. A concepção da obra, de acordo com o que versa no seu projeto original, objetivava

1. A recuperação e proteção de recursos hídricos, no caso, o riacho Pajeú;
2. A criação de um referencial paisagístico para a cidade de Sobral, num corredor verde que liga a Avenida do Contorno ao Parque Estadual da Lagoa da Fazenda;
3. Proporcionar locais de lazer, passivos e ativos, para a população das proximidades e da cidade como um todo.⁷⁹

O Parque acabou sendo uma forma de justificar a forjada valorização do riacho Pajeú, após parte deste ter sido aterrado em decorrência da construção do Supermercado Lagoa e do *skatepark*. Este último, inaugurado em 2007, mas já previsto no PDP, tornou-se um dos cartões postais da cidade, e, como afirma Magnani (1998), “um pedaço” para praticantes do esporte disputado por patinadores e ciclistas por conta das rampas.

O parque da cidade foi tardiamente inserido no Complexo Parque da lagoa da Fazenda para ganhar valorização. Atualmente, é uma das áreas mais caras da cidade para moradia. Mesmo se localizando entre fronteiras de bairros pobres. Quem procura diversão no local irá encontrar uma variedade de equipamentos, mas muito me chamou atenção os quiosques, que, dependendo do lado em que estão localizados – veremos que os que se localizam mais próximo à Av. do Contorno são reconhecidos como “familiares”, frequentados pela classe média da cidade. Nos

⁷⁹ Trecho retirado do projeto original do Parque da Cidade, elaborado e executado pela OICOS Arquitetos Associados LTDA.

quiosques que se aproximam da rotatória da Rua do Triângulo, também conhecida como Estrada para Massapê, voltados para o Bairro Alto da Brasília e Parque Silvana II, há uma frequência de pessoas notadamente de classe mais baixa em alguns horários da noite⁸⁰, geralmente moradores dos bairros acima mencionados.



PRAÇA PRINCIPAL DO PARQUE

Foto da autora



SKATEPARK

Foto da Autora

⁸⁰ Os quiosques só funcionam à noite, e alguns só abrem de quinta a domingo, quando o movimento de pessoas é bem maior no local.

Os quiosques foram estigmatizados por permanecerem abertos até às 2h da manhã em finais de semana, e, na programação, há a apresentação de cantores da noite que embalam os que lá vão com serestas, pagodes e forrós. Nesses dias, há uma verdadeira mistura de classes no local, com a presença de homens e mulheres de diversas faixas etárias em busca, muitas vezes, de investidas amorosas, os chamados “esquemas” pelos frequentadores⁸¹. O público começa a chegar a partir das 21h, quando a seresta se inicia. Muitos frequentadores são funcionários da Grendene, que saem do terceiro turno, às 23h, e param por lá para desfrutar do lazer. Estes são facilmente identificados por conta do uniforme azul da fábrica, que com eles permanece até a hora de ir embora.

À medida que a madrugada avança, o repertório musical muda de intensidade e o público dança, se embriaga e “curte o que tem direito”, assim me afirmou uma frequentadora do local. É um forró a céu aberto. Homens e mulheres festejam dançando e cantando os forrós, sertanejos, pagodes e *funks* do momento.

O atendimento nos quiosques não é refinado e, não raro, os garçons dançam e bebem com as clientes. A polícia ronda o local e intensifica a presença ao se aproximar a hora da festa acabar, para garantir que a norma não seja infringida.

O proprietário de um dos quiosques me afirmou não haver problemas com a população local. Mas uma das moradoras do entorno do parque relata não gostar daquele movimento e sequer passa próximo aos referidos quiosques. Essa visão é compartilhada por proprietários de quiosques que ficam próximos à Av. do Contorno. Eles não querem ser confundidos com aqueles do outro lado do Parque. Um proprietário me afirmou o seguinte:

Lá no finalzinho tem um pessoal que funciona mas que se adaptou à população, né?, o pessoal que vai, que gosta de beber, que gosta de festa, de seresta essas coisas. A gente se adaptou aqui mais pra esse pessoal de família. A gente trabalha mais com a família, a gente trabalha mais com criança. Vem muita gente por causa dos brinquedos, né?, do balão, pula-pula, essas coisas. E aí a gente adaptou mais pra família. A gente tirou o som alto que a gente tinha no começo por causa do prédio que é vizinho, que é a questão da poluição sonora que a gente resolveu também, porque o pessoal reclamava bastante. A gente colocava som alto, essas coisas. Eu particularmente percebi que não era o caminho, se a gente fosse trabalhar com esse lado não era o caminho. É tanto que a minha venda é mais com sanduíches, é mais com porções pra 3, 4 pessoas, como família. O pessoal que vem pro balão mesmo. Tá adaptado dessa forma, que eu acho que combina mais com a praça, combina mais com o parque, né?

⁸¹Ouvi de alguns frequentadores que há práticas de prostituição e venda de drogas nesses momentos, e até cheguei a quase ser assaltada numa das vezes em que estava a fazer observações no local.

Se a gente trouxesse esse outro lado, de bebida essas coisas e tudo, esse pessoal da família não viria, então, não encaixava bem e seria prejudicial até pra gente, e foi o que aconteceu com todo esse pessoal que fechou. Tem a proximidade do bairro, né?, pra lá, que é o Expectativa, o Alto da Brasília e nós aqui. Tem a avenida e tem o Superlagoa que dá uma movimentação maior pra família, né? Eu vejo dessa forma. E a forma em que o pessoal do quiosque adaptou a sua forma de trabalho. Como o Mario, ali, ele vende cerveja? Vende. Mas ele adaptou só pra pizza. O que é que pizza representa? Família, né? Pra que eu adaptei aqui, adaptei mais pra sanduíche, adaptei mais pra batata frita... (Entrevista realizada em 03 de março de 2010)

Essas diferenciações apontam para a diversidade de apropriações do parque, o qual, ao tempo em que aglutina múltiplos usos, é espaço de geração de renda para muitos comerciantes fixos e ambulantes. Nos fins de semana, vários vendedores se aglomeram na praça ao lado do Supermercado Lagoa com produtos variados. Há uma feirinha onde encontramos artesanatos, comidas típicas, lanches, churrasquinhos, bem como ambulantes vendendo brinquedos e balas. Eles pagam uma taxa de R\$ 50,00 à Prefeitura para comercializarem no local e muitos são treinados pela Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho (STDE) e SEBRAE para o manuseio dos produtos, principalmente os que trabalham com alimentos. Academias de ginástica, clubes infantis privados, lanchonetes, sorveterias e outras formas de comércio se instalaram no entorno do parque.

Há uma escola pública que faz do espaço o lugar de recreação dos estudantes. E, nos períodos noturnos, algumas ruas do entorno dão lugar a práticas de prostituição travesti, fenômeno que, até a construção do parque, só era mais visível no Centro e nos postos de combustível localizados na saída da cidade, às margens da BR 222.

Outro aspecto marcante do Parque da Cidade é a ocupação imobiliária com a construção de prédios de apartamentos e residências, gerando um alto índice de especulação. As fotografias abaixo demonstram a variação de ocupação imobiliária entre os anos 2005 e 2011:



PARQUE DA CIDADE, 2005

Fonte: Google Earth



PARQUE DA CIDADE, 2011

Fonte: Google Earth

As residências e os pontos comerciais construídos entre os fins dos anos 1990 e 2010 têm vista privilegiada para o Parque, enquanto os moradores mais antigos e também com menos poder aquisitivo não têm suas casas com a mesma vista. No entanto, moradores mais antigos dos bairros

do entorno reclamam da falta de segurança e do mau cheiro que tem origem no riacho, que, embora tenha sido motivo de valorização com a obra, sofre com a poluição.



COMÉRCIO E MORADIA NO ENTORNO DO PARQUE

Fotos da autora



NOVOS IMÓVEIS NO ENTORNO DO PARQUE

Fotos da Autora

O parque da cidade é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Sobral. No entanto, as apropriações que estão se configurando no seu entorno, como é também o caso do Boulevard do Arco, tornam perceptível a tendência de se tornarem “auto-financeáveis”, à medida que são ocupados com fins mercantis. Conforme Sharon Zukin (2000, p. 115),

Os parques não são mais somente um “espaço verde”; eles também são complexos fechados com academias de ginástica, ginásio para crianças e quadras de basquete cuja entrada é paga. As paisagens urbanas na aurora do século XXI

sugerem, paradoxalmente, que a democratização da sociedade é coordenada com uma transformação mais intensa do espaço urbano em mercadoria.

Esses efeitos se repetem em diversas outras cidades e capitais brasileiras. Especialmente em Sobral são legitimados pela Administração Pública e pelos habitantes da cidade, que vêem a cidade como uma “outra cidade”. No entanto, é a partir desse processo que crescem, na cidade, os problemas de uma cidade moderna como violência, degradação ambiental, encarecimento dos aluguéis dos imóveis, migração de pessoas de cidades e estados vizinhos em busca de emprego, tráfico de drogas, desigualdades sócio-espaciais com o aumento da pobreza por conta da migração etc.

Mas é possível estabelecer uma relação das formas de viver no espaço urbano, requalificado com uma nova cultura visual a qual estabelece novos padrões de uso da cidade. Viver com a tecnologia de câmeras que vigiam os espaços públicos; viver com inovações arquitetônicas que destoam dos casarões do séc. XIX e ao mesmo tempo lhes resguardam; viver com novas linguagens dos transportes, das corporalidades e da juventude que insere na cidade novos códigos com práticas esportivas, arte e universidade; viver com novas especulações do mercado imobiliário etc.

Com isso, não quero fazer uma apologia à modernidade de Sobral, mas quero chamar atenção para o que se pode apontar como inversão do que poderia ser o atraso, que, em nenhum momento, encontro pistas de que realmente o seja. Esse ar diferencial, que demarca sua sobressaliência em detrimento de outras cidades do interior do Ceará aparece para mim como relevantemente simbólico da representação de uma definição do moderno. Pensando assim, me apoio em Pierre Bourdieu, quando o autor nos provoca a perceber nos lugares os seus efeitos dissimulados por uma naturalização manifestada pelo poder sobre o espaço e a forma como querem que este seja apropriado. Concluindo com as palavras do referido autor,

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito da naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais do mundo natural acarreta... Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*... (Grifos meus) (BOURDIEU, 1997, p. 160)

E, como nada foge ao cálculo, Baxandall (2006) me permite identificar os padrões de intenção, que pairam não só nas obras arquitetônicas, com ênfase tanto para os espaços de lazer que descrevi um pouco aqui, quanto para fins outros, mais em termos simbólicos, porém,

racionalmente portadores de objetividade, os quais não podem ser deixados de lado, como os fins políticos que também são culturalmente criados e resignificados com a proposta de modernização traduzida na requalificação de espaços.

CAPÍTULO V

A MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ, SEUS MONUMENTOS E SEUS PRATICANTES: TENSÕES E DESEJOS NUM LUGAR EM SOBRAL-CE

Da lama ao caos do caos à lama...
(Chico Science)



VISTA DE SOBRAL A PARTIR DO RIO ACARAÚ-ANOS 1950
Fonte: Arquivos do Instituto Histórico Cearense



VISTA DE SOBRAL A PARTIR DO RIO ACARAÚ- ANOS 2000
Fonte: Site de Divulgação da Cidade de Sobral-Prefeitura Municipal de Sobral

A Margem Esquerda do rio Acaraú, obra de urbanização de parte do rio Acaraú em Sobral, cidade situada em um vale no semi-árido nordestino, tem cerca de três quilômetros de extensão e se constitui como um espaço onde há um complexo arquitetônico formado por diversos empreendimentos como: a biblioteca pública municipal Lustosa da Costa; a Escola de

Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes (ECCOA); o museu MADI de arte contemporânea, o restaurante popular, igrejas centenárias e um grande número de casas, onde moram pessoas de condições econômicas variadas, que, juntamente com os equipamentos descritos acima, são tombadas como patrimônio histórico de Sobral.

Nesse espaço há quadras para práticas desportivas, iluminação com holofotes, bancos, lixeiras por toda a extensão, anfiteatros para apresentações artístico-culturais, calçadões para passeios, ciclovias e gramados para que as pessoas possam contemplar a vista do rio, que se apresenta como um espelho d'água, tendo suas águas represadas ao longo do ano, criando a impressão de um lago perene na cidade. Para a segurança, além da iluminação, o local conta com seis guardas municipais, no turno diurno, dois dos quais são salva-vidas, e quatro no turno noturno. Eles circulam de bicicleta pelo calçadão. Como reforço à segurança municipal, uma patrulha da Polícia Militar - o Ronda do quarteirão – fica sempre em um dos estacionamentos da Margem, para qualquer eventualidade que os “guardinhas”, como são chamados os guardas municipais pela população da cidade, não consigam resolver.

“Andar na margem” ou “ir pra Beira-rio”, tornou-se uma atividade comum para os moradores de Sobral ou pelo menos para uma boa parte deles, pois o que atualmente é uma área de lazer com equipamentos próprios para a contemplação do rio Acaraú e práticas esportivas ou passeio, já foi antes, segundo os moradores, um lugar feio, sujo, enlameado e inseguro. Eu, particularmente, compartilhei dessa má visão que se tinha sobre a beira do rio, sobretudo, por não ir lá devido a comentários de que era perigoso e aos constantes relatos de assaltos que ocorriam, mas sempre via de longe o movimento das lavadeiras de roupas e dos canoeiros quando o rio estava cheio. E ainda acompanhei o drama das enchentes que está na história daquelas famílias, com e sem a recente urbanização do local, pois desse fenômeno, elas não se livraram.

Os períodos das enchentes sempre causam grande comoção social e a cidade se mobiliza inteiramente em prol das vítimas da catástrofe, que ocorre devido a um mau uso da natureza. Mais adiante farei uma reflexão mais detalhada das enchentes do Acaraú e do que os moradores de Sobral, sobretudo os das margens do rio, pensam sobre isso e como vivem esses momentos.

O fator primeiro que dá sentido ao presente enaltecimento da Margem Esquerda é o histórico. Em virtude de a fundação de Sobral ter se dado naquele lado do rio, as margens do Acaraú têm a conotação de uma espécie de mito de origem da cidade, daí não terem sido

poupadas pelas obras de requalificação iniciadas nos fins dos anos 1990, a fim de que o passado histórico fosse lembrado e preservado.

Acrescido ao fator acima exposto vem as mudanças estruturais na margem esquerda desde o ano de 2004, as quais se refletem em dois aspectos: o paisagista e o arquitetônico, com a urbanização de toda a extensão do trecho da margem compreendido entre as pontes Othon Alencar e José Euclides Ferreira Gomes. Os dois aspectos apontados até se confundem, pois para entender a referida obra de urbanização, um não existirá sem o outro.

Olhar a obra somente dos pontos de vista histórico, arquitetônico e paisagístico, no entanto, impossibilita perceber as dinâmicas que constroem socialmente o lugar, o que o torna um lugar socialmente praticado e vivido no presente. E ainda, é permitir que se deixe ocultar os desejos e percepções dos usuários do lugar quando estes é que lhes dão vida.

Sempre que me encaminho para a Margem Esquerda, alguns fatores se conjugam para me levarem até lá. Primeiro, esta pesquisa; segundo, a possibilidade de sentir o vento do rio, ver o pôr-do-sol e o nascer da lua, dois fenômenos muito bonitos vistos daquele lugar; um terceiro fator é a caminhada agradável, que permite apreciar o espelho d'água, o casario, além de proporcionar o encontro com colegas de trabalho e amigos. São, enfim, fatores que me dão prazer de frequentar aquele espaço e que se diferenciam ou não dos motivos que outras pessoas elegem para irem à Margem.

É um lugar que foi feito para as pessoas se sentirem bem, para que desopilem dos problemas cotidianos com a contemplação da natureza, da arquitetura, da arte, com caminhadas, brincadeiras, corridas, enfim, com o outro, que não remeta ao *stress* da vida cotidiana. Esse é um modo de ver o lugar e de dar-lhe algum sentido, e que pode ser o mesmo que encontramos em vários espaços de lazer, principalmente em parques de várias cidades. O que nos conduziria a uma generalização de formas de uso de espaços de lazer em todos os lugares sem deixar que outros sentidos apareçam e que o urbanismo, enquanto saber que estrategicamente elabora esses espaços, diga sempre o sentido único de usos destes. Então vamos à uma descrição da Margem Esquerda para que outros sentidos do lugar apareçam conforme seus usuários e outras percepções da pesquisadora interagindo neste espaço com os mesmos.

Em janeiro de 2004, os moradores de Sobral esperavam a inauguração da Margem Esquerda do rio Acaraú, obra anunciada como o fim dos problemas da população ribeirinha do Acaraú: “Estas obras, sem dúvida, trarão grandes benefícios para Sobral, principalmente para a

população ribeirinha” (*Boletim Municipal*, 06 de janeiro de 2004). Os problemas cujo fim se anunciava com a obra eram aqueles causados pelas enchentes do Acaraú nas quadras chuvosas. A construção da barragem vertedoura e a transformação estética do lugar, iria, além de resolver o problema, dar valorização à paisagem, harmonizando o rio, a arquitetura tombada e o contorno das serras que formam o Vale do Acaraú.

A construção da Margem Esquerda e da barragem vertedoura que complementa a obra promoveu momentos conflituosos na cidade logo no momento previsto para sua inauguração, em janeiro de 2004. Sobral passa a maior parte do ano sem chuvas, assim como o restante do Estado. Entre janeiro e abril acontece a estação chuvosa no Ceará, e no ano da inauguração desta obra, as primeiras chuvas foram bastante fortes, fazendo com que as águas do rio Acaraú transbordassem e destruíssem parte da obra já concluída. Tal fato causou polêmica na cidade devido ao *marketing* criado para justificar a construção de uma barragem no rio, que tinha por função evitar o transbordamento das águas com as enchentes. A barragem havia sido condenada por estudiosos do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, com o argumento de que tal feito promoveria “a morte do rio Acaraú”⁸². Esta visão confrontava com o argumento dos engenheiros e demais técnicos responsáveis pelo empreendimento. A Prefeitura, com objetivo de burlar os argumentos dos geógrafos, criou a campanha com o *slogan*: “a cidade se volta para o rio”, divulgada em seus veículos de comunicação, camisetas distribuídas à população e imprensa local.

A enchente de 2004 travou conflitos de todos os tipos com a população e os órgãos competentes. Ela demarcou também a fragilidade da competência técnica e pôs em risco a confiança da população no gestor moderno. Mesmo com toda polêmica gerada em torno do impacto ambiental causado pela obra, ela foi concluída e inaugurada após o período chuvoso, com grande pompa, divulgação e show musical do cantor Lulu Santos, no dia 23 de maio de 2004. No ano de 2009, outra enchente ocorreu, as águas transbordaram e os problemas se repetiram na cidade.

Apesar dos percalços, com o passar do tempo, o lugar ganhou muita importância, pois ao caminhar pelo local pode-se perceber um espaço modificado e “embelezado”, que abre as portas do centro cultural sobralense aos que chegam à cidade, utilizando como símbolo o rio Acaraú,

⁸² Frase estampada em camisetas que divulgavam a campanha pela preservação do rio Acaraú, encampada por alunos e professores do Curso de Geografia da *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA).

que outrora foi da maior importância para a vida dessa urbe, e que, atualmente, tem sua importância ressignificada pelos moradores da cidade.

A proposta da Prefeitura Municipal de Sobral era promover a revitalização do rio Acaraú, objetivando reconhecer a importância que ele tem para a História da cidade. As margens do Acaraú deram origem a Sobral e estavam relegadas ao abandono e desinteresse de outras administrações públicas. Esse discurso, propalado pelo grupo político que fazia parte da aliança com os Ferreira Gomes, fundamentou o interesse em lançar um plano de embelezamento da margem esquerda do rio, no trecho situado entre as pontes Othon Alencar e José Euclides Ferreira Gomes. Assim, teve início uma série de transformações no rio e suas margens, além de na vida das pessoas que habitam o local. Tais transformações reorganizaram o espaço (solo), assim como reordenaram os usos que dele eram feitos, tanto por quem o habitava quanto por quem o frequentava com outros fins.

As transformações da margem esquerda do Acaraú aconteceram em momentos diversos, que consegui definir na pesquisa em três etapas, as quais descrevo nos próximos tópicos: a primeira é a que compreende o tombamento da área central da cidade, a chamada pelo poder público local, a revitalização do Largo das Dores e a construção do primeiro anfiteatro (primeira gestão Cid Gomes); a segunda etapa constitui a ampliação dessa revitalização, com a construção do calçadão, da biblioteca, da ECCOA, do restaurante popular (o “um real”), do segundo anfiteatro para shows, das quadras de futebol, dos piers, gramados, museu MADI etc. (segunda gestão de Cid Gomes); a terceira etapa consolida o que hoje compreende a Margem após duas grandes enchentes do rio Acaraú, uma em 2004 e outra em 2009, e o que o poder público pensa para o seu futuro enquanto espaço de sociabilidade e lazer (dias atuais).

Essa divisão criei para manter um fio condutor da compreensão do que é a chamada requalificação do rio Acaraú e de sua margem esquerda. Os momentos evidenciados no texto servem para percebermos o discurso do poder público, que, reconhecendo o lugar carregado de sentido para a história de Sobral, acaba maximizando a condição de vida dos ribeirinhos, bem como demonstra a falibilidade dos técnicos e de suas estratégias. E claro, condiciona a curiosidade da pesquisadora para conhecer outras histórias “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2000), fato que me deu condição de elaborar a segunda parte do capítulo em tela apresentando os moradores de um trecho requalificado, os canoeiros e as lavadeiras de roupas como praticantes

do lugar que não se organizam politicamente, tecem suas críticas aos feitos, mas também sabem tirar proveito da requalificação.

Como a ação do poder público interfere no cotidiano dos praticantes do espaço em referência? De que história se fala ou se conta quando é o poder público, mais estritamente, um grupo político que enaltece tal resquício de História? Essas questões norteiam o texto para um melhor entendimento dos usos e “abusos” da História dessa cidade.

PRIMEIRA ETAPA: A revitalização do Largo das Dores: o início das transformações



Igreja de Nossa Senhora das Dores.
Foto da autora, 2009

Essa fase se inicia no ano de 1999. Eu ainda não morava em Sobral, mas, quando cheguei à cidade, participei de vários shows que aconteciam no pequeno anfiteatro, ao lado da Igreja do Largo de Nossa Senhora das Dores. A ideia da reforma que aconteceu no largo colocava a margem esquerda do rio em evidência na cidade por conta da movimentação que acontecia nas noites dos shows, e, sobretudo, por conta da ideia de revitalização propagandeada pela prefeitura, bem exposta no seu informativo:

Sobral teve no dia 23 de dezembro, mais um dos seus patrimônios históricos, resgatado. Em festiva solenidade, o prefeito Cid Gomes entregou à população o Largo de Nossa Senhora das Dores, obra que cria uma nova área de lazer para a cidade, simboliza a modernidade de Sobral no Rumo Certo e inicia o processo de revitalização do Rio Acaraú, para o qual o prefeito Cid Gomes assinou ontem um convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), para a realização de

Concurso Nacional de Projetos para aproveitamento das margens do Rio Acaraú e do Mercado Público Central, assegurando mais lazer e oportunidades de negócios para Sobral. (*Informativo Sobral*, “*Modelo de Crescimento*”, Março de 2000)⁸³

A revitalização do Largo das Dores demarca o início de uma série de outras ações naquele trecho da margem esquerda do rio Acaraú. O largo é contemplado por um dos monumentos que se agregam ao primeiro núcleo urbano de Sobral tombado pelo IPHAN, a Igreja de nossa Senhora das Dores, e se localiza a poucos metros da Igreja Matriz. Com o ato de tombamento, a igreja teve suas fachadas e pátio restaurados. Todo o projeto de restauro foi executado pelos alunos e arquitetos do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (POEAOS)⁸⁴.



Vista panorâmica da Igreja Nossa Senhora das Dores, do anfiteatro e do calçadão.
Foto de Wellington Macedo disponível no website da Prefeitura Municipal de Sobral.

Ao contrário da Matriz, a Igreja das Dores, como comumente é chamada pelos sobralenses, tem uma localização mais próxima do leito do rio e faz parte do adensamento da população daquela área.

No processo de revitalização do largo, foi construído um pequeno anfiteatro na lateral esquerda da Igreja das Dores, onde diversos eventos como shows de artistas cearenses e/ou de reconhecimento nacional, espetáculos teatrais e circenses, apresentações de festivais do Bumba-

⁸³ Disponível em <<http://www.sobral.ce.gov.br/jornal/jornal24/paginas/parte36.htm#topo>>. Acesso em 22/05/2010.

⁸⁴ Projeto que tinha como alvo adolescentes que estavam em situação de risco, respondendo por atos de infração previstos pelo estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No POEAOS, os adolescentes aprendiam a trabalhar com restauro de patrimônio histórico. Esse projeto foi pioneiro no Brasil. Começou em Ouro Preto e foi levado para Sobral, tendo em vista que os gastos com o restauro da quantidade de edifícios tombados demandaria muitos gastos para a Prefeitura com profissionais. Para tanto, os adolescentes eram treinados por arquitetos e outros especialistas e faziam o trabalho em troca de uma bolsa, além de estarem no cumprimento da medida sócio-educativa.

meu-boi, etc., aconteceram. Entre os anos 1999 e 2003, o largo era o único local da cidade onde esses tipos de eventos aconteciam e eram abertos a toda a população por serem gratuitos. A promoção e o financiamento dos eventos se davam por parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, do SESC (Serviço Social do Comércio), ou de ações conjuntas entre estas duas entidades.

O largo ficou então bem conhecido e frequentado, tanto por sobralenses quanto pelos “de fora”. Estes últimos, naqueles anos, eram, em sua maioria, estudantes e professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú, os gaúchos, funcionários da Grendene, originários de várias cidades do Rio Grande do Sul, que estavam em Sobral para assumir os mais altos cargos daquela indústria; e ainda, pessoas de vários lugares do Brasil que estavam compondo as equipes do Programa de Saúde da Família (PSF)⁸⁵.

Em boa parte dos eventos que presenciei, ainda sem intuito de pesquisa, pude perceber que havia muitos moradores da cidade, mas ouvia de muitos que aquilo não interessava aos moradores de outros bairros, pois eram, por vezes, shows de artistas desconhecidos à maioria. Pessoas ligadas ao “mundo artístico da cidade” me falavam que, com exceção dos festivais do Bumba-meu-boi, as festas do largo acabavam privilegiando as elites da cidade e não o “povão”, que gostava de forró, tipo de show que não acontecia no largo.

Situado à beira do rio, o anfiteatro sempre recebia infraestrutura especial para os shows e eventos que abrigava. Isso, no entanto, não valorizava o rio, cuja visão era ofuscada pela sutil imponência da Igreja das Dores, cuja iluminação evidenciava sua fachada e o piso do pátio. O rio mesmo não tinha enfoque evidente, devido ao horário noturno em que aconteciam os eventos, embora muitas vezes a lua platinasse com mais brilho suas margens, em tempos de cheia, e a brisa fosse agradável para um lugar que aglomerava tantas pessoas.

⁸⁵ As equipes eram formadas por médicos, psicólogos, odontólogos e assistentes sociais. O PSF foi inaugurado em Sobral pelo então Secretário de Saúde Odorico Monteiro, cujo objetivo era tornar o atendimento médico mais acessível à população da cidade, sobretudo aos mais carentes. É um programa inspirado no sistema de saúde cubano e, no Ceará, teve êxito nas cidades de Icapuí (litoral leste) e Quixadá (Sertão Central). Tais êxitos foram anteriores à instalação do programa em Sobral e todos foram encabeçados por Odorico Monteiro, que havia sido secretário de saúde nos municípios citados, os quais foram as primeiras cidades cearenses a serem governadas pelo PT (Partido dos Trabalhadores). O PSF garantiu a Odorico Monteiro um reconhecimento tal que levou Cid Gomes a convidá-lo para compor seu secretariado nas suas duas gestões em Sobral. Isso rendeu ao município, vários prêmios nacionais e internacionais, deixando ainda como legado a Escola de Saúde da Família Visconde de Sabóia, instituição que se tornou uma referência no Brasil em Residência Médica e Pós-Graduação em Saúde da Família.

Um fato recorrente nos eventos no anfiteatro era a presença das autoridades da administração municipal, bem como o prefeito Cid Ferreira Gomes. No entanto, antes mesmo de qualquer evento começar, os assessores do então prefeito ordenavam que alguns guardas municipais responsáveis pela segurança do local reservassem e vigiassem a primeira fila do anfiteatro para o prefeito, seus familiares, amigos pessoais e secretários, o que causava certa ansiedade e, às vezes, desconforto por parte dos que ali chegavam mais cedo para apreciar os artistas. A ansiedade se dava pelo fato de a população sobralense desejar ver de perto aqueles “poderosos” que se faziam presentes, mas que mantinham uma relação de distanciamento, protegidos pela guarda. O desconforto advinha pelo fato de a população não ter a primeira fileira do anfiteatro para apreciar mais de perto os artistas que ali se apresentavam gratuitamente. Eu mesma ouvia cochichos os mais diversos de pessoas que ansiavam pedir autógrafos de alguns cantores, mas que se sentiam intimidados em atravessar a barreira da primeira fileira. Concomitante à revitalização do Largo das Dores, eram anunciadas mais construções que intensificavam a ideia de crescimento e desenvolvimento na cidade: a edificação do novo mercado público, ampliação de avenidas, construção de mais espaços de lazer, reforma da rodoviária, etc., obras naqueles dias anunciadas e aguardadas com certo furor pela população sobralense, na aposta de aquela administração estar “no rumo certo”.

O Largo das Dores teve sua expressão mais significativa até o final de 2002. Depois deste ano, iniciou-se a ampliação do projeto de revitalização da margem esquerda do rio Acaraú e o trecho compreendido entre as Pontes Othon Alencar e José Euclides Ferreira Gomes passou a ser um espaço de mudanças em vários aspectos: paisagem, usos, arquitetura, moradia e vida cotidiana.

Mas por que o interesse em revitalizar o rio Acaraú? Se um olhar de fora for lançado para a cidade, pode-se facilmente perceber que o núcleo urbano de Sobral, ao menos a sua maior parcela, “estava de costas para o rio”⁸⁶ e que, aparte o descaso do poder público, o rio servia como referência para muitos moradores como uma área de lazer não tão sofisticada, assim como era o local onde tradicionalmente as lavadeiras de roupas exerciam seu quase extinto ofício, ao lado da também quase finda atividade do período das cheias: o transporte feito por canoas.

⁸⁶ Frase dita em entrevista a mim concedida pelo arquiteto Antônio Campelo Costa, um dos responsáveis pela obra de revitalização da Margem Esquerda do Rio Acaraú.

Além desses usos, há um bairro inteiro que se consolidou na margem direita do Acaraú: o Dom Expedito. Um dos mais antigos de Sobral, o bairro Dom Expedito guarda uma relação especial com o rio. Diria mesmo que a sua própria existência se deve ao rio. Embora esses fatores elencados comprovem um conflito no uso do termo revitalização do rio, quando neste sempre pulsou vida, o Acaraú passava por um sério processo de degradação e assoreamento, fato que se intensificou com a planejada revitalização. E esse problema, acredito, teria sido o que mais chamou a atenção do poder público em se beneficiar do rio como motivo para elaborar uma estratégia de requalificação daquele local.

Cabe evidenciar que esse sentido é influenciado pelo discurso das elites políticas locais que, segundo Sánchez (2003:86) “dizem muito mais sobre elas e muito pouco sobre o cidadão comum”. Há uma forte referência àquele(s) que elabora(m) ou cria(m) a necessidade do processo de modificação do espaço na cidade. Sánchez nos adverte que,

A transformação urbana por meio dos chamados “projetos de cidade” implica a produção de discursos por parte dos atores urbanos dominantes, especialmente os governos locais e as coalizões pró-crescimento. Os discursos acerca da cidade, veiculados pelos meios de comunicação notadamente publicitária, têm o objetivo de modificar a imagem da cidade e construir novas “imagens de marca” das cidades “re-inventadas”. (SÁNCHEZ, 2003, p. 86)

A Margem Esquerda do rio Acaraú, notadamente, se insere no contexto acima referido, quando é pensada e programada com o fim de mostrar Sobral não com marcas de cidade do interior, mas com a imagem de uma cidade que atende às sedução da modernidade com orientações políticas voltadas para o mercado mundial. É a estratégia do “city marketing” (SÁNCHEZ, 2003), produzindo a cidade para ser “vendida”, e nesse sentido, os equipamentos midiáticos se apresentam como potenciais aliados em tal objetivo. No próximo tópico apresento a segunda fase de revitalização da margem esquerda do rio Acaraú para esclarecer como se solidifica a estratégia acima apontada.

SEGUNDA ETAPA - “A cidade se volta para o rio”⁸⁷: os lugares, seus usos e as práticas cotidianas nas experiências de quem vivencia a Margem Esquerda

A Margem Esquerda do rio Acaraú, é, atualmente, um dos espaços mais propagandeados pelos meios de comunicação do Estado⁸⁸, além de fazer parte das imagens mais divulgadas nos cartões postais da cidade. Ela compõe, junto com outros espaços, o que parafraseio como “*Cid marketing*”, por ser constantemente apresentada nas propagandas de divulgação do ex-Prefeito de Sobral e atual governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes.

Para além do encantamento que a obra gera, demonstrando o “crescimento” e “desenvolvimento” da cidade, com a sua arquitetura, podemos evidenciar a presença de equipamentos construídos nesse espaço, criando outras necessidades de utilização do mesmo. Tais equipamentos juntam-se aos que já existiam⁸⁹, e foram aproveitados para unir a arquitetura presente à antiga.

Voltando ao passado histórico de Sobral, é exatamente nesse trecho do rio que se instala o primeiro núcleo urbano da cidade, entre os anos 1722 e 1745, com a formação do Curato do Acaraú e a instalação de sua sede no povoado da Fazenda Caiçara (primeira demarcação geográfica de Sobral), com a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a ampliação do espaço urbano e a construção de mais igrejas na cidade. Interage com esses fatos a consolidação da força econômica de Sobral com a criação de gado e a comercialização de couro e charque para outras cidades do nordeste. Após esse momento, já no século XX, o referido trecho serviu de local para a construção das usinas de beneficiamento de algodão, a da Família Araújo e a Santa Emília, esta última quando finalizou suas atividades ligadas ao algodão, abrigou a primeira Usina de Luz e Força da cidade, fato que garantiu a Sobral se consolidar, ainda que timidamente, na produção de algodão em território cearense.

O algodão foi o elemento responsável pelo fortalecimento da economia do Ceará no século XIX e início do século XX. Conforme Furtado (2009),

⁸⁷ *Slogan* da campanha de propaganda da Prefeitura Municipal de Sobral no início das obras da segunda fase da revitalização da Margem Esquerda do rio Acaraú.

⁸⁸ É bastante comum a imagem da Margem Esquerda do rio Acaraú ser veiculada num dos jornais locais de maior audiência no Estado: o CE TV, transmitido pela TV Verdes Mares, pertencente ao maior grupo empresarial de Comunicação do Ceará – o grupo Edson Queiroz –, que consegue atingir os maiores índices de audiência no Estado, além de transmitir, seus programas para outros Estados do Brasil, via antena parabólica.

⁸⁹ Compõem as obras antigas: o largo das dores, a antiga igrejinha de Nossa Senhora das Dores, ruínas de antigos armazéns e casarões, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o casario tombado pelo IPHAN.

Através do Algodão, o Nordeste não-açucareiro passa a estabelecer uma relação direta com o Capital Internacional, 'que entra num terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros' (OLIVEIRA, 1983, p. 47). A cultura de subsistência desenvolvida pelos moradores, meeiros e posseiros dos latifúndios, convive ao lado da produção de algodão e constitui o principal mecanismo de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. A cultura do algodão [...] se uniu às charqueadas [...], compondo a base para a organização econômica e espacial cearense. Nesse sentido, o sistema formado pelo tripé gado/algodão/cultura de subsistência não só estruturou a economia espacial cearense como também marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra no Estado (PEREIRA JÚNIOR, 2003).

(FURTADO, 2009, p. 04)

Com a investida na produção do algodão, houve a segunda expansão do núcleo urbano de Sobral, já que a primeira aconteceu entre o entorno da Igreja Matriz e o entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tomando o caminho da Serra da Meruoca, onde atualmente está a maior concentração de comércio da cidade. O algodão também se faz um dos responsáveis pela reafirmação da opulência da cidade perante a região que a compreende, tanto em nível econômico quanto político.

A expansão econômica da cidade no período do gado e depois com o algodão são dois momentos fundamentais no ano de 1999 para um argumento que também será fundamental para o tombamento do já referido trecho do rio, pois em Sobral não houve o tombamento de algumas edificações especificamente, mas sim de uma imensa área da região central da cidade, sem distinção de prédios, e o que se intentou foi salvaguardar os espaços que eram considerados marcos determinantes para o desenvolvimento da cidade no passado. Entende-se aqui que esses momentos são contados pela elite local e que nem todos os sobralenses conhecem ou compartilham da história oficialmente contada.

Como já evidenciei acima, é na segunda fase de revitalização do rio Acaraú que é possível ver concretamente o complexo de lazer planejado para aquele espaço e a restauração de prédios que abrigaram algumas das fábricas beneficiadoras de algodão. Junto a isso a modificação das vidas dos moradores da margem esquerda do rio⁹⁰.

⁹⁰Esclareço que até o momento de escrita deste texto, venho trabalhando especificamente com moradores do conjunto de casas que têm seus quintais para o calçadão revitalizado e que tiveram suas casas tombadas pelo IPHAN em 1999, pois são estes os que mais tiveram os espaços de moradia modificados por conta da obra em análise.

“Um lugar onde só existia lama!”, é o que afirmam todos os moradores que entrevistei. Esse lugar foi planejado e transformado num espaço para lazer e contemplação do rio. Isso é o que se constata no local. A obra modificou estruturalmente, do ponto de vista da paisagem, aquele trecho da margem esquerda do rio Acaraú. A lama deu lugar a um calçadão de aproximadamente 2,5 km de extensão, gramados, quadras de esportes, bancos, piers, museu MADI, biblioteca pública, restaurante popular (“o um real”), Escola de Comunicação, Cultura e Artes, bares, etc.

Para tantos equipamentos num só lugar, toda uma racionalidade projetada por técnicos em arquitetura e engenharia foi idealizada, pois o poder público tinha o interesse na reorganização e revitalização da margem, daí que realizou um concurso para selecionar projetos que propusessem a tal modificação. O projeto vencedor do concurso foi de Antônio Campelo Costa, arquiteto de Fortaleza, que já havia participado das equipes que se empenharam no inventário do processo de tombamento de parte do centro da cidade de Sobral.

A primeira providência a ser tomada foi a construção de uma barragem vertedoura de águas no rio, um processo de escavação e aprofundamento do seu leito, que faz com que as águas fiquem acumuladas no grande buraco, transformando o rio em um espelho d’água, que esgota suas águas aos poucos. Isso acontece na porção que compreende as pontes Othon Alencar e José Euclides Ferreira Gomes. O espelho d’água, assim, fica com águas acumuladas o ano inteiro, dando a impressão de perenização do rio, naquele trecho da cidade.

No lado esquerdo do rio há um grande número de moradores. Muitos habitam o espaço há mais de cinquenta anos e receberam toda a reforma do espaço sem saber o que aconteceria com suas vidas e suas casas. Segundo me informaram, os técnicos da prefeitura chegavam e diziam que tudo ali iria mudar, mas que nada iria acontecer com eles. Uma das moradoras chegou a afirmar que aquilo causava medo nela, mas resolveu esperar para ver o que iria acontecer. Os moradores viram a lama ser retirada, as cercas dos seus quintais serem derrubadas por máquinas e seu espaço ser perdido sem indenização.

O poder público não agiu de forma adequada naquele momento, e isso é fato recorrente na cidade. Os moradores não sabiam o que ia lhes acontecer e, ainda assim, segundo informaram, não se organizaram minimamente para qualquer reivindicação em defesa de suas moradias. Nesse ponto, até consigo interpretar isso como o medo-resquício de uma época em que as pessoas não se organizavam em prol de seus direitos por conta da política da perseguição e da

violência, que muito marcou o nordeste brasileiro com o chamado coronelismo. Mesmo com os avanços nas práticas políticas no Ceará, muitos são os que hesitam confrontar o poder político nas cidades do interior, onde predominam as chamadas “oligarquias” de famílias no comando de partidos políticos.

Sempre que questionei os moradores sobre o início das obras na margem esquerda e o que eles esperavam que lhes acontecesse naquele momento, a maioria afirmou que esperava pela bondade de Deus e que tinha em mente que Cid Gomes era um homem justo que gostava dos pobres, por isso nada iria lhes acontecer. Mas nenhum deles deixou de ter medo de ser retirado daquele local.

Os moradores da beira do rio, especificamente do lado esquerdo, tiveram suas casas tombadas pelo IPHAN no ano de 1999, mas não porque eles foram importantes para a História de Sobral, no sentido que é oficialmente divulgado, mas sim pelo espaço onde estão morando ter sido um marco na História da cidade. Muitos com quem conversei sequer sabem o que significa tombamento, mas sabem que atualmente não podem alterar as fachadas de suas casas, que não estão de frente para o rio e sim de frente para a Rua 23 de setembro, mais conhecida na cidade como a Rua da Palha. Qualquer reforma tem que ser autorizada pelo IPHAN, órgão que muitos nem sabem do que se trata e me afirmaram pertencer à prefeitura. Mesmo assim, eles têm conhecimento de que suas casas estão bastante valorizadas, não pelo tombamento, mas pela urbanização na margem do rio.

Com a modificação da margem esquerda, os moradores tiveram que modificar a estrutura dos fundos de suas casas, elevando-as, construindo calçadas altas de alvenaria, pintando e mantendo a limpeza das paredes. A elevação das casas tinha como justificativa a proteção contra as enchentes. E tudo foi custeado pelos próprios moradores. A prefeitura ordenou que fizessem as modificações e muitos deles contraíram dívidas fazendo empréstimos e sacrificando suas baixas rendas, pois se trata de uma parte da população com baixo poder aquisitivo. Uma moradora me afirmou ter se endividado bastante para construir a estrutura necessária, e que só havia feito isso por ter acreditado que Cid Gomes iria ajudá-la, pois em outros momentos ela chegou a pedir emprego para sua filha diretamente ao então prefeito e ele a atendeu. Essa senhora afirmava: *“Eu amo o Cid... é uma pessoa linda, maravilhosa”*. Mesmo assim, ficou muito decepcionada quando foi à prefeitura e lhe informaram que ela teria que arcar com as despesas da reforma da sacada do seu quintal, o que lhe custou mais de dois mil reais, valor

muito alto para seu orçamento mensal, conforme ela atesta: *“ai meu Deus como é que eu vou pagar? Aí eu confiei em Deus, fiz um empréstimo na minha pensão, no meu emprego, no meu aposento... Todo mês eu pago. Todo mês. Enquanto eu não pagar... ainda falta 3 prestação pra pagar. Já tá um ano que eu to aposentada. Mas eu tô pagando isso aqui. E o pedreiro, o home que fez isso cobrou 800 reais e esses material aqui foi não sei quanto a prestação, então ainda falta 3 meses pra pagar. Mas por que eu confiei no meu amor que era o Cid...”*

(Entrevista realizada em 07 de março de 2010)

Alguns dependem de aposentadorias e/ou pensões. Outros são trabalhadores assalariados das indústrias, do poder público e/ou autônomos. Isso, contudo, não quer dizer que só haja esse perfil de moradores na margem. Aqueles, porém, com quem pude conversar estão nesse perfil de remuneração.

As casas ao longo da margem esquerda se diferenciam bastante. Há casebres, mas também há casarões. Há uma mescla entre pobres e uma classe média no local. O trecho tombado pelo IPHAN é exatamente o que vai da ponte José Euclides Ferreira Gomes até o monumento que lembra a proa de um navio, que adentra o rio. Do monumento até a ponte Othon Alencar as casas fazem parte da área de proteção do patrimônio tombado. E sobre elas a regulação é mais flexível, o que significa que são passíveis de reformas sem maiores interferências do IPHAN. O casario tornado patrimônio da margem data do início da ocupação da porção da beira do rio próxima ao início do funcionamento das fábricas de beneficiamento de algodão, no final do século XIX.

As fábricas de algodão deram lugar à ECCOA, restaurante popular e à biblioteca pública Lustosa da Costa. Há ainda ruínas de outras usinas de beneficiamento. Os usos que deram às fábricas de algodão não contemplam em nada o motivo do seu tombamento. E mais, o prédio que deu lugar à biblioteca foi praticamente reerguido com uma estrutura de concreto e vidraçaria para que os usuários possam contemplar a paisagem do rio. Em entrevista a mim concedida, o arquiteto Antônio Campelo descreve como aconteceu a escolha dos novos usos: *“A obra começou e nós concluímos na gestão do Cid, no segundo mandato, importante e foi posteriormente premiada, foi primeiro lugar no Instituto de Arquitetos do Brasil. E na ocasião, na discussão, na cabeça do Cid, na expansão e no que ele pensava sobre a cidade, ele nos motivou a discutir alguns aspectos. Ele desapropriou naquele momento, naquela ocasião a fábrica dos Araújo, aquela fábrica onde hoje tem um restaurante... O restaurante popular e tem*

a ECCOA, né? E nós fizemos também a adequação para novos usos, daquilo que era uma fábrica pra virar uma escola de artes e ofício, né? E naquela ocasião ele conversava conosco onde ele colocaria a biblioteca, e nós propusemos também as ruínas de uma fábrica, colada que ficava ali ao lado, e demolimos parte dela, onde avançou um muro e instalamos a biblioteca. Sim a biblioteca, foi logo depois. Então, projetamos a ECCOA, Escola de Comunicação, Cultura, Ofício e Arte e colada a ela, a biblioteca pública municipal. Era uma outra fábrica de algodão, era tudo fábrica de algodão. Todas essas fábricas faliram e estavam lá, né, sendo subutilizadas e abandonadas. É evidente que, por exemplo, hoje, nós temos, o Leônidas tá tentando desapropriar ali também a fábrica, o sobrado do Randal, que tem aquelas ruínas que ficam do lado da biblioteca. Seria uma escola de formação de professores, é a intenção da secretaria de cultura. Nós fizemos um levantamento de lá e tá em negociação. Possivelmente vai acontecer. Lá tá meio arruinado, funciona uma cooperativa lá muito devagar, quer dizer, o edifício tá arruinado...” (Entrevista realizada em 03 de março de 2010).



1.



2.



3.

1. Restaurante Popular
2. Ruínas das fábricas de beneficiamento de algodão e solar dos Randal ao fundo (prédio cor de rosa).
3. Ruínas das fábricas. Ao fundo, torres da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Fotos da autora, 2009

A primeira das fotos acima é da fábrica dos Araújo e a segunda é de parte da biblioteca. Ao lado ficam o sobrado Randal (prédio rosa), onde funcionou a Fábrica Santa Emiliana,

(beneficiamento de algodão e arroz), e as ruínas de outras usinas, sobre as quais se pretende erguer a escola de formação de professores à qual o Secretário Antônio Campelo fez referência.

A ECCOA, de responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo, é um projeto que visa a uma integração dos equipamentos culturais da cidade e tem sede na margem esquerda. Várias são as atividades ali realizadas no campo das artes, sobretudo cursos de música e teatro, que são ofertados gratuitamente à comunidade. No entanto, o prédio vem sendo pouco utilizado, muito embora tenha uma boa estrutura para a finalidade para a qual se propõe, que é “abrigar atividades relacionadas aos programas curriculares da Escola: cursos de artes plásticas, gráficas, cênicas, balé, fotografia, cinema, teatro com capacidade para cem lugares e o restaurante popular, que oferece mil e duzentas refeições diárias ao preço de um real” (COSTA; CRUZ; ALVES, 2008, p. 38)⁹¹.

É muito comum a circulação de críticas por parte dos moradores e da imprensa da cidade ao fato do prédio da ECCOA existir desde 2004 e não estar em pleno funcionamento. Mas, em entrevista ao jornal *Expresso do Norte*, de 17 de julho de 2009, o ex-secretário de cultura, Joann Ederson, justifica o não funcionamento do prédio da ECCOA e explica ser este um projeto para além de um prédio somente:

Se tivéssemos mais recursos financeiros, e esse é um nó que a cultura precisa deslindar em todas as instâncias de governo, nós teríamos amplas condições de dar conta de uma infinidade de projetos. A ECCOA também passa por essa perspectiva. É preciso que se compreenda que ela é mais do que um prédio, é uma concepção de cultura articulada com diversos outros setores. Nós fizemos uma licitação para compra dos primeiros equipamentos que nos permitirão começar a utilização do espaço da ECCOA e o desenvolvimento de diversos projetos culturais ainda neste ano de 2009. Mas é preciso muito mais, é necessário o aporte de recursos federais, estaduais e municipais e também de parcerias com outras instituições, como as universidades, por exemplo.⁹² (*Expresso do Norte*, 17 de julho de 2009, pp. 12/13)

O complexo de prédios, como já evidenciado acima, abrigava a usina beneficiadora de algodão da Família Araújo, que foi muito bem reputada, e ainda o é nos dias atuais, por conta da

⁹¹ Essa publicação trata-se de uma espécie de livro-resumo que divulga o Sítio Histórico de Sobral a partir do tombamento. Os organizadores são Antônio Campelo Costa, arquiteto responsável pela urbanização da Margem Esquerda, ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente na primeira gestão de Leônidas Cristino (2005-2008), atual Secretário de Cultura e Turismo (2009-); Andréa Cruz, arquiteta que esteve à frente da Coordenação de Planejamento Urbano (2005-2008) e Maria do Carmo Alves, geógrafa, assessora da coordenação de Planejamento Urbano (2005-2008) e atual coordenadora de Planejamento Urbano (2009-).

⁹²Disponível

em

<http://www.expressodonorte.com/index.php?option=com_content&view=article&id=270:entrevista-com-joan-edessom-de-oliveira&catid=25:entrevistas&Itemid=27>. Acesso em 21/09/ 2010.

importância que teve no chamado “ciclo do algodão” em Sobral, que deu a esta cidade importante momento econômico, colocando-a no rol de cidades que promoveram o Estado do Ceará na economia mundial com a crise do algodão na Europa no final do século XIX. No entanto, em nenhum dos prédios se faz referência ao trabalho que era exercido naquela usina. A memória do trabalho é abnegada e dá lugar a usos outros sem nenhuma relação com o que foi aquele lugar no passado.

A obra ocupou as estruturas de uma unidade fabril decadente, cujos galpões, organizados em dois blocos distintos e separados, abrigarão as atividades relacionadas com os programas curriculares da Escola (...). Entremeiam os galpões, terraços e espaços largamente abertos dotados de jardins, fontes de água corrente e chafarizes para o deleite dos estudantes e de toda a população sobralense. (COSTA, CRUZ, ALVES, 2008, p. 38)

A única memória possível daquele tempo foi referendada pelo tombamento, mas nem placas sobre o evento histórico há nos prédios. O próprio nome dado à biblioteca é um exemplo extremo do desprezo pela memória dos trabalhadores do algodão em Sobral, pois se trata de uma homenagem a um renomado jornalista cearense que ainda não havia falecido no ato de inauguração da instituição, o jornalista Lustosa da Costa, que morou muitos anos em Sobral e fez desta, como ele mesmo afirma em depoimento sobre a cidade, sua paixão por decisão, já que nasceu em Cajazeiras, na Paraíba. Por isso recebeu da Câmara Municipal o título de “cidadão sobralense”:

Escolhi a cidade para ser minha, estudei sua história, mergulhei fundo em seu passado”, comenta Lustosa, que se diz apaixonado por Sobral. Quando cumpriu temporada de estudos em Paris, em 1995, ele escreveu a obra “Sobral não é uma cidade, é uma saudade chorando baixinho em mim.”⁹³

No texto de divulgação da biblioteca, na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral, os objetivos da construção da mesma deixam claro o intuito de prestações de contas com o hoje, evidenciando figuras que promovem esse hoje na cidade:

A biblioteca já se fazia necessária para honrar os grandes escritores sobralenses, como Domingos Olímpio, Cônego Francisco Sadoc de Araújo, Isabel Lustosa e Ciro Gomes que têm suas obras incluídas no acervo. O prédio foi entregue ao público com um acervo inicial de quinze mil volumes entre grandes escritores regionais, nacionais e internacionais, sendo distribuídos nos setores: Infantil, Braille e Acervo Geral. No local também funciona um Cybercafé para acesso à pesquisa através da Internet. Na Biblioteca funciona também um setor de Referência do Professor, com apoio didático efetivo, onde são atendidos

⁹³ Trecho retirado do jornal *Diário do Nordeste* de 05/01/2005, também disponível em <<http://bibliotecalustosadacosta.blog.uol.com.br/>>. Acesso em 23/09/2010.

professores da rede municipal. A biblioteca oferece consulta local, empréstimo à comunidade, pesquisa através da Internet, sala de vídeo, sala de treinamento, visitas orientadas e espaço de contação de estória no setor infantil. A Biblioteca está recebe (sic) doações de livros nos seguintes postos: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura e na própria Biblioteca. Foi inaugurada em 14 de novembro de 2005 com a presença do Prefeito Leônidas Cristino e dos deputados Ivo Gomes e Sávio Pontes, além de várias autoridades municipais, tornando-se mais um espaço para desenvolvimento cultural em Sobral.⁹⁴

Com exceção do escritor Domingos Olímpio, os outros evidenciados no início do texto estão todos vivos e fazem parte da elite da cidade, compondo quadros políticos e ou religiosos. De acordo com o que constatei em visitas à biblioteca, há uma grande frequência de estudantes de escolas e universidades públicas e privadas, assim como de professores das mesmas instituições. No site da Prefeitura, as informações a respeito da biblioteca enfatizam, sobretudo, a estrutura:

Inaugurada em 31 de dezembro de 2004, esta foi a última obra da gestão do então prefeito Cid Ferreira Gomes. Construída onde antigamente funcionava uma usina de algodão na margem esquerda do rio Acaraú. Sobral recebe no dia 12 de novembro de 2005, uma obra de imenso valor cultural: a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa. Uma obra que oferece à população, por meio de uma moderna estrutura, uma infinidade de títulos nas mais diversas áreas, distribuídos em aproximadamente, 4.300 metros quadrados em 3 andares além do térreo e conta com área de incentivo à leitura infantil, computadores ligados a internet, café cultural, livraria, estrutura adaptada para deficientes físicos, obras em braile e um *hot spot* (espaço com acesso a internet via rádio).⁹⁵

Note-se que o fato de ter sido o lugar onde funcionou uma usina de beneficiamento de algodão é citado para demonstrar que o atual uso do prédio é, na verdade, uma supressão da referência ao que deu vida social àquele no passado, e a elevação da estrutura física da atual biblioteca nos deixa o postulado do esquecimento da memória do trabalho.

O funcionamento da biblioteca, cujo acervo possui cerca de 60.000 volumes, vai das 08h às 17h (COSTA, CRUZ, ALVES, 2008, p. 39). A arquitetura original do prédio, que era um galpão de armazenamento da usina, não foi totalmente preservada, pois somente algumas paredes foram aproveitadas, sendo erguida uma estrutura de vidro e ferro sobre as bases do antigo galpão.

⁹⁴ Disponível em <<http://www.sobral.ce.gov.br/biblioteca/equipamento.php>>. Acesso em 24/09/ 2010.

⁹⁵ Disponível em <<http://www.sobral.ce.gov.br/biblioteca/equipamento.php>>. Acesso em 24/09/ 2010.



O Restaurante Popular Vereador Félix Dias Ibiapina funciona ao lado da ECCOA e da Biblioteca Municipal Lustosa da Costa. Dos espaços descritos acima, é o que mais possui frequentadores, devido à sua proposta de funcionamento: distribuir 1.200 refeições diariamente. Quem vai à Margem a partir das 10h30 avista o movimento. Homens e mulheres de idades diversas, adolescentes e crianças formando a fila para adquirir o ticket da comida do “um real”. São pessoas que circulam pelo Centro, trabalhadores e trabalhadoras das lojas do comércio e serviços, estudantes e professores das universidades e escolas, moradores que optam por não cozinhar em casa, canoeiros, lavadeiras de roupa, pessoas que vêm de outras cidades para gozar dos serviços de saúde e comércio de Sobral e profissionais que estão de passagem. Enfim, o restaurante atende a uma clientela muito diversa, que opta por ir ao lugar por conta do valor da refeição que, além de ser simbólico para a população que o frequenta, dá ao lugar o nome pelo qual é mais conhecido: o *Um Real*.

O Restaurante Popular é um dos programas integrados à rede de ações e programas do Fome Zero, política pública de inclusão do Ministério do Desenvolvimento Social. Espera-se, com a nova unidade, criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa, atendendo os segmentos mais vulneráveis do ponto de vista nutricional.⁹⁶ (*Jornal Municipal*, 15 de Abril a 15 de Maio de 2005)

⁹⁶ Disponível em < <http://www.sobral.ce.gov.br/jornal/2005/ed-abr-mai/restaurante-popular.htm>>. Acesso em 25/09/2010.

O restaurante popular tem horário de funcionamento aberto ao público no período das 11h às 14h, de segunda a sexta. As refeições são servidas em bandejões e constituem-se de um cardápio balanceado, mas não refinado, o que lhe garante o rótulo oficial de “Popular”. No menu há, além do prato do dia, suco como acompanhamento e um tipo de sobremesa. Os galpões da usina foram adaptados ao novo uso e lá estão instalados uma cozinha industrial e várias mesas e bancos de madeira para atender à clientela, com uma espécie de sala de estar equipada com um aparelho de tv e várias cadeiras para que as pessoas possam relaxar um pouco após o almoço, já que não podem fazer a “sesta”. Poucos são os que permanecem, pois o tempo para o almoço dos trabalhadores geralmente se limita a uma hora. Do lado de fora do restaurante, vários vendedores de picolé disputam a venda do produto ao preço de R\$ 0,50, o que, para os dias quentes que assolam Sobral, se faz uma boa pedida de sobremesa com intuito de aliviar o calor.



COMPLEXO ECCOA E RESTAURANTE POPULAR.

Foto da autora, 2009

Voltando à questão dos usos atuais dados aos prédios onde funcionavam as usinas ou fábricas de beneficiamento de algodão e à imagem do abandono e da degradação descritas por Antônio Campelo em seu depoimento, apoio-me em Cristina Meneguello (2009), para pensar nos usos de espaços e suas referências originais. Meneguello (2009) formula uma interessante crítica acerca dos sentidos desses usos a partir da análise dos espaços e vazios urbanos. A autora considera que o espaço urbano é um fato estético, por isso “pode vir definido em função do espaço que não é urbano” (2009, p. 128). Nas cidades contemporâneas, a seu ver, isso não se configura entre o construído e o não construído, mas sim, entre o construído e o desconstruído.

Com essa idéia inicial e baseando-se nas categorias “memória e esquecimento”, Meneguello busca compreender a natureza do vazio urbano, associando-o aos processos de desindustrialização:

Devido a transformação na indústria, na ocupação do espaço e na alteração das formas de produção, vastas áreas anteriormente voltadas à produção (moinhos, fábricas) ou ao escoamento da produção (rede ferroviária ou mesmo a área portuária) transformam-se em amplos espaços que, privados de seus usos anteriores, não engendram novos usos do mesmo porte. Assim, os vazios urbanos estendem-se não apenas pelas antigas indústrias, pelos galpões desativados, minas abandonadas, lixões ou de depósitos de resíduos, e todo tipo de infra-estrutura de transporte como ferrovias e antigos portos. Estendem-se pelos empreendimentos que um dia foram desativados, sofreram a ação do tempo e, com a conseqüente degradação natural, transformaram-se em zonas consideradas mortas. Com o avançar do século XX, essa é uma realidade das grandes cidades. (MENEGUELLO, 2009, p. 129)

Associando essa citação à fala anterior de Antônio Campelo, temos, na busca da justificativa dos novos usos das antigas fábricas de algodão, a resolução para o que se pode chamar de “zona morta” ou “vazio urbano” em Sobral, cuja marca era o desuso e o desconforto estético que os prédios causam para o secretário, assim como por parte da população que legitimou a transformação do espaço e autorizou os novos usos. Daí a idéia de revitalização? Ou mesmo requalificação?

Meneguello, insistindo na análise dos vazios urbanos, caracteriza essa categoria de análise adequando-a a um raciocínio moral e toma a definição de Anastassakis, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (2004) para afirmar sua ideia:

O que são vazios urbanos? São áreas ociosas, vazias de todo tamanho. Representam desde grandes glebas até pequenos lotes, ou mesmo ainda prédios construídos ociosos – galpões abandonados ou em centros metropolitanos como São Paulo [...] A existência desses vazios inaproveitados não constitui somente um problema social, de mau aproveitamento do capital investido e de desprezo do patrimônio construído. Constitui um crime ambiental, já que esses deixam de usar uma infra-estrutura projetada e calculada para sua plena utilização, fazendo a cidade buscar novos terrenos, novos territórios para crescer, territórios para urbanizar. A cidade, então, é obrigada, através de entes públicos e/ou privados, a investir em infra-estrutura para transformar terrenos antes rurais em urbanos. (ANASTASSAKIS *apud* MENEGUELLO, 2009, p. 130-131)

Meneguello (2009), apontando para a crítica dos novos usos, acrescenta que todos os espaços definidos com tais atribuições precisam ser transformados em locais de investimentos para não mais carregarem a insígnia negativa da depreciação e da não valorização:

[...] a existência de tais espaços é uma doença a ser sanada, um erro a ser corrigido, um dano urbano. Todos criticam o sub-aproveitamento do espaço urbano, e propõem grandes “gestos” que re-simbolizem esses lugares. São áreas de oportunidade de desenvolvimento econômico, de reestruturação urbana, de transformação da imagem da cidade, de locais possíveis para investimentos. Estão disponíveis. O ícone já envelhecido, continua ativo: o Guggenheim em Bilbao, que aparentemente criou valor no deserto. (MENEGUELLO, 2009, p. 131)

Essa definição moral dos “vazios urbanos” expõe um sentido atribuído por quem geralmente está do lado das políticas de reordenação de espaços de uma cidade e são investimentos públicos ou privados que darão aporte à justificativa dos novos usos tendo muitas vezes a história de um lugar serve como elemento que fundamenta a elevação dos novos usos, ainda que os mesmos não tenham nada com aquele passado, relegado pelas nomeações reconhecidas e moralistas: degradação, abandono, áreas de risco, etc. No caso deste estudo, a história de Sobral assume tal papel.

Valendo-me do raciocínio de Meneguello (2009), reproduzo as perguntas e a conclusão que a autora elabora a respeito dos espaços vazios:

[...] estavam essas áreas esvaziadas de sentidos? [...] Pode qualquer valor ser atribuído a esses lugares? São eles de fato desprovidos de valores e sentidos, ou devem necessariamente esses sentidos serem considerados como vagos, negativos, depreciados? A partir de que lugar vem essa apreciação “moral” aos usos de um espaço, e a partir de que lógica delimitamos espaços positivos ou negativos numa cidade? Dificilmente as lógicas das economias e dos usos deixa espaço para as dimensões de memória e da rememoração. (MENEGUELLO, 2009, p. 131)

Em Sobral, as fábricas foram remodeladas ou requalificadas tanto quanto o espaço onde se situam para dar função a um lugar reinventado, forjado por um presente que demanda modernidade ou vinculação ao não parar no tempo. A “memória difícil” (MENEGUELLO, 2009) dos prédios é preterida para dar lugar a novos projetos e eficácias políticas contemporâneas.

O Museu MADI: uma curta morada na Margem Esquerda



MUSEU MADI
Foto Cedida pela SDUMA



MUSEU MADI
Foto da autora

O museu MADI — cuja sigla significa: Movimento, Abstração, Dimensão, Imaginação — é o único do gênero no Brasil. Funcionou até o ano de 2009 na Margem Esquerda. Esse museu faz parte de um movimento criado pelo artista plástico uruguaio Carmelo Arden Quin e existe em várias cidades do mundo.

O Movimento MADI, criado pelo artista plástico uruguaio Arden Quin, em meados de 1940, pode ser entendido pelo significado das letras M (Movimento) A (Abstração) D (Dimensão) I (Imaginação) e tem no seu conceito a ruptura dos ângulos tradicionais de um quadro. “O Madi desconstruiu a forma tradicional da arte geométrica, fazendo-a sair dos ângulos retos”. O movimento, que nasceu na Argentina, contava, no início, com 10 participantes. Atualmente, pelo menos 100 artistas participam do movimento Madi, que está difundido em vários países. França, Itália e Hungria têm fortes organizações do movimento com uma boa leva de artistas militantes. Também há artistas Madi na Argentina, Japão, Espanha e Estados Unidos. Em Sobral, o Museu Madi Internacional tem como curador o artista plástico José Guedes.⁹⁷

O museu foi inaugurado em Sobral no dia 5 de julho de 2005. Mais de cem peças de arte fazem parte do acervo e, segundo consta no site da prefeitura, “são de valor inestimável”. Esse evento se tornou referência por colocar Sobral na rota do mercado internacional de artes,

Com a criação do Museu, a cultura sobralense ganhou visibilidade internacional, o museu de Sobral é o primeiro do gênero construído no Brasil e também único representante do “Movimento Madi” no País. Ao todo, cerca de 100 obras doadas por artistas Madi do mundo inteiro fazem parte do acervo do Museu. São esculturas, pinturas e desenhos de valor artístico inestimável. A criação do museu Madi em Sobral foi possível graças ao sucesso das edições

⁹⁷ Disponível em <<http://www.sobral.ce.gov.br/comunicacao/novo2/index.php?pagina=cidade/museus.php>>. Acesso em 20/09/ 2010.

dos salões internacionais de artes plásticas realizados no município, promovidos pela Prefeitura, através da Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo. “O nosso compromisso é de que o Museu tenha um caráter educativo, voltado para a formação de novos talentos, procurando mostrar todo o estilo e o conceito do movimento Madi”, lembrou o prefeito Leônidas Cristino, quando da inauguração do museu.⁹⁸

Mas, com as enchentes que assolaram o rio no ano de 2009, a estrutura do prédio que abrigava o museu foi abalada pela infiltração das águas e se tornou inviável a manutenção do mesmo naquele local, que, conforme me explicou o arquiteto responsável pelo projeto da urbanização da Margem, o ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e atual secretário de Cultura e Turismo, Antônio Campelo, aquele nem era um local para a instalação do referido museu. Campelo afirmou que o espaço onde fora instalado o museu teria sido planejado para abrigar um centro de referência, onde as pessoas que estivessem de passagem pela Margem obteriam informações sobre a cidade, sobre serviços, sobre como chegar a determinados locais, etc. O acervo do museu está aguardando liberação de espaço para ser exposto numa das salas do Museu do Eclipse⁹⁹, na praça da Igreja do Patrocínio, parte da cidade também tombada pelo IPHAN.

TERCEIRA ETAPA: As enchentes do rio Acaraú e os momentos posteriores



Fotos veiculadas na internet sem autoria

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ Museu construído em comemoração aos 80 anos de comprovação da Teoria da Relatividade, por Albert Einstein. O museu foi construído no local onde a equipe de Einstein, em 1919, montou o observatório do eclipse, que comprovou a Teoria da Relatividade. Einstein estaria comandando duas equipes, das quais uma foi para a África e a outra a Sobral. A equipe que foi para Sobral conseguiu verificar o esperado eclipse, enquanto que a equipe enviada para a África não conseguiu ver o fenômeno por ter chovido naquele dia e local. Então Sobral passa a ser conhecida mundialmente como o lugar onde a Teoria de Relatividade foi comprovada no ano de 1919, mas Einstein estava acompanhando a equipe que foi para a África.

O fenômeno das enchentes do rio Acaraú não se faz novidade para quem nasceu ou mora em Sobral há muito tempo. É um fenômeno estranhamente temido e admirado ao mesmo tempo, sobretudo por alguns moradores atingidos diretamente. Já estive em residências onde as pessoas marcam na parede o ano da enchente e a altura aonde a água chegou em suas casas, e falam disso com certo orgulho.



Museu MADI, 2009



Museu MADI, Biblioteca, 2009¹⁰⁰

Nas margens do rio Acaraú, esse acontecimento já é esperado todos os anos pelos moradores a partir do mês de janeiro, quando começa o período chuvoso, que geralmente se prolonga até maio. Dependendo do volume de chuvas, as cheias do rio atingem em maior ou menor gravidade a população ribeirinha. Em algumas enchentes, vários moradores perderam tudo o que possuíam, até mesmo a casa, mas não mudaram de local de moradia. Reconstruíram as casas e batalharam pela obtenção dos objetos perdidos.

No ano de 2002, os moradores de Sobral foram informados de que o problema das enchentes seria solucionado com a construção de um vertedouro de águas na Ponte Othon de Alencar e sua respectiva ampliação. O Boletim Municipal de dezembro de 2002 já informava o seguinte:

A construção da Barragem Vertedouro e a ampliação da ponte Othon de Alencar, parceria da Prefeitura Municipal de Sobral com o Governo do Estado do Ceará, trará grandes benefícios para a população de Sobral, principalmente para a população ribeirinha. O objetivo primordial dessas obras é o de lazer e paisagismo, além de fornecer infra-estrutura adequada para atender as necessidades básicas da população. A obra da barragem encontra-se com 90% de sua etapa de concretagem executada e o fornecimento e montagem das comportas estão em andamento. A obra de alargamento da Ponte está com todas as vigas concretadas, encontrando-se com 50 % das obras concluídas. (BOLETIM MUNICIPAL de 27 de dezembro de 2002)

¹⁰⁰ Essas fotos foram veiculadas pela imprensa local.

Em agosto de 2003, a obra era evidenciada no sítio virtual do Governo do Estado do Ceará, informando o seguinte:

Sobral, com 145 mil habitantes e uma área de 2.129 km², é um dos maiores municípios do interior do Ceará. Considerado um respeitado pólo da indústria calçadista do Estado, seu território abriga uma das maiores fábricas de calçados do Brasil (Grendene), gerando emprego, renda e desenvolvimento. O rio Acaraú, um dos mais importantes da região norte, faz parte deste contexto, sendo de extrema importância para a população que vive às suas margens ou não. Vale destacar o valor que representa seu potencial hídrico num clima semi-árido, e para um município do interior. No âmbito das obras estruturantes que estão sendo realizadas em todo o Estado, a urbanização do rio Acaraú é uma ação localizada que abrange a sua margem esquerda, no trecho que passa dentro do município de Sobral, "80% dos trabalhos estão em andamento", garante o engenheiro do Proub, Newton Mourão. Esta área possui uma população ribeirinha que atravessa o rio diariamente, necessitando utilizar barcos como o principal meio de transporte. Das casas os dejetos escorrem diretamente para o rio e a população não possui área de lazer. O cenário será diferente dentro de pouco tempo. O Governo do Estado, por meio da Coordenadoria de Políticas Urbanas, da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), está realizando o aterramento com o intuito de evitar enchentes na época de invernos rigorosos, a construção de um calçadão com duas praças, um belvedere (tipo de mirante que servirá para a população contemplar a paisagem), anfiteatro, memorial, áreas verdes, sistema de drenagem e irrigação (que conservarão irrigados os espaços arborizados), ciclovia, estacionamento, quadras de esporte (vôlei e futebol), atracadores para os barcos que possibilitarão a população a travessia do rio com mais segurança e conforto. Além disto também será concretizado nesta área iluminação, drenagem e esgotamento sanitário. Os recursos são no valor de R\$ 6,7 milhões, financiados pelo convênio entre o Governo do Estado - via Banco Mundial / Proub - e Prefeitura Municipal de Sobral.¹⁰¹

Governos estadual e municipal, em sintonia, afirmavam ser esse o fim do drama das enchentes do rio Acaraú, ao menos naquele trecho do rio. No entanto, ao iniciar o ano de 2004, quando a cidade se preparava para receber a conclusão da obra, o período chuvoso, alegremente aguardado pelos nordestinos, sobretudo aqueles que vivem em áreas quentes como Sobral, veio e como já disse Luiz Gonzaga na canção "Súplica Cearense": "o sol se arretirou, fazendo cair toda chuva que há".

As águas das correntezas do rio arrastaram toda a obra. A população da cidade, sobretudo a ribeirinha, cobrava explicações ao poder público sobre o desastre que, com a obra, só foi pior. A inauguração, que estava prevista para janeiro daquele ano, foi adiada e Cid Gomes e o Governo do Estado tiveram que se explicar sobre o ocorrido. Alguns moradores afirmaram que

¹⁰¹ Disponível em <http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=10111>. Acesso em 20/01/ 2010.

Cid Gomes chegou a ir visitá-los e, chorando, pediu-lhes perdão pelo ocorrido. Esse fato foi espalhado por toda a cidade, como forma de fazer com que a população visse naquele ato, além da aceitação de uma culpa com a súplica do perdão, a humildade no gesto do então prefeito. Os opositores logo criaram a versão de que o choro havia sido em decorrência do fracasso da obra. Em depoimento cedido à revista *Entrevista*, Cid Gomes rememora o seu gesto afirmando ter se comovido com a situação dos moradores e com a tensão do momento:

Eu sinceramente não chorei lá, na hora, no local da obra. Fiquei lá vendo a água subir. Fui andando. Lembro-me bem disso. À noite, fiquei sozinho lá, andando. Assim, a água não era uma água corrente, era tranquila, então, eu fiquei andando, a água aqui acima do joelho. Mas não foi lá que eu chorei, não. Eu chorei não foi em função daquilo, da obra. Foi uma besteira, aquilo dali. Aquela obra é feita para ser molhada, pra ser lavada; melhora a grama, melhora tudo. *(Com aquela obra)* teve um problema numa pequena área de 1 quilômetro e 200 metros, num trecho de 100 metros; houve uma supressão, *(porque)* foi feito um aterro de areia, a água infiltrou por baixo e pressionou pra cima e uma coisa (...) de piso industrial rompeu. Mas a gente depois refez, colocou uma laje e mudou o piso. Fizemos uns pisos verdes, para diminuir essa supressão, de maneira que pode lavar de novo e não terá nenhum problema na obra; a obra foi feita pra isso, pra ser lavada mesmo, por que aquele rio vai sempre ter enchentes. Eu acho essa coisa de eu ter chorado foi porque a enchente encheu lá a margem do rio, mas desabrigou muita gente. E eu estava emocionalmente instável, por conta de toda a tensão, e tinham pessoas, famílias desabrigadas e tal. E, numa reunião em que eu fiz um apelo para as pessoas colaborarem e tal, eu me emocionei, eu chorei. Mas não foi por conta da obra em si não, porque a obra *(ter sido inundada)*, eu repito, não tem nenhum problema não. (REVISTA ENTREVISTA, 2008, p. 99)

O episódio do choro de Cid Gomes desconstrói a imagem que os sobralenses têm do homem racional e calculista. Naquele momento, o político foi afetado pelo mal que poderia estar causando ao seu “povo”. A descrição que ele mesmo faz do ato de permanecer sozinho olhando a água subir, andar com água acima dos joelhos, remete à cena de Cristo andando sobre as águas. Há algo de divino na imagem produzida pela descrição e na intenção do ato. Os moradores da cidade e a imprensa local comentavam como algo extraordinário. Uma expressão aberta de sentimentos, em que o impessoal dá lugar ao íntimo para prender ou desviar a atenção das pessoas (SENNET, 2002) para o fato criado em decorrência do “erro” técnico.

As campanhas de solidariedade foram articuladas e divulgadas na imprensa em prol dos desabrigados. Lembro que o *slogan* de uma das campanhas era “Sobralense até debaixo d’água”, evocando a solidariedade para ajudar os “irmãos” sobralenses vítimas das duas maiores

catástrofes do governo Cid Gomes: o fracasso da urbanização e, de carona, a promessa do fim dos problemas com as enchentes.

Após as chuvas, as águas do rio baixaram e um novo investimento do governo federal foi injetado na cidade para a recuperação da obra. No mês de maio de 2004, a urbanização da Margem Esquerda, com a ponte vertedoura e o espelho d'água, foi inaugurada com a presença do então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, o governador do Ceará à época, Lúcio Alcântara e o então prefeito Cid Ferreira Gomes. O espetáculo da inauguração ainda teve a participação do cantor Lulu Santos, com show gratuito para a população. Abaixo segue o texto publicado na página virtual da Secretaria Municipal de Infraestrutura da cidade, divulgando a obra e suas “benesses”:

O rio Acaraú teve um papel determinante no processo de expansão urbana. A municipalidade realizou a reconciliação da cidade com o rio, integrando o centro histórico, um bem tombado pelo Iphan, com seu casario e igrejas, à margem oeste do Acaraú, com a construção de uma área com relevante aporte paisagístico. Em outubro do ano passado a população sobralense recebeu da Prefeitura Municipal, a Margem Esquerda, local que mudou o cenário da cidade de Sobral e possibilitou a urbanização com humanização do leito do rio. O projeto executivo de arquitetura que teve como finalidade a preservação paisagística, delimitado ao norte pela ponte Othon de Alencar, ao sul pela ponte Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, contemplou o templo histórico da cidade. O projeto compreende uma área de proteção ambiental, com a formação permanente de um espelho d'água, uma espécie de lago, tornando o clima mais ameno, com uma barragem vertedouro, na ponte Othon de Alencar. A barragem, que tem altura de 2 metros e 70cm, possui capacidade de acumular dois milhões de m³ de água. Para a construção dessa nova área de lazer, a Prefeitura investiu também em projetos de saneamento, cuja finalidade era salvar o leito do Acaraú da carga de resíduos poluentes que eram gerados no centro da cidade e bairros da periferia. urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú compreende uma área de 8 hectares bem distribuídos, com anfiteatro, memorial, mirante, praça cívica, praça do artesanato, iluminação moderna, paisagismo, atracadouros, ilha de repouso, quadra de esportes e de lazer, estacionamentos e ciclovias. O local passou a contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico, urbano e cultural do município, sendo utilizado por todos os sobralenses e visitantes como uma excelente opção de lazer em todos os dias e, principalmente, nos fins de semana. Mas a Prefeitura não pára por aí, em breve, entregará a toda a população mais duas grandes obras que complementarão o cartão postal da cidade: a Biblioteca Municipal e a estrutura física da Escola de Cultura Comunicação Ofícios e Artes - ECCOA. Hoje, a Margem Esquerda é o cartão postal da cidade. É notável, o bem que o local vem fazendo a todos.¹⁰²

¹⁰² Disponível em <<http://www.sobral.ce.gov.br/sec/sdi/margem.htm>>. Acesso em 20/09/2010.

Os anos se passaram, mas as enchentes continuaram sendo uma ameaça para os que vivem nas margens do rio, pois estes já não acreditavam mais que a obra, mesmo com a reforma, conseguisse conter águas de um “inverno brabo”¹⁰³. Em 2009, o fenômeno voltou a acontecer com intensidade ainda maior que no ano de 2004. A catástrofe deixou a cidade em estado de alerta e foi noticiada em nível nacional. Foram chuvas muito fortes, e as cheias atingiram diversos municípios. O Ceará, assim como outros Estados do Nordeste, ficou em estado de calamidade pública, como também o Piauí. Por mais uma vez a população ribeirinha do Acaraú teve que depender da solidariedade alheia para superar as perdas. Elas, contudo, não foram significativas o suficiente para retirar da margem esquerda os moradores do casario tombado, nem mesmo os mais atingidos pela inundação.

Quando vi as notícias sobre as inundações e os estragos da enchente em 2009, pensei que aquele seria o momento propício para a Prefeitura de Sobral anunciar a remoção das casas das margens do rio, sobretudo da margem esquerda. No entanto, ninguém foi retirado e as casas permaneceram no lugar.

O que não permaneceu no lugar foram alguns equipamentos construídos em 2004: O Museu MADI, os piers e um monumento em formato de farol que ficava dentro do rio, parte do calçadão e ciclovias. As águas também atingiram a Biblioteca Lustosa da Costa, mas o acervo de livros foi salvo e não houve maiores danos na parte técnica.

O acervo do Museu MADI foi salvo, mas o prédio ficou completamente deteriorado e sem condições de abrigar as obras de arte após a enchente. Uma funcionária da Coordenação de Planejamento Urbano de Sobral, em conversa comigo, afirmou o seguinte: “*Eu fui chamada no meio da madrugada para correr pra salvar as obras do MADI. Foi uma loucura naquela madrugada, um inferno!*”¹⁰⁴. O acervo de “valor inestimável”, como já foi colocado em tópico acima, teve como destinação o Museu do Eclipse, e a Margem Esquerda passou por nova recuperação, o que custou aos cofres públicos o valor de oitocentos mil reais e, mais uma vez, a promessa de que com isso as inundações seriam evitadas, conforme o então secretário de Infraestrutura do município, Irismar Azevedo Filho, em entrevista ao jornal *Diário do Nordeste*, de 05/11/2009:

¹⁰³ Não temos inverno no Nordeste. Temos sim uma estação chuvosa, chamada de inverno pelos nordestinos. E inverno brabo é uma forma de qualificar as chuvas quando são em grande volume e causam enchentes nos rios.

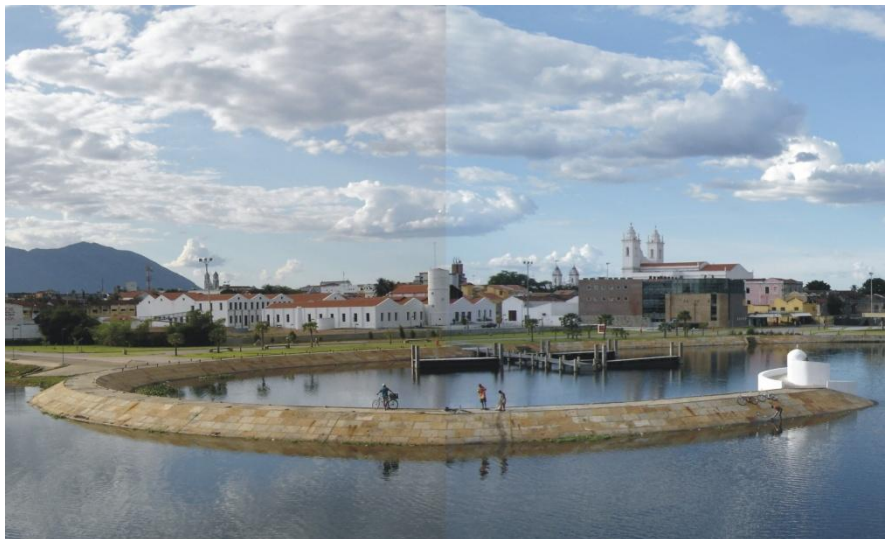
¹⁰⁴ Anotações de diário de campo, janeiro de 2010.

A estrutura do novo calçadão contará com muros de concreto, onde antes não tinha, que servirão como paredes de contenção para, em seguida, receberem as camadas de areia. "Vamos construir esses muros que servirão de contenção em caso de uma erosão provocada pela cheias do rio, para em seguida construir um piso de concreto que receberá o acabamento final."¹⁰⁵

O arquiteto responsável pela obra da Margem Esquerda, atual secretário de Cultura do município, afirma em entrevista a mim concedida, que todas as inundações (2004/2009) se deram em consequência de um erro de cálculo do engenheiro que pensou a barragem vertedoura, assim como assume que o aterro que projetou não deveria ter a dimensão que tem, e afirma isso como forma do que ele mesmo qualifica como uma autocrítica:

se aquele projeto fosse feito hoje por mim eu não teria... o aterro, não teria aquela dimensão. Eu teria sido menos propício à visão do grande espaço, eu teria restringido, porque eu só fui me apropriar da dimensão verdadeira do rio quando eu vi as chuvas, né. E eu não tive receio por que eu perguntei pro... (Engenheiro), se podia aterrar aqui e ele disse, pode. E ele disse perfeitamente que podia aterrar, e isso foi o que ocorreu. Mas hoje, mesmo se ele não tivesse me dito isso, eu... eu não, nossa equipe, à luz do que conhecemos hoje sobre o rio e sobre a localização, eu teria sido menos ousado no redesenho da margem do rio. (Entrevista realizada em 03 de março de 2010)

Assim, fica clara a não preocupação com o curso natural do rio e com a população que vivia ali há muito tempo. A confiança nos os saberes técnicos foi mais vigorosa e rica em falhas também.



ANTES DA ENCHENTE de 2009.
Foto cedida pela SDUMA.

¹⁰⁵ Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=687400>>. Acesso em 23/09/2010.



TRECHOS DA MARGEM ESQUERDA PÓS-ENCHENTE de 2009.
Foto da autora.

Conversando com os moradores sobre como foram para eles os momentos das enchentes, a maioria respondeu já estar acostumado com esse fenômeno. Entretanto, esperavam que a urbanização realmente resolvesse o problema. Tendo em vista que o esperado não aconteceu, em 2009 muitos deles permaneceram em suas casas inundadas. Não saíram mesmo correndo o risco de as casas desabarem. Alguns moradores foram encaminhados para abrigos, como é o caso do Sr. Batista, que permaneceu lá por pouco tempo, logo retornando para sua casa, com muita lama, como me descreveu. Perguntei por que voltou, ele respondeu: “*pra tomar conta do que é meu*”.

Essa frase do Sr. Batista foi reveladora do sentido, nesse caso, do que é patrimônio para ele. A casa é o seu patrimônio. Objetos podem ser levados pela água, mas ficar na casa é uma espécie de garantia de que ela não seria perdida. Mesmo que fosse carregada pelas correntezas, a sua presença no terreno garantiria erguer seu lugar de moradia naquele espaço novamente. Reflexão semelhante é feita por Izabela Tamasso (2005) ao analisar a situação de crise desencadeada com os usos do sentido de patrimônio entre os moradores da antiga Vila Boa de Goiás ou Goiás Velho, após a grande enchente do rio Vermelho no ano de 2001:

Esse sentido social de crise, revelador que foi, permitiu uma interpretação antropológica do confronto entre usos plurais da categoria “patrimônio” – em meio à diversidade de artefatos, privados e públicos, sagrados e profanos, pessoais e coletivos – e a lógica de conservação patrimonial. (TAMASSO, 2005, p. 199)

O enfoque dado pela autora é sobre a perda das casas e objetos valiosos por se constituírem em relíquias e lembranças de família, “guardiões da imagem do sujeito” (BOLE, 1994 *apud* TAMASSO, 2005).

No caso dos moradores da Margem Esquerda do rio Acaraú, a preocupação que vejo mais pujante é com a perda do lugar de moradia. Tudo o que importava era assegurar a casa e, caso fosse, o terreno para erguer outra. Enquanto isso, a imprensa local e do Estado evidenciava notícias e imagens da água atingindo os equipamentos construídos e requalificados pelo poder público em 2004.

Nas entrevistas com os moradores da Margem Esquerda, quando toquei no assunto enchente, cada um me contou a atitude que tomou e por que agiu daquela maneira. Dos entrevistados, como já enfatizei acima, um foi para um abrigo, mas logo retornou para sua casa. Os outros permaneceram nas casas, mesmo com água. Vejamos os depoimentos logo abaixo:

Ô meu deus, as enchente deixa a gente um pouco triste, por que você sabe a gente tá vendo aquele rio encher. Aquela maravilha e daqui a pouco, de momento você vê o rio invadindo a gente, o rio invadindo a casa, aquilo... A gente fica nervosa, se sente muito abatida. Mas isso é uma coisa de Deus, ninguém pode reclamar nada, né? Que nós tamo aqui pra mode receber tudo que vier em nome de Jesus, de Deus. Mas que bom, não é não? É bom por um ponto assim, por que o rio fica cheio! A gente fica tomando banho, lavando roupa na calçada, é bom, demais, por um ponto! Mas a gente fica com medo à noite. Por que à noite minha filha, menina, era tanta pancada nas porta: VRÁ, VRÁ! As porta réa dentro de casa. Quando o rio ia secando, tá aqui o tamanho da curimatã (peixe de água doce típico, do rio Acaraú) que nós pegava dentro de casa! (Risos). É divertido, é divertido. Mas a gente fica com medo! A casa aqui foi atingida muito. Com água aqui ó... Então agora eu arrumei, ajeitei, subi tudim o tamanho da casa. Era bem pequenininha. Agora se a água vier, vai lavar só aqui, mas não vai entrar. (Entrevista realizada em 07 de março de 2010)

— *Ave Maria! Nesse lugar aqui é ótimo, né? Nesse lugar aqui é ótimo, né? Era muito ruim por que tinha muita lama, mas depois que o Cid fez aqui, ficou uma beleza! Ficou muito bom aqui. Agora no inverno é que as vez...ano passado, deu enchente três vez. Todas três vez entrou dentro de casa, mas nós não saímos. Ficamos com água dentro de casa. Lavava roupa dentro de casa e nós dentro de casa.*

— *Por que vocês não saíram?*

— *Por que não!*

— *A senhora tinha medo?*

— *Tinha não. Eu achava era bonito (riso). Eu achava tão bom! Eu achava era bom!*

— *A senhora não teve medo da casa cair? nem de acontecer alguma tragédia maior?*

— *Tive não, minha filha!*

— *Em quem a senhora confiava pra ser tão...*

— *Em Deus... Ele é forte mesmo. Eu confiava Nele. Saímos não. Não saímos mermo!*

(Entrevista realizada em 09 de março de 2010)

Eu sou um ribeirinho. Moro na beira do rio. Inclusive na enchente do ano passado eu não saí, eu fiquei. Entrou água aqui. Eu peguei meus móveis, coloquei em cima da cama, que é de alvenaria e continuei. Eu dormia numa rede. E a água em baixo da rede. Acordava com o pé

dentro d'água... além de ser um ribeirão, eu posso considerar que moro no centro da cidade. Eu moro perto de tudo. Eu vou no centro a pé, vou no supermercado. Então isso é uma coisa que me acostumei... eu não me vejo morando em outro bairro. Eu adoro o meu bairro. (Entrevista realizada em 03 de março de 2010)

Nas falas acima, encontramos uma clara resistência no ato de permanecerem nas casas mesmo inundadas. A permanência evoca a coragem de enfrentar a enchente e o receio da perda do lugar de moradia. O último depoimento ainda resgata o diferencial de sentidos entre o habitar o Centro de Sobral e habitar em outros bairros da cidade. O pertencimento é a chave do entendimento e valorização do patrimônio-casa, neste caso.

Os moradores deixam pistas mais fortes de sentimento de pertença ao lugar, fato que não descarta uma desordem na vida destas pessoas, caso venham, além de perder objetos, ter sempre que arcar com as despesas de reforma do seu patrimônio. Mesmo assim, a providência divina é uma garantia para a posteridade. A despeito do sensacionalismo que a mídia divulgava, mostrando as perdas e prejuízos contra o patrimônio/monumentalização, chamou-me atenção o humor com que os moradores narraram uma espécie de beleza e forma de convivência com a tragédia: a água dentro de casa, dividir espaço com peixes.

A astúcia dos moradores da margem esquerda levaram-me a concluir que pior do que conviver com a tragédia — mais nociva neste caso ao poder público —, para eles, era perder suas casas: seu único patrimônio. Aqui vejo uma tensão instaurada, ainda que silenciada nos depoimentos dos entrevistados. A permanência deles nas casas, mesmo que essas viessem a cair, parecia dar a garantia de que eles não abandonaram seus patrimônios. A mídia não está preocupada com isso, eles estão! E a materialidade e símbolos mais importantes residiam no casario (TAMASO, 2005).

A seguir, apresento os moradores e outros usuários da margem esquerda e do rio Acaraú que considere fundamentais para enriquecer com suas narrativas os sentidos do lugar, bem como os interesses que o ressignificam a partir de suas práticas.

5.1 Práticas e experiências que tecem a dinâmica do lugar: moradores e usuários no cotidiano da Margem Esquerda

“O lado das casas voltado para o rio, era só lama. Aqui era um riacho cheio de folha, de cocô. Era lama, era tudo... ninguém podia comer na cozinha... aqui não tinha um banheiro, não tinha nada... era uma coisa horrível!”, assim me descreve o que era a Margem Esquerda, uma moradora que vive no lugar há trinta anos. Um outro morador me afirmou que ali também havia muito mato e que isso servia de esconderijo para ladrões, o que causava maior repercussão negativa do lugar. Além disso, as pessoas jogavam animais mortos e lixo no rio.

Todos esses moradores vivem na popularmente conhecida Rua da Palha, nomeada oficialmente Rua 23 de Setembro. A nomeação oficial foi preterida por Rua da Palha por conta das casas de palha que havia há muitos anos na rua. Alguns dos moradores que entrevistei afirmaram ter morado nas casas de palha, assim como também ter morado em casas de taipa ao chegarem naquela rua. Alguns tinham esse tipo de morada até o início da urbanização e sempre se referiam à Rua da Palha quando falavam de seus vários anos de morada no local. De cinco que entrevistei, dois afirmaram lembrar-se das fábricas de algodão – embora não tenham trabalhado nelas –, assim como se lembram do rio e de suas margens para além do lugar fétido e sujo, já apontado.

Maurício é um desses moradores. Ele tem quarenta anos e mora na margem esquerda do rio desde que nasceu, com exceção de um tempo que migrou para o sudeste brasileiro. Seus pais nunca saíram dali. O pai já faleceu e a mãe ainda vive, mora numa casa ao lado da sua, que foi comprada quando ele retornou de São Paulo, cidade onde morou por dez anos. Maurício falou sobre o lugar o que outros moradores também falaram. Acentuou a sujeira, a violência, a falta de atuação do poder público no local, e acrescentou algo que me chamou atenção: o lazer que era praticado no rio mesmo com toda a poluição. Outros moradores me falaram sobre o assunto, mas não deram a evidência que Maurício deu e que resolvi destacar para enfatizar os diversos sentidos dados ao lugar. Nem tudo era péssimo ali e por mais que a face negativa se sobressaísse, havia uma afeição histórica com a beira do rio, que é traduzida somente pela experiência de moradia e vida:

esse rio era uma vida pra nós. Ainda hoje a gente sente falta e lembra. O banho de manhã, aquela água fria. O banho à noite. Papai chegava da oficina e eles costumavam tomar banho devido ao fato da gente não ter água em casa, né? Então aqui era um contato muito gostoso com a natureza. Eu adorava o banho

no rio. Acompanhava minha mãe quando criança. Enquanto ela tava lavando roupa, eu tava brincando na areia, tava tomando banho. É uma lembrança muito linda do passado.

(Entrevista realizada em 03 de março de 2010)

Nesse trecho do depoimento de Maurício, outros achados me conduzem para aguçar a importância da noção de experiência no lugar ao falar de sua mãe lavando roupas no rio. Quando ele falou isso, veio-me à mente perguntar quem ele achava que era “a cara da beira do rio”. Imediatamente ele respondeu:

A minha mãe. Ela praticamente – e eu achei incrível, por que não acontece mais isso – ela comprou a casa dela trabalhando no rio, lavando roupa... Hoje ela tem 76 anos... Lavando roupas pras pessoas, lavando e engomando conseguiu comprar a casa... Hoje é difícil ouvir uma história que uma lavadeira conseguiu comprar uma casa, né? Mas ela eu considero uma guerreira, por que trabalhando, ela mesma diz: ‘desse rio eu sustentei meus filhos’, tirava o sustento dos filhos lavando e passando. (Entrevista realizada em 03 de março de 2010)

A presença do rio na vida dos moradores de suas margens tem relação com suas próprias existências materiais, suas vidas. O sentimento de pertença não só é viabilizado pela moradia. Acrescido a isso vem a memória de um tempo, que traz em si as marcas do árduo trabalho de lavar roupas e revela a exposição de um orgulho de estar ali, de ter tirado dali o sustento e dali só sair quando morrer. A percepção de insegurança, sujeira, violência simbólica, dá lugar a um outro olhar: o prazer de pertencer àquele trecho da cidade, com todos os seus percalços.

O sentimento de pertença e a experiência de vida na beira do rio revela um outro aspecto do sentido dado ao lugar, que exprime a própria história de vida cotidiana de alguns moradores. Assim como Maurício, ouvi informalmente outras pessoas falando sobre o rio e suas vivências no local, por seus avós ou eles próprios, terem morado ali, em algum momento da vida, ou ainda morarem. No caso específico de Maurício, há uma relação afetiva com o lugar que interfere nas suas representações cotidianas da beira do rio por conta das relações de parentesco e de relíquias de uma vida que quer preservar a sua tradição familiar, ou seja, ele está ali por que é o lugar onde nasceu, onde o pai morreu e onde a mãe vive. Assim, ouvi de outras pessoas depoimentos parecidos, construções de vidas que ultrapassam ou nem se aproximam do valor do patrimônio com suas insígnias heroicas e imagens de outros tempos não vividos por eles, seus parentes ou vizinhos. Retomo essa questão ao longo do texto com outras abordagens, pois ela aponta para outro olhar sobre o patrimônio, que não é o valorizado pela monumentalização e sim o que

abarca o “tempo social”, a “experiência cotidiana” de moradores que atribuem sentido diferente do atribuído pelo poder público ao que consideram ser seus patrimônios.

De acordo com Tamaso (2006, p. 201), “O ‘tempo social’, aquela porção da experiência cotidiana, é reduzida ao prognóstico coletivo, dado pelo ‘tempo monumental’, redutivo, genérico e focado em um passado constituído por categorias e por estereótipos...”.

Assim, o relato de Maurício se interpõe de maneira significativa para abrir neste texto uma análise das tensões cotidianas, que são próprias dos lugares portadores de bens patrimoniais, sobretudo nos aspectos: público/ privado e indivíduo/sociedade, que, segundo Isabela Tamaso (2006), consiste em um conflito “endêmico ao patrimônio”.

Os acontecimentos na margem esquerda causaram diversas modificações nos seus usos e na sua estrutura desde o início da “revitalização”, o que será explorado nos próximos parágrafos por possibilitar o entendimento do sentido que hoje é dado ao lugar para quem o vivencia, seja morador, seja outro tipo de usuário.



1.



2.



3.



4.



5.



6.

FOTOS DA AUTORA, 2010 (todas feitas a partir da margem direita)

É interessante observar, na sequência das fotos acima, que o trecho tombado na Margem Esquerda começa na Ponte José Euclides Ferreira Gomes (Foto1), próximo à rodoviária, e vai até o monumento (Foto 5) que se localiza na frente do quintal da residência do Sr. Luciano Arruda, pessoa bastante citada pelos moradores entrevistados, que afirmaram ter sido ele o maior responsável por não terem construído um paredão isolando aquele casario da obra de urbanização. Vale ressaltar ainda que o Sr. Luciano Arruda é pai de Clodoveu Arruda – o Veveu, como é conhecido popularmente –, que, na campanha pelo tombamento da área central de Sobral, era o Secretário Municipal de Cultura e Turismo da cidade. No segundo mandato de Cid

Gomes, foi o vice-prefeito e, em seguida, diretor do Escritório Regional do IPHAN no Ceará. Atualmente é prefeito de Sobral.

Há fluxos de pessoas em todos os períodos do dia na Margem Esquerda. Geralmente durante as tardes é possível ver uma maior intensidade de passantes pelo lugar, praticando atividades de lazer (esportes nas quadras e campo de futebol, caminhadas, namoro, crianças nos gramados etc). Pelas manhãs o movimento existente resume-se praticamente à travessia do rio feita pelos moradores do bairro Dom Expedito, que se deslocam até o Centro para trabalhar, estudar ou realizar outras atividades, ou mesmo de pessoas que moram em bairros do lado esquerdo do rio que vão para o lado direito trabalhar, estudar, etc. Há uma frequência maior de pessoas em algumas edificações da margem durante o dia, por conta da função que exercem naquele lugar, são elas: a ECCOA, o Restaurante Popular (o “um real”) e a Biblioteca Lustosa da Costa. Nesses locais, com exceção do Restaurante Popular, não há grandes aglomerações, embora muitos moradores da cidade ou pessoas que estão de passagem usufruam dos seus serviços.

Apesar de ser um local propício, a Margem Esquerda não conta com uma rede de comércio no ramo de restaurantes e bares. Com exceção do restaurante popular, há um outro, o *Delícia.com*, localizado ao lado da Igreja das Dores, que possui um cardápio variado, direcionado a uma parcela da população mais abastada financeiramente. No mesmo prédio já funcionaram outros restaurantes que foram à falência mesmo após a urbanização. Mais recentemente foi inaugurado o *Bar dos Amigos*, situado na parte não tombada pelo IPHAN.

Há proprietários de algumas casas na área tombada que transformaram as suas calçadas e ruas em bares ou pontos de venda de churrasquinho, o que contribui de forma complementar em sua renda mensal. Os bares tem frente para a rua da Palha ou 25 de setembro. A maioria deles utiliza as calçadas das casas e a rua para colocar suas mesas e cadeiras por que o espaço das casas é muito pequeno. Abrem os estabelecimentos durante as noites ou em finais de semana, ao som alto de forró e outras músicas do “povão”, como me informou uma cliente do bar do Maurício, que é proprietário de um desses bares e faz deste um complemento para o seu sustento e de sua mãe. O público frequentador não se restringe aos moradores da Rua da Palha e seu entorno, pois pude verificar a presença de várias pessoas de outros locais da cidade, que ali vão por que a “cerveja é gelada e o churrasquinho é bom e barato”. Ao lado do bar do Maurício, há um senhor que vende churrasquinho, o qual é bem famoso pelo sabor e preço. O proprietário do

negócio não cedeu entrevista, mas em conversas rápidas afirmou que começou com o empreendimento bem antes do Maurício e que o bar deste só aumentou a sua venda de churrascos, principalmente nos fins de semana, quando há um maior número de frequentadores.

A opção de abrir os bares na Rua da Palha e não na beira do rio se deve ao fato de haver uma regra estabelecida pela Prefeitura que não permite a abertura de comércio do gênero usando os gramados e os calçadões da Margem Esquerda, assim como proíbe a passagem de automóveis e motocicletas, reservando para esses veículos estacionamentos apropriados, conforme me informou o arquiteto Antônio Campelo em entrevista realizada em março de 2010.

Apesar dessa regra, há uma moradora que tem um carrinho de venda de gêneros alimentícios (bombons, pipocas, milho verde, docinhos, cocada, cachorro quente) e bebidas (água mineral, água de coco, refrigerantes, cerveja) na margem. Essa moradora estaciona seu carrinho no calçadão, em frente à porta de seu quintal. Ela é uma das poucas que possuem a casa separada da margem por um muro com um portão de acesso. Paga à prefeitura uma taxa anual de R\$ 50,00 para manter o seu negócio ali de segunda a domingo, das 17h às 21h. Além dela, só vi algumas vezes um senhor vendendo milho verde num isopor. Ele não tem um ponto de venda fixo e caminha de um lado para outro na margem no intuito de *“ganhar um dinheirinho”*, como me falou. Ele mora no bairro Dom Expedito e atravessa do lado direito para o esquerdo de canoa, *“por que é mais barato”*, como enfatizou.

Os horários que compreendem os finais de tarde e início das noites são os momentos em que o fluxo de transeuntes é mais intenso na Margem Esquerda. Depois da urbanização, a cena mais comum de se ver, no final da tarde, além das pessoas que fazem *cooper* e praticam esportes nas quadras e ciclovias e demais equipamentos para fisiculturistas, são os moradores sentados nas portas de suas casas conversando, no que sobrou de seus quintais destruídos e tomou forma de altas calçadas, tomando um cafezinho com visitas ou vizinhos, observando o movimento do calçadão ou mesmo fazendo alguma atividade caseira como apanhar roupas dos varais dispostos em árvores ou postes do gramado, lavar algum utensílio doméstico, catar a cabeça dos filhos, varrer, etc.

Interpreto isso como uma espécie de invasão de privacidade nas casas dessas pessoas, por conta do que se pode ver do interior das mesmas. Uma exposição que antes existia e que não foi decidida pelos moradores e que, de alguma maneira, incomoda muito mais a quem está ali de passagem fazendo *cooper* ou passeando, pois já ouvi pessoas comentando, ao caminhar, o quanto

acham feio os animais que os moradores criam estarem expostos *no gramado tão bonito*. No entanto, quando perguntei a vários moradores se achavam que estavam expostos ou se sentiam suas casas “invadidas” pelos olhares dos que passavam nos calçadões e ciclovias, nenhum respondeu afirmativamente, e como me informou uma moradora, “*eu é que acho bonito eles passarem ali*”. Outro morador, que mora no local há setenta anos, acha que estão sendo privilegiados por quem passa ali, pois antes era só mato.

Alguns moradores me informaram que a prefeitura não lhes avisou sobre o que seria feito com suas casas, se permaneceriam ou não no local, quando iniciaram as obras da urbanização. Daqueles que entrevistei, somente um afirmou ter sido avisado sobre o que aconteceria no lugar. Como salvaguarda para justificar que a população da cidade sabia o que seria feito, a Coordenadora de Planejamento Urbano, que assumiu o cargo até 2008, me informou que a obra da urbanização da Margem Esquerda do rio Acaraú, assim como a construção do Boulevard do Arco, estavam previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)¹⁰⁶ desde 1999. Cabe evidenciar que, apesar do referido PDDU ter sido aprovado em fórum coletivo, não havia uma organização da sociedade civil nos moldes determinados pelo Estatuto da Cidade, como por exemplo, a presença de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano coordenando as discussões e decisões. A criação do Conselho só aconteceu de fato no início do ano de 2009, quando ocorreu a revisão do PDDU, o qual passou a se chamar Plano Diretor Participativo (PDP). Assim, a criação do PDDU, bem como sua revisão, ficaram sob a supervisão e coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente¹⁰⁷, órgão ligado diretamente à Prefeitura de Sobral.

Avisados do que lhes aconteceriam ou não, nenhum dos moradores que entrevistei participou dos fóruns do PDDU e, mesmo após a urbanização, nenhum tipo de organização ou associação de moradores da beira do rio foi criado para reivindicar por qualquer problema que fosse.

A consequência primeira da urbanização foram as cercas dos quintais derrubadas para o início das obras, sem nenhuma indenização pela perda do terreno. Uma moradora relatou o

¹⁰⁶ Haverá uma discussão específica sobre o PDDU em outro capítulo da tese.

¹⁰⁷ Essas informações foram frutos de uma pesquisa que fiz para a realização de trabalho final da disciplina Tópicos Avançados em Cultura e Política II, ministrada pela Professora Evelina Dagnino, para obtenção de nota de avaliação final. O objetivo da disciplina era *discutir algumas questões referentes ao processo de construção democrática no Brasil, sob a ótica das relações entre cultura e política*. Escolhi como tema do trabalho o PDDU de Sobral, sua concepção e sentido para a população sobralense.

seguinte: “só vi o povo trabalhando, mas nunca vieram falar com nós não. Eu pensava que eles ia derrubar as casa, né?[..]. Mas derrubaram o quintal. O quintal eles derrubaram, mas as casa eles não buliram não... Minha filha, nem que a gente quisesse eles derrubava sempre” (Entrevista realizada em 09 de março de 2010). Ao perguntar-lhe sobre a indenização pela perda do terreno, ela respondeu: “não recebemos nada, nada, nada! Só passaram o trator, derrubaram tudo” (Entrevista realizada em 09 de março de 2010).

Isso me faz pensar num ato de violência que se exerceu sobre esses moradores e no quanto se resignaram para não saírem ou perderem suas residências. E, de fato, só não as perderam por elas terem sido incluídas no tombamento da área.

Nesse caso, após a retirada dos quintais, no lugar da expulsão de moradores em prol do enobrecimento de determinados espaços, houve um processo de disciplinamento das calçadas e organização das pequenas casas e terrenos, muito embora ainda haja casas de taipa no local. Houve também uma valorização dos imóveis, o que passou a render assédios de empresários do ramo imobiliário para a compra das casas e terrenos na margem do rio.

Alguns dos moradores afirmaram que os valores dos aluguéis dos imóveis do entorno têm aumentado sobremaneira, assim como tem havido uma procura e oferta de dinheiro para a compra de suas casas. Nesse quesito, a valorização dos seus imóveis, todos sabem bem o quanto rendeu o aumento, daí ninguém querer abrir mão facilmente dos mesmos, o único patrimônio que lhes resta.

“Só saio daqui quando morrer” ou “só saio daqui quando Jesus me levar”, foi sempre uma afirmação que ouvi quando perguntava a eles se trocariam aquele lugar por outro na cidade. Esse fator, no entanto, se torna secundário quando o que mantém os moradores na beira do rio tem a ver com a história de vida que construíram naquele lugar, como é o caso já citado de Maurício e sua mãe, a qual afirmou ter criado os filhos trabalhando naquele rio. Há outros vínculos, os quais remetem a outras singularidades da vida de cada morador. Dona Maria, que mora há trinta anos na beira do rio, afirma não se render a propostas de venda da sua casa pelo fato de o imóvel guardar as memórias do seu falecido marido: “vendia não, por que foi ele [o marido] que construiu, o que ele construiu minha filha, é tudo comigo. Eu não me abandono de nada. Nem de casa, nem de objeto dentro de casa.” (Entrevista realizada em 09 de março de 2010).

Para esta moradora, há um sentido muito subjetivo para sua permanência na Margem Esquerda, assim como para outros que construíram um sentimento de pertença que ultrapassa o *status* da moradia no lugar embelezado. A proprietária do carrinho de guloseimas me informou que a opção por exercer aquela atividade foi uma forma de encontrar distração para sair da depressão que a abateu após a morte de uma filha e, se ocupar com aquilo, além do que já evidenciei como motivo, ainda a fazia se refrescar do calor e receber os amigos ao redor de seu carrinho para conversar e se entreter. Mais uma vez o lugar vem demonstrando sentido de vida e também sentido de morte, motivado pelos apegos a lembranças de pessoas que nasceram e viveram ali, como se a permanência garantisse uma eterna convivência com quem já faleceu. Em alguns momentos me emocionei com os depoimentos daquelas pessoas, que sabiam o quanto era importante manter suas casas e suas lembranças, que pouco importam para os responsáveis pela urbanização. O que está previsto no PDP é que o casario daria lugar a construção de hotéis e pousadas.

Por vezes me indignei com o fato de quase terem sido deslocados do lugar em que tanto gostam de viver, como me afirmaram com muita veemência. Entender isso como falta de consciência política, por não se organizarem me vinha de imediato. Por outro lado, nenhum deles está disposto a vender suas casas, e um morador que já vive há quase oitenta anos naquele lugar, me disse sorrindo: *“daqui só saio pro cemitério... e logo agora que tá bom, por que é que vou vender? Pode é vim e butar preço, eu num vendo não! O terreno aqui do lado tá valendo vinte mil, o meu tá bem cinquenta com a casa, mas eu num sou doido não! (risos)”* (Entrevista realizada em 05 de março de 2010).

O mesmo morador, também no seu relato, me questionou por que deveria sair dali, se este é o momento em que o lugar está melhor. Este senhor e os outros moradores compartilham da afirmação de que a beira do rio é um ótimo lugar para viver atualmente em Sobral. Nenhum deles reclama de morar ali, mesmo depois de terem gastado dinheiro que não possuíam para reformar as calçadas. Nas narrativas, evidenciaram sempre o embelezamento que a obra trouxe para a margem do rio e também a valorização que trouxe para suas casas, assim como para a cidade.

A valorização das casas, eles se encarregam de cifrar, pois colocam qualquer preço bem alto sem que os imóveis tenham o valor que estipulam. Ainda assim, reverenciam Cid Gomes pelo que aconteceu com suas vidas: *“Nenhum outro prefeito olhou pra isso aqui”*, me informa

uma moradora, e ainda acrescenta: “*isso aqui foi uma benção pra nós, essa margem aqui. Tá tudo uma beleza, uma benção*” (Entrevista realizada em 07 de março de 2010).

Ouvi várias vezes a moradora me dizer que a urbanização da margem esquerda foi “uma bênção”. E o que ela quer dizer por bênção, afinal? Seria uma forma de ver que a reforma do lugar foi uma espécie de presente para os moradores, especificamente para ela? A compreensão da moradora é que aquele ato é a recíproca do gestor pela crença nele depositada. Uma dádiva (MAUSS, 2003) celebrada com a sua felicidade por morar naquele espaço.

Ela ainda diz: “*tá tudo uma lindeza!*”. Há uma razão estética e também de entendimento de que ali agora é um bom local pra viver/morar por que se adéqua ao que é bem quisto socialmente nos parâmetros de higienização de uma cidade. Estaria aqui uma forma de direito à cidade? Não nos parâmetros de uma apropriação política como Henri Lefebvre assim idealizou, pois não há uma organização com tais estratégias nem das ideias e nem das permanências dos moradores. Mas próximo a isto, considerando a atitude de entender o valor que seus imóveis têm enquanto patrimônios seus.

Os moradores não foram retirados do local embelezado, eles permanecem e não querem sair, como se pode verificar nas falas acima. Tendo a entender que os moradores têm consciência do que lhes acontece e, sobretudo, concebem a noção de *habitat*, na sua prática, enquanto cidadãos (LEFEBVRE, 2001) e não querem abrir mão disso. Sentem-se no direito de morar naquele espaço e de não se incomodarem tanto com os outros usos do que outrora foi os seus quintais. Nem as enchentes do rio, com todos os riscos e prejuízos que acarretam, os fez sair daquele lugar. Como nomear essa permanência: Resistência? Astúcia (CERTAU, 1996)?

A atitude da maioria dos moradores traz à tona dois autores com seus debates acerca do direito à cidade: Henri Lefebvre e Michel de Certeau.

Lefebvre (2001, p. 135) define o direito à cidade a “como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade)”, sendo que, para o autor, na sociedade urbana atual, a “classe operária não tem espontaneamente o sentido da obra. Esse sentido se esfumou, quase desapareceu com o artesanato e a profissão e a ‘qualidade’” (LEFEBVRE, 2001, p. 144). Lefebvre só consegue perceber que o problema levantado é solucionado com a revolução econômica ao lado da revolução política e também de uma revolução cultural permanente. Ou seja, não há brechas para uma ação onde não há uma

organização política com vistas ao socialismo. Não há chances de resistência na sociedade capitalista industrial. E o cotidiano é pautado por estratégias racionalizadas, ideologizantes e idealizadas pela classe dominante. Lefebvre não operacionaliza com “pontos de fuga” no cotidiano dos sujeitos de uma cidade. Há dominantes e dominados, os quais possuem desejos, sonhos e outras buscas, porém não são vistos enquanto sujeitos criativos, que burlam os poderes e “se dão bem”, mesmo quando engolidos pela estrutura capitalista, nos moldes do marxismo clássico. Nesse sentido, o direito à cidade está vinculado a uma revolução para a tomada do poder da cidade, uma revolução que trave a luta da classe operária pelo poder político da cidade.

Michel de Certeau (1996), num registro contrário ao de Lefebvre, constrói um olhar sobre os usuários da cidade de maneira independente das ideologias, no sentido de dar aos “homens ordinários” (correspondentes à classe operária de Lefebvre), a qualidade de resistentes, mesmo que encarada como mínima, ele percebe

[...] microdiferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização [...] Certeau resume sua posição em uma tirada que se deve levar a sério: “Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”. Nesta confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema a sua mobilidade tática, no respeito dado ao fraco, sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro de operações, se esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos. (GIARD, 1996, p. 19).

Ao ouvir os moradores da margem esquerda do rio Acaraú definir o valor que têm os seus imóveis e tratá-los, sobretudo, como patrimônio, na lógica do defender o que é seu e suas histórias de vida, percebo o quanto há de entendimento do direito àquele pedaço da cidade e de como, na lógica da racionalidade, esses moradores se fazem perspicazes e astutos, no sentido de dizer não às investidas da especulação imobiliária, resguardando o direito de entrar para a história da cidade não através da monumentalização, mas da vida cotidiana, da História de Sobral, contada pelos cidadãos mais relegados ao esquecimento pelo poder público até o tombamento, casual, de suas residências.

Para Certeau (1996), o tipo de ação articulado pelos moradores da margem esquerda revela o que ele chama de tática:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de

convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”... e no espaço por ele controlado ... Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1996, p. 100-101)

A ação de morar na margem urbanizada do rio e permanecer por que “agora é que está bom”, demonstra a astúcia dos moradores a partir do que o poder público possibilitou com a monumentalização e o enaltecimento da História da origem da cidade. E o rio, que seria o protagonista de um ufanismo, acabou “cedendo” suas margens para colocar na centralidade uma porção de moradores pobres da cidade, que carregam consigo outras tradições, as quais vão ser descritas no decorrer desse capítulo.

Certeau (1996) define a postura que se sobrepõe às táticas e às astúcias como estratégia, o que seria:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 1996, p. 99)

Percebo a margem esquerda como lugar planejado pelo poder público e definido enquanto espaço de lazer para redefinir os usos disciplinados e “civilizados” do rio. Essa ação encaixa no conceito de estratégia definido por Certeau. Os outros usos, que fogem às estratégias do poder, relaciono ao que o referido autor chamou de táticas. Então, o habitar e a consequente valorização disto pelos próprios moradores, não somente com fins monetários, mas com os símbolos que elegeram para dar sentido às suas moradias, permeia um certo controle das táticas sobre as estratégias, repercutindo também num direito à cidade, diria mesmo mais dinâmico e, em termos, criativo.



1.



2.



3.



4.



5.



6.

1. Roupas estendidas nas árvores do gramado do passeio; ao fundo um varal de roupas; o desenho da casa amarela e a casa de taipa ao lado. Foto da autora, 2009.

2. Galinhas caipiras pastando no gramado do passeio. Foto da autora, 2010.

3. Mulher lavando roupas na porta da cozinha; roupas no varal. Foto da autora, 2010

4. Mulher catando a filha na porta de casa, no final de tarde. Foto da autora, 2009.

5. Moradores sem camisa e animais pastando no gramado no final da tarde. Foto da autora, 2009.

6. Usuários fazendo *cooper* no final da tarde. Vendedora informal. Ao fundo, animais pastando no gramado. Fotos da autora, 2009.

Voltando ao cotidiano dos moradores para intensificar a análise, a perda dos quintais não fez com que deixassem de usar o espaço higienizado enquanto tal. Ver roupas estendidas em varais montados no gramado, nas árvores ou nos equipamentos para a prática de exercícios físicos é bem comum, assim como, ver animais pastando livremente no gramado enquanto muitas pessoas praticam *cooper* ou estão a passeio nos calçadões. É um “mix” (LEITE, 2004) de usos públicos e privados, que chamam a atenção do atento observador. Lazer (uso público) e quintal (uso privado do espaço público) se mesclam de uma forma que desorienta do sentido dado a cada um nesse caso.

A idéia do “mix” nos usos da margem esquerda advém do que Rogério Proença Leite chamou de “consumo mix da tradição” no bairro Recife antigo com as diferentes fases da “revitalização” do mesmo, destacando como certas propostas políticas reescrevem a história singular de um lugar. Para Leite (2004),

Desvendar as nuances de um processo recente de reapropriação do patrimônio parece uma perspectiva não apenas oportuna como indispensável para se entender como as políticas contemporâneas de “revitalização” reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades: aspectos a partir dos quais outros lugares são criados e outras tradições são reapropriadas, reflexivamente, a partir dos usos diferenciados que se faz do espaço público. (LEITE, 2004, p. 159)

Leite (2004), analisando o bairro do Recife identifica o processo de “gentrification”, fenômeno que teve momentos relevantes para a sua concretização: primeiro, uma reabilitação residencial em 1986; segundo, a chegada do Projeto Cores da Cidade, que tinha por trás de si, um projeto de revitalização que evidenciava uma aliança de tendências político-partidárias conservadoras com vistas ao Governo do Estado de Pernambuco, tendo como aporte um abrangente “marketing urbano” para a capital, proporcionando a transformação de um bairro em um “shopping Center”,

A construção dessa imagem esteve ancorada, desde o início, na idéia de transformação do patrimônio em mercadoria cultural e teve, como principais “sujeitos”, os empresários locais associados ao poder público. Em uma reunião que se tornou um marco para a “revitalização” do bairro, a frase “A arte gera lucros” encerrou um vídeo produzido pela Fundação Roberto Marinho, no qual se ressaltavam os bem-sucedidos investimentos privados na revitalização urbana do SoHo, em Nova Iorque... (LEITE, 2004, p. 191)

A administração pública de Sobral planejou a expulsão dos moradores e a transformação das suas casas em outros investimentos. Mas o tombamento das casas impediu a ação. Assim, não classifico como “gentrification” o que vem ocorrendo naquele espaço. Tomando ao pé da

letra o conceito de “gentrification”, o qual significa enobrecimento, penso haver um embelezamento do espaço, interferindo nas práticas dos moradores e de outros usuários, especialmente os canoeiros e as lavadeiras – como será descrito abaixo –, porém não houve a expulsão destes para o usufruto completo de um outro segmento social, fato recorrente em processos conhecidos em cidades dos Estados Unidos e Europa (FRÚGOLI JR. & SKLAIR (2009); LEITE, 2004a; LEITE, 2010b; RUBINO (2009); ZUKIN, (2000))

A idéia de “mix” tende a definir melhor o que ocorre na margem esquerda por conta das diversas formas de usos, alterando os seus sentidos e provocando tensões, que, em alguns momentos são benéficas do ponto de vista de quem mora ou de quem se beneficia do lugar com práticas de lazer. No entanto, há vozes que contrariam esses sentidos, como é o caso dos canoeiros e das lavadeiras que usam o rio, e não somente as suas margens, com outros fins. Há também outras apropriações que deixaram de ter sentido, como é o caso de um pai de santo que reclama do fato de que antigamente fazia os seus despachos no rio por conta da água corrente e que agora não vai mais ali por que o rio está represado¹⁰⁸.

Continuando a descrição...

As noites da margem foram momentos pouco vivenciados por mim no momento da pesquisa. Mas logo quando inaugurada, lembro muito das pessoas apreciando a lua, fazendo piqueniques nos gramados e usufruindo bastante das quadras por conta do horário, quando o sol desaparece e o solo esfria um pouco, dando condições para a prática de futebol nos campos ou outros esportes nas quadras. Ouvi muito falar que ultimamente este é um dos horários preferidos de grupos de jovens, como é o caso dos emos, se reunirem. Ouvi falar de consumo de drogas e práticas de assaltos, mas não verifiquei se há queixas à guarda municipal e aos policiais da Ronda do Quarteirão, que são os responsáveis pela segurança do local.

Sobre esse assunto, os moradores é que me expuseram, em diversas falas, que após a inauguração da Margem, o lugar passou a ser alvo de “malucos”¹⁰⁹, com intuito de assaltarem

¹⁰⁸ Esse depoimento se encontra na tese de Freitas, Nilson Almino. *O sabor de uma cidade: práticas cotidianas dos habitantes de Sobral*. 2005. 295 f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

¹⁰⁹ Forma como os sobralenses nomeiam aqueles que consideram marginais (assaltantes, maconheiros etc.)

passantes com objetos de valor como máquinas fotográficas, celulares, mp3, relógios etc. Mesmo a existência de câmeras de vigilância¹¹⁰ não deteve a ação dos infratores.

Recentemente, com a criação do policiamento da Ronda do Quarteirão no local, o número de ocorrências de violências diminuiu bastante. O intrigante é que a beira do rio, antes da urbanização, era um dos locais prediletos para a prática de assaltos, assassinatos ou refúgio de “malucos”. Mesmo após a urbanização as práticas de violência continuaram ocorrendo. Somente com a chegada da Ronda do Quarteirão essa situação foi minimizada. Por conta desses episódios, há um estigma contra os moradores da beira do rio por parte de outros moradores da cidade, muito embora em nenhuma das falas de meus interlocutores eles se reconheçam estigmatizados.

Na parte alta da margem, próximo a ponte Othon Alencar é onde estão as duas quadras e um campo de futebol. Nas quadras acontecem jogos de futebol de salão e vôlei todos os dias da semana nos fins de tarde. O campo é mais usufruído nos finais de semana com campeonatos de times de futebol de várzea, tanto da cidade como de outras localidades e municípios vizinhos. No campo de futebol acontecem alguns shows de bandas nacionalmente reconhecidas, todos gratuitos.

Desde a inauguração do complexo de lazer, esses são momentos em que moradores de diversos bairros se deslocam para o local. Nesses dias, a segurança é reforçada. Porém, ouvi de uma moradora que são os dias em que ela não põe a cabeça fora de casa, pois após os shows o calçadão fica bem perigoso por conta de bêbados e assaltos. Além disso, segundo a mesma moradora, é um momento em que ela não se sente à vontade, por conta do número de pessoas que passam na sua porta. Nesses momentos são os outros habitantes da cidade que se transformam em risco para os moradores da beira do rio. O perigo vem de “fora”, e os “estabelecidos” se recolhem para que os “outsiders” ocupem o lugar do perigo (ELIAS, 2000).

Alguns shows também acontecem no anfiteatro que fica ao lado do antigo Museu MADI. Após a ativação deste anfiteatro, o que já existia no Largo das Dores ficou praticamente desativado para eventos, mas os casais adoram usufruir do espaço.

A paisagem criada na urbanização da Margem Esquerda tornou comum a prática do fotografar o lugar. É fácil ver pessoas fotografando, assim como posando para serem fotografadas. Numa tarde, eu estava sentada num banco perto das quadras e havia um grupo de

¹¹⁰ Existem câmeras de vigilância em toda a área tombada pelo IPHAN desde 2001. O monitoramento é de responsabilidade da Guarda Municipal. Esse tipo de vigilância teve lugar em Sobral antes de qualquer outro município, até mesmo a capital.

mulheres curtindo a brisa do rio entre sorrisos, poses e flashes. Uma delas soltou a seguinte frase: *“essa margem é muito linda. Às vezes, quando eu fecho os olhos eu vejo isso aqui”*¹¹¹. Não sei se ela mora na margem ou no entorno, mas entendi que a beleza do lugar, da forma que se apresenta, ultrapassa quaisquer outros problemas, os quais estão bem mascarados pelo encanto que a estética da paisagem proporcionada pelo saber da arquitetura modificou naquele lugar. Do contrário, a eficácia do saber arquitetônico não se legitimaria. Aproveitando o assunto paisagem, passo a descrever outros usuários que a constituem a duras penas e fazem jus ao uso específico do rio: os canoeiros e as lavadeiras.

5.2 OS CANOEIROS E AS LAVADEIRAS DE ROUPA: “artífices” do rio

Além dos moradores e daqueles que usam a Margem para lazer, há dois grupos de pessoas que usam o rio e interferem na Margem Esquerda de forma bem diferenciada, são eles: os canoeiros e as lavadeiras de roupas, que praticam seus saberes-fazeres no rio há muitos anos, tecendo seus cotidianos em interação com vários usuários do espaço e se mantendo a duras penas, sem organização política e com pouca simpatia de muitos moradores da cidade. Porém, são duas práticas que revelam tradições de trabalho, que, bem ou mal, resistem e sobrevivem, contrariando as “paisagens de poder” (ZUKIN, 2000) forjadas pela monumentalização e pela urbanização da margem esquerda, adensando o “consumo visual do espaço e do tempo, que está ao mesmo tempo acelerado e abstraído da lógica da produção industrial, obriga à dissolução das identidades espaciais tradicionais e à sua reconstituição sobre novas bases” (ZUKIN, 2000, p. 81).

Os canoeiros e as lavadeiras refletem uma assimetria na paisagem real e simbólica da margem esquerda. Isso provavelmente se dá por trazerem à tona um pouco da definição de outros personagens importantes não divulgados na História oficial de Sobral. Um contraste que “expressa paradigmaticamente a forma como a paisagem dos poderosos coexiste com a vernacular, a daqueles sem poder” (ZUKIN, 2000, p. 85). Vejamos a seguir:

¹¹¹ Notas do caderno de campo em 20/01/2010.



1. Canoeiro no atracadouro à espera de passageiros. Atrás o antigo Museu MADI. Foto da autora em janeiro de 2009.
 2. Canoeiro fazendo a travessia do rio. Atrás a Margem Direita do Acaraú, no Bairro Dom Expedito. Foto da autora, março de 2010.

A travessia do rio é feita em canoas de madeira, manobradas por homens que se revezam entre os turnos da manhã e da tarde para manter esse tipo de transporte naquele trecho do rio Acaraú. As duas margens não se distanciam muito uma da outra, em termos físicos. Entretanto, há uma marca de distinção forte entre o que se pode chamar de margem esquerda e margem direita do rio Acaraú em Sobral. Essa percepção se desvenda no olhar e na travessia nas canoas, o que deixa os sentidos se interporem tanto pela percepção da arquitetura e das paisagens divergentes entre as duas margens, quanto pelo uso do transporte, que é privilegiadamente feito por pessoas das camadas mais pobres da cidade que habitam o bairro Dom Expedito ou suas adjacências.

As canoas são feitas de um tipo de madeira chamado pau branco. Medem entre vinte e vinte nove palmos de comprimento e nove palmos de largura, o que equivale a quatro a cinco metros de comprimento por dois de largura. Nas viagens são transportadas até 12 (doze) pessoas, e muitas vezes, vão também bicicletas, caixas com objetos, sacolas de compras, animais domésticos, etc. Cheguei a ver até um fogão sendo transportado! São embarcações velhas e frágeis, por conta da manutenção precária, que é feita pelos próprios canoeiros, já que não existem mais os artesãos/fabricantes das canoas. O canoeiro que entrevistei me falou que ele mesmo está construindo uma canoa para si, mas que vai demorar um pouco a “*botar ela no rio*”, por conta dos custos com a compra do material de finalização, que é muito caro. Nas canoas há os remos e uma vara, que é usada para dar a partida. A vara mede uns três metros e é mergulhada nas águas do rio até atingir o fundo, quando é empurrada contra o solo e dá o impulso necessário

para a canoa ganhar velocidade. No restante da viagem o canoeiro usa os remos, auxiliado por um ajudante e até mesmo pelos passageiros, que aproveitam para conversar sobre tudo (política, fofocas, doenças, a poluição do rio, problemas pessoais, etc). É costumeiro o canoeiro portar “canecos” e garrafas pet cortadas ao meio para retirar água do barco, e isso é corriqueiro nas viagens. Os passageiros já são bem habituados com isso e também ajudam na remoção da água da canoa, durante a viagem.

A travessia dura em torno de quatro minutos, e o tudo que se ouve nesse curto tempo é bastante intrigante para perceber como dois lados de um rio podem carregar tantas experiências da cidade, cujos sentidos estão permeados pela movimentação dos indivíduos de lá para cá e daqui para lá. E os canoeiros sabem bem dessa experiência.

Alguns canoeiros estão nesta atividade há mais de quarenta anos, e um dos que entrevistei afirmou que aprendeu esse ofício com seu pai, que navegou naquele rio por cinquenta anos. A travessia é rápida e custa cinquenta centavos, mas nem todos os que usam o serviço pagam esse valor, pois quando não têm como pagar, são gratuitamente transportados. Não há “briga” por causa disso, me afirmou o canoeiro.

Quando a obra foi inaugurada, os canoeiros souberam que seriam retirados dali, pois havia uma intenção de tornar o rio um local para a prática de esportes aquáticos, havia caiaques e jet skis. Entretanto, o arquiteto Antônio Campelo, me informou que nunca houve intenção de tirá-los dali, e que

no projeto inicial nós propúnhamos alguns embarcadouros, pois imaginávamos que as pessoas iam se dedicar à prática de esportes aquáticos. Então pusemos os embarcadouros e permanecemos, compreendemos que havia a necessidade de acolher os barqueiros, fizemos também um lugar também para o barqueiro atracar o seu bote. (Entrevista realizada em 03 de março de 2010).

Não sei ainda por quais motivos, mas o projeto dos esportes aquáticos não vingou e somente os canoeiros continuaram suas travessias cotidianas com seus passageiros. Mesmo com a afirmação do arquiteto, penso que se tornaria impossível para os canoeiros navegarem tranquilamente com “jet-skis” e caiaques cortando velozmente as águas, correndo o risco de atropelarem as singelas canoas.

A prática da canoagem de travessia no rio Acaraú é uma atividade bem antiga e, antes do espelho d’água, só se via canoeiros no rio nos períodos em que estava cheio. Assim, eles mantinham um ofício que atualmente é praticado cotidianamente por conta da perenidade

artificial daquele trecho. Atualmente há só quatro canoeiros fazendo as travessias: “*aqui eram muito. Tinha treze. Dois vem de tarde. Dois vem de manhã*” (Entrevista realizada com canoeiro em 15 de março de 2010). Distribuídos dessa forma, eles atravessam o rio várias vezes. Algumas vezes com canoas lotadas, outras com poucos passageiros. Há uma organização das idas e vindas controladas pelos próprios canoeiros. Enquanto um vai o outro vem. Somente em horários mais movimentados, quando o número de passageiros aumenta, eles vão e voltam ao mesmo tempo para dar conta da demanda.

A travessia não é longa, mas é perigosa por conta da profundidade do espelho d’água e pelo manuseio da canoa, que é conduzida a remo. Isso requer muitos cuidados da parte dos canoeiros, com a estrutura da mesma e com a quantidade de peso que carregam. Por conta da fragilidade do meio de transporte, muitos não têm coragem de usá-lo e se locomovem a pé, de mototáxi ou de bicicleta, fazendo um percurso de travessia maior pelas pontes José Euclides Ferreira Gomes ou Othon de Alencar.

Os canoeiros do período da manhã chegam aproximadamente às 5h e permanecem até por volta de 13h. Os do turno da tarde chegam à 13h e terminam o expediente às 18h. Trabalham de segunda a sábado; neste dia, somente até meio-dia. Essa escala de organização dos horários nem sempre é seguida à risca, pois, dependendo da necessidade de cada um, eles acabam ficando o dia inteiro no rio, sem se preocupar com prejuízos daquele a quem pertence o turno.

Realizei uma longa entrevista com um dos canoeiros, que, como coloquei acima, está nesse ofício há quarenta e dois anos. Com ele atravessei várias vezes aquele trecho do rio Acaraú, ouvindo as suas percepções sobre a cidade a partir da urbanização da Margem Esquerda.

Eu havia combinado com o canoeiro um dia antes que iria fazer entrevista com ele no horário entre nove e nove e meia da manhã, a seu pedido, por ser um horário de pouco movimento de passageiros, no qual ele ficaria a meu dispor. Quando cheguei ao ponto das canoas, ele estava retirando água da canoa por conta de um furo, que ele mesmo tapou com um pedaço de pau enrolado com estopa. Convidou-me para entrar na canoa para que eu fizesse as perguntas navegando no rio. Aceitei o convite, um tanto receosa com o que havia visto e fui. Enquanto eu perguntava, ele remava, me respondia e me apontava determinados lugares do rio que tinham a ver com as perguntas que eu fazia.

Começou me contando do tempo que exerce o ofício de canoeiro, que ele chama de *bota canoa*. Contou que herdou isso do pai, de quem também herdou outro ofício: o de sapateiro, que

o pai, em tempos de estiagem, exercia como seu *ganha pão*, além do de marceneiro, carpinteiro e motorista, conforme a necessidade.

Nos seus quarenta e dois anos de canoeiro, sempre costumou trabalhar no rio no inverno. No verão, as águas do rio baixavam e ele ia trabalhar no ofício de sapateiro, ou qualquer outro que garantisse o sustento da família, mas nada com registro formal. Como falamos nos dias de hoje: só fazia bicos, pois ele se considera mesmo é canoeiro de profissão, muito embora afirme não ser uma profissão de valor e que antes ganhava mais trabalhando somente em tempos que o rio estava cheio, do que atualmente, quando trabalha todos os dias. Cada viagem custa R\$ 0,50, porém nem sempre as pessoas pagam devidamente. Alguns passageiros nem pagam, afirmando não ter o dinheiro naquela viagem, como eu presenciei. Ele chega a fazer uma média de cem viagens por dia e ganhar entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00. Dessa quantia, R\$ 6,00 vão para o proprietário da canoa, que arrenda o transporte, enquanto a canoa dele não fica pronta. Outros canoeiros também arrendam canoas e, dependendo da quantidade de horas que trabalham, pagam mais pelo uso das mesmas.

Além do preço que pagam pelo arrendamento, ficam sob suas responsabilidades o conserto e manutenção das canoas.

Por conta da urbanização da margem esquerda e com o espelho d'água, os canoeiros passaram a ir trabalhar no rio todos os dias do verão, enquanto no inverno ficam parados por conta do aumento do volume das águas e das cheias do rio. Eles fazem somente algumas travessias em lugares onde as correntezas das águas são menos perigosas ou ajudando em situações de urgência como o canoeiro me descreveu:

Fomo lá onde tem a fábrica de tijolo. Lá caiu um poste velho dentro do rio, né. Aí caiu umas canelas lá e não podia ligar. Precisava de canoa. Lá no Saia (SAAE)¹¹², lá no Saia (SAAE), eu fui duas vez já ou foi três. Tinha bomba no meio da água, a bomba. Aí tinha que ligar e desligar todo dia. É aqui, acolá vou prestar serviço no Saia (SAAE). (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

O canoeiro contou que, a seu ver, o melhor tempo que trabalhou no rio foi dos anos oitenta para trás. E justificou: *“porque não tinha essa ponte aí. E todo mundo só ultrapassava nas canoa. Hoje se acabou-se tudo”*. Na sua visão, naquele tempo havia mais trabalho em Sobral por que havia fábrica de algodão, curtume, mas hoje só tem a Grendene.

¹¹²SAAE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Em relação à urbanização da margem, falou que gosta da obra e achou muito bonito o que fizeram, mas não gosta do que fizeram com o rio, pois antes existiam as praias que se formavam quando as águas baixavam e agora não existe mais isso, pois só tem água, retiraram toda a areia e não há correnteza no rio, fazendo com que as águas fiquem sujas e perigosas por conta da profundidade:

de hoje tá diferente é que o trabalho da gente aqui tá ruim né? Mais dispendioso. Mais perigoso. Em todo canto aqui dá nado. Não tem um canto que não dá nado aqui. Bem aqui dá nado, na beira d'água. 5 metro já dá nado. Antigamente não, você saía, andava no mei d'água, era chei de banco de areia, né? Hoje aqui cobre você aqui. Bem aqui... hoje tá um perigo. Mesmo no verão morre gente. Aqui, acolá morre um bebo, uma criança... Tem gente que acha aqui bonito só por causa dessa água, mas não é não... Tinha aquele banco de areia ficava bonito. Tomava banho na areia, água limpa. Água limpa pra tomar banho. Ficou ruim pro causa disso. Hoje se tirasse aquelas barrages d'água acolá... ficava uma água sadia, correnteza, né? Olha as lavadeira aí, só tem uma, duas hoje aí, só. Aqui antigamente era cheinho! Pra ganhar os trocadinho delas. Hoje o pessoal não manda roupa. “Você vai lavar no rio?”. A pessoa diz: É. Então manda não. Lava em casa mesmo. (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

Ele reclama da ausência de banhistas e das praias que se formavam em épocas de baixas de água, pois era um momento de muita animação para quem ia ao rio. Alguns moradores, e não foram só os da margem esquerda, me falaram desses momentos. Afirmaram que o rio ficou bem poluído após a finalização da obra, com o sistema de esgotos que desemboca no seu leito e, como com espelho d'água as águas ficam represadas, não há correnteza e a poluição se concentra ali, fato que o canoeiro aponta como muito negativo para o ri. No momento da entrevista, enquanto falava da poluição, apontava os bueiros de onde saiam água suja: “*Poluiu. Aquele bueiro ali ó. Tem uns que não sai água de pia, nem de coisa não, mas outros sai. Lá naqueles mato verde sai. Perto da ponte sai. Aqui de tarde a água tá verdinha, da cor desse mato aí. Uma água dessa não é sadia...*” (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

Aproveitando a crítica do canoeiro, ocorreu-me colocar no texto o registro de uma pichação em um das saídas de esgoto no rio, fotografada por uma ex-aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú:



Foto de Ana Argentina Sales, 2007
Arquivos do LABOME.

O assunto sobre a poluição¹¹³ é encerrado e o canoeiro ainda me fala sobre o quanto os moradores da margem esquerda que se beneficiaram com a urbanização. Para o canoeiro, os moradores da Rua da Palha agora moram no Centro de Sobral e têm suas casas valorizadas:

beneficiou o pessoal daí mesmo desse lado aí. Por exemplo: essa rua de trás, chama Rua da Palha aí, essa rua de trás da beira d'água... a casa meio ruim aí se for vender hoje, agora aqui é centro! bem aqui na rodoviária, em 66, 64, eu andei de canoa lá de remo...era tudo lagoa, fundo. Hoje é o terreno mais caro de Sobral, pra comércio, cheio de loja, tudo. (Entrevista realizada em 15 de março de 2010)

O que ele quis enfatizar é que a urbanização colocou os moradores da margem esquerda em um lugar da cidade, onde só as famílias tradicionais moravam: no centro da cidade. Essa representação é interessante por conta de uma situação que antes excluía os moradores da margem do que se considera como centro da cidade, bem marcado pelos casarões assobradados, que deram as “costas para o rio” e que criaram a condição de marginalização para os moradores do trecho da Rua da Palha.

Essa opinião se diferencia quando pergunto sobre o que ele pensa dos moradores da margem direita do rio, os quais estão passando pelo mesmo que os da esquerda passaram, no entanto, com uma diferença: a Prefeitura autorizou que construíssem um paredão isolando vários quintais da área que está sendo urbanizada. O canoeiro acha que estes moradores deveriam vender suas casas e procurar outro lugar para morar. E afirma que esses não vão demorar muito ali.

¹¹³ Continuo esse tema em tópico subsequente.

Para esse canoeiro, Sobral hoje é uma cidade que mudou muito, mas afirma: “*tá bonito pros visitante...*” E acha que os Ferreira Gomes são os maiores responsáveis pelas mudanças na cidade. No entanto, afirma que: “*fez muita coisa bem feita aí. Muita coisa boa, pro pessoal rico. É como eu digo, eles fizeram muita bondade pra essa cidade, muita coisa bonita. Pro lado mais rico ficou bom.*” (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

Ele mora em um bairro que foi bem pouco beneficiado por obras e intervenções do Poder Público, localizado ao lado direito do rio, região da cidade bem pouco privilegiada nesse sentido: “*no alto da Brasília, Expectativa, Campo dos Velhos... Tudo foi beneficiado. Era só um terreno limpo, sem ter nada. Hoje você vai passear e vê. Mas meu bairro aqui não tem. Não tem panos pra manga pra crescer nada. Não tem nada pra crescer aqui...*” (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

Essa fala do canoeiro reforça o olhar sobre um antigo problema em Sobral: o crescimento e valorização da cidade no esquerdo do rio, enquanto os bairros que ficam do lado direito não têm o mesmo privilégio. As áreas com maiores benefícios estão bem contempladas na fala do canoeiro que, astuto e atento, observa bem a cidade, visto que se encontra num lugar de moradia o qual só após a gestão de Cid Gomes está nas áreas de disputa ou de projeções para os novos equipamentos que a cidade vem recebendo, como é o caso de hospitais, faculdades privadas, concessionárias de automóveis e um *shopping center*. Agora é aguardar para ver o que poderá acontecer com os bairros dessa região. Devido a esse fator, o canoeiro enaltece bastante o nome de políticos opositores do grupo da família Ferreira Gomes, os quais teriam sido muito mais favoráveis aos pobres da cidade em outros tempos, como é o caso de Joaquim Barreto (1971-1973), que, na visão do canoeiro, além de olhar para os pobres, arranjava dinheiro ou tábuas para que os canoeiros arrumassem suas embarcações. E, pelo que informou – isso também ouvi de outras pessoas na cidade –, a beira do rio (margem esquerda) já havia sido alvo de urbanização anterior àquela, na administração de José Prado (1973-1977). No entanto, naquela ocasião, apenas um trecho havia sido reformado, que fica no entorno da ponte Othon de Alencar.

Os bairros que ficam do lado direito do rio Acaraú (Dom Expedito, Sinhá Sabóia, Cohab I e II e Santo Antônio) passaram por longo período de exclusão das políticas de urbanização da cidade. Atualmente, algumas ações vêm sendo implementadas no sentido de realocar os investimentos naquele lado da cidade. Uma das principais ações já vem mostrando como os moradores serão alvo das estratégias de melhoramento planejadas: a urbanização da margem

direita do Acaraú. Nesta investida, os moradores mais antigos da margem não foram retirados, mas estão tendo que conviver com um paredão que isola seus quintais da movimentação do local e da paisagem. Ao contrário dos moradores da margem esquerda, os casebres não comporão a paisagem, e também não foram tombados pelo IPHAN¹¹⁴.



1. Vista da margem direita a partir da Margem Esquerda, 2009;
2. Início das obras de urbanização da margem direita.
Fotos da autora



1. Muros sendo construídos nos fundos das casas para isolamento da obra, 2010;
2. Placa indicando prazo e valor da obra.
Fotos da autora

Apesar da atividade que exerce ter hoje uma demanda diária, o canoeiro teve, e ainda tem, receio de que a qualquer momento a canoagem venha ser extinta naquele trecho do rio Acaraú. Ele deixa isso claro ao afirmar: *“nós tamo ainda com suspeita de sair. Podem achar um*

¹¹⁴ No livro *O Lado Esquerdo do rio*, de Herbert Rocha, arquiteto e Secretário de Desenvolvimento Urbano de Sobral durante as duas gestões de Cid Gomes, o autor relata, através de um estudo crítico da arquitetura doadora de orgulho a Sobral, o quanto esta cidade se empenhou em abrilhantar o lado do rio que batiza seu estudo. E deixa claro, na sua abordagem, o intuito de preservar não só os vestígios do passado como entendê-los como espírito de uma identidade única, a do sobralense, criticável por Feitas (2001/2009), quando este rompe com a univocidade da manipulação de uma identidade sobralense quando indivíduos que não compõem os laços de parentesco com os aristocratas da cidade também constroem histórias heroizadas na cidade, dando a esta o que chamou de um novo “sabor”.

transporte muito feio. É muito perigoso... sei que não é tão pouca coisa pra gente poder sair daqui não... gratificação pouca não.” (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

Creio serem os moradores os mais seguros de uma não-expulsão da Margem Esquerda, pelo fato do tombamento de suas casas, contudo, esses imóveis não se fazem ou se entendem destaques na monumentalização da cidade, e na visão de Antônio Campelo, *os casebres poderiam se transformar em centro cultural*. Como forma de preservar suas casas, os moradores não as abandonam nem nos períodos de enchentes do rio Acaraú, como ouvi de um deles “*não saio nem a pau!*”¹¹⁵.

Na lida cotidiana, os canoieiros mantêm a atividade da canoagem no rio Acaraú, pouco ou em nada enaltecida pelo poder público. Não há registros das suas práticas nos órgãos públicos (Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente). Sequer no mapeamento cultural da cidade realizado no ano de 2002 eles aparecem.

O mapeamento foi uma estratégia da prefeitura municipal, tendo como idealizadora a Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo e como colaboradora a Universidade Estadual Vale do Acaraú, sem a presença de Antropólogos. Foi realizado sob a coordenação do cantor Pingo de Fortaleza, com apoio de SESC local. O objetivo central era:

Identificar e localizar todas as manifestações artísticas e culturais do município, desde as lendas até a gastronomia. Os dados, quando coletados, serão editados e abastecerão o Centro de Referência para fins de informação turística, pesquisa etc. O banco de dados culturais reunirá as informações sobre os bens materiais e imateriais de Sobral – sede e distritos – e ficará disponível para a população e pesquisadores em estandes informatizados, colocados em pontos estratégicos da cidade (Rodoviária, Centro de Convenções e Beco do Cotovelo). O Centro deverá funcionar na Casa do Capitão-Mor, esta que aguarda reformas para receber o acervo. Os cadastradores do Mapeamento Cultural, através das pesquisas (iniciadas em junho 2002), estão colhendo e catalogando um material cultural variado e interessante. Estão envolvidas nesse trabalho 14 pessoas de diversas áreas, a maioria estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que tem colhido desde informações sobre tradições até aspectos de personalidade do povo sobralense. (*Boletim Municipal*, Sobral 10/12/2002)

O mapeamento cultural de Sobral não chega a abordar os usuários do rio Acaraú, nem os moradores, tradicionais ribeirinhos, conhecidos como uma população que geralmente habita as

¹¹⁵ “Nem a pau”: na linguagem corriqueira do cearense, significa uma forma de afirmar veementemente que não irá fazer algo.

institucionalmente nomeadas áreas de risco, e representa uma porção pobre da população brasileira, “sem eira e nem beira”; tampouco aborda os canoeiros e as lavadeiras, cujas práticas dentro ou nas margens do rio fazem parte dos saberes e sociabilidades que dão vida à cidade. Venâncio (2009) nomeia esse fato como “embate entre espaço antropológico e espaço modificado”. E, neste embate, há uma tentativa de invisibilização dos praticantes do rio, mesmo sem que eles sejam de lá expulsos. Vejamos, a seguir, as táticas das lavadeiras.



LAVADEIRAS DA MARGEM ESQUERDA DO ACARAÚ
Foto da autora, 2009.

A lavagem de roupas é outra atividade que permanece naquele trecho e em vários outros do rio Acaraú¹¹⁶. No trecho urbanizado, sobretudo pela manhã, há um bom número de lavadeiras usando as águas do rio para lavar as roupas e o gramado e o calçadão para quicar e secar. Diariamente elas transformam o calçadão numa tela colorida com as roupas expostas ao sol.

O dia para elas começa cedo na margem por conta da exposição ao sol. Algumas delas usam camisas de mangas longas, calças compridas e bonés como forma de proteção¹¹⁷. Elas lavam no rio, quicam nos gramados e depois põem as roupas para secar nas calçadas. Muitas

¹¹⁶ A descrição que faço das lavadeiras está pobre do ponto de vista de expor mais detalhes sobre as mesmas na Margem Esquerda. Não tive muito tempo com elas, só podendo deixar neste texto fragmentos de conversas aleatórias que tive com duas delas, no momento em que *batiam roupas*. Quando eu retornar ao campo, entrevistas com as lavadeiras serão realizadas.
estar mais tempo com elas, assim como com outros canoeiros.

¹¹⁷ Não consegui entrevistar devidamente nenhuma das lavadeiras, pois iniciava conversa com elas, que iam me contando o que eu queria nesses momentos.

permanecem o dia inteiro, outras levam as roupas para secar em casa. As que permanecem aproveitam para ficar nos fins de tarde vendo o movimento da margem, e vão embora quando o sol se põe. Enquanto lavam roupas, conversam e cantam para dar conta do serviço que, além de exposto ao sol, é bastante pesado e demanda força nos braços e habilidade nas pernas para manterem-se acoradas ou sentadas em pedras que elas colocam na beira d'água para demarcar seu local de trabalho e se sentirem um pouco mais confortáveis com a postura, que é bastante prejudicial para as costas, de acordo com os preceitos médicos.

Nesse sentido, os canoeiros também não seguem nenhuma orientação em nível de recomendações sobre posturas corporais. Eles remam sentados ou em pé e exercem bastante força, nos movimentos¹¹⁸.



Lavadeiras de roupas da Margem Esquerda. Fotos da autora, 2010.



Roupas estendidas no calçadão da Margem Esquerda. Fotos da autora, 2010.

¹¹⁸ Em relação à consciência sobre a proteção solar, as lavadeiras se protegem com roupas de mangas longas, mas os canoeiros não se protegem tanto. Eu perguntei ao meu entrevistado como ele se protege do sol, e ele me respondeu “*me protejo na hora que vou embora né, do sol quente*”.

As lavadeiras “*batem roupa*” nas águas do rio como fonte de renda para o sustento das suas famílias ou complemento deste, assim como os canoeiros. Estas mulheres afirmam que *lavam pra fora*, ou seja, prestam serviços para alguém ou alguma família em troca de R\$30,00 a trouxa. Se houver rede para lavar, cobram uma taxa extra entre R\$2,00 e 5,00, caso a rede seja fina ou grossa. Algumas afirmam que lavam roupas no rio por gostarem ou por costume.

Freitas & Sales (2006/2007), em trabalho de pesquisa sobre as lavadeiras do Acaraú, afirmam que,

[...] algumas dessas mulheres tiveram e têm o rio como parceiro para ajudar a criar seus filhos. Sem marido e sem emprego era, e é, nas águas do rio Acaraú que algumas delas conseguem alimentar e ajudar a família a sobreviver. Nessa empreitada financeira algumas ainda, além de lavar roupas ‘pra fora’, ‘engomam’ (passam) e vendem produtos de beleza de revistas. Algumas são viúvas, outras foram ‘deixadas’ pelos seus maridos e há ainda as casadas que ajudam a complementar a renda familiar. Uma delas perdeu o marido, que morreu afogado no rio. Diante desses fatos, o rio parece ser ao mesmo tempo sinônimo e lembrança de vida e morte, de limpeza e de sujeira. (FREITAS & SALES, 2007, p. 149-150)

As lavadeiras demarcam com suas práticas a existência de heroínas, que têm um papel político importante na sociedade sobralense, muito embora não reconhecidas nos cânones da História oficial. O mesmo ocorre com os canoeiros. É na braveza do cotidiano que elas e eles demonstram e constroem com sua “arte” uma maneira de esculpir a História da cidade, no batedouro ou na canoa que navega sobre as águas do rio Acaraú, que serviu de berço para o engrandecimento de outras famílias, mas que também serve de sustento e alento para a materialidade da vida dos heróis ordinários (canoeiros e lavadeiras), quase invisíveis e anônimos, diante da monumentalização da cidade e dos nomes de famílias que batizaram ruas e outros logradouros, que rememoram sempre o passado de opulências e glórias de Sobral. Nesse sentido, a perda do lugar para *bater roupas e botar canoa* pode significar uma perda na garantia de sustento daquelas mulheres e dos canoeiros e suas famílias, sobretudo, pode significar a perda de duas tradições não-enaltecidas por serem “ordinárias” (CERTEAU, 199) e, de certa forma, não resguardam a estética do “mundo civilizado”.

Considerando que a atividade de lavar roupas no rio é uma tarefa desempenhada por mulheres, há aqui um sentido de feminilidade produzido que a diferencia de outros sentidos produzidos da mesma categoria, por outras mulheres, assim como por outros indivíduos. Não é tema deste trabalho tratar estas diferenças como foco central, mas se faz necessário abordar o

quanto tais sentidos se mostram na atividade das lavadeiras. Essas mulheres não só produzem uma relação de saberes com o rio nas suas práticas, como demonstram uma mulher renegada pela tradição das famílias de renome da cidade, por serem pobres ou por terem sido abandonadas pelos companheiros e desde muito tempo usarem essa prática como sustento das suas famílias. Isto posto, já podemos observar aqui a desigualdade entre as lavadeiras e as outras mulheres. Essa diferença é similar a que Sueli Kofes (2001) analisa nas relações entre “patroas e empregadas” em sua tese de doutorado, na qual aponta uma desigualdade social vivenciada entre as mulheres, em que uma identidade raramente é afirmada entre elas: “mecanismos diferenciadores enfatizariam mais as categorias postas pela relação (patroas e empregadas domésticas) do que uma identidade que muitos pretendem explicar pela distinção dicotômica dos sexos e que supostamente criaria duas semelhanças” (KOFES, 2001, p. 48).

Pude observar essas diferenças tanto nos olhares lançados para as lavadeiras por algumas mulheres quando elas recolhiam as roupas nos fins de tarde, quanto na fala dessas mulheres em relação às *coitadinhas das lavadeiras* (fala de uma senhora que fazia *cooper* na Margem Esquerda). Falar assim não é um reconhecimento. Aproxima-se de um sentimento de pena, que pode até demonstrar alguma solidariedade, mas não garante uma identificação com a lavadeira. O que de fato diferencia essas mulheres lavadeiras das outras é não somente a desigualdade social, como enfatiza Kofes (2001), mas como elas ressignificam o que fazem com esse estado, tornando-o “simbólico”, rico em verdades, histórias, cantorias, etc.

O embelezamento das margens do rio Acaraú não garante a permanência daqueles que, de acordo com Freitas & Sales (2006/2007, p. 143), “são pessoas vistas e que vêem, durante todo o dia, o vai-e-vem de suas próprias vidas e a vida de conhecidos e desconhecidos...”.

Os moradores tiveram suas casas tombadas, mas as práticas da canoagem e da lavagem de roupas ainda não foram coroadas como patrimônio imaterial e não existe nenhum movimento que legitime essas ações enquanto tais em Sobral. Há uma gama de reconhecimentos da própria população da cidade, que defere a permanência desses “artífices”¹¹⁹ no local, mas não há nenhum investimento político neles. Exemplo desse deferimento é matéria corrente nos jornais de circulação local e estadual sobre o recente alarde de poluição do rio Acaraú. Nesse veículos, os chamados a depor em prol do rio como uma espécie de “grito de consciência ambiental”, não

¹¹⁹ De acordo com Sennet (2009), o artífice é que tem “habilidade artesanal”, ou seja, “designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo” (SENNET, 2009, p. 19)

foram os moradores das duas margens, mas sim os canoieiros e as lavadeiras. Transcrevo abaixo trechos da matéria veiculada no jornal sobralense *Expresso do Norte*, de 16 de julho de 2010, com repercussão em *blogs* da internet de ambientalistas¹²⁰ e da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE):

Urbanização das margens do rio, início de estiagem, a diminuição drástica das águas e a formação de bancos de areias, além da presença constante das lavadeiras, aliado ao lançamento de esgotos domésticos, têm sido fatores predominantes para a poluição do Rio Acaraú. As mudanças são visíveis não só para quem faz dele seu meio de sobrevivência, como é o caso dos canoieiros e das lavadeiras, mas também quem frequenta uma das áreas já urbanizadas, a margem esquerda do Rio Acaraú, nas proximidades das históricas Igrejas das Dores e da Matriz, ou para quem passa sobre as pontes Dr. José Euclides ou Othon de Alencar.

Do alto das pontes que cruzam o rio é possível notar o quanto o reservatório perdeu suas características. Há presença de plantas cobrindo o leito do rio, comprometendo seu espelho d'água, considerado principal cartão postal da cidade.

O canoeiro João Anastácio da Silva, 61 anos, lembra que antes era bom ir para o Rio Acaraú nem que fosse só para dar uma olhada nas correntezas. “Há cerca de dez anos, a água era limpinha que dava para ver o fundo do rio. Hoje, o nosso Acaraú está completamente sujo”, contou o canoeiro, enquanto preparava a canoa para mais uma viagem. E voltou a reclamar: “O ruim é que ninguém faz nada”.

Limpa e cheirosa

Outras pessoas, que também dependem diretamente do rio, são as lavadeiras. Caetana Ripardo de Sousa é uma delas. Ela conta que conheceu o rio quando tinha 11 anos de idade, levada pela mãe que também era lavadeira. Hoje, aos 43 anos, conta que naquele tempo a água do rio era limpa e cheirosa. “Hoje, a gente só lava a roupa de casa. As freguesas, que costumavam lavar no rio, deixaram por causa do fedor que ficava nas roupas”, disse Caetana.

De acordo com uma das funcionárias da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (Sehabs), que preferiu não se identificar, as reclamações nesse sentido são muitas, mas, até agora, não foi traçado nenhum plano para limpeza do leito do rio. “Todos os pedidos e reclamações que chegam à Secretaria são encaminhados ao secretário e, posteriormente, ao setor de limpeza”, disse a funcionária. O secretário adjunto da Sehabs, Carlos Augusto Linhares, contou que o prefeito, Leônidas Cristino, deverá, em breve, autorizar um mutirão de limpeza naquela área da cidade. “Esta é uma ação que depende de uma intervenção da Prefeitura, por isso estamos aguardando um sinal verde do

¹²⁰ Disponível em <<http://anibalbastosblog.wordpress.com/2010/08/26/recursos-hdricos-do-cear-ameaados-poluio-do-rio-acara-na-regio-norte-do-estado-preocupa-a-populao/#more-205>>. Acesso em: 25/09/2010.

prefeito Leônidas Cristino”, disse o secretário Carlos Augusto. (Jornal Expresso do Norte, 16 de Julho de 2010, p. 15)¹²¹

Outras formas de reconhecimento desses artífices vêm sendo construídas através de trabalhos acadêmicos de estudantes e professores das universidades de Sobral, com produção de monografias, artigos, como os citados neste trabalho e alguns documentários. Há também produção de estudantes de universidades de outros locais, como é o caso de uma recente dissertação de Mestrado, do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, sobre os canoeiros, de Rubens Venâncio intitulada: *Espaços da experiência como espaços da memória: narrativas e imagens entre os canoeiros do rio Acaraú*,

[...] uma investigação que versa sobre as experiências de memória dos canoeiros, um grupo que mantém vivo um ofício secular em meio às adversidades da modernização socioeconômica. Por meio das trajetórias de vida dos canoeiros, procuro compreender a construção de narrativas amparadas na memória e sua relação com a cidade de Sobral/CE, principalmente no que diz respeito ao saber da canoagem no rio Acaraú e às transformações urbanísticas ocorridas no trecho do rio que passa pela cidade. (VENÂNCIO, 2009, p. 5)

O canoeiro fez questão de me falar do trabalho acima referido, afirmando ser essa uma forma de reconhecimento da existência deles, enquanto for possível. Acrescido a este trabalho, ele também fez referência a outras formas de reconhecimento das pessoas que visitam a Margem Esquerda e de um vídeo com suas histórias, cuja autoria não soube me dizer de quem é, mas o faz se sentir parte da cidade:

Já tenho aí um vídeo das nossas histórias aqui, do nosso trabalho. Passa em televisão, passa em jornal. Na casa dos outro tem nosso retrato. Aqueles ali tem. Nas casa das pessoa ali. Bate as foto e leva... eu sou importante do rio, mas só que, como se diz, não somo valorizado, como se diz... (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

O canoeiro me falou que há também histórias sobre eles em livros de poetas e historiadores da cidade, mas que esses reconhecimentos não são a valorização que intenta. Creio que o sentido dessa valorização esteja vinculado a uma regulamentação e oficialização da profissão de canoeiro, com todos os tributos que esse fato venha a acarretar, pois quando perguntei sobre o reconhecimento simbólico dos livros, do vídeo, se isso não é valorização, ele me respondeu: “Não, não é por que é pra ficar na história, né? Quando a gente chegar a morrer... e assim, morre e não se caba, né? Se guarda, se tem história, recordação, né?” (Entrevista realizada em 15 de março de 2010).

¹²¹ Disponível em <<http://pt.calameo.com/read/0003151353445f117a9f5>>. Acesso em 01/10/2010.

Entender o que o canoeiro está falando sobre história é admitir que o reconhecimento por ele almejado está vinculado à vida presente, mas que venha, como se fala no jargão das militâncias de esquerda, de “cima para baixo”, pois assim como acontece com os moradores, os canoeiros não têm uma organização política para a conquista de seus direitos e permanência no rio Acaraú enquanto meio de transporte regulado. Pode haver também, e isso não é descartável do ponto de vista analítico, uma “performance” no seu discurso enquanto ser astuto, de me comover da sua situação e, pelo fato de eu estar ligada à Universidade, acreditar que sou uma forma de buscar recursos para ele. Cheguei a essa conclusão quando tentava conversar com uma das lavadeiras e, ao me apresentar, ouvir uma delas falar: “*mais uma pesquisa?! Só sabem fazer isso pra gente, esse povo da universidade!*”¹²². Ouvi, anotei e fui embora para pensar sobre isso no meio daquilo tudo que estava vivenciando. Tentando chegar a uma interpretação, apoio-me em Certeau (1996), quando afirma:

[...] todas as suas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidade de manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos. Talvez respondam a uma arte imemorial, que não apenas atravessou as instituições de ordens sócio-políticas sucessivas... Garantem continuidades formais e a permanência de uma memória sem linguagem, do fundo dos mares até as ruas de nossas megalópoles. (CERTEAU, 1996, p. 103-104)

Eles são lutadores e heróis (FREITAS, 2005), sabem usar bem o lugar em que moram ou de onde tiram seu sustento, deixando sua marca, elaborando suas críticas quase imperceptíveis, atraindo ou afastando quem e quando querem.

5.3 O lugar e a experiência no lugar

Tomando a noção de lugar como o espaço praticado (CERTEAU, 1996), percebo que a margem esquerda do rio Acaraú em Sobral é um lugar possuidor de vários significados para seus usuários. Arrisco aqui a entender esse lugar como próximo do que Arantes (2000) entende do centro de São Paulo, na sua “guerra de lugares”, não na acepção nata do termo, mas nas configurações simbólicas que portam o lugar nas relações tempo-espaço diferenciadas e descontínuas.

¹²² Notas do diário de campo de 23 de março de 2010.

A margem esquerda concentra em si as novas sociabilidades que se constroem e se reconstroem cotidianamente em Sobral. Mas também carrega a marca conservadora do tombamento de suas edificações para glorificar um passado pouco reconhecido pelos que habitam o lugar e por alguns usuários, como é o caso das lavadeiras e dos canoeiros. Para quem serve essa história, afinal? Poucos — ou nenhum — fragmentos urbanos do passado existem nos sentidos apresentados nas narrativas que explorei.

As novas configurações urbanas penetram a cidade através de novas formas de uso desta e com vistas a uma reinvenção do lugar, tomando como eficácia o objetivo do urbanismo, cujas intenções,

Transitando do sensível (o olhar) para o científico (a observação) os urbanistas rejeitam o “impressionismo” de todos os outros olhares que vislumbram o tema cidade, e passam a admitir para si um poder de leitura das coisas urbanas, definitivo. Legitimando-se científica e socialmente, o urbanismo expurga do tema urbano o seu conteúdo explosivo, que passa pelos seus aspectos sócio-econômicos-culturais. É assim que ao fundar-se como um saber científico, a visão urbanística que se quer neutra, despolitizada e racional, rompe com todas as outras visões, exclui todos os outros olhares, criando a partir de si uma pretensa ‘visão científica’ dos problemas urbanos, isto é, que *requalifica* a cidade. (PECHMAN, 1994:07)

Intersticialmente, a transformação do espaço às vezes tende a tornar invisível as práticas dos moradores ou usuários “ordinários”, como se o espaço falasse por si e o sentido de lugar fosse único, planejado e idealizado pelos urbanistas e técnicos do poder público. A crítica de Henri Lefebvre, na “Revolução Urbana” (2004), é válida nesse sentido, pois é direcionada ao urbanismo enquanto domínio de saber que se arroga o direito de criar, a partir do *status* da cientificidade, o conceito de urbano, quando, para este autor, a modernidade em si só conseguiu chegar ao que chama de “sentidos flutuantes” desse fenômeno.

Revelando o lado planejado com uma estética calculada e higienizada das cidades contemporâneas, o saber-fazer do urbanismo e da arquitetura embelezou Sobral para várias formas de consumo. O enfoque inicial foi tombamento do patrimônio histórico e arquitetônico, que rememora o passado glorioso da elite local. Na legitimação desse processo, obras de requalificação urbana foram construídas para proteger e enaltecer o patrimônio tombado.

O grande feito, no entanto, deixou que também fossem monumentalizados casebres na beira do rio Acaraú, pertencentes a famílias sem prestígio algum, permitindo assim que outras histórias aparecessem e se mostrassem dignas de reconhecimento pela experiência que contam o

passado e o presente, sem nenhuma glória, se vistas e contadas pela elite sobralense. Afirmando isso por ter ouvido de um ex-aluno meu, portador da insígnia da “sobralidade triunfante”, visto que pertence a uma família tradicional da cidade, não entender por que eu me importava tanto com aquela transformação na beira do rio, pois ali não via nada de interessante. Assim como ele, muitos passam pela margem esquerda e só vêem e sentem o “impacto” que a urbanização causou sem refletir no quanto ela interfere na vida de pessoas que têm seus cotidianos vividos nas margens do rio, como moradores ou lavadeiras de roupas, ou ainda canoieiros, usuários que navegam de um lado para o outro do rio, levando e trazendo suas vidas e a de outras pessoas nas águas represadas do espelho d’água, que outrora foi o símbolo berço da cidade.

É com esses indivíduos marcados pela experiência e pela vida prática naquela área monumentalizada de Sobral que percebo a cidade ser ressignificada e transformada, com indivíduos que são história da cidade, mas não constam dos livros da sua História oficial, indivíduos que não se opõem ao que determina o poder público, pouco ou nada reclamam das transformações no seu lugar de moradia. Mas que não se rendem ao disciplinamento esquizofrênico do urbanismo estetizante, que “roubou” seus quintais ou o gramado onde estendiam as roupas para quarar. Leite (2007) analisa esse não disciplinamento com uma tática simbólica de contestação e afrontamento, nos denominados *contra-usos*.

A meu ver, não se trata de *contra-usos*, e sim, de usos de um lugar onde sempre estiveram. A não-adequação aos ditames disciplinadores deve-se, sobretudo, a um costume anterior a qualquer intervenção. E nesse momento tomo de empréstimo as categorias experiência e vivência na acepção de Walter Benjamin para enfatizar não só o sentimento de pertença como uma espécie de sentimento de posse do lugar¹²³, afirmado pelas práticas de moradia, lavagem de roupas, canoagem.

Para Benjamin a experiência tem a ver com travessia, provação, aprendizado e aperfeiçoamento que ocorrem com o tempo, e se compõe não só pela experiência individual, mas pela inserção desta no contexto mais amplo da experiência coletiva, molda-se não com dados isolados e deslocados, mas pelo acúmulo e por uma continuidade construtiva que dá ao indivíduo a possibilidade de elaborar um sentido para a própria vida com o passar do tempo (GATTI, 2002). Nesse sentido, “o tempo não é desagregador; ao contrário, o tempo é um elemento

¹²³ Esses conceitos estão sendo colocados neste texto, mas padecem ainda de uma compreensão mais apurada dos mesmos. Trata-se de uma afinidade inicial com a descrição da Margem Esquerda em específico.

fundamental para a sedimentação e integração dos acontecimentos de uma vida. É essa experiência que funda e se relaciona com uma tradição” (GATTI, 2002, p. 17-18).

Esse capítulo mostra a história do lugar com a fisionomia das práticas e o direito que têm os “estabelecidos” de reinventar o gramado para estender as roupas, elevar as calçadas para “catar piolhos” nos filhos nos fins de tarde — afinal, este é um hábito de higiene reinventado ou substituído por outros mais civilizados —, falar da vida alheia, ou ainda, apreciar a bela paisagem como quaisquer outros, por que já estavam ali desde muito tempo.

Numa das falas de uma moradora da margem ouvi várias vezes ela me dizer que a urbanização da margem esquerda foi “uma bênção” e até agora me ponho a pensar no que ela pensa sobre aquele lugar sem ela, como seria? A casa dela saiu da lama e adentrou o Centro da cidade, um lugar legitimado socialmente e um tanto mais digno de ser habitado.

A margem esquerda do rio foi requalificada e com isso se tornou o lugar bom de morar, ganhou a dimensão da civilidade moderna. É um dos mais procurados pelos migrantes que chegam à cidade para estabelecer moradia. Ficou enobrecida, em parte. Tornou-se cartão postal e imagem de divulgação da cidade. Mas o que faz daquele um lugar é a ação que a moradora pratica enquanto moradora, cidadã, fofoqueira, enfim, enquanto alguém que está ali não somente por uma função de moradora por não ter outro lugar para morar. Ela e outros moradores e usuários desejam e constroem cotidianamente os pertencimentos e afetos no lugar que ultrapassam a estética simples de sua casa, da canoa ou da trouxa de roupas. Demarcando um sentido que nem ela e nem eu ainda conseguimos decifrar ao certo, mas ela sente mais que eu, pois mora ali há trinta anos com ou sem lama, enfrentando as cheias do rio e tudo o que mais é falado daquele lugar para que exista enquanto tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão do trabalho de campo, continuei a pesquisa de modo menos sistemático, e me restou muitas observações realizadas e dados não analisados na construção dos capítulos da tese. Dentre tais feitas, algo que muito me chamou atenção foi a urbanização da Margem Direita do rio Acaraú, onde diferentemente da Margem Esquerda, os moradores tiveram suas casas isoladas da obra por muros altos, não permitindo a mesma relação que os da outra margem construíram para dar sentido à requalificação do lugar. Esta obra foi construída após a gestão de Cid Gomes, fato que demarca desde então diferenciais percebidos e divulgados pelos moradores das margens do rio entre este gestor e os que o sucederam, mesmo que isto tenha ocorrido com o seu total apoio e demarque o continuísmo político.

Além da margem direita do rio, outras transformações demonstram a continuidade das intenções do projeto inicial de Cid Gomes. Esta intenção já estava prevista nas falas e projeções que o governo municipal propagava. Exemplo disto consta no documento denominado “Manual para investir em Sobral”. A transcrição de trecho do seu texto introdutório ilustra minha afirmação:

Sobral, um destino privilegiado para investimentos

A melhoria da qualidade de vida dos sobralenses tem sido nosso maior compromisso à frente da administração municipal, em busca do desenvolvimento integrado e sustentável de Sobral. Nossas ações objetivam a redução das desigualdades sociais e a inclusão de todos os sobralenses no exercício pleno de sua cidadania. A atual situação de Sobral, seja social, política ou econômica, é favorecida por uma especial convergência de ideais das principais instituições locais, públicas e particulares, animadas pelo crescimento econômico cearense, destacadamente o que experimentamos na última década do século XX. Sem dúvida, o papel fundamental das diversas parcerias que estabelecemos nos permite apresentar Sobral como um destino privilegiado para investimentos de empreendedores locais, de outras partes do Brasil e até de outros países. A nossa intenção séria em buscar a melhoria contínua da qualidade de vida dos nossos cidadãos torna-se explícita no decorrer da leitura deste “Manual Para Investir em Sobral”, e ao mesmo tempo, permite-nos cumprir o importante papel democrático de franquear ao investidor acesso fácil à toda informação que julgue necessária para a implantação ou desenvolvimento dos seus negócios. Contudo, ainda há uma grande distância entre o que somos e o que gostaríamos de ser. Nossa busca de futuro, assume novos desafios, a

partir do reconhecimento do nosso passado empreendedor, fundando no presente as bases para a construção da Sobral dos nossos sonhos. É de fundamental importância que esse sonho seja compartilhado com toda a comunidade e que seja materializado com a participação daqueles que acreditam no desenvolvimento econômico. O setor produtivo pode contar com o nosso apoio. (MANUAL PARA INVESTIR EM SOBRAL, 2003, p:03)

Esse documento foi escrito no final da segunda gestão de Cid Gomes à frente da Prefeitura de Sobral. Os efeitos das ações iniciadas por Cid Gomes perduram e conjugam interesses diversos na relação capital e Estado, que à rigor, promoveu a espetacularização da cultura com o tombamento do sítio histórico promovendo sua inserção na cultura de consumo (LEITE, 2010, p: 75), e ampliou o acesso a investimentos com várias requalificações de espaços em outras áreas da cidade. Aqui está a intenção particular de uma cidade que é planejada como “protótipo” de cidade global (FORTUNA, 2008). Compreendo que a espetacularização não é restrita à cultura, mas a cidade de uma forma mais ampla. E dia após dia, seus aspectos sertanejos e interioranos vem se diluindo na intensa transformação econômica, que atualmente vem agregando equipamentos como *shopping centers*, revendedoras de automóveis importados, franquias de *fast foods* etc.

Entretanto, a chegada dos investimentos não garante o sucesso dos grandes empreendimentos no espaço urbano. Não há segurança na longevidade desses projetos. O que vem me chamando a atenção é que mesmo não sendo garantidos os sucessos totais dos projetos de investimentos em Sobral como as obras de requalificação dos espaços, eles não deixam de acontecer. Mas são artificiais. Por outro lado, os moradores da cidade não deixam de legitimá-la, e em grande medida, aplaudem o sucesso da cidade como se fosse o seu próprio sucesso. É muito comum ouvir os moradores de Sobral afirmarem o quanto se orgulham da cidade pelo seu reconhecimento externo ou por que é uma cidade diferenciada das demais da região e que as intervenções ou reinvenções permanentes da cidade, trazem potencialmente a ideia de qualidade ao lugar.

No caso específico dos meus interlocutores, sobretudo os da Margem Esquerda, me ponho a pensar sobre como pensam em seus projetos de futuro? Já que, em certa medida, as suas permanências naquele lugar pode ser novamente alvo de intervenções. Afinal, o lugar é a porta de entrada da cidade que apresenta o patrimônio tombado. E a imagem deste lugar é ornamento

em vários estabelecimentos comerciais da cidade. Bem como o Boulevard do Arco, que tem sido cada vez mais o lugar do investimento em bares, restaurantes e lanchonetes. O Parque da cidade apesar de ter-se transformando no lugar privilegiado da especulação imobiliária, também aponta vários elementos de não enobrecimento nos seus usos como é o caso do lazer praticado pelos moradores dos bairros mais pobres, as serestas nos quiosques e a prática de prostituição de travestis nas no seu entorno.

Os projetos lançados em Sobral fizeram desta cidade uma espécie de laboratório de investimentos econômicos, mas não extinguiu as desigualdades. E acompanhando esse processo, as últimas gestões presidenciais, com a Política de Expansão do Ensino Superior tem reforçado o lugar de Sobral na região norte/noroeste enquanto polo estudantil, atraindo para a cidade uma diversidade ainda maior de consumidores, que demandam mais mudanças, mais expansão do espaço urbano, mais equipamentos etc. a própria “exaustão”, como afirma Rogério Proença Leite (2010) e a sentença do “como será o amanhã?” para quem não entra no jogo dos desejados nos lugares.

Este trabalho acaba sendo infinito se pensarmos que o movimento das transformações urbanas sempre tem algo diferente para abordar e que é um campo muito tenso, mas muito contraditoriamente sedutor nesse mundo onde “se ergue e destrói coisas belas”. Por isto, caminhar pela cidade de Sobral é um exercício de pesquisa constante e intermitente.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, Vera Mamede. O ciclo do algodão e o urbano em Fortaleza: “evidências e contradições urbanas”. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Vol. 02, n. 01, 1993. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/29>>.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Francisco Josênio C; ARRUDA, José Maria et all. *A Era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo Rocha. *A cidade e o rio: produção do espaço urbano em Sobral-Ceará*. Dissertação de Mestrado. *Universidade Federal do Ceará*, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos da fronteira: a invenção do Nordeste: a produção imagético-discursiva de um espaço regional*, 2008. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/.../nos_destinos_da_frenteira.pdf>

ALMEIDA, Diego Gadelha. *Indústria e reestruturação sócio-espacial: a inserção de Sobral (CE) na divisão espacial da produção calçadista*. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2009. Dissertação de Mestrado

ARRUDA NETO, José Clodoveu. Sobral: patrimônio histórico-cultural nacional. *SANARE, Revista de Políticas Públicas*. Sobral, v.2, n.03, 2000.

ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

_____. Patrimônio Cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3 ed. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO Raimundo Alves de. *Família e poder: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)*. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2011. Dissertação de Mestrado

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Cronologia Sobralense*, volume I: séculos XVII e XVIII. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

_____. *Cronologia Sobralense*, volume III (1841-1880). Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1972.

_____. *Cronologia Sobralense*, volume IV (1881-1910). Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1985.

_____. *Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú*. 2ª Ed. Sobral: Edições UVA, 2000.

ASSIS, Lenilton Francisco de. *As redes de comércio e de serviço entre a cidade média de Sobral e algumas cidades pequenas da região norte do Ceará*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *A Produção do Pensamento Geográfico no Brasil na preparação para Exposição Universal de Chicago: um livro sobre o território do Ceará (1891-1893)*. Disponível em <http://www.3hpg1gh.net/gt_07/GT%207-243-%20ASSIS_RJS.pdf>.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). *Boletim Goiano de Geografia*, v. 32, n. 02, jul-dez 2012. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/21082>>.

ASTIGARRAGA, Andrea Abreu. DA RUA À OFICINA: o processo formativo da escola de artes e ofícios. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, v. 25, no. 1, p. 027-042, jan./jun., 2010.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3 ed. Campinas/SP: Papirus, 2003.

AUTHIER, Jean-Yves. A gentrificação do bairro Saint-Georges, em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento Participativo: as experiências de Porto alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBALHO, Alexandre. Modernos e distintos: política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). In: *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4, n. 10, jul. 2007.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto et al. *Sobral - Histórico e evolução urbana*. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2009

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1992.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998

_____. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (Org.). *Continuidades e rupturas na política cearense*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, Irllys Firmo. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE. Francisco Josênio C; ARRUDA, José Maria et all. *A Era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BAXANDALL, Michael. O objeto histórico: a Ponte do rio Forth, de Benjamim Baker. In: _____. *Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Roselane. *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”*: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2007.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE. Francisco Josênio C; ARRUDA, José Maria et all. *A Era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Efeitos de lugar. In: _____. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARACRISTI, Isorlanda. A indústria chapeleira sobralense. *Revista da Casa da Geografia*, ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: <www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/download>.

CARDOSO, Janaína Maquiavelli. *Aqui estão Nova York e São Paulo: um estudo dos processos de revitalização urbana do Meatpacking District, em Nova York; e do projeto de revitalização da Luz, em São Paulo*. Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), 2011. Tese de Doutorado

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3 ed. São Paulo: Cia da Letras, 1991.

CARVALHO, Rejane V. Accioly. Coronelismo e neocoronelismo: eternização de um quadro de análise política no Nordeste? *Cadernos de Estudos Sociais*. Volume 03, n. 03, jul-dez, 1987. Disponível em <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD/article/viewArticle/231>.

_____. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. Natal/RN. *Anais do VIII OBSERVANORDESTE - Nordeste 2006: os sentidos do voto*. Natal:UFRN, 2006.

_____. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio A.; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny (Orgs). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

CLARK, T. J. A vista de Notre-Dame. In: _____. *A pintura da vida Moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CORIOLO, Luzia Neide. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Anablumme, 2006.

COSTA, Antônio Carlos Campelo; CRUZ, Andrea Nóbrega; ALVES, Maria do Carmo. *Sobral, a preservação do sítio histórico a partir do seu tombamento*. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2008.

CRIEKENGEN, Mathieu Van. A cidade revive! Formas, políticas e impactos de revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. (pp: 89-120)

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidade. In: _____. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIÓGENES, Germano Sanford. *Uma contribuição ao estudo dos indicadores de desempenho operacional de ferrovias de carga: o caso da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2002. Dissertação de Mestrado

DIÓGENES, Glória. Imagens em movimento. *Revista Propostas Alternativas: a face excludente do governo Ciro Gomes*, v.02. Fortaleza: IMOPEC/ ADUFCE, 1994.

_____. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. In: PARENTE, Francisco Josênio C; ARRUDA, José Maria et all. *A Era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DOMINGUES, José Maurício. *Desenvolvimento, modernidade e subjetividade*. In: Revista Brasileira de Sociologia. Volume 14, n. 40, junho 1999.

DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1986.

ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Editora Difel, 1992.

_____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 01.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. 9ª Ed. São Paulo: Ed. Globo, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 10ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

FORTUNA, Carlos. Imaginando a *democracidade*: do passado da sociologia para o futuro das cidades. In: In: LEITE, Rogério Proença. *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

FREITAS, Isaurora Martins de. O Transporte Universitário e a Constituição da Identidade Estudantil. In: Congresso Português de Sociologia, 06, 2008. *Anais do VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e práticas*. Lisboa, 2008.

FREITAS, Nilson Almino de. *Sobral: opulência e tradição*. Sobral: Edições UVA, 2000.

_____. Práticas, rituais e regras de disputa no tempo da política em Sobral. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. *A produção política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas/SP: Pontes Editores; Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003.

_____. *O sabor de uma cidade: práticas cotidianas dos habitantes de Sobral.* , Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2005. Tese de Doutorado

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 31ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 1996.

FROTA, José Tupinambá. *História de Sobral*. 3ª Ed. Fortaleza: IOCE, 1995.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne; SOARES Norma Maia. *Sobral história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. *Anuário antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GONÇALVES, Éber et al. Efeitos da reestruturação produtiva no setor formal da economia de Contagem. In: NETO, Antônio Carvalho; NEVES, Magda de Almeida; FERNANDES, Magalhães Duval. *Trabalho e cidade*. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de relações do Trabalho, 2004.

GONDIM, Linda Maria P. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: “os governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. Imagem da cidade ou imaginário espacial? Reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da Praia de Iracema. *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, Vol. 32, nº 1/2, 2001.

_____. *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 15 ed. São Paulo: edições Loyola, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, estado do nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. *Revista Geográfica de América Central*, número especial EGAL, Costa Rica, 2011.

KOFES, Sueli. *Mulher mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 66, julho, 2003.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. São Paulo: Ed. UNICAMP; Sergipe: Ed. UFS, 2004.

_____. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 25, n. 72, fevereiro de 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br> >.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: Fortaleza em questão*. Fortaleza: Stylos Comunicação, 1991.

LIMA, Cláudio Ferreira. *A construção do Ceará: temas de história econômica*. Fortaleza: Instituto Albaniza Sarasate, 2008.

LIMA, Jacob Carlos; Izabel Cristina Ferreira, BORSÓI; Iara Maria, ARAÚJO. OS NOVOS territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 367-384, Maio/Ago, 2011.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Imprensa e conflitos políticos: o caso do jornal Patria - Sobral (1910-1915)*. Disponível em < <http://www.ce.anpuh.org/1341277694> >.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. *Aeroporto de Fortaleza: usos e significados contemporâneos*. 2006. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2006. Dissertação de Mestrado

MAGNANI, Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 17, n. 49, junho de 2002. Disponível em < <http://www.scielo.br> >.

MARICATO, ERMÍNIA. *O Ministério das cidades e a política Nacional de desenvolvimento urbano*. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=2651 >.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3 ed. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2002.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. 10 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

NATAL, Caion Meneguello. *As rimas do tempo: história e arquitetura da brasilidade, 1914-1960*. Relatório FAPESP. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

OLIVEN, Ruben G. *A antropologia de grupos urbanos*. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

PADILHA, Valquíria. Consumo e lazer reificado no universo onírico do *shopping center*. In: _____ (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. pp: 126 – 155.

PARENTE. Francisco Josênio C. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade nas elites cearenses*. Fortaleza/Sobral: Edições UFC; Edições UVA, 2000.

PARENTE. Francisco Josênio C. O Ceará dos coronéis. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo”* Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. Presidente Prudente-SP, Universidade Estadual de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Sílvio (Org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Leila M. Santos M. Lazer e estilo de vida: reflexão e debate na perspectiva da “virada” da contemporaneidade. In: BURGOS, Míria Suzana. & PINTO, Leila M. Santos M. (Orgs.). *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PONTE, Lívio de Sousa; SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. Processo de colonização, povoamento e incorporação indígena na ribeira do Acaracú. *Revista Homem, Espaço e Tempo*. Sobral, Ano IV, n. 01, Março/2010. Disponível em <<http://www.uvanet.br>>.

PONTE, Sebastião. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1993.

PONTE, Sebastião. *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Sobral, 1999.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

RIVERA, Alberto J. Olvera. Apuntes sobre La esfera pública como concepto sociológico. *Metapolítica*, nº 9, v. 3, 1999.

_____. El concepto de sociedade civil em uma perspectiva habermasiana. *Sociedade civil*, nº 01, V. 01, s/d.

ROCHA, Andréa Araujo. *Orçamento Participativo em Sobral/Ceará (1997 A 2004): Trajetória Histórica e Percursos Avaliativos*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará(UFC), 2009. Dissertação de Mestrado

ROCHA, Herbert. *O lado esquerdo do rio*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

ROLNIK, Raquel. *Estatuto das cidades: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza*. Disponível em <<http://www.aeaac.com.br/asp/forum/reply.asp>>.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas, 1992. Dissertação de Mestrado

RUBINO, Silvana. *Nem findas, nem lindas: cidades e gestão da memória*. In: LEITE, Rogério Proença. *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

_____. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Desenvolvimento industrial e organização espacial: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 23, 2009. *Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, de 25 a 29 de maio de 2009, Florianópolis/SC. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/anais/ena13/ARTIGOS/GT6-545-242-20081217101459.pdf>>.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SALES, Ana Argentina; FREITAS, Nilson Almino. Espelho das águas: travessias, modificações e sociabilidade no rio Acaraú, em Sobral-CE. *Revista da Casa da Geografia*, Sobral, Volume 8/9, n. 01, 2006/2007. Disponível em < <http://www.uvanet.br/rcg>>.

SALES, Telma Bessa; VASCONCELOS, Alanna Araújo. Memórias dos Trabalhadores da “Fábrica de Tecidos Sobral”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009. *Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009*. Disponível em <www.anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/.../ANPUH.S25.0109.pdf>.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Chapecó/SC: ARGOS Editora Universitária, 2003.

SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano: imprensa, conflitos e morte – a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908-1924)*. Campinas, SP Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005. Tese de Doutorado.

SCHORSKE, Carl. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano. In: _____. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SENNET, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *O artífice*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009.

SILVA, Marcos José Diniz. “Questão Social é ‘Problema Moral’”: militância moderno-espiritualista e trabalhadores no ceará das primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>

SILVA FORTE, Joannes Paulus. *A construção do METROFOR e suas conseqüências sobre o trabalho informal no Centro de Fortaleza*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Monografia de Bacharelado

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. “*Cidades sagradas*”: A Igreja Católica e as transformações urbanas no Ceará (1870-1920). Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009. Tese de Doutorado

SILVEIRA, Edvanir Maia da. Militares, Cidade e Poder Político em Sobral-CE (1964-1966). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009. *Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009*. Disponível em < www.anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/.../ANPUH.S25.0109.pdf>.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Irmandade e festa*: Rosário dos Pretos de Sobral-CE (1854-1884). Fortaleza: Ed. NUDOC, 2006.

SOUZA, Simone. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

TAMASO, Izabela. Relíquias e Patrimônio que o rio Vermelho levou... In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs). *Antropologia e Patrimônio Cultural*: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp: 199-220.

TEIXEIRA, Francisco José. CIC: a “razão esclarecida” da FIEC. In: *Revista Propostas Alternativas*, n. 04. Fortaleza: ADUFC/IMOPEC/CPT-CE/CUT-CE, 1995.

TELLES, Vera Silva. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. *Revista Pólis*, nº 14, São Paulo, 1994.

_____. Os sentidos da destituição. In: _____. *Cidadania e pobreza*. São Paulo: Editora 34, 2001.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª Ed. Brasília/DF : EdUnB, 1994.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. 11^a Ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur A.; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer e Mercado*. Campinas/SP: Papirus, 2001.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3 ed. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2002.

VENÂNCIO, Rubens. *Espaços da experiência como espaços da memória: narrativas e imagens entre os canoeiros do rio Acaraú*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2009. Dissertação de Mestrado

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHEIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas/SP: Papirus, 2000.

_____. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas/SP: Papirus, 2000.